



Juventude e Contemporaneidade

A *Coleção Educação para Todos*, lançada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2004, apresenta-se como um espaço para divulgação de textos, documentos, relatórios de pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores, acadêmicos e educadores nacionais e internacionais, no sentido de aprofundar o debate em torno da busca da educação para todos.

Representando espaço de interlocução, de informação e de formação para gestores, educadores e pessoas interessadas no campo da educação continuada, reafirma o ideal de incluir socialmente um grande número de jovens e adultos, excluídos dos processos de aprendizagem formal, no Brasil e no mundo.

Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a educação não pode estar separada, nos debates, de questões como desenvolvimento ecologicamente sustentável, gênero e diversidade de orientação sexual, direitos humanos, justiça e democracia, qualificação profissional e mundo do trabalho, etnia, tolerância e paz mundial. A compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo.

Este volume, o nº 16 da coleção, traz uma coletânea de artigos que celebra uma promissora parceria entre a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se associam à SECAD/MEC e à UNESCO. Trazer a temática Juventude para a *Coleção Educação*



Juventude e Contemporaneidade

Organização:
Osmar Fávero
Marília Pontes Spósito
Paulo Carrano
Regina Reys Novaes

Brasília, 2007

edições MEC/UNESCO

**Ministério
da Educação**



**SECAD – Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetizada e Diversidade**

Esplanada dos Ministérios, Bl. L, sala 700
Brasília, DF, CEP: 70097-900
Tel.: (55 61) 2104-8432
Fax.: (55 61) 2104-9423
www.mec.gov.br



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-914 – Brasília/DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
grupoeditorial@unesco.org.br
www.unesco.org.br



Juventude e Contemporaneidade

Organização:
Osmar Fávero
Marília Pontes Spósito
Paulo Carrano
Regina Reys Novaes



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Secretaria-Geral da
Presidência da República

Secretaria Nacional
de Juventude

Ministério
da Educação



© 2007. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Conselho Editorial da Coleção Educação para Todos

Adama Ouane
Alberto Melo
Dalla Shepard
Célio da Cunha
Osmar Fávero
Ricardo Henriques

Coordenação Editorial da UNESCO: Célio da Cunha
Assistente Editorial da UNESCO: Larissa Vieira Leite

Coordenação Editorial da SECAD/MEC: Timothy Denis Ireland
Coordenação Editorial da ANPEd: Osmar Fávero e Débora Barreiros

Revisão Técnica: Jeanne Sawaya
Revisão: Osmar Fávero e Regina Reys Novaes
Diagramação: Paulo Selveira
Tiragem: 5.000 exemplares

Juventude e Contemporaneidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.
284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

ISBN: 978-85-7652-064-8

1. Educação Universal 2. Democratização da Educação 3. Educação de Adultos 4. Juventude I. UNESCO II. Brasil. Ministério da Educação

CDD 379.2

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e do Ministério da Educação, nem comprometem a Organização nem o Ministério. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO e do Ministério da Educação a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	07
2. JUVENTUDES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	
O jovem como modelo cultural	
<i>Angelina T. Peralva</i>	13
Juventude, tempo e movimentos sociais	
<i>Alberto Melucci</i>	29
Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión	
<i>Rossana Reguillo</i>	47
Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.	
<i>Helena W. Abramo</i>	73
3. MODOS DE SER JOVEM	
O trabalho, busca de sentido	
<i>G. Bajoit e A. Franssen</i>	93
As gangues e a imprensa: a produção de um mito nacional	
<i>Martín Sánchez-Jankowsk</i>	125
O jovem como sujeito social	
<i>Juarez Dayrell</i>	155
4. JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	
Juventude e políticas públicas no Brasil	
<i>Marília Pontes Spósito e Paulo Carrano</i>	179
Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens	
<i>Marília Pontes Spósito, Hamilton H. de C. e Silva e Nilson Alves de Souza</i>	217.
Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas	
<i>Regina Reyes Novaes</i>	253

APRESENTAÇÃO

Experimentamos hoje uma aguda consciência do novo, e da obsolescência de uma parte pelo menos das categorias através das quais várias gerações de cientistas sociais e educadores pensaram o mundo. O trabalho, a escola, os valores, a política constituem elementos centrais destas transformações, que afetam os jovens, mais do que outras categorias da população, simplesmente porque esta é uma história que está nascendo com eles.

O parágrafo acima foi retirado do editorial, escrito pelas pesquisadoras Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Spósito, para um número especial da *Revista Brasileira de Educação*, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). O número, que se chamou *Juventude e Contemporaneidade*, foi muito bem recebido na comunidade acadêmica. Estávamos em 1997 e, naqueles anos, os jovens ressurgiam como objeto de pesquisa e se tornavam “público alvo” de iniciativas da sociedade civil e dos governos. Os artigos ali reunidos apontavam para mudanças globais, características da sociedade de consumo e do conhecimento, e para os efeitos desiguais dessas mudanças na vida dos jovens. Em números posteriores, a mesma revista publicou outros textos sobre os jovens como sujeito de ações culturais e destinatário de políticas públicas.

No momento atual, persiste e se agudiza a necessidade de compreender como os jovens são afetados pelas transformações sociais em curso. O ritmo e a intensidade das mudanças nas instituições escolares e no mundo do trabalho estão a exigir a reunião de esforços interdisciplinares e interinstitucionais. Da consciência desta necessidade nasceu este livro.

Trata-se de uma coletânea que celebra promissora parceria entre a própria ANPEd, a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se associam à Secretaria de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade – SECAD, do Ministério da Educação – MEC, e à UNESCO. Trazer a temática juventude para a Coleção *Educação para Todos*, lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO, em 2004, é duplamente importante. Por um lado, o livro certamente contribuirá para aprofundar o debate sobre processos educativos no Brasil e no mundo. Por outro lado, sua publicação certamente

contribuirá, também, para a melhor formulação de políticas públicas de juventude.

Reconhecendo a especial importância de algumas contribuições originalmente publicadas na *Revista Brasileira de Educação* e a elas adicionando dois outros artigos inéditos, este livro está dividido em três partes.

A primeira parte, intitulada *Juventudes no Mundo Contemporâneo*, reúne quatro artigos que tratam das transformações mais gerais que afetam a vida dos jovens em diferentes momentos da modernidade. Angelina Peralva, a partir de um conjunto de informações históricas, analisa justamente como a categoria “juventude” aparece como configuração própria na modernidade. Já Alberto Melucci explora a categoria “tempo” na experiência moderna e, particularmente, para a juventude. O sociólogo italiano apresenta a juventude como o grupo social mais diretamente exposto aos dilemas contemporâneos e evoca a possibilidade de a democracia garantir um espaço para que as vozes juvenis sejam ouvidas e contribuam para a inovação da política. A questão da inovação política reaparece no texto de Rossana Reguillo. Voltada para contextos socio-históricos na América Latina, a autora mexicana apresenta as características comuns das culturas juvenis e seu potencial inovador. Também buscando compreender como a juventude foi tematizada na segunda metade do século XX no Brasil, Helena Abramo critica tanto a visão dos jovens como emblemas de problemas sociais quanto a desqualificação de sua atuação como sujeito político.

Na segunda parte do livro, intitulada *Modos de Ser Jovem*, o leitor vai considerar jovens de carne e osso. Isto é, muitos dos dilemas contemporâneos apontados na primeira parte são apresentados por meio de trajetórias e estratégias de jovens na Bélgica, nos Estados Unidos e no Brasil. Os pesquisadores Guy Bajoit e Abraham Franssen, da Universidade de Louvain, nos apresentam jovens belgas que lidam diferentemente com situações de desemprego, a despeito da proteção do Estado que ali se dispõe. Já Martin Sánchez-Jankoski analisa a contribuição específica da mídia na persistência do fenômeno das *gangues* urbanas americanas. A mídia faz que imagens negativas da juventude se instalem no espírito público, mas os jovens das *gangues* dizem que também tiram vantagens da mídia quando são procurados por jornalistas. Já os jovens apresentados por Juarez Dayrel se aglutinam em torno do *rap* e do *funk*. O autor comenta as trajetórias de João e Flávio, que se

movem no mundo da cultura, apresentado pelo autor como mais democrático do que o mundo da escola e do trabalho. Dayrel termina seu artigo demandando políticas públicas que garantam espaços e tempos para que os jovens se coloquem plenamente como sujeitos e cidadãos.

A terceira parte do livro é justamente sobre *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. O artigo de Marília Spósito e Paulo Carrano faz um balanço dos programas e ações voltados para a juventude no governo de Fernando Henrique Cardoso. É um texto que se tornou referência obrigatória, favorecendo e suscitando futuras análises comparativas. O segundo, artigo de Marília Spósito, desta vez em parceria com Hamilton Harley de Carvalho e Silva e Nilson Alves de Souza, apresenta um balanço sobre as iniciativas públicas voltadas para a juventude nas regiões metropolitanas. Por fim, o último texto apresenta os desafios da atual Política Nacional de Juventude e comenta seus objetivos de assegurar direitos e ampliar oportunidades de inserção social para os diferentes segmentos da juventude brasileira.

Acreditamos que neste momento histórico, em que o governo e a sociedade brasileira estão sendo insistentemente chamados a aprofundar a reflexão sobre as vulnerabilidades e as potencialidades da sua juventude, este livro será muito útil para educadores, pesquisadores e gestores dedicados ao trabalho com jovens. Neste sentido, agradecemos à ANPED, ao editor da *Revista Brasileira de Educação*, Professor Osmar Fávero, à Professora Marília Pontes Spósito e ao Professor Paulo César Carrano, pela colaboração no trabalho de seleção de textos que não só estimulam a reflexão, mas também consolidam valores e compromissos sociais.

Nesta empreitada, em nome da Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência, e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, do Ministério da Educação, reafirmamos a valorização da diversidade juvenil como uma dimensão fundamental dos processos educativos voltados para a redução de desigualdades sociais.

*Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade do
Ministério da Educação (Secad/MEC)*

*Secretaria Nacional de Juventude
da Secretaria-Geral da
Presidência da República*

JUVENTUDES
NO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

O JOVEM COMO MODELO CULTURAL*

Angelina Peralva

*Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo
Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques,
Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*

DA CRISTALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS IDADES DA VIDA

Nós sabemos, hoje, que as idades da vida, embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos, ou seja naquilo que ela teve de intrinsecamente educativo.

O trabalho de Philippe Ariès (1960) constitui provavelmente o marco mais importante no sentido dessa tomada de consciência. Ao afirmar o caráter tardio da emergência do sentimento de infância e sua natureza eminentemente moderna, ele distingue também o tipo particular de vínculo que liga adultos e crianças nas eras moderna e pré-moderna.

A transmissão de valores, saberes e, de forma mais geral, a socialização da criança não eram (...) asseguradas pela família, nem controladas por ela. A criança se afastava rapidamente de seus pais e pode-se dizer que, durante séculos, a educação foi assegurada pelo aprendizado graças à coexistência da criança ou do jovem e dos adultos. Ele aprendia as coisas que era necessário saber, ajudando os adultos a fazê-las. (ARIÈS, 1973, prefácio, p. 6)

A noção de *aprendizado*, sublinhada no texto original que acabo de citar, opõe-se à de socialização, do mesmo modo como o caráter inespecífico da relação

* Publicado na *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, mai./dez. 1997, especial sobre Juventude e Contemporaneidade.

entre adultos e crianças na Idade Média (quase que reduzida à sua dimensão biológica, função da especificidade biológica da fragilidade infantil) se opõe ao caráter voluntário da ação socializadora característica da modernidade, a qual inspirou toda uma série de trabalhos capitais sobre a ordem moderna.

Pouco importa que a consciência da especificidade da infância e da juventude, como objetos de uma ação educativa, já estivessem presentes na antigüidade clássica, conforme relembram François Dubet e Danilo Martuccelli ao comparar o ideal educativo da III República na França a uma paidéia funcionalista (DUBET; MARTUCCELLI; 1996). A perspectiva de Ariès não é evolucionista. Ele sabe e afirma que a especificidade da juventude foi reconhecida em outros tempos e em outras sociedades anteriores à era medieval. Mas ao opor esses dois momentos da história ocidental, do ponto de vista da particularidade de suas atitudes com respeito à infância e à juventude, revela também a particularidade do vínculo social pelo qual a juventude aparece como configuração própria da experiência moderna.

Textos básicos do pensamento contemporâneo, alguns anteriores, outros posteriores a Ariès, podem ser relidos à luz dessa perspectiva aberta por ele. Em seu estudo sobre a civilização dos costumes, publicado pela primeira vez em 1939, Norbert Elias (ELIAS, 1973, p.78, 70) remete a um período situado entre 1525 e 1550 o aparecimento do termo “civilidade” em sua acepção moderna e atribui sua difusão ao imenso sucesso de público encontrado por um pequeno tratado, *De civilitate morum puerilium*, publicado pela primeira vez em 1530, cujo autor é Erasmo de Rotterdam: tratado que, como seu nome indica, tem por objeto a educação dos jovens. Sabemos o quanto, para Elias, a civilização dos costumes é elemento crucial constitutivo de uma ordem moderna pacificada.

Também para Foucault, educação e ordem são faces complementares do dispositivo intrínseco à racionalidade moderna. As técnicas disciplinares, que (FOUCAULT, 1975), situam-se no âmago dos processos sociais constitutivos de um aparelho de poder renovado. Também a consciência da infância e da puberdade são inseparáveis da consciência da sexualidade infantil e juvenil (sexualidades desviantes) e da constituição de um dispositivo científico – dispositivo de saber – que pretende produzir efeitos de ordenamento sobre os costumes e os comportamentos (FOUCAULT, 1976).

Interessa menos aqui retrair as diferentes etapas dessa história (que é parte integrante do saber contemporâneo sobre a ordem moderna) que lembrar que a difusão desses novos mecanismos de ordenamento do mundo ocorre, como nos mostram todos esses autores, de cima para baixo, da aristocracia e da burguesia em direção às classes populares, porque se vincula também, indissociavelmente, aos processos históricos de construção da democracia.

Se a difusão é lenta e progressiva, se as camadas populares durante muito tempo escapam às injunções da racionalidade moderna, se esta se expressa durante muito tempo apenas através de transformações imprecisas e fragmentárias no plano da mentalidade das elites, é também porque esse problema durante muito tempo escapa à esfera da ação do Estado. Nesse sentido, o período áureo da experiência moderna é, sem dúvida, a era industrial. É a partir do momento em que o Estado toma a si, de forma voluntária e sistemática, múltiplas dimensões da proteção do indivíduo, entre elas e sobretudo a educação, é quando a escola se torna, no século XIX, instituição definitivamente obrigatória e universal, escapando à iniciativa aleatória e intermitente da sociedade civil (FURET; OZOUF, 1977), que a racionalidade moderna se torna também imperativo universal. Nesse momento, mais do que nunca, a cristalização social das idades da vida se especifica como elemento da consciência moderna¹. Ela emerge, diz Ariès, com a escolarização, que supõe a separação entre seres adultos e seres em formação, do mesmo modo como o aprendizado supunha, ao contrário, a mistura e a indiferenciação dos grupos etários (ARIÈS, 1973).

Os processos através dos quais ocorre a cristalização social das idades da vida são múltiplos e convergentes. Supõem, primeiro, transformações essenciais no âmbito da família e em primeiro lugar da família burguesa, com uma mais nítida separação entre o espaço familiar e o mundo exterior, e uma redefinição do lugar da criança no interior da família. A criança se torna objeto de atenção particular e alvo de um projeto educativo individualizado, que de certo modo qualifica o lugar que ela virá posteriormente a ocupar na sociedade adulta. Escolarização e sentimento familiar se desenvolvem como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um lado, enviar a criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela passa a ser objeto no seio da família; por outro, essa separação necessária é contraditória com o sentimento de família nascente e com a nova importância assumida pelos vínculos afetivos na estruturação das relações familiares.

Em segundo lugar, a cristalização social das idades supõe uma progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho. O aprendizado, forma geral de iniciação ao trabalho que selava precocemente o fim da infância e marcava a entrada na vida adulta, era praticado, diz Ariès, em todas as camadas da população (ARIÈS, 1973, p.255). À medida que a escolarização se difunde, ela tende a subtrair segmentos progressivamente mais amplos da população

1. Uma representação natural das idades da vida, como parte de uma cosmogonia, precede essa representação propriamente social e é discutida por Ariès (1973) no primeiro tópico do capítulo dedicado à análise da emergência do sentimento de infância, justamente intitulado "as idades da vida".

infantil às injunções do trabalho, retardando a entrada na idade adulta. Desse ponto de vista também, a experiência das sociedades industriais no século XIX introduz elementos novos que aceleram essas transformações históricas, redimensionando-as, mas sobretudo redefinem o processo social de cristalização das idades, institucionalizando as diferentes fases da vida por efeito da ação do Estado.

Um desses elementos é a generalização do trabalho assalariado na manufatura e na indústria nascente, que altera de maneira importante a organização familiar e os modos de vida no seio das camadas populares. Primeiro, as modalidades tradicionais de aprendizado se restringem e o aprendizado de modo geral se decompõe. Marie-France Morel observa que, em Paris, durante o Segundo Império, só os ofícios de maior prestígio e melhor remunerados continuam a praticá-lo, da mesma forma que no passado.

Na maior parte dos outros ofícios (a tipografia por exemplo), o aprendizado se faz sem contrato e na prática. As crianças percebem uma remuneração – coisa que os pais apreciam – mas não recebem uma verdadeira formação profissional; a criança só efetua as tarefas subalternas que um aprendiz outrora teria considerado indignas dele: é chamada burrinho de carga. Esses aprendizes de um gênero novo, sem tradição de ofício, são freqüentemente apresentados na literatura patronal como ‘indóceis, indiscretos, mentirosos, grosseiros e algumas vezes insolentes’, ao passo que seus antecessores eram ‘exatos, assíduos, cuidadosos e habilidosos em seu ofício’ (MOREL, 1977, p.21-22)

Por outro lado, as formas de inserção da criança no mundo do trabalho se degradam. Destacando sua presença maciça na manufatura e na indústria, Marie-France Morel explica isso como o resultado da miséria das famílias populares urbanas, que rapidamente tornou indispensável a contribuição do magro salário infantil (um terço a um quarto do salário adulto). Desde então a regulamentação e a limitação do trabalho das crianças transformam-se em objetivo comum do discurso higienista das elites (PERROT, 1977) e do movimento operário nascente. Na França, a lei de 1841 limita a oito horas o trabalho das crianças entre 8 e 12 anos, a 12 horas o dos adolescentes entre 12 e 16 anos. Ao mesmo tempo, a lei obriga os patrões a oferecerem educação a seus jovens trabalhadores.

Mas é a Terceira República que, ao fim do século XIX, consolida o processo de escolarização das crianças das classes populares, tornando-as objeto de uma ação socializadora sistemática por parte do Estado. A escolarização avança *contra* o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para a modulação social das idades da vida. Mais do que isso, ela termina por se

tornar, ao longo do tempo, e sobretudo a partir do segundo pós-guerra, o verdadeiro “suporte” da família contemporânea (SINGLY, 1993), que passa cada vez mais a depender do Estado como mediador dos dispositivos que lhe asseguram a reprodução social. Quanto mais importante é a presença do Estado na esfera educativa, o que é o caso na experiência francesa, mais essa assertiva é verdadeira. Nesse sentido, a definição da infância e da juventude como fases particulares da vida torna-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa — vale dizer jurídica e institucional, ainda que abrangendo fortes diferenças sociais no seu interior (TOURAINÉ, 1993).

FASES DA VIDA E ORDEM MODERNA

Uma vez dotadas de especificidade própria, as fases da vida não se tornam apenas autônomas, umas em relação às outras. Permanecem interdependentes e mesmo hierarquizadas. Tal hierarquia constrói-se sobre a base de uma tensão, intrínseca à modernidade, entre uma orientação definida pela lógica da modernização (portanto, orientação para o futuro, pela afirmação conquistadora da renovação como valor) e o fundamento normativo da ordem moderna, que afirma, ao contrário, a primazia do passado como elemento de significação do futuro. Cabe ao passado, isto é à ordem social já constituída, domesticar, sem destruir, os elementos de transformação e modernização inerentes à vida moderna.

Hannah Arendt dedicou alguns dos seus mais belos ensaios à análise desse dilema. Já no prefácio de *Between Past and Future*, na verdade o primeiro ensaio da coletânea, ela toma partido e formula sua inquietação:

O testamento, que diz ao herdeiro aquilo que será legitimamente seu, atribui um passado ao futuro. Sem testamento ou, para elucidar a metáfora, sem tradição — que escolhe e nomeia, que transmite e conserva, que indica onde se encontram os tesouros e qual é seu valor — tudo indica que nenhuma continuidade no tempo pode ser definida e conseqüentemente não é possível existir, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente o devir eterno do mundo e dentro dele o ciclo biológico dos seres vivos (ARENDR, 1972, p. 14).

Essa perspectiva define diretamente para ela o sentido do labor educativo, explicitado nesta passagem extraordinária de *A crise da educação*:

com a concepção e o nascimento, os pais não somente deram a vida a seus filhos; eles, ao mesmo tempo, os introduziram no mundo. Ao educá-los, assumem a responsabilidade pela vida e pelo desenvolvimento da criança, mas também pela continuidade do mundo. Essas duas respon-

sabilidades não coincidem de modo algum e podem mesmo entrar em conflito. Em um certo sentido, essa responsabilidade pelo desenvolvimento da criança vai contra o mundo: a criança precisa ser particularmente protegida e cuidada para evitar que o mundo possa destruí-la. Mas o mundo também tem necessidade de proteção, de forma a evitar que ele seja devastado e destruído pela onda de recém-chegados que o invade a cada nova geração (ARENDDT, 1972, p.238-239).²

A especificidade, portanto, da educação no mundo moderno é que ela *é e deve ser* intrinsecamente conservadora. Concepção que está na origem de uma noção mágica da sociologia, senão da própria sociologia, que inspirará toda uma linhagem de sociólogos – e muito especialmente os sociólogos da juventude – a noção, é claro, de socialização. Como Hannah Arendt, embora talvez de forma mais radical e mais dura, Durkheim (s.d., 41) dirá da educação que ela *é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social*. (Grifado no original.) O velho se impõe sobre o novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também as relações entre adultos e jovens, definindo o lugar no mundo de cada idade da vida.

Não por acaso, parte considerável da sociologia da juventude constituir-se-á então como uma sociologia do desvio: *jovem* é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo. Se as formas do desvio variam, em função de níveis distintos de estratificação social e cultural, o desvio como tal, ainda que não sempre em suas modalidades extremas, é inerente à experiência juvenil, conforme propôs David Matza (1961), em sua análise das tradições ocultas da juventude. Assim, embora a tradição boêmia, o radicalismo estudantil e a tradição delinqüente incidissem sobre campos diferentes da prática social, as três, conforme Matza, tinham forte apelo entre a juventude e eram “especificamente antiburguesas”, ainda que de maneiras diversas.

O delinqüente, por exemplo, não denuncia os dispositivos da propriedade burguesa, mas os viola. Rejeita os sentimentos burgueses de método e rotina, particularmente quando se manifestam no interior do sistema escolar. A atitude boêmia com relação aos dispositivos da propriedade burguesa é tipicamente de indiferença, embora horrorizada com a dimensão mercantil comumente associada a esses dispositivos. (...) Particularmente nas variedades do marxismo revolucionário, que representa o mais importante exemplo do radicalismo moderno, o foco primário do ataque radical foi o sistema capitalista de dominação política e econômica e o papel imperialista alegadamente desempenhado por tais sistemas

2. Tradução da autora a partir da edição francesa.

nos assuntos internacionais. (...) Nesse sentido, vemos que cada tradição subterrânea foi hostil à ordem burguesa, mas cada uma seguiu uma linha de ataque algo diferente. (MATZA, 1961, 106)

Embora a contribuição do funcionalismo, sobretudo norte-americano, para a compreensão das práticas desviantes da juventude, por um número considerável de estudos empíricos, seja de importância inegável, é difícil também não reconhecer o aspecto quase caricatural de uma sociologia para a qual valores e arcabouço normativo da ordem social constituem, não categorias de análise, mas *a priori*, a partir do qual a análise será desenvolvida. Em artigo anterior, também muito conhecido, o próprio David Matza, juntamente com Gresham Sykes (1957), se interroga sobre as técnicas empregadas pelos jovens para *neutralizar* o inevitável sentimento de culpabilidade que experimentariam ao transgredir valores convencionais. A ordem social é, simultaneamente, uma ordem moral e normativa e o desvio, fato excepcional e objeto a ser explicado – mas também fato inscrito no interior de uma relação intergeracional. Aliás, Solomon Kobrin (1951) registra, observação importante, que a delinqüência propriamente *juvenil* inexistente em áreas fortemente controladas por uma criminalidade adulta estável, de tipo profissional e com capacidade de integração do jovem nas práticas criminosas. Embora a delinqüência do jovem esteja presente, ela perde nesse contexto sua dimensão juvenil estrito senso.

Vale dizer, de passagem, que os temas da ordem e da normatividade estão longe de ser um problema exclusivo do funcionalismo. E, embora o interacionismo tenha renovado profundamente as formas de perceber o desvio, sobretudo deslocando uma problemática até então definida em termos motivacionais para uma outra, definida em termos de interação, ele não rompe com a estrutura básica do raciocínio funcionalista, definida pela oposição entre norma e desvio. O ator *goffmaniano* é extremamente convencional e para Becker (1985) as próprias normas são produzidas por empresários da moral, num contexto definido em termos de interações. Nessa perspectiva, se o jovem não constitui uma categoria exclusiva dos desviantes, constitui, com certeza, uma categoria importante, pode-se dizer mesmo central, nas representações sociais do desvio.

Assim, o temor suscitado pelo jovem, o sentimento de insegurança a ele freqüentemente associado no imaginário adulto, constituem a outra face dessa moeda. Já não se trata aí do jovem cujo desvio é necessário prevenir ou mesmo punir, mas daquele que ameaça o adulto indefeso, encarnando tudo aquilo que, em sua vida, este já não consegue controlar. Gérard Mauger (1991) dirá, nessa perspectiva, que o sentimento de insegurança inspirado pelos jovens não pode ser reduzido a um efeito mecânico do crescimento

da delinquência juvenil, porque lança raízes mais amplamente no conjunto de representações sociais que cada sociedade e cada época constróem sobre a sua própria juventude.

Tampouco os recortes classistas fogem a essa oposição estrutural de tipo intergeracional. Quer se trate de uma dominação de classe travestida através de categorias administrativas e da ação do Estado, como quer Chamboredon (1971), para quem os atores institucionais comportam-se de maneira muito mais flexível e laxista quando se trata de punir o desvio em jovens originários de classes médias ou abastadas do que quando se trata de jovens oriundos das classes populares, quer se trate de uma socialização de classe que as transformações históricas da sociedade, e particularmente o esgotamento da ordem industrial inviabilizaram (DUBET, 1987), quer se trate dos prolongamentos dessa temática tal como se manifesta na discussão sobre as subculturas juvenis, sempre subculturas de classe, o binômio ordem social/socialização permanece inteiro como categoria interpretativa central. Significativamente a *juventude da greve* historiada por Michelle Perrot (1984) refere-se ao mesmo tempo ao caráter violento das greves protagonizadas por jovens no século XIX, no bojo de um movimento operário nascente, e à juventude dessa forma de luta, como tal.

A ruptura com uma problemática fortemente dominada pelos temas da ordem e do desvio, cristalizou-se em torno da idéia de geração. Nos termos em que foi originalmente formulada por Mannheim (1990), havia significado uma valorização do novo na área da sociologia do conhecimento. Renasce nos anos 60, em meio aos debates sobre o engajamento político da juventude. *Culture and Commitment*, de Margaret Mead (1979), tinha como subtítulo a *Study of the Generation Gap*. São duas faces do mesmo problema: é o engajamento político dos jovens que revela o fosso entre as gerações. Esse engajamento público maciço a que se assiste então nos mais diferentes países tem, diz Mead, um único elemento comum: o fato de ser uma expressão política juvenil. A noção de geração estará, pelos mesmos motivos, no centro da análise empreendida por Marialice Foracchi (1964) sobre o papel do estudante na transformação da sociedade brasileira. A juventude não é apenas vigiada e desviante: sua marginalidade inova e transforma (PERROT, 1986).

É preciso, não obstante, reconhecer que os fundamentos da sociologia da juventude estão originalmente ligados a uma representação da ordem social, e do lugar dos grupos etários e de suas responsabilidades respectivas na preservação dessa ordem, na sua observância, na ruptura com relação a ela, ou na sua transformação. Quer o passado imprima ao futuro o seu significado, quer o futuro se imponha ao passado como perspectiva de renovação.

DESORDEM NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO CICLO DA VIDA

Essa estrutura de oposições significativas que deu abrigo a uma sociologia da juventude desaparece ou se dissolve, no bojo da aceleração das transformações contemporâneas e hoje só se mantém na ótica da crise ou de uma reação conservadora. Foi, para Mead (1979), a aceleração, justamente, dessas transformações que constituiu um fosso entre as gerações e deu-lhes a brusca consciência de suas identidades geracionais, alterando as relações entre elas. Como para Hannah Arendt (mas também como para Tocqueville que Hannah Arendt evoca), o passado não mais iluminando o futuro, a consciência “caminha nas trevas”: “enquanto os adultos pensarem que, como seus pais e os senhores de outrora, eles podem proceder por introspecção, invocando sua própria juventude para compreender a juventude atual, eles estarão perdidos”. (MEAD, 1979, 93)

A consciência da identidade geracional deriva, portanto, de uma tensão entre duas ordens de significados expressos por gerações diferentes e é tanto mais forte quanto mais forte a própria tensão. Se a tensão se dissolve, ou por mudança excessivamente lenta, ou por mudança excessivamente rápida, já não há também possibilidade de cristalização de identidades geracionais diferenciadas. É o que parece estar ocorrendo agora: o prosseguimento em ritmo acelerado das mesmas transformações históricas, que para Mead constituíram o fosso entre as gerações, impossibilita hoje paradoxalmente a emergência de uma consciência geracional.

Tal questão, de resto, já havia sido considerada por Mannheim. “Temos”, dizia ele,

a prova contrária de que a aceleração da dinâmica social é a causa da entrada em atividade da potencialidade de criação de novos impulsos de geração, no fato de que comunidades profundamente estáveis ou que se transformam pelo menos muito lentamente – como o mundo camponês – não conhecem o fenômeno das unidades de geração que se destacam, alimentadas por enteléquias completamente novas, porque as novas gerações crescem em meio a transformações contínuas de gradação invisível. (...) Portanto, quanto mais o ritmo da dinâmica socio-intelectual se acelera, maiores são as chances de que situações de geração determinadas reajam às mudanças com sua própria ‘enteléquia’ a partir de sua nova situação de geração. *Por outro lado, um ritmo excessivamente rápido pode conduzir a um recobrimento dos germes das enteléquias das gerações uns pelos outros.* Nós, contemporâneos, podemos talvez perceber, graças a uma observação mais atenta, que faixas etárias diferentes se seguem, exatamente escalonadas e coexistem em sua maneira de reagir, mas sem conseguir alcançar a formação de novas enteléquias de geração e princípios estruturadores correspondentes (MANNHEIM, 1990, p.66-67).

Assim, a cristalização geracional se dissolve pela dissolução da oposição entre o passado e o futuro. O futuro se torna presente e absorve o passado. O tempo linear aparentemente se esgota, cedendo lugar a um tempo funcionalmente diferenciado, conforme sugerem alguns autores, inclusive Alberto Melucci em artigo publicado neste número. Importantes mudanças sociais e culturais incidem sobre as representações relativas à especificidade das fases do ciclo vital, alterando-as profundamente. As transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização são provavelmente as mais importantes.

A incidência da transformação das relações de trabalho sobre a representação social do ciclo da vida é naturalmente mais visível ali onde a ação sistemática do Estado mais fortemente contribuiu para institucionalizá-las, o que é o caso na experiência das socialdemocracias européias. Ali, a distribuição do trabalho ao longo do ciclo da vida sofreu mudanças significativas nos últimos 20 anos. Os jovens entram mais tardiamente no mercado de trabalho, enquanto os adultos saem mais cedo, exatamente em um momento em que o ciclo biológico também se alterou, pelo prolongamento da esperança de vida. Isso acarretou, ao mesmo tempo, envelhecimento demográfico e envelhecimento médio da força de trabalho, conforme observa Anne-Marie Guillemard:

Estamos assistindo a um remanejamento profundo da transição da atividade para a aposentadoria, que parece anunciar uma desinstitucionalização do modelo do ciclo de vida ternário. Este último ordena o percurso etário em três tempos sucessivos com funções bem distintas: a juventude se forma, a idade adulta trabalha e a velhice tem direito ao repouso (GUILLEMARD, 1995, p.177).

Partindo da constatação da queda brutal dos índices de atividade na faixa de 55 a 64 anos na maioria dos países desenvolvidos, com exceção da Suécia e do Japão, Guillemard constata que isso acarretou uma modificação na arquitetura dos dispositivos institucionais que regulam a saída definitiva da atividade econômica (GUILLEMARD, 1995, p.179). “O modelo tradicional de saída definitiva da atividade, que implicava simultaneamente um ingresso no sistema de aposentadoria, tornou-se mesmo claramente minoritário para três países: a França, a Alemanha, os Países Baixos.” Em 1988, na França, somente 26,5% dos ativos passavam diretamente da atividade à aposentadoria: 35% vinham do sistema de pré-aposentadoria e 20% do seguro desemprego. Na Alemanha, também a passagem direta à aposentadoria tornou-se minoritária: entre 1980 e 1984, metade dos que se aposentavam vinham de um regime de pensão por invalidez. Além disso, os próprios critérios de atribuições de pensões por invalidez foram modificados para fazer face às novas injunções de funcionalidade do trabalhador assalariado

em relação ao mercado de trabalho, contribuindo para a multiplicação e a diversificação das modalidades possíveis de saída precoce do mercado de trabalho, por outras vias que não a da aposentadoria.

Essas alterações não são inócuas, elas incidem diretamente sobre a representação social do ciclo da vida.

O desenvolvimento dos sistemas de aposentadoria ajudou, juntamente com outras políticas sociais (a educação entre outras), a acentuar o peso dos critérios cronológicos entre as referências que marcam os limites e balizam as transições entre uma idade e outra do ciclo da vida. As aposentadorias contribuíram, portanto, para a cronologização do percurso etário, doravante marcado essencialmente pelas idades cronológicas – a idade obrigatória da escolaridade e a idade mínima fixada pelo fim da escolaridade que delimita a infância e a adolescência, a idade fixada para o direito à aposentadoria integral assinalando a entrada na velhice etc.

Essa definição institucional do percurso etário tinha como corolário a sua normatização e a sua forte previsibilidade. Hoje, o ciclo de vida ternário sofre, sob a influência da reestruturação da proteção social, duas transformações importantes: uma descronologização do ciclo de vida e sua desestandardização. Passa-se de referências cronológicas a referências funcionais para balizar os limites entre uma idade e outra. Isso é particularmente visível no que se refere à atividade econômica, em que a proteção social se orienta cada vez mais, conforme foi dito, por critérios de funcionalidade. Mas essa alteração não é puramente corretiva, ela tende a tornar-se padrão.² Por outro lado, a descronologização do percurso etário induz um ordenamento impreciso, aleatório e não controlável. “O tempo imediato, instantâneo (...) prevalece. Estaríamos evoluindo de um ‘tempo administrado’ para uma ‘recusa do tempo’.” (GUILLEMARD, 1995, 189-192)

A tendência generalizada a um prolongamento da escolaridade também estaria contribuindo para uma desconexão dos atributos da maturidade e, portanto, para a desorganização do modelo ternário do ciclo da vida.

2. "Assim, no caso dos Estados Unidos, onde invalidez e desemprego desempenharam papel restrito, sabe-se que qualquer critério de idade para o exercício, após 40 anos, da atividade profissional foi abolido desde 1986, no quadro da emenda à lei contra a discriminação no emprego. Esse dispositivo legislativo introduz o princípio de *um direito ao trabalho e ao prolongamento da atividade ao qual não pode ser oposto nenhum critério etário*. Esboça, conseqüentemente, uma forma de organização social diferente do percurso etário, marcada por um recuo do critério da idade cronológica e a prevalência de critérios funcionais, fundados nas capacidades e desempenhos do trabalhador. Somente esses últimos critérios autorizam doravante legitimamente o empregador americano a despedir ou a aposentar." (GUILLEMARD, 1995, p. 189).

Não se pode (...) tratar essas transformações da adolescência como um simples alongamento (modelo do postergamento ou do *sursis*), nem como uma simples redefinição do período, ligada às transformações demográficas gerais. São a estrutura e a composição dos atributos sociais da juventude, os modos de acesso à maturidade que se encontram modificados.

Não se trata de fenômeno puramente social, mas também cultural. O significado simbólico de certos atributos se altera e certas idades diminuem – a idade do acesso ao relógio, ao voto, ao exercício da sexualidade adulta, à moradia independente, à detenção de um meio de locomoção independente, carro ou moto. (CHAMBOREDON, 1995, p. 17, 18, 20) Mas, ao mesmo tempo, isso não ocorre de maneira homogênea em todas as camadas da população. O desemprego do jovem e a carência de autonomia financeira obrigam muitos a permanecerem durante muito tempo sob o mesmo teto que os pais. Entre as camadas populares a separação entre sexualidade precoce e reprodução, que já não encontra mais um freio eficiente na definição moral da honra feminina, nem sempre se faz de modo adequado.

MUTAÇÃO BIOLÓGICA DO CICLO DA VIDA: O JOVEM COMO MODELO CULTURAL

A desorganização do modelo ternário do ciclo da vida, vista sob o prisma do reordenamento funcional das prestações oferecidas pelo Estado no campo da proteção social, constitui apenas um dos indicadores das transformações mais gerais do mundo contemporâneo, particularmente no que se refere às responsabilidades respectivas e à lógica das reciprocidades entre os diferentes grupos etários.

Embora nossa consciência dessas transformações seja ainda extremamente recente, já parece claro que o modelo educativo da socialização, co-fundador da ordem moderna, entrou em estado de obsolescência. Vários indícios apontam para um modo de ordenamento cultural que seria hoje, se recorremos às categorias de Mead (1979), mais *cofigurativo*, no sentido de um aprendizado comum realizado pelos diferentes grupos etários face às injunções de um mundo que lhes aparece como fundamentalmente novo, do que *pós-figurativo*, como o foi o modelo da modernidade ocidental, pautado na transmissão da experiência passada como elemento de ordenação e domesticação do futuro, ou *pré-figurativo* como foi o modelo fundado nas utopias de que foi portadora a geração dos anos 60.

Mas não se trata apenas de aceleração da mudança social. Trata-se também de uma verdadeira mutação biológica do ciclo da vida, introduzida a partir de

uma elevação importante da esperança de vida, que já dobrou em menos de um século e cujo processo de alongamento tende a continuar. Desse ponto de vista, a definição das fases da vida, pontuada em seus extremos pelo nascimento e pela morte, sofre também profunda alteração, cujas consequências permanecem ainda obscuras para nós (Morin, 1970). O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente.

Guita Debert observa, nessa perspectiva, que

as novas imagens do envelhecimento e as formas contemporâneas de gestão da velhice no contexto brasileiro (...) oferecem (...) um quadro mais positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea em que a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições gerais que afetam as pessoas em qualquer fase (DEBERT, 1996, p.12-13).

Acrescenta, no entanto, que seria ilusório pensar que essas mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. A característica marcante desse processo é a valorização da juventude que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. Mais do que isso, “a promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo”. A importância dos meios de comunicação de massa como veículo de integração cultural e o crescimento do consumo de massa contribuem para essa juvenização. O tema das subculturas juvenis ancoradas em experiências de classes tende a ser relativizado e cede em parte lugar ao dos estilos, gêneros e cenas numa representação da sociedade como espetáculo (Abramo, 1994). O novo significado dos estudos sobre juventude emerge ao que parece desse conjunto de transformações. Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir. Interrogar essas categorias permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, mas também da nova sociedade transformada pela mutação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ARENDT, H. *La crise de la culture*. Paris: Gallimard, 1972.
- ARIÈS, P. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon, 1960.
- _____. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1973.
- BECKER, H. S. *Outsiders: études de sociologie de la déviance*. Paris: Métailié, 1985.
- CHAMBOREDON, J.-C. La délinquance juvénile, essai de construction d'objet. *Revue française de Sociologie*, n. 12, p. 335-377, 1971.
- DEBERT, G. G. A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22-26 out. 1996. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1996. (GT: cultura e política).
- DUBET, F. *La Galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987.
- _____; MARTUCCELLI, D. *A l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.
- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d].
- ELIAS, N. *La civilisation des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1973.
- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 1964. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- O JOVEM COMO MODELO CULTURAL 24, n. 5, mai./ago. 1997.
- _____. n. 6, set./dez. 1997.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. *Histoire de la sexualité 1: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FURET, F.; OZOUF, J. *Lire et écrire: l'alphabétisation des Français de Calvin à Jules Ferry*. Paris: Minuit, 1977.
- GUILLEMARD, A.-M. Le cycle de vie en mutation: la place du travail en question: individualisation ou normalisation? In: DUBET, F.; WIEVIORKA, M. (Orgs.). *Penser le sujet: autour d'Alain Touraine*. Paris: Fayard, 1995.
- KOBRIN, S. *The conflict of values in delinquency areas*. *American Sociological Review*, v. 16, p. 653-661, Oct. 1951.

- MANNHEIM, K. *Le problème des générations*. Paris: Nathan, 1990.
- MATZA, D. Subterranean traditions of youth. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 338, Nov. 1961.
- _____; SYKES, M. G. Techniques of neutralization: a theory of delinquency. *American Sociological Review*, n. 22. p. 657-669, 1957.
- MAUGER, G. Les représentations sociales de la jeunesse comme facteurs d'insécurité: notes pour une recherche. *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 5, mai./jul. 1991.
- MEAD, M. *Le fossé des générations*. Paris: Denoël/Gonthier, 1979.
- MOREL, M.-F. L'enfant dans la ville: XVIe - XIXe siècles. In: CENTRE DE CREATION INDUSTRIELLE; CENTRE NATIONAL D'ART ET DE CULTURE GEORGES POMPIDOU. *La ville et l'enfant*. Paris: CCI, CNACGP, 1977.
- MORIN, E. *L'homme et la mort*. Paris: Seuil, 1970.
- PERROT, M. Le gamin de Paris: généalogie d'un portrait. In: CENTRE DE CREATION INDUSTRIELLE; CENTRE NATIONAL D'ART ET DE CULTURE GEORGES POMPIDOU. *La ville et l'enfant*. Paris: CCI, CNACGP, 1977.
- PERROT, M. *Jeunesse de la grève: France 1871-1890*. Paris: Seuil, 1984.
- _____. Quand la société prend peur de sa jeunesse en France, au 19e siècle. In: PROUST, F. (Org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vauresson: CRIV, 1986.
- SINGLY, F. De. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan, 1993.
- TOURAINÉ, A. Jeunesse et société au Chili. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 137, ago. 1993.

JUVENTUDE, TEMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS*

Alberto Melucci

Universidade degli Studi di Milano

As atuais tendências emergentes no âmbito da cultura e da ação juvenil têm que ser entendidas a partir de uma perspectiva macrosociológica e, simultaneamente, através da consideração de experiências individuais na vida diária. Neste ensaio, tentarei integrar esses dois níveis de análise e proporei que:

- 1) conflitos e movimentos sociais em sociedades complexas mudam do plano material para o plano simbólico;
- 2) a experiência do tempo é um problema central, um dilema central;
- 3) pessoas jovens, e particularmente adolescentes, são atores-chave do ponto de vista da questão do tempo em sociedades complexas.

DA AÇÃO EFETIVA AO DESAFIO SIMBÓLICO

Vivemos em uma sociedade que concebe a si mesma como construída pela ação humana. Em sistemas contemporâneos, a produção material é transformada em produção de signos e de relações sociais. Uma codificação socialmente produzida intervém na definição do eu, afetando as estruturas biológica e motivacional da ação humana. Ao mesmo tempo, existe uma crescente possibilidade, para os atores sociais, de controlarem as condições de for-

* Publicado originalmente na *Revista Young*. Estocolmo: v. 4 n. 2, 1996, e republicado pela *Revista Brasileira de Educação* n. 5-6, mai./dez. 1967, especial sobre Juventude e Contemporaneidade, na tradução de Angelina Teixeira Peralva.

mação e as orientações de suas ações. A experiência é cada vez mais construída por meio de investimentos cognitivos, culturais e materiais. Tais processos, de caráter sistêmico, são diretamente vinculados às transformações, pela produção de recursos que tornam possível a sistemas de informação de alta densidade manterem-se e modificarem-se.

A tarefa não é somente da ordem da dominação da natureza e da transformação de matéria-prima em mercadoria, mas, sim, do desenvolvimento da capacidade reflexiva do eu de produzir informação, comunicação, sociabilidade, com um aumento progressivo na intervenção do sistema na sua própria ação e na maneira de percebê-la e representá-la. Podemos mesmo falar de produção da reprodução.

Tome-se o exemplo dos processos de socialização: o que foi considerado no passado como transmissão básica de regras e valores da sociedade é agora visto como possibilidade de redefinição e invenção das capacidades “formais” de aprendizado, habilidades cognitivas, criatividade. Do ponto de vista do planejamento demográfico e da biogenética, o que era considerado reprodução de aspectos naturais de um sistema tornou-se um campo de intervenção social. A ciência desenvolve a capacidade auto-reflexiva de modificação da “natureza interna”, das raízes biológicas, cognitivas e motivacionais da ação humana.

Isto revela os dois lados da mudança na nossa sociedade. Por um lado, existe um aumento da capacidade social de ação e de intervenção na ação como tal, nas suas pré-condições e raízes; e por outro, a produção de significados está marcada pela necessidade de controle e regulação sistêmica.

Os indivíduos percebem uma extensão do potencial de ação orientada e significativa de que dispõem, mas também se dão conta de que tal possibilidade lhes escapa, graças a uma regulação capilar de suas capacidades de ação, que afeta suas raízes motivacionais e suas formas de comunicação. Os sistemas complexos nos quais vivemos constituem redes de informação de alta densidade e têm que contar com certo grau de autonomia de seus elementos. Sem o desenvolvimento das capacidades formais de aprender e agir (aprendendo a aprender), indivíduos e grupos não poderiam funcionar como terminais de redes de informação, as quais têm que ser confiáveis e capazes de auto-regulação. Ao mesmo tempo, seja como for, uma diferenciação pronunciada demanda maior integração e intensificação do controle, que se desloca do conteúdo para o código, do comportamento para a pré-condição da ação.

O que quero dizer é que sociedade não é a tradução monolítica de um poder dominante e de regras culturais na vida das pessoas, ela lembra um campo interdependente constituído por conflitos e continuamente preenchido por significados culturais opostos. Os conflitos se desenvolvem naquelas áreas do sistema mais diretamente expostas aos maiores investimentos simbólicos e informacionais, ao mesmo tempo sujeitas às maiores pressões por conformidade. Os atores nesses conflitos são aqueles grupos sociais mais diretamente expostos aos processos que indiquei; eles são cada vez mais temporários e sua ação serve de indicador, como se fosse uma mensagem enviada à sociedade, a respeito de seus problemas cruciais.

A maneira pela qual os conflitos se expressam não é, de qualquer forma, a da ação ‘efetiva’. Desafios manifestam-se pela reversão de códigos culturais, tendo então basicamente um “caráter formal”. Nos sistemas contemporâneos os signos tornaram-se intercambiáveis: o poder apóia-se de forma crescente nos códigos que regulam o fluxo de informação. A ação coletiva de tipo antagonista é uma *forma* a qual, pela sua própria existência, com seus próprios modelos de organização e expressão, transmite uma mensagem para o resto da sociedade. Os objetivos instrumentais típicos de ação política não desaparecem, mas tornam-se pontuais e, em certa medida, substituíveis. Eu chamo essas formas de ação desafios simbólicos. Elas afetam as instituições políticas, porque modernizam a cultura e a organização dessas instituições, e influenciam a seleção de novas elites. Mas ao mesmo tempo levantam questões obscurecidas pela lógica dominante da eficiência. Trata-se de uma lógica de meios: requer aplicação e operacionalização de decisões tomadas por aparelhos anônimos e impessoais. Mais uma vez os atores pelos conflitos colocam na ordem do dia a questão dos fins e do significado.

Mas pode-se continuar a falar de “movimentos” quando a ação se refere a significados, a desafios face aos códigos dominantes que dão forma à experiência humana? Mais apropriado seria falar de redes conflituosas que são formas de produção cultural.

EXPERIÊNCIA DE TEMPO

Em uma sociedade que está quase inteiramente construída por nossos investimentos culturais simbólicos, tempo é uma das categorias básicas pela qual nós construímos nossa experiência. Hoje, o tempo se torna uma questão-chave nos conflitos sociais e na mudança social. A juventude que se situa, biológica e culturalmente, em íntima relação com o tempo,

representa um ator crucial, interpretando e traduzindo para o resto da sociedade um dos seus dilemas conflituais básicos.

Vemos de um modelo de sociedade, o capitalismo industrial, no qual o tempo era considerado em termos de duas referências fundamentais. A primeira é a máquina. O tempo que a sociedade moderna conhece é medido por máquinas: relógios são máquinas por excelência. A máquina cria uma nova dimensão do tempo: não mais “natural” (isto é, marcado somente pelos ciclos do dia e noite, as estações, nascimento e morte) e não mais “subjetivo” (isto é, ligado à percepção e experiência dos atores humanos). O tempo da máquina é um produto artificial que tem a objetividade de uma coisa. É também uma medida universal que permite comparação e troca de desempenhos e recompensas, através do dinheiro e do mercado. Tempo é uma medida de quantidade: nos ritmos diários de trabalho como nos balançetes anuais das empresas. Aliás, em qualquer cálculo pautado na racionalidade instrumental, a máquina estabelece continuidade entre tempo individual e tempo social.

A segunda característica da experiência moderna de tempo é uma orientação finalista: tempo tem direção e o seu significado só se torna inteligível a partir de um ponto final, o fim da história. A própria idéia de um curso da história, a ênfase com que a sociedade industrial tratou a história, deriva de um modelo de tempo que pressupõe uma orientação para um fim: progresso, revolução, riqueza das nações ou a salvação da humanidade (um tempo linear que se move em direção a um fim é a última herança dessacralizada de um tempo cristão). Existe, então, uma unidade e uma orientação linear do tempo; e o que ocorre nele, o que o indivíduo experimenta, adquire sentido em relação ao ponto final: todas as passagens intermediárias são medidas em relação com o final do tempo.

Na situação presente, podemos perceber nossa distância com respeito a esse modelo porque a diferenciação das nossas experiências do tempo está aumentando. Os tempos que nós experimentamos são muito diferentes uns dos outros e, às vezes, parecem até opostos. Há tempos muito difíceis de medir – tempos diluídos e tempos extremamente concentrados. Pense na multiplicidade de tempos que imagens (televisão, gráficos, propaganda) introduzem na nossa vida diária. Isto também significa separações, interrupções mais definidas que no passado – muito mais perceptíveis do que em estruturas sociais relativamente homogêneas – entre os diferentes tempos em que nós vivemos.

Existe particularmente uma clara separação entre tempos interiores (tempos que cada indivíduo vive sua experiência interna, afeições, emoções) e tempos exteriores marcados por ritmos diferentes e regulado pelas múltiplas esferas de pertencimento de cada indivíduo. A presença dessas diferentes experiências temporais não é novidade, mas certamente em uma sociedade rural ou mesmo na sociedade industrial do século XIX, existiu certa integração, certa proximidade entre experiências subjetivas e tempos sociais, e entre os vários níveis dos tempos sociais. Em sistemas mais altamente diferenciados, a descontinuidade tornou-se experiência comum.

Tais mudanças refletem tendências amplas no sentido de uma extensão artificial das dimensões subjetivas do tempo por meio de estímulos particulares ou de situações construídas. Uma experiência comum de dilatação forçada do tempo interno é produzida por drogas. Drogas ocupam um lugar importante em sociedades tradicionais, mas nos limites de uma ordem que lhes atribui uma função específica. Não há separação entre a droga ritual dos índios americanos e seu papel na vida social e na vida interior dos indivíduos. Essa “fratura” ritual permitida, essa dilatação do tempo subjetivo induzida pela droga, é parte de uma ordem sagrada e contribui para a reafirmação de um equilíbrio entre a vida social e o espaço assegurado ao indivíduo no grupo.

Nas nossas sociedades, no entanto, o extremo exemplo das drogas representa um sinal dramático, o mais significativo e ambíguo sintoma de diferença entre tempo externo e tempo interno. Mas existe também, embora em uma escala menos dramática, um aumento de oportunidades artificialmente construídas para viver e experimentar emoções livres dos limites do tempo social: desde o turismo exótico ou experiências de “liberação” do corpo até os paraísos totalitários das seitas neomísticas. A ambivalência desses fenômenos deve ser sublinhada. Eles são sinais de uma tensão não resolvida entre os múltiplos tempos da experiência cotidiana.

A diferenciação do tempo produz alguns problemas novos. Aumenta, em primeiro lugar, a dificuldade em reduzir tempos diferentes para a homogeneidade de uma medida geral. Mas existe também uma acentuação da necessidade de integrar essas diferenças, tanto coletivamente, quanto, acima de tudo, dentro da unidade de uma biografia individual e de um “sujeito” da ação dotado de identidade (Melucci, 1996a; Csikzentmihalyi, 1988 e 1991).

Além disso, um tempo diferenciado é cada vez mais um tempo sem uma história, ou melhor, um tempo de muitas histórias relativamente independentes. Então é também um tempo sem um final definitivo, o que faz do presente uma medida inestimável do significado da experiência de cada um de nós. Por último, um tempo múltiplo e descontínuo indubitavelmente revela seu caráter ‘construído’ de produto cultural. A fábrica industrial já cancelou o ciclo natural de dia e noite. Agora todos os outros tempos da natureza estão perdendo sua consistência. A experiência das estações se dissolve nas mesas de nossas salas de jantar, onde a comida perde qualquer referência a ciclos sazonais, ou em nossas férias, que nos oferecem um sol tropical ou neve durante todo o ano. Até o nascimento ou a morte, eventos por excelência do tempo natural estão perdendo sua natureza de necessidade biológica, tornando-se produtos de intervenção médica e social.

A definição de tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal. Como medir o tempo? Quando será encontrado o significado ‘certo’ para o tempo individual e coletivo? Como podemos preservar nosso passado e preparar o nosso futuro em sociedades complexas? Tais questões sem respostas são alguns dos dilemas básicos com os quais se confronta a vida humana em sociedades complexas.

A juventude, por causa de suas condições culturais e biológicas, é o grupo social mais diretamente exposto a estes dilemas, o grupo que os torna visíveis para a sociedade como um todo.

ADOLESCÊNCIA E TEMPO

Adolescência é a idade na vida em que se começa a enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade. A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial. Esta elementar observação é suficiente para ilustrar o entrelaçamento de planos temporais e a importância da dimensão do tempo nesta fase da vida (LEVINSON, 1978; COLEMAN, 1987; HOPKINS, 1983; MONTAGNAR, 1983; SAVIN WILLIAMS, 1987; SCHAVE, 1989). Não há dúvida que, se a experiência do envelhecimento está sempre relacionada com o tempo, é durante a adolescência que essa relação se torna consciente e assume conotações emocionais. Pesquisas psicológicas e psicossociológicas têm dado especial atenção durante os últimos anos para com a perspectiva temporal do ado-

lescente (TROMSDORFF et al., 1979; PALMONARI, 1979; NUTTIN, 1980; RICOLFI;SCIOLLA, 1980, 1990; OFFER, 1981, 1988; CAVALLI, 1985; RICCI BITTI et al., 1985; ANATRLLA, 1988; Fabbrini; Melucci, 1991).

Uma análise em termos de perspectiva temporal considera o tempo como um horizonte no qual o indivíduo ordena suas escolhas e comportamento, construindo um complexo de pontos de referência para suas ações. A maneira como a experiência do tempo é vivenciada vai depender de fatores cognitivos, emocionais e motivacionais, os quais governam o modo como o indivíduo organiza o seu “estar na terra”. Nesse sentido, atitudes relacionadas com várias fases temporais podem ser levadas em consideração (exemplo: satisfação ou frustração, abertura ou fechamento com respeito ao passado, presente ou futuro); ou a direção que cada pessoa atribui para a sua própria experiência do tempo (exemplo: preferência por uma orientação direcionada para uma ou outras fases temporais); ou o grau de extensão assumido pelo horizonte temporal para cada indivíduo (exemplo: perspectiva ampla ou limitada, contínua ou fragmentada). A organização de eventos e sua seqüência, a relação entre eventos externos e internos, o grau de investimento emocional em várias situações – tudo se torna meio de organizar a própria biografia e definir a própria identidade.

A perspectiva temporal do adolescente tornou-se um tema interessante de pesquisa, porque a biografia dos dias de hoje tornou-se menos previsível, e os projetos de vida passaram mais do que nunca a depender da escolha autônoma do indivíduo. Nas sociedades do passado, a incerteza quanto ao futuro podia ser o resultado de eventos aleatórios e incontroláveis (epidemia, guerra, colapso econômico), mas raramente envolvia a posição de cada um na vida, a qual era determinada pelo nascimento e se tornava previsível pela história da família e o contexto social. Para o adolescente moderno, por outro lado, a relativa incerteza da idade é multiplicada por outros tipos de incerteza que derivam simplesmente dessa ampliação de perspectivas: a disponibilidade de possibilidades sociais, a variedade de cenários nos quais as escolhas podem ser situadas.

A pesquisa indica várias tendências. A adolescência é a idade em que a orientação para o futuro prevalece e o futuro é percebido como apresentando maior número de possibilidades. Uma perspectiva temporal aberta corresponde a uma forte orientação para a auto-realização, resistência contra qualquer determinação externa dos projetos de vida e desejo de uma certa variabilidade e reversibilidade de escolha. Em comparação com o passado, a

tendência aponta no sentido de uma redução dos limites da memória e de se considerar o passado como fator limitativo, acima de tudo.

Tais resultados de pesquisas sugeririam que a perspectiva temporal do adolescente constitui um ponto de observação favorável para o estudo da maneira pela qual nossa cultura está organizando a experiência do tempo. Na sociedade contemporânea, de fato, a juventude não é mais somente uma condição biológica mas uma definição cultural. Incerteza, mobilidade, transitoriedade, abertura para mudança, todos os atributos tradicionais da adolescência como fase de transição, parecem ter se deslocado bem além dos limites biológicos para se tornarem conotações culturais de amplo significado que os indivíduos assumem como parte de sua personalidade em muitos estágios da vida (MITTERAUER, 1986; ZIEHE, 1991). Nesse sentido, a adolescência parece estender-se acima das definições em termos de idade e começa a coincidir com a suspensão de um compromisso estável, com um tipo de aproximação nômade em relação ao tempo, espaço e cultura. Estilos de roupas, gêneros musicais, participação em grupos, funcionam como linguagens temporárias e provisórias com as quais o indivíduo se identifica e manda sinais de reconhecimento para outros.

Na opinião que prevalece nos dias de hoje, ser jovem parece significar plenitude como o oposto de vazio, possibilidades amplas, saturação de presença. A vida social é hoje dividida em múltiplas zonas de experiência, cada qual caracterizada por formas específicas de relacionamento, linguagem e regras. Complexidade e diferenciação parecem abrir o campo do possível a tal ponto que a capacidade individual para empreender ações não se mostra à altura das potencialidades da situação. Esse excesso de possibilidades, que nossa cultura engendra, amplia o limite do imaginário e incorpora ao horizonte simbólico regiões inteiras de experiência que foram previamente determinadas por fatores biológicos, físicos ou materiais. Nesse sentido, a experiência é cada vez menos uma realidade transmitida e cada vez mais uma realidade construída com representações e relacionamentos: menos algo para se “ter” e mais algo para se “fazer”.

O adolescente percebe os efeitos dessa ampliação de possibilidades da maneira mais direta pela expansão dos campos cognitivo e emocional (tudo pode ser conhecido, tudo pode ser mudado); a reversibilidade de escolhas e decisões (tudo se pode mudar); a substituição de constructos simbólicos pelo conteúdo material da experiência (tudo pode ser imaginado).

O que acontece com a experiência? Ultrapassada e invadida pelo apelo simbólico da possibilidade, ameaça se perder em um presente ilimitado, sem raízes, devido à uma memória pobre, com pouca esperança para o futuro como todos os produtos do desencanto. A experiência se dissolve no imaginário, mas o teste de realidade, na sua dureza, produz frustração, tédio e perda de motivação.

Os novos sofrimentos, as novas patologias dos adolescentes, estão relacionadas com o risco de uma dissolução da perspectiva temporal (LAUFER, 1975; COPLEY, 1976; SELVINI PALAZZOLI, 1984; LAWTON, 1985; MEREDITH, 1986; NOONAN, 1989). Presenças como a capacidade de atribuir sentido às próprias ações e de povoar o horizonte temporal com conexões entre tempos e planos de experiências diferentes, são frágeis e pouco sólidas. Exatamente ali onde a abundância, a plenitude e capacidade de realização parecem reinar, nós nos deparamos com o vazio, a repetição e a perda do senso de realidade. Um tempo de possibilidades excessivas torna-se possibilidade sem tempo, isto é, simplesmente mero fantasma da duração, chance fantasma. O tempo pode tornar-se invólucro vazio, espera sem fim por Godot.

Na experiência dos adolescentes de hoje, a necessidade de testar limites tornou-se condição de sobrevivência do sentido. Sem atingir-se o limite não pode haver experiência ou comunicação; sem a consciência da perda da existência do outro, como dimensões que compõem o estar-na-terra, não pode haver ação dotada de significado ou possibilidade de manter uma relação com outros.

Consciência do limite, o cansaço produzido pelo esforço para ultrapassá-lo, a percepção do que está faltando – sentido de perda – criam raízes para que se presencie como algo possível a aceitação do presente e o planejamento do futuro: como responsabilidade para consigo mesmo e para com outros, como reconhecimento daquilo que fomos e do que podemos nos tornar. Para os adolescentes de hoje a experiência de tempo como possibilidade, mas também como limitação, é uma maneira de salvaguardar a continuidade e a duração; uma maneira de evitar que o tempo seja destruído em uma seqüência fragmentada de pontos, uma soma de momentos sem tempo.

CONTINUIDADE ATRAVÉS DA MUDANÇA

Está agora claro que a maneira como os adolescentes constroem sua experiência é cada vez mais fragmentada. Adolescentes pertencem a uma pluralidade de redes e de grupos. Entrar e sair dessas diferentes formas de

participação é mais rápido e mais freqüente do que antes e a quantidade de tempo que os adolescentes investem em cada uma delas é reduzida. A quantidade de informação que mandam e recebem está crescendo em um ritmo sem precedentes. Os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que, por sua vez, são chamados a recebê-las e a respondê-las com outras mensagens. O passo da mudança, a pluralidade das participações, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem todos para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. A possibilidade de definir uma biografia contínua torna-se cada vez mais incerta.

Nesse sentido, o significado do presente não se encontra no passado, nem em um destino final da história; o tempo perde sua finalidade linear e a catástrofe (nuclear, ecológica) torna-se uma possibilidade. Mas esta deslinearização do tempo revela a singularidade da experiência individual. O tempo individual e cada momento dentro dele não se repete nunca. Não somente ele não retorna em um ciclo repetitivo sem fim, mas tampouco será portador de outro sentido, outra finalidade senão aquela que os indivíduos e grupos são capazes de produzir para si mesmos.

Nomadismo e metamorfose parecem constituir respostas para essa necessidade de continuidade através da mudança. A unidade e continuidade da experiência individual não pode ser encontradas em uma identificação fixa com um modelo, grupo ou cultura definidos. Deve, em vez disto, ser fundamentado na capacidade interior de “mudar a forma” de redefinir-se a si mesmo repetidas vezes no presente, revertendo decisões e escolhas. Isso também significa acalentar o presente como experiência única, que não pode ser reproduzida, e no interior da qual cada um se realiza.

DESAFIANDO A DEFINIÇÃO DOMINANTE DE TEMPO

Para lidar com tantas flutuações e metamorfoses, os adolescentes sentem que a identidade deve estar enraizada no presente. Eles devem ser capazes de abrir e fechar seus canais de comunicação com o mundo exterior para manter vivos seus relacionamentos, sem serem engolidos por uma vasta quantidade de signos. Ainda mais, para abraçar um campo amplo de experiências que não pode ser confinado dentro dos rígidos limites de um pensamento racional, precisam de novas capacidades para contatos imediatos e intuitivos com a

realidade. Essas exigências alteram os limites entre dentro e fora e apontam para a necessidade de maior consciência de si mesmo e responsabilidade para um contato mais estreito com a experiência íntima de cada um.

Novamente, como a cadeia de possibilidades torna-se muito ampla comparada com oportunidades atuais de ação e experiência, o questionamento sobre limites torna-se um problema fundamental para os adolescentes de hoje. Considerando o declínio dos ritos de passagem que outrora marcavam os limites entre infância e vida adulta (VAN GENNEP, 1981; KETT, 1977) e sendo exposto a um novo relacionamento com os adultos (MCCORMACK, 1985; HERBERT, 1987) eles próprios expostos a uma pressão crescente da mudança, a juventude contemporânea tem que encontrar novos caminhos para vivenciar a experiência fundamental dos limites. A definição e o reconhecimento de limites pessoais e externos é a chave para se mover em qualquer direção: através da comunicação com o exterior e conformidade com as regras do tempo social ou através de uma voz interna que fala com cada pessoa em sua linguagem secreta. Somente assim um ciclo de abertura e fechamento pode ser estabelecido, por uma oscilação permanente entre os dois níveis de experiência. Tais passagens marcam a evolução dinâmica, as metamorfoses da vida pessoal.

Aprendendo como empreender estas passagens – um problema de escolha, incerteza e risco – os adolescentes reativam no resto da sociedade a memória da experiência humana dos limites e da liberdade. Eles vivem para todos como receptores sensíveis e perceptivos da cultura contemporânea, os dilemas do tempo em uma sociedade complexa: o tempo como medida de mudança para nossas sociedades que necessitam prever e controlar seu desenvolvimento; o tempo como definição pontual da identidade individual e coletiva; o tempo como uma flecha linear ou como campo de experiência reversível e multidirecional. Desafiando a definição dominante do tempo, os adolescentes anunciam para o resto da sociedade que outras dimensões da experiência humana são possíveis. E fazendo isto, apelam à sociedade adulta para a sua responsabilidade: a de reconhecer o tempo como uma construção social e de tornar visível o poder social exercido sobre o tempo.

Tornar o poder visível é a mais importante tarefa na ordem dos conflitos em nossa sociedade. Revertendo a definição adulta do tempo, os adolescentes simbolicamente contestam as variáveis dominantes de organização do tempo na sociedade. Eles revelam o poder escondido atrás da neutralidade técnica da regulação temporal da sociedade.

AÇÃO COMUNICATIVA

O antagonismo dos movimentos juvenis é eminentemente comunicativo do ponto de vista de sua natureza (MELUCCI, 1989, 1996b). Nos últimos 30 anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva: refiro-me a formas de ação inteiramente compostas de jovens, assim como à participação de pessoas jovens em mobilizações que também envolveram outras categorias sociais. Começando pelo movimento estudantil dos anos 60 é possível traçar a participação juvenil em movimentos sociais pelas formas 'sub-culturais' de ação coletiva nos anos 70 como os punks, os movimentos de ocupação de imóveis, os centros sociais juvenis em diferentes países europeus, pelo papel central da juventude nas mobilizações pacifistas e ambientais dos anos 80, pelas ondas curtas mas intensas de mobilização de estudantes secundaristas dos anos 80 e começo dos 90 (na França, Espanha e Itália, por exemplo) e, finalmente, pelas mobilizações cívicas nos anos 90 como o anti-racismo no norte da Europa, França e Alemanha ou o movimento da antimáfia na Itália. Todas estas formas de ação envolvem pessoas jovens como atores centrais; mesmo se apresentam diferenças históricas e geográficas com o passar das décadas, elas dividem características comuns que indicam um padrão emergente de movimentos sociais em sociedades complexas, pós-modernas. Nesses sistemas cada vez mais baseados em informação, a ação coletiva, particularmente aquela que envolve os jovens, oferece outros códigos simbólicos ao resto da sociedade – códigos que subvertem a lógica dos códigos dominantes. É possível identificar três modelos de ação comunicativa:

- a) Profecia: portadora da mensagem de que o possível já é real na experiência direta dos que o proclamam. A batalha pela mudança já está encarnada na vida e estrutura do grupo. A profecia é um exemplo notável da contradição a que me referi. Profetas sempre falam em nome de terceiros, mas não podem deixar de apresentar-se a si mesmos como modelo da mensagem que proclamam. Nesse sentido, como os movimentos juvenis se batem para subverter os códigos, eles difundem culturas e estilos de vida que penetram no mercado ou são institucionalizados.
- b) Paradoxo: a autoridade do código dominante se revela aqui por seu exagero ou da sua inversão.
- c) Representação: a mensagem aqui toma a forma de reprodução simbólica que separa os códigos de seus conteúdos, os quais habitualmente os mascaram. Ela pode se combinar com as duas formas acima (movimentos

contemporâneos de juventude fazem grande uso das formas de representação como o teatro, o vídeo, a mídia).

Nestes três casos, os movimentos funcionam para o resto da sociedade como um tipo específico de veículo, cuja função principal é revelar o que um sistema não expressa por si mesmo: o âmago do silêncio, da violência, do poder arbitrário que os códigos dominantes sempre pressupõem. Movimentos são meios que se expressam através de ações. Não é que eles não falem palavras, que eles não usem slogans ou mandem mensagens. Mas sua função, como intermediários entre os dilemas do sistema e a vida diária das pessoas, manifesta-se, principalmente, no que fazem. Sua mensagem principal está no fato de existirem e agirem. Isto também significa afirmar que a solução para o problema relativo à estrutura do poder não é a única possível e mais do que isso, oculta os interesses específicos de um núcleo de poder arbitrário e opressor. Pelo que fazem e a maneira como fazem, os movimentos anunciam que outros caminhos estão abertos, que existe sempre outra saída para o dilema, que as necessidades dos indivíduos ou grupos não podem ser reduzidas à definição dada pelo poder. A ação dos movimentos como símbolo e como comunicação faz implodir a distinção entre o significado instrumental e expressivo da ação, posto que, nos movimentos contemporâneos, os resultados da ação e a experiência individual de novos códigos tendem a coincidir. E, também, porque a ação, em lugar de produzir resultados calculáveis, muda as regras da comunicação.

NOVAS REDES

Movimentos juvenis tomam a forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados, imersos na vida diária. Eles são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática.

Estas redes emergem somente de modo esporádico em resposta a problemas específicos. Trata-se de uma mudança morfológica que nos força a redefinir as categorias analíticas de atores coletivos. Se os conflitos se expressam em termos de recursos simbólicos, os atores considerados não podem ser estáveis. Primeiramente, porque os meios através dos quais se criam e distribuem na sociedade possibilidades de identificação estão continuamente mudando e operando em campos variados. Segundo, os atores vivem as exigências contraditórias do sistema como fonte de conflitos, não o fazem durante a vida inteira e não estão permanentemente enraizados em uma categoria social única.

A hipótese de conflitos sistêmicos antagônicos pode se manter se preservamos a idéia de um campo sistêmico ou de um espaço no qual os atores podem variar. O campo é definido pelos problemas, e diferentes atores que o ocupam expõem para toda a sociedade questões relacionadas com o sistema na sua totalidade e não só com um grupo ou uma categoria social. Evidentemente, as formas empíricas de mobilização contêm, como vimos, numerosas dimensões. Mas através de certos aspectos da ação a juventude sinaliza um problema relacionado não somente com as suas próprias condições de vida, mas também com os meios de produção e distribuição de recursos de significado. Os jovens se mobilizam para retomar o controle sobre suas próprias ações, exigindo o direito de definirem a si mesmos contra aos critérios de identificação impostos de fora, contra sistemas de regulação que penetram na área da “natureza interna”.

A maneira pela qual o conflito se manifesta, no entanto, não é a da ação “efetiva”. O desafio vem pela inversão de códigos culturais e é por isso eminentemente “formal”. Em sistemas em que os signos tornam-se intercambiáveis o poder reside nos códigos, nos ordenadores dos fluxos de informação.

A ação coletiva antagonista é uma “forma” que, pela sua própria existência, pela maneira como se estrutura, envia sua mensagem. Objetivos com certeza existem, mas eles são esporádicos e até certo ponto substituíveis. Tais formas de ação exercem efeitos sobre instituições, modernizando seu pensamento e organização, formando as novas elites. Mas, ao mesmo tempo, suscitam questões para as quais não há espaço. Enquanto nós aplicamos e executamos o que um poder anônimo decretou, os jovens perguntam para onde estamos indo e por quê. Sua voz é ouvida com dificuldade porque fala do particular.

A natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais.

Se compararmos agora informações relativas a grupos de jovens em diferentes países europeus e as diferentes ondas de mobilização mencionadas acima não é difícil encontrar elementos deste sistema de ação. Os movimen-

tos de jovens dividem-se entre o radicalismo político e a violência de alguns grupos extremistas (às vezes grupos de direita, às vezes revolucionários, anarquistas etc), a expressiva marginalidade da contra-cultura, a tentativa de controlar uma parte das organizações políticas e de transformar grupos juvenis em agências para políticas juvenis e uma orientação conflituosa, que toma a forma de desafio cultural aos códigos dominantes. Em um ambiente que favorece a “pobreza” de recursos internos (desemprego, desintegração social, imigração) este último componente não pode ser bem-sucedido na combinação com outros e o “movimento” juvenil se divide. Evapora-se na pura exibição de signos (variedade de tribos metropolitanas) produz a profissionalização pelo mercado de recursos culturais inovadores e, de forma ainda mais trágica, declina na marginalidade das drogas, da doença mental, do desabrigo. Quando a democracia for capaz de garantir um espaço para que as vozes juvenis sejam ouvidas, a separação será menos provável e movimentos juvenis poderão tornar-se importantes atores na inovação política e social da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANATRELLA, T. *Interminables adolescences*. Paris: Cerf, 1988.
- CAVALLI, A. *Il tempo dei giovani*. Bologna: Il Mulino, 1985.
- COLEMAN, J. C. *Working with troubled adolescents*. London: Academic Press, 1987.
- COPLEY, B. Brief work with adolescents and youth adults in a counselling service. *Journal of Child Psychotherap*, v. 4, n. 2, 1976.
- CSIKSZENTMIHALYI, M. *Optimal experience: psychology studies of flow in consciousness*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *Flow: the psychology of optimal experience*. New York: Harper, 1991.
- FABBRINI, A.; MELUCCI, A. *L'età dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza*. Milano: Feltrinelli, 1991.
- HERBERT, M. *Living with teenagers*. Oxford: Blackwell, 1987.
- HOPKINS, J. R. *Adolescence: the transitional years*. New York: Academic Press, 1983.
- KETT, J. F. *Rites of passage: adolescence in America 1790 to the present*. New York: Basic Books, 1977.

- LAUFER, M. Preventive intervention in adolescence. *The Psychoanalytic Study of the Child*, n. 30, p. 511-528, 1975.
- LAWTON, A. Youth counselling. *British Journal of Guidance and Counselling*, v. 13, n.1, 1985.
- LEVINSON, Daniel J. *The seasons of man's life*. New York: Ballantine, 1978.
- McCORMACK, M. *The generation gap: the view from both sides*. London: Constable, 1985.
- MELUCCI, A. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.
- _____. *The playing self: person and meaning in the planetary society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996a.
- _____. *Challenging codes: collective action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.
- MEREDITH, P. *Adolescents: services d'aide et de conseil en matière de contraception et de planning familial*. Paris: IPPF Europe, 1986.
- MITTERAUER, M. *Sozialgeschichte der jugend*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1986.
- MONTAGNAR, H. *Les rythmes de l'enfant et de l'adolescent*. Paris: Stock, 1983.
- NOONAN, E. *Counselling young people*. London: Routledge, 1989.
- NUTTIN, J. *Motivation et perspective d'avenir*. Louvain: Presses Universitaires, 1980.
- OFFER, D. et al. *The adolescent: a psychological self-portrait*. New York: Basic Books, 1981.
- _____. *The teenage world: adolescents' selfimage in ten countries*. New York: Plenum Press, 1988.
- PALMONARI, A. et al. *Identità imperfette*. Bologna: Il Mulino, 1979.
- RICOLFI, L. ; SCIOLLA, L. *Senza padri nè maestri*. Bari: De Donato, 1980.
- _____. *Vent'anni dopo*. Bologna: Il Mulino, 1990.
- RICCI BITTI, P. E. et al. *Vivere e progettare il tempo*. Milano: Angeli, 1985.
- RUTTER, M. *Changing youth in a changing society*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.

SAVIN WILLIAMS, R. C. *Adolescence: an theological perspective*. New York: Spinger Verlag, 1987.

SCHAVE, D. *Early adolescence and the search for self*. New York: Praeger, 1989.

SELVINI PALAZZOLI, M. *L'anoressia mentale: dalla terapia individuale alla terapia mentale*. Milano: Feltrinelli, 1984.

TROMMSDORFF, G. et al. A longitudinal study of adolescents future orientation. *Journal of Youth and Adolescence*, n. 8, 1979.

VAN GENNEP, A. *I riti di passaggio*. Torino: Boringhieri, 1981.

ZIEHE, T. *Zeit vergleiche: jugend in kulturelle modernisierung*. Frankfurt: Juventa Verlag, 1991.

LAS CULTURAS JUVENILES: UN CAMPO DE ESTUDIO; BREVE AGENDA PARA LA DISCUSIÓN*

Rossana Reguillo

*Universidad de Guadalajara, Departamento de Estudios de la Comunicación
Social Instituto Tecnológico de Estudios Superiores do Occidente,
Departamento de Estudios Socioculturales*

Soy anarquista, soy neonazi, soy un esquinjed y soy ecologista. Soy pe-ronista, soy terrorista, capitalista y también soy pacifista/ Soy activista, sindicalista, soy agresivo y muy alternativo. Soy deportista, politeísta y también soy buen cristiano/ Y en las tocadas la neta es el eslam pero en mi casa sí le meto al tropical... Me gusta tirar piedras, me gusta recogerlas, me gusta ir a pintar bardas y después ir a lavarlas. (CAFÉ TACABA)

Creo, por tanto, que la dimensión epistemológica de la reivindicación de la subjetividad es sólo un medio que nos acerca a la dimensión política. (IBÁÑEZ, 1994)

Estas páginas intentan cuestionar los modos en que desde el campo cultural han sido pensadas las culturas juveniles que, caracterizadas por sus sentidos múltiples y móviles, incorporan, desechan, mezclan, inventan símbolos y emblemas, en continuo movimiento que las vuelve difícilmente representables en su ambigüedad.

* Reproduzido de CARRASCO, G. M.; MEDINA, G. (comp.). *Aproximaciones a la diversidad juvenil*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2000. Com autorização da autora e publicado na *Revista Brasileira de Educação* n.23, mai./ago., 2003, especial sobre Cultura, Culturas e Educação.

Para este cuestionamiento, el primer supuesto que se asume como punto de partida, es el de la enorme diversidad que cabe en la categoría “jóvenes”: estudiantes, bandas, punks, milenaristas, empresarios, ravers, desempleados, sicarios, pero todos hijos de la modernidad, de la crisis y del desencanto.

Un segundo supuesto, entonces, lo constituye el contexto en tanto referente-mundo en el cual habitan estos nomádicos sujetos: el de un orden social marcado por la migración constante, el mundo globalizado, el reencuentro con los localismos, las tecnologías de comunicación, el desencanto político, el desgaste de los discursos dominantes y el deterioro de los emblemas aglutinadores, aunados a la profunda crisis estructural de la sociedad mexicana, como parte indisociable del escenario en el que cotidianamente miles de jóvenes semantizan el mundo y se lo apropian.

Ello representa una enorme complejidad que vuelve imposible articular un solo campo de representaciones porque el sentido está siempre siendo, armándose en un continuum simbólico que desvanece fronteras, márgenes y límites.

De acuerdo con estos supuestos, la discusión que aquí se plantea está organizada en tres partes o ejes temáticos.

- a) En una primera parte se analizan los discursos que han producido conocimiento sobre los jóvenes. A partir de una revisión de la literatura especializada disponible se buscó el conjunto de supuestos que han orientado, en el país, la mirada sobre los jóvenes, como insumo fundamental para arribar a una reflexión crítica sobre los conceptos, las categorías y los enfoques utilizados. Se trata de una primera aproximación a la naturaleza, límites y condiciones del discurso que se ha producido sobre las culturas juveniles.
- b) En un segundo momento se discute acerca de los “nuevos” escenarios tanto en lo que respecta al pensamiento sobre las culturas juveniles, como en lo que toca a sus territorios – materiales y simbólicos.
- c) En el tercer momento se abordan las perspectivas y desafíos que para la investigación en ciencias sociales representa el campo de estudio de las culturas juveniles.

Es importante plantear de entrada que los jóvenes no representan una categoría unívoca. La juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente

vinculada a los contextos sociohistóricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad. Así, lo que estas páginas intentan es objetivar los modos en que los jóvenes son construidos por los estudiosos del tema, a partir de unos recortes y ejes particulares; y simultáneamente proponer algunos elementos de reflexión sobre un tema que, pienso, será clave en el transcurso de los próximos años, de manera especial para México y América Latina.

PENSAR A LOS JÓVENES: LA CONSTRUCCIÓN CULTURAL DE LA CATEGORÍA

Definir al joven en términos socioculturales implica, en primer lugar, no conformarse con las delimitaciones biológicas, como la de la edad. Se ha dicho que “la juventud no es más que una palabra” (BOURDIEU, 1990) y hoy sabemos que las distintas sociedades en diferentes etapas históricas han planteado las segmentaciones sociales por grupos de edad de muy distintas maneras y que, incluso, para algunas sociedades este tipo de recorte no ha existido.

No se trata en estas páginas de rastrear las formas en que las distintas sociedades han construido la categoría “jóvenes”¹ sino de destacar el error que representa pensar a este grupo social como un continuo temporal y ahistórico.

Para los efectos de este ensayo se señala que la juventud, como hoy la conocemos, es propiamente una invención de la posguerra que hizo posible el surgimiento de un nuevo orden internacional que conformó una geografía política en la que los vencedores accedían a inéditos estándares de vida e imponían sus estilos y valores.

Cobraba forma un discurso jurídico, un discurso escolar y una floreciente industria, que reivindicaban la existencia de los niños y los jóvenes como sujetos de derecho y, especialmente, en cuanto a los jóvenes, como sujetos de consumo.

Las sociedades del “primer mundo” alcanzaban una insospechada esperanza de vida, lo que tuvo repercusiones directas en la llamada vida socialmente productiva y, por ende, la inserción de las generaciones de relevo tendía a

1. Para este fin, véase, por ejemplo, LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (Dir.). *História de los jóvenes*. S.l. Taurus, 1996. También el excelente trabajo de recuperación histórica de Carles Feixa, FEIXA, C. *La tribu juvenil, una aproximación transcultural a la juventud*. Turín: Edizione L'Occhiello, 1988.

posponerse. Los jóvenes debían ser retenidos durante un periodo más largo en las instituciones educativas.² Al mismo tiempo, emergía una poderosa industria cultural que ofrecía por primera vez bienes “exclusivos” para el consumo de los jóvenes.

En esta emergencia de la juventud como sujeto social ha desempeñado papel fundamental el paso de la ciudadanía civil a la ciudadanía política (MARSHALL, 1965), en el sentido de la complementación de los derechos individuales, la libertad, la justicia y la propiedad, con los derechos a participar en el espacio público.

Por tanto, puede considerarse que la realización tecnológica y sus repercusiones en la organización productiva y simbólica de la sociedad, la oferta y el consumo cultural y el discurso jurídico, se constituyen entonces en tres elementos que le dan sentido y especificidad al mundo juvenil, más allá de la fijación de unos límites biológicos de edad.

Sin embargo, se han insinuado ya algunas “líneas de fuga” que obligan a replantear la definición del sujeto juvenil; (re)definición que conecta directamente con lo que se ha llamado “ciudadanía cultural” (ROSALDO, 1990).

Primero, resulta evidente que la realización tecnológica y los valores que se le asocian, lejos de achicar la brecha entre los que tienen y los que no, entre los poderosos y los débiles, entre los que están dentro y los que están fuera, la ha incrementado. La posibilidad de acceso a una calidad de vida digna es hoy para 200 millones de latinoamericanos³ un espejismo. Si este dato se cruza con el perfil demográfico del continente mayoritariamente juvenil, no se requieren grandes planteamientos para inferir que uno de los sectores más vulnerables por el empobrecimiento estructural, es precisamente el de los jóvenes.

2. En cuanto a control social sobre los grupos más jóvenes se encuentran, por ejemplo, datos que señalan que en la Europa judía de 1660, la instrucción llegaba hasta los 13 años en el caso de los varones pudientes y a los 10 años en caso de los varones pobres, que debían entrar a servir a esta edad. Puede notarse cómo a medida que pasa el tiempo va aumentando la ampliación de los rangos de edad para la instrucción, que no es solamente una forma de distribución del conocimiento social sino además un mecanismo de control social. Véase Elliot Horowitz, *Los mundos de la juventud judía en Europa: 1300-1800*, en LEVI; SCHMITT, *op. cit.*

3. En América Latina, según datos de la CEPAL, el número de pobres – en términos absolutos – pasó de 130 millones en 1970 a 203 millones en 1990 (un aumento del 64%).
Fuente: Bolvitnik, Julio. "Enfoques de lucha contra la pobreza en América Latina. Análisis de los planteamientos del Banco Mundial y de la CEPAL". In: SOSA, ELÍZAGA, R. (coord.). *América Latina y el Caribe: perspectivas de su reconstrucción*. México, D. F.: Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) y Universidad Nacional Autónoma de México, 1996, p. 32-33.

Segundo, en lo que toca a la adquisición de la ciudadanía, uno de cuyos soportes fundamentales es el derecho a la integración plena en la sociedad, el problema es complejo ya que el papel que la ciudadanía ha desempeñado en torno a la constitución y su vinculación con ciertas categorías sociales, es ambiguo y contradictorio. En México la ciudadanía se otorga a una edad en la que los jóvenes están muy lejos aún (dependiendo de los niveles socioeconómicos) de acceder a una plena integración al sistema productivo, tanto por el deterioro de los mecanismos de integración (crisis político-cultural), como por la incapacidad real de las instituciones para absorberlos (crisis político-económica).

Esto ha resultado en un discurso esquizofrénico, en el que se exige de los jóvenes, cuando hacen su entrada en el universo de los derechos y deberes ciudadanos, ciertos comportamientos sociales, culturales y políticos, pero no hay alternativas reales de inserción económica. Puede señalarse aquí, a manera de ejemplo, el debate en torno a la disminución de la edad penal, de cuyas múltiples repercusiones se señala exclusivamente la contradicción y el conflicto societal que implica fijar unos criterios “móviles” que otorgan parcialmente a una edad, penalizan a otra y no incorporan a los sujetos en un sentido pleno.

En tercer lugar, la importancia creciente de las industrias culturales en la construcción y reconfiguraciones constantes del sujeto juvenil es un hecho que sale al paso de cualquier observador. El vestuario, la música y ciertos objetos emblemáticos constituyen hoy una de las más importantes mediaciones para la construcción identitaria de los jóvenes, elementos que se ofrecen no solo como marcas visibles de ciertas adscripciones sino fundamentalmente como lo que los publicistas llaman con gran sentido “un concepto, un estilo”. Un modo de entender el mundo y un mundo para cada necesidad, en la tensión-identificación-diferenciación. Efecto simbólico – no por ello menos real – de identificarse con los iguales y diferenciarse de los otros, especialmente del mundo adulto.

Inexorablemente el mundo se achica y la juventud internacionalizada que se contempla a sí misma como espectáculo de los grandes medios de comunicación encuentra paradójicamente en la homogeneización la posibilidad de diferenciarse y, sobre todo, la posibilidad de acceso a una ciudadanía cultural que no se detiene mediante actos jurídicos, sino que se experimenta como el derecho a la igualdad en la afinación de la diferencia.

En estos territorios, en los de la cultura así experimentada, la juventud es un “estado”, no una etapa de transición, ni un proceso de metamorfosis.

De ahí el choque principal, en términos culturales, entre los diferentes discursos sociales en torno a los jóvenes.

Con excepciones, el Estado, la familia y la escuela siguen pensando a la juventud como una categoría de tránsito entre un estado y otro, como una etapa de preparación para lo que sí vale la juventud como futuro. Mientras que, para los jóvenes, su ser y su hacer en el mundo está anclado en el presente, lo que ha sido finamente captado por el mercado.

La construcción cultural de la categoría “joven”, al igual que otras “calificaciones” sociales (mujeres e indígenas, entre otros) se encuentra en fase aguda de recomposición, lo que de ninguna manera significa que se piense, como ya se ha señalado, que había permanecido hasta hoy inmutable. Lo que resulta indudable es que los cambios planetarios han acelerado los procesos y han provocado crisis en los sistemas para pensar y nombrar el mundo. La juventud no es más que una palabra, una categoría construida, pero las categorías son productivas, hacen cosas, son simultáneamente productos del acuerdo social y productoras del mundo.

LITERATURA SOBRE JUVENTUD: CONCEPTOS Y CATEGORÍAS

Partiendo del reconocimiento del carácter dinámico y discontinuo de los jóvenes, que no comparten en absoluto los modos de inserción en la estructura social, se plantea que sus esquemas de representación configuran campos de acción diferenciados y desiguales.

Pese a ello, en términos generales, la gran mayoría de los estudios sobre culturas juveniles no ha matizado suficientemente esta diferenciación, y la mayor parte de las veces ésta es abordada (y reducida) en función del tipo de “inserción” de los jóvenes en la sociedad.

En un primer acercamiento exploratorio y en términos de su vinculación con la estructura o sistema, en la literatura pueden reconocerse básicamente dos tipos de actores juveniles:

- a) Los que pueden conceptualizarse como “incorporados” y que han sido analizados a través o desde su pertenencia al ámbito escolar o religioso; o bien, desde el consumo cultural.
- b) Los “alternativos” o “disidentes” cuyas prácticas culturales han producido abundantes páginas y que han sido analizados desde su no-incorporación a los esquemas de la cultura dominante.

Desde luego este recorte es un tanto arbitrario (¿qué recorte analítico no lo es?) y sumamente grueso para los fines del análisis, pese a ello, resulta útil como una primera entrada que permita ir desentrañando cómo han sido pensados los jóvenes.

Si se acepta este primer recorte, el balance de los estudios se inclina tanto en términos cuantitativos como en lo referente a la relativa consolidación de lo que podría considerarse una “perspectiva” de estudio, del lado de los “alternativos” o “disidentes”. En tanto, sobre “los incorporados” la producción tiende a ser dispersa y escasa⁴.

Estas tendencias señalan que el interés de los estudiosos se ha centrado de manera prioritaria en aquellas formas de agregación, adscripción y organización juveniles que transcurren por fuera de las vías institucionales. Esta “selección” apunta a una cuestión que resulta vital y no es de ninguna manera “inocente” o “neutra”: la pregunta por el sujeto.

Esta pregunta ha estado orientada por una intelección que, con sus matices y diferencias, reconoce las características y especificidades del sujeto juvenil. La casi imposibilidad de establecer márgenes fijos, “naturales al sujeto de estudio, ha obligado a una buena parte de los estudiosos de esta vertiente a situarse en los territorios de los propios jóvenes, lo que da como resultado una abundante cantidad de reportes, monografías, tesis, videos, que miran al joven como esencialmente contestario o marginal⁵.

Hay en estos estudios una tendencia fuerte a (con)fundir el escenario situacional con las representaciones profundas de estos jóvenes o, lo que es peor, a establecer una relación mecánica y transparente entre prácticas sociales y universos simbólicos.

Por ejemplo, la calle en tanto escenario “natural” asume en muchos de los estudios un papel de antagonista en relación con los espacios escolares o familiares y pocas veces ha sido pensada como espacio de extensión de los ámbitos institucionales en las prácticas juveniles. Los jóvenes en la calle

4. Para obtener un panorama bastante completo véanse, por ejemplo, los dos tomos producto de la Reunión Nacional de Investigadores de la Juventud, celebrada en Querétaro a finales de 1996. En estos tomos se presenta una serie de “estados del arte” que recogen diez años de trabajos a propósito de la investigación sobre juventud en diferentes áreas temáticas (PÉREZ ISLAS; MALDONAD, 1996).

5. “Marginal” se utiliza aquí en un sentido metafórico, para hacer alusión a una forma de respuesta “activa” al choque de valores. Para conocer una exposición más amplia véase (GIDDENS; 1995; MAFFESOLI, 1990).

parecerían no tener vínculos con ningún tipo de institución, ajenos a cualquier normatividad y censura por parte del mundo adulto y oficial; de otro lado, prácticas como el lenguaje, los rituales de consumo cultural, las marcas de vestuario, al presentarse como diferentes y, en muchos casos, como atentadoras del orden establecido, han llevado a plantearlas como “evidencias” incuestionables del contenido liberador *a priori* de las culturas juveniles, sin ponerlas en contexto (deshistorizadas) o sin problematizarlas con la mediación de instrumentos de análisis que posibiliten trascender la dimensión descriptiva de los estudios⁶.

Esto nos lleva a un segundo planteamiento. A partir del interesante y acucioso análisis del estado de la cuestión sobre organización juvenil, realizado por Maritza Urteaga⁷, se plantea aquí que en relación con los estudios sobre juventud, hechos en México – en términos generales – pueden reconocerse dos momentos o tipos de conocimiento.

Un primer momento que para efectos prácticos⁸ puede ubicarse en la primera mitad de la década de los 1980, estaría caracterizado tanto por acercamientos de tipo *emic*⁹ (específico, finalista, punto de vista interior), como por acercamientos de tipo *etic* (genérico, predictivo y exterior). Pero ambos tipos unidos por un tratamiento de carácter descriptivo.

Mientras que en el primer tipo es el punto de vista del “nativo” lo que revalce, se asume por ende que todo lo “construido” y dicho al interior del sistema es necesariamente “la verdad”; mientras que en la segunda vertiente, lo que organiza el conocimiento proviene de las imputaciones de un observador externo al sistema, que no sabe (no puede, no quiere) dialogar con los elementos *emic*, es decir con las representaciones interiores o nativas.

Como se señaló antes, pese a las diferencias en la posición del observador, estos acercamientos comparten un enfoque descriptivo en el que no se explicitan las categorías y conceptos que orientan la mirada. Ello vuelve prácticamente imposible un diálogo epistémico entre perspectivas, convirtiendo las

6. Por ejemplo, las innumerables posibilidades que ofrece el análisis discursivo: enunciación, semiótica, análisis pragmático, actos de habla etc.

7. Véase URTEAGA-POZO, M. Organización juvenil. In: PÉREZ LSLAS, J. A.; MALDONADO, E. P. (Coords.). *Jóvenes: una evaluación del conocimiento; la investigación sobre la juventud en México, 1986-1996*. México: Causa Joven, 1996.

8. Tomando como base las fechas de publicación de los estudios.

9. Según la propuesta de Pike para el estudio de la conducta (retomada a su vez de Sapir) en la que se distinguen: “phonetics”, que se ocupa de los sonidos en el sentido físico, y phonemics”, que trata los fonemas en sentido lingüístico (PIKE, 1954).

diferencias de apreciación en un forcejeo o tironeo estéril entre posiciones. Es decir, donde unos ven “anomia” y “desviaciones”, otros ven “cohesión” y “propuestas”. Los primeros tienden a recurrir al lenguaje normativo de la ciencia, a partir del cual “descalifican” el conocimiento “militante” producido por los segundos; mientras que estos últimos recurren a su posición interna – de intelectual orgánico – para descalificar las proposiciones de los primeros¹⁰.

Sin embargo, en la medida en que en términos generales ninguno de estos discursos trasciende lo descriptivo, el intercambio posible queda atrapado en el nivel de la anécdota, de la interpretación “interesada” (en uno y otro caso), lo que desafortunadamente desemboca en una sustancialización de sujetos y prácticas.

Sin pretender aquí descalificar la cantidad de estudios producidos en esta época y sus aportes al conocimiento de las culturas juveniles, es necesario apuntar que en términos generales, la producción de este periodo se caracteriza por una autocomplacencia que no asume de manera intencionada la construcción de un andamiaje teórico-metodológico que soporte los estudios realizados y que, en cambio, tiende a fijar una posición en torno al sujeto de estudio.

Hacia finales de la década de 1980 y principio de los años 90, puede reconocerse la emergencia de un nuevo tipo de discurso comprensivo en torno a los jóvenes. De carácter constructivista, relacional, que intenta problematizar no sólo al sujeto empírico de sus estudios, sino también a las “herramientas” que utiliza para conocerlo. Puede plantearse que se trata de perspectivas interpretativo hermenéuticas, que intentan conciliar la oposición exterior-interior como parte de una tensión indisociable a la producción de conocimiento científico.

Vale la pena detenerse un momento para intentar ubicar aquí, en términos muy generales, el debate que en ciencias sociales ha influido de maneras diversas algunos de los estudios sobre juventud de este periodo.

Por ejemplo, el trabajo desarrollado por el sociólogo francés Pierre Bourdieu, que ha hecho énfasis en que su concepto de *habitus*¹¹ es su intento (su apuesta)

10. Una ejemplificación de esto puede encontrarse en el trabajo de Gómez Jara que, a partir de un acercamiento de carácter psicosocial, proporcionó los primeros marcos conceptuales para analizar los comportamientos juveniles con énfasis en la violencia y la delincuencia (GÓMEZ JARA, 1987, especialmente cap. 3). Para una ejemplificación del conocimiento producido de tipo “militante” pueden verse los primeros trabajos de Pablo Gaytán, GAYTÁN, P. et al. Notas sobre el movimiento juvenil: México; institucionalidad y marginalidad. Revista A. México: Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, n. 16, 1985.

11. Muchas veces utilizado de manera abusiva, desprovisto de su tarea básica (servir como mediación teórico-metodológica entre las estructuras y las prácticas) y usado como equivalente aproblemático de “identidad”, en el mejor de los casos, ya que también suele utilizarse en remplazo de “biografía”.

por superar la dicotomía planteada por la sociología clásica entre instituciones y sujetos, entre estructuras y prácticas, entre formas de control y formas de participación, o planteado en los propios términos de Bourdieu, entre el momento objetivo y el momento subjetivo de la cultura.

El británico Giddens, con su compleja y potente propuesta de “estructuración” social, que supone el papel activo de los sujetos en la constitución del mundo social, lo que metodológicamente implica trabajar en lo que él ha denominado una “doble hermenéutica”, que a su vez está anclada en el viejo supuesto weberiano de la interpretación que hacen los actores de sus propias acciones. Para Giddens, el analista trabaja sobre estas interpretaciones convirtiéndose así su discurso en una interpretación de las interpretaciones.

Habermas coloca al centro de su teoría una subjetividad que se expresa por medio del lenguaje, para lo cual recupera y reformula como una categoría clave el concepto de “mundo de la vida” desarrollado por Husserl y la fenomenología¹². Metodológicamente ello significa reconocer al *sujeto* como la capacidad de referirse en actitud objetivante a las entidades del mundo y la capacidad de adueñarse de los objetos, sea teórica o prácticamente.

Estas formulaciones teóricas, pese a sus diferencias, se encuentran en el reconocimiento del papel activo de los sujetos sociales, de su capacidad de negociación con las instituciones, estructuras o sistemas (de acuerdo con la terminología propia de cada autor). Y, fundamentalmente, comparten la preocupación por el principio de “reflexividad”, es decir, “pensar el pensamiento”, en términos de Ibáñez (1994), o la distancia entre un pensamiento que “toma” el mundo social y lo registra como *datum*, o sea, como dato empírico independiente del acto de conocimiento y de la ciencia que lo propicia (BOURDIEU; WACQUANT, 1995), y un pensamiento que es capaz de hacer la crítica de sus propios procedimientos.

Esta pequeña desviación de la ruta principal es útil en tanto que permite ubicar comprensivamente la emergencia de un nuevo tipo de estudios y señalar los cambios habidos respecto al periodo anterior. Ello, desde luego, no significa que en la literatura revisada aparezcan de manera “explícita” estas posiciones, mucho menos estos autores. Pero si es posible reconocer una tendencia creciente a darle a los estudios sobre juventud un marco comprensivo-interpretativo que está anclado en tres dimensiones: la capacidad activa de los sujetos, el lenguaje no sólo como vehículo sino como constructor

12. Para una discusión más amplia sobre este concepto, véase (REGUILLO, 1996).

de realidades, y la problematización constante de los propios supuestos de el(la) investigador(a).

De las perspectivas teórico-metodológicas aquí recuperadas, cabe hacer énfasis en que la vertiente de estudios interpretativos sobre las culturas juveniles ha incorporado, de maneras diversas, el reconocimiento del papel activo de los jóvenes, de su capacidad de negociación con sistemas e instituciones y de su ambigüedad en los modos de relación con los esquemas dominantes. Esto ha posibilitado, en términos generales, trascender las posiciones esencialistas: “o todo pérdida, o todo afirmación”; y encontrar otro nivel para la discusión que no se agota en la anécdota o en el dato empírico.

Aquí se asume que “las clasificaciones explícitas (edades de vida, época de la mayoría de edad etc.) evidentemente no poseen sino un valor indicativo. No bastan para definir los contextos de una historia social y cultural de la juventud” (LEVI; SCHMITT, 1995).

En tal sentido, el segundo periodo o vertiente de estudios en el caso de México, puede considerarse abierto a partir de lo que podrían entenderse como los primeros trabajos claramente dirigidos en la línea de una “historia cultural” de la juventud¹³ y los que podrían ubicarse como los primeros trabajos que desde una perspectiva interdisciplinaria problematizan el discurso del sujeto juvenil (REGUILIO, 1993; URTEAGA-POZO, 1993; CASTILLO, ZERMEÑO; ZICCARDI, 1995).

Es decir, pueden considerarse, por un lado, la tarea de historizar sujetos y prácticas juveniles a la luz de los cambios culturales, rastreando orígenes, mutaciones, contextos político-sociales; y por otro lado, la perspectiva hermenéutica que rastrea la configuración de sentidos sociales, trascendiendo la descripción a través de las operaciones de construcción del objeto de estudio y con la mediación de herramientas analíticas. Si se está de acuerdo con Wallerstein en que los tres temas que se han conjuntado en los estudios culturales son:

[...] primero la importancia central, para el estudio de los sistemas sociales históricos, de los estudios de género y todos los tipos de estudios “no eurocéntricos”; segundo, la importancia del análisis histórico local, muy ubicado, que muchos asocian con una nueva actitud

13. Por ejemplo el trabajo pionero de José Manuel Valenzuela, en publicaciones diversas y dos de sus libros, VALENZUELA, J. M. *¿A la brava ése! México: El Colegio de la Frontera Norte*, 1988; y VALENZUELA, J. M. *Vida de barro duro*. Guadalajara: Colef/UdeG, 1997.

“hermenéutica”; tercero, la estimación de los valores asociados con las realizaciones tecnológicas y su relación con otros valores... (WALLERSTEIN, 1996, p. 71)

Puede argumentarse entonces que lo destacado en el periodo que va de finales de los 80 a la década de 1990 en el estudio de las culturas juveniles no es ajeno a la perspectiva de los estudios culturales¹⁴.

En esta emergencia – de un modo constructivista y centralmente cultural – es preponderante señalar la importancia que ha tenido otra vertiente de trabajos que, abrevando en una larga tradición latinoamericana, se ubican en la perspectiva de crónica-periodística.

Se retomam aquí tres ejemplos clave, guardando las diferencias. En el caso de México, el trabajo de Carlos Monsiváis (1988), que ha sabido penetrar – y rescatar – con agudeza los elementos significativos y pertinentes para la comprensión de las formas culturales de la juventud.

Alonso Salazar (1998) en Colombia, que a partir de su incursión en los mundos del narcotráfico, del sicariato y de las comunas de Medellín, ha puesto al descubierto una situación descarnada y terriblemente compleja del mundo juvenil. Salazar ha sabido colocar simultáneamente la mirada del observador externo y la mirada del “nativo”.

En el caso de Venezuela, puede señalarse el trabajo de Jose Roberto Duque y Boris Muñoz (1995), que ha logrado incorporar, con gran sentido crítico, las diferentes voces comprendidas en la problemática juvenil de Caracas. Hablan los jóvenes desde su precaria situación social, pero se incorporan también las voces de autoridades gubernamentales, representantes de la Iglesia, promotores sociales y analistas.

Por supuesto, estos autores no agotan el espectro de producciones que desde la crónica o el ensayo periodístico han posibilitado una mirada cualitativamente diferente sobre las culturas juveniles “alternativas” o “disidentes”. Pero son suficientes para señalar los modos en que las ciencias sociales se han abierto a otro tipo de discursos.

El proyecto comprensivo respecto a las culturas juveniles requiere un segundo acercamiento para discutir los temas y los elementos que han sido problematizados. Empero, por cuestiones de carácter expositivo, primero nos

14. Pese a que tenga “cuentas pendientes”, de lo que nos ocuparemos más adelante.

ocuparemos de los discursos producidos en torno a los que aquí se han caracterizado como “los incorporados”.

Se señaló ya que la literatura producida en torno a los jóvenes que transitan por las rutas “predecibles” tiende a ser dispersa y escasa. Otra característica muy importante de esta literatura es que en varios casos el objeto principal de estudio no lo constituyen los jóvenes, sino que son enfoques centrados, por ejemplo, en el aparato escolar, en las comunidades eclesiales de base, en las maquiladoras, en los sindicatos, cuyos autores están más interesados en los modos de funcionamiento de instituciones y espacios que en las culturas juveniles. Los jóvenes aparecen entonces en su papel de “estudiantes”, de “empleados”, de “creyentes”, de “obreros”, y su especificidad como sujetos juveniles (más allá de las clasificaciones de edad) tiende a diluirse¹⁵.

Es más bien el discurso cinematográfico y literario el que ha logrado interesantes acercamientos analíticos y críticos en torno a los espacios tradicionales de socialización de los jóvenes, como la escuela, la familia, el trabajo, sin “perder” al sujeto juvenil¹⁶.

El desencuentro entre la producción de conocimiento de la vertiente que se ocupa de los “no-institucionales” y la que se ocupa de los “incorporados” es profundo y da como resultado, para una y para otra, análisis parciales en las que hay, por un lado, insuficiente tratamiento de los aspectos estructurales e institucionales no necesariamente antagónicos a las expresiones culturales juveniles y, por el otro, focalización en la institución en detrimento de la especificidad juvenil. De un lado sujetos sin estructura, del otro, estructura sin sujetos.

Un nuevo filón, que pudiera constituirse como puente de equilibrio entre estas perspectivas, lo constituyen los estudios que se ocupan del consumo cultural juvenil.

La relación con los bienes culturales como lugar de la negociación-tensión con los significados sociales. El consumo cultural como forma de identifi-

15. Este argumento se sostiene a partir de la revisión de una gran cantidad de estudios empíricos producidos por la sociología del trabajo o por los investigadores de la educación y los valores. A manera de ejemplo de esta “disolución” del sujeto juvenil, véase (IZQUIERDO, 1996; LUENGO; 1996). Aunque se trata de estudios excelentes, tienden a perder las especificidades del sujeto.

16. Por ejemplo: *Reality bites*, *La sociedad de los poetas muertos*, *Breakfast club* y *Santana, americano yo?*, esta última, conjunta la problemática de los migrantes latinoamericanos con la juvenil y cuestiona severamente el orden institucional.

cación diferenciación social (GARCÍA CANCLINI, 1993a; BOURDIEU, 1988) que coloca al centro del debate la importancia que en términos de la dinámica social tiene hoy en día la consolidación de una cultura-mundo que repercute en los modos de vida, los patrones socioculturales, el aprendizaje y fundamentalmente en la interacción social.

Estos estudios han mostrado al joven como un actor posicionado socioculturalmente y han abordado las interrelaciones entre los distintos ámbitos de pertenencia del joven – la familia, la escuela, el grupo de pares –, que se constituyen en comunidades inmediatas de significación (Orozco, 1991) y aquellos movimientos o “gramáticas de vida” en el sentido habermasiano (Habermas, 1989), que hacen las veces de “comunidades imaginarias” a las cuales adscribirse¹⁷.

LO TEMATIZABLE: SEGUNDA VISITACIÓN

“La caída de tabiques entre disciplinas” (CANCLINI, 1993) y la emergencia y paulatina consolidación de estudios llamados interdisciplinarios o “de frontera”, han sido una constante en los últimos años de investigación sobre juventud en América Latina.

Los contornos imprecisos del sujeto y sus prácticas han colocado al centro de los análisis la vida cotidiana no necesariamente como tema, sino como lugar metodológico desde el cual interrogar a la realidad.

Desde esta mirada, que se sitúa en los propios territorios de los jóvenes, los objetos-problema abordados han sido diversos, aquí se analizan centralmente cuatro que son los que a nuestro juicio dan sentido a la literatura especializada y conectan con la problemática que aquí nos ocupa: se trata del grupo y las diferentes maneras de entender y nombrar su constitución; el “otro construido” en relación con el proyecto identitario juvenil; la cultura política y la acción; y finalmente, la noción de futuro.

EL GRUPO

La problematización en torno a “los modos de estar juntos” (Martín Barbero, 1995) de los jóvenes ha sido elaborada de diversas maneras.

17. Para un acercamiento a este tipo de identidades juveniles, véase (VALENZUELA, 1988; REGUILLO, 1997).

La diferenciación más clara se relaciona con la direccionalidad del enfoque. Es decir, un tipo de estudios va de la constitución grupal a lo societal; otro tipo va de los ámbitos sociales al grupo.

En el caso del primer enfoque, la identidad grupal particular se convierte en el referente clave que permite “leer” la interacción de los sujetos con el mundo social. Hay por lo tanto un colectivo empírico al que se observa y desde el cual se analizan las vinculaciones con la sociedad. A este tipo, por ejemplo, corresponden las etnografías de bandas juveniles que centraron la atención durante la década de los 1980.

Por razones del propio enfoque, para conceptualizar (pocas veces de manera explícita) la agregación juvenil, se ha recurrido a categorías como “identidades juveniles”, “grupo de pares”, “subculturas juveniles”; y las más de las veces, sobre todo durante la primera mitad de la década de 1980, se utilizó “banda” como “categoría” para nombrar el modo particular de estar juntos de los jóvenes populares urbanos. Esta mirada intragrupal, si bien ha aportado muy importantes elementos de comprensión, ha sido insuficiente para captar las vinculaciones entre lo local y lo global y las interacciones culturales.

Por otra parte, han ido cobrando fuerza los estudios que van de los ámbitos y de las prácticas sociales a la configuración de grupalidades juveniles. El *rock*, el uso de la radio y la televisión, la violencia, la política, el uso de la tecnología, se convierten aquí en el referente para rastrear relaciones, usos y decodificaciones y recodificaciones de los significados sociales de y para los jóvenes. No necesariamente debe existir entonces un colectivo empírico, se habla de los “jóvenes de clase media”, de los “jóvenes de los sectores populares” etc., que se constituyen en “sujetos empíricos” por la mediación de los instrumentos analíticos; se trata de “modos de estar juntos” a través de las prácticas que no se corresponden necesariamente con un territorio o un colectivo particular.

Esta vertiente ha buscado romper con los imperativos territoriales y las identidades esenciales y para ello ha construido categorías como la de “culturas (en plural) juveniles”, “adscripción identitaria”, “imaginarios juveniles” (pese a lo pantanosa que resulta esta última). Es una mirada que trata de no perder al sujeto juvenil pero se busca entenderlo en sus múltiples “papeles” e interacciones sociales.

EL “OTRO”

Un tema recurrente en los estudios sobre juventud, no por obsesión de los analistas sino porque aparece de manera explícitamente formulada por los jóvenes, es el de lo que aquí se denomina “el otro”, para hacer referencia al “antagonista”, o “alteridad radical”, que otorga más allá de las diferencias, por ejemplo, socioeconómicas y regionales, un sentimiento de pertenencia a un “nosotros”. La identidad es centralmente una categoría de carácter relacional (identificación-diferenciación) y todos los grupos sociales tienden a instaurar su propia alteridad. La construcción simbólica “nosotros los jóvenes”, ha instaurado diferentes alteridades, principalmente respecto al mundo adulto.

Diferentes estudios se han ocupado de construir *corpus* de representaciones en los que es posible analizar las separaciones, las fronteras, los muros que las culturas juveniles construyen para configurar sus mundos. Más allá de la dimensión antropofórmica de esas alteridades (policía, gobierno, maestros, escuela), algunos trabajos – que trascienden lo puramente descriptivo – han señalado que estas figuras representan para los jóvenes un orden social represor y por consiguiente injusto, se trata de los guardianes del orden; lo que aquí puede representar una obviedad, que no lo es tanto si se atiende a que buena parte de la literatura sobre juventud se ha quedado atrapada en el dato empírico, en la anécdota y que no separa la “militancia” en la lucha por los derechos humanos de los jóvenes de la tarea de producir conocimiento¹⁸.

CULTURA POLÍTICA

Algunos de los enfoques clásicos en torno a la conceptualización de la acción colectiva han centrado prioritariamente su mirada en aquellas maneras de participación formales, explícitas, orientadas y estables en el tiempo¹⁹, con la consecuente teorización que parece reconocer sólo como cultura política

18. En diversas y numerosas reuniones donde se abordan temas relacionados con la juventud, muchos asistentes demandan que se hable un lenguaje “común”, que “se renuncie a la teoría”, que se hable de las cosas que “verdaderamente afectan a los jóvenes”, en una especie de populismo que confunde espacios y fines. Ello ha obstaculizado no sólo en el caso de los jóvenes, sino también en el de las mujeres, los indígenas y algunas otras “minorías”, la posibilidad de un debate riguroso en torno al pensamiento. Lo que no equivale a señalar que el trabajo de intervención sea fundamental y que hay ocasiones que ameritan “salir” de la academia para entrar en el terreno de la política. Un trabajo reciente que concilia estas dos posiciones es el excelente estudio de Héctor Castillo, CASTILLO, H. *Juventud, cultura y política social*. (en prensa).

19. Por ejemplo, el primer (TOURAINÉ, 1984).

aquellas representaciones y formas de acción formales y explícitas. Este tipo de intelección ha provocado que las grupalidades juveniles, efímeras, cambiantes, implícitas en sus formulaciones, sean leídas como carentes de un proyecto político y que se reduzca su relación en este ámbito, por ejemplo, a la participación electoral²⁰.

Paulatinamente y en relación con la literatura sobre nuevos movimientos sociales y las reconceptualizaciones sobre lo político (TOURAINÉ, 1994; MELUCCI, 1989; OFFE, 1990; MAFFESOLLI, 1990; SARTORI, 1992; LECHNER, 1995), aparece en la literatura sobre juventud una revaloración de lo político, que deja de estar situado más allá del sujeto, constituyendo una esfera autónoma y especializada y adquiere corporeidad en las prácticas cotidianas de los actores, en los intersticios que los poderes no pueden vigilar (REGUILLO, 1996).

La política no es un sistema rígido de normas para los jóvenes, es más bien una red variable de creencias, un *bricolage* de formas y estilos de vida, estrechamente vinculada a la cultura, entendida como “vehículo o medio por el que la relación entre los grupos es llevada a cabo” (JAMESON, 1993).

Sin embargo, es importante reconocer que las articulaciones entre culturas juveniles y política están lejos de haber sido finamente trabajadas y que en términos generales esto se ha construido desde una relación de negatividad, es decir, desde la negación o desconocimiento de los constitutivos políticos en las representaciones y acciones juveniles²¹.

Lo que el mapa aquí trazado intenta es revelar las fortalezas y debilidades en los estudios sobre juventud desde la perspectiva de los estudios culturales. Del conjunto de posibilidades de análisis, estos tres objetos-recortes se articulan a varias de las preguntas clave de los estudios culturales: la identidad como lugar de enunciación sociopolítica, las intersecciones entre prácticas y estructuras;

20. Por ejemplo, véase el estado de la cuestión en torno al tema político en los jóvenes, realizado por Ricardo Becerra Laguna, Participación política y ciudadana, en (PÉREZ ISLAS; MALDONADO, 1996).

21. Creo firmemente que los zapatistas y el subcomandante Marcos han sabido captar (y aprovechar) con precisión este sentido polifónico de lo político en los jóvenes. Por ejemplo, los programas especiales en MTV Latino, la muy reciente "Canción del Sup", en la que a ritmo de rock, el Sup "rapea" las consignas zapatistas "para todos, todo"; que seguramente le costará severas críticas, tanto de las derechas como de las izquierdas, incapaces – por distintos motivos – de entender la fuerza de la videopolítica y de los nuevos mecanismos de interpelación a los jóvenes.

los escenarios del conflicto y la negociación por la inclusión, vinculados tanto a los discursos como a las practicas y las coordenadas espacio-temporales como dimensiones constitutivas de lo social.

Resulta urgente hacer la crítica de los modos de conocimiento, del papel no inocente de la mirada que construye el conocimiento para elaborar una agenda que sin autocomplacencias permita trascender las visiones que han construido al joven como la pobre “víctima” de un orden injusto, como jinete del Apocalipsis o como redentor.

La diferencia entre el discurso del sentido común respecto al discurso de las ciencias sociales es que el primero, para funcionar, requiere ser inconsciente (Ibáñez, 1994), aceptar el orden de las cosas como dato dado; mientras que el segundo supone la reflexividad mediante la crítica de los conceptos y las categorías.

LOS ESCENARIOS DE FIN DE SIGLO

La discontinuidad “autoriza” los compromisos efímeros, el cambio de banderas, y potencia la capacidad de respuesta en la medida en que se reduce el conflicto entre “habitar” una identidad u otra, entre defender una “causa” u otra. Mutantes de fin de siglo, los jóvenes tal vez no saben qué es lo que quieren pero saben muy bien qué es lo que no quieren. Es desde estos cambiantes sentidos por donde hay que pensar las culturas juveniles y sus sentidos sociales de la vida.

El que muchos de los jóvenes no opten por prácticas y formas de agrupación partidistas o institucionales y el hecho de que no parezcan ser portadores de proyectos políticos explícitos, desde una perspectiva tradicional, puede ocultar los nuevos sentidos de lo político que configuran redes de comunicación desde donde se procesa y se difunde el mundo social. Frente al “resplandor de lo publico”, muchos de estos mutantes optan por la sombra, por el deslizamiento sigiloso, algunos para señalar la crisis, otros para hacer las paces con un sistema del que se sirven instrumentalmente.

Al iniciarse la década de 1990 se consolidaron o se aceleraron algunas de las tendencias que venían anunciándose desde la década anterior, esto es: la mundialización de la cultura por via de las industrias culturales, los medios de comunicación y las supertecnologías de información (internet es el ejemplo más acabado, aunque no el único); el triunfo del nuevo profetismo globalizador, el discurso neoliberal montado sobre el adelgazamiento del

Estado y sobre la exaltación del individualismo; el empobrecimiento creciente de grandes sectores de la población; descrédito y deslegitimación de las instancias y dispositivos tradicionales de representación y participación (especialmente los partidos políticos y los sindicatos).

Estos elementos han significado para los jóvenes una afectación en: a) su percepción de la política, b) su percepción del espacio y c) su percepción del futuro.

Situados en los márgenes de la sociedad – objetiva o simbólicamente –, los jóvenes, pese a las diferencias (de clase, de género, de emblemas aglutinadores) comparten varias características que pueden considerarse definitivas de las culturas juveniles en este fin de siglo:

1. Poseen una conciencia planetaria, globalizada, que puede considerarse como una vocación internacionalista. Nada de lo que pasa en el mundo les es ajeno, se mantienen conectados a través de complejas redes de interacción y consumo.
2. Priorizan los pequeños espacios de la vida cotidiana como trincheras para impulsar la transformación global.
3. Existe un respeto casi religioso por el individuo que se convierte en el centro de las prácticas. Puede decirse que la escala es individuo-mundo y que el grupo de pares no es ya un fin en sí mismo, sino una mediación que debe respetar la heterogeneidad.
4. Selección cuidadosa de las causas sociales en las que se involucran.
5. El barrio o el territorio han dejado de ser el epicentro del mundo.

Estas características representan un cambio frente a la década pasada.

En los 80, para los jóvenes de los sectores populares, el grupo de pares servía para cobijar, bajo un manto homogéneo, las diferencias individuales y ofrecer el efecto ilusorio de un nosotros compacto que se convertía en el punto de llegada y salida de las visiones del mundo; el barrio transformado por complicados mecanismos rituales de bautizo en territorio apropiado representaba el “tamaño del mundo”; la identidad colectiva hundía sus raíces en el territorio que servía simultáneamente como frontera que delimitaba lo interior-propio con lo exterior-ajeno.

Para los jóvenes de los sectores medios y altos, los 80 fueron una década perdida. Herederos del desencanto político, del descrédito de las

grandes banderas, muchos de ellos cómplices involuntarios de relatos paralizantes adoptaron *a posteriori* la denominación “generación X”, que peligrosamente saltó del título de una novela del canadiense Douglas Coupland (*Generation X*, publicada en 1991) a una “categoría” que ha servido para definir el nihilismo, el consumismo, la depresión profunda y la renuncia al futuro de los jóvenes de los sectores acomodados (*Revista Brasileira de Educação*, n. 115) del norte pero que penetró rápidamente las fronteras nacionales en América Latina y sirvió como un discurso *post facto* para justificar el tamaño del desinterés, la desarticulación y el desencanto de los jóvenes universitarios, yupies o empleados a tiempo completo como hijos de familia “porque qué flojera, o no hay trabajo”.

En los 90, las culturas juveniles, en su interacción con *los otros*, con la sociedad, son vistas de maneras también diversas. Para ciertas “lecturas”, los jóvenes son desechables en tanto sujeto político, motivo de “apañón” y de sospecha; botín electorero en tiempos de secas; espejo vergonzoso de la sociedad; objetos de reglamentos y planes; y, lamentablemente objetos – que no sujetos – de los discursos conmovedores de funcionarios y primeras damas en turno. Desde otras “lecturas”, los jóvenes son vistos como personajes de novelas y películas, emblemas libertarios, potencia pura. Descalificación o exaltación.

Y mientras eso sucede, las culturas juveniles de la crisis, de la globalización y la tribalización, (re)inventan mecanismos para confortarse colectivamente y sobrevivir a la violencia cotidiana y generalizada, al desencanto profundo que les ha abierto un hoyo negro en la esperanza.

Éste es parte del paisaje social que se constituye simultáneamente en plataforma y motivo de análisis.

HACIA UNA AGENDA DE INVESTIGACIÓN

Los jóvenes escapan a la definición cerrada, homogeneizadora, *light* que el discurso dominante impulsa a través de sus centros de irradiación y se resiste a la normatividad estatal. Más allá de la diversidad, lo que aquí importa destacar es que quizás la juventud sea, como lo ha señalado Feixa (1993), una metáfora del cambio social. Una llamada de atención, alerta roja, que nos obliga a repensar muchas de las certezas construidas.

Sistemáticamente en los estudios, en los planes, el “deber ser” ha monopolizado la comprensión, ignorando la capacidad de respuesta, las constantes “chapuzas” con la que los actores sociales (no sólo los jóvenes) se enfrentan al

orden establecido. Su nomadismo económico, territorial y cultural, porque no hay de otra, son formas, intentos de cerrarle el paso a la crisis, de luchar contra el estallamiento de certezas, domesticar la imprevisibilidad que dicen disfrutar.

Ni el Estado ni los partidos políticos han sido – en lo general – capaces de generar matrices discursivas que puedan interpelar a los jóvenes.

Para ellos la construcción de lo político pasa por otros ejes: el deseo, la emotividad, la experiencia de un tiempo circular, el privilegio de los significantes por sobre los significados, las prácticas arraigadas en el ámbito local que se alimentan incesantemente de elementos de la cultura globalizada.

“Quieren amores posibles” (MUÑOZ, 1992), el debilitamiento del futuro deja lugar a la certidumbre del presente, de lo tangible. Y pese a la marginación, a la desesperanza y al miedo, apuestan por la vida.

Los jóvenes viven continuamente en la recomposición de prácticas y representaciones. Los esquemas explicativos procurados desde las ciencias sociales son insuficientes ya para dar cuenta de los acelerados cambios que se han operado, es urgente repensar muchas de las afirmaciones que se han hecho.

Los grandes medios de comunicación, con su vocación presentista, agotan los procesos sociales en el día a día; las autoridades, con su vocación correctiva, llegan cuando los jóvenes se vuelven “visibles” en función del problema que representan. El investigador, a su vez, trabaja a contracorriente. La mayor parte de las veces sus “objetos” no son necesariamente “noticias” en el sentido caliente del término, ni tematizables para ocupar los titulares de la prensa. En la década de 1980 varios investigadores del país hablábamos de los jóvenes, el tema resultaba un tanto “exótico”, llamativo en tanto se hacía alusión a un tipo de actor social, con una vestimenta, un lenguaje y unas propuestas organizativas poco ortodoxas. Pero más allá de esto, autoridades, medios de comunicación y desafortunadamente muchos investigadores, fueron incapaces de trascender las interesantes y efectivamente seductoras formas exteriores de estas identidades juveniles. Y lo que varios planteamos, en términos tanto culturales como de formas de socialidad, quedó eclipsado.

La generación que toma el relevo en los 90 vive y experimenta el mundo de maneras diferentes: han tomado la ciudad por asalto, pasaron del sedentarismo a un nomadismo cultural y territorial; están buscando nuevas formas de relación entre géneros y, si bien pueden parecer más violentos y desesperados, son más generosos con la noción de futuro.

¿Se puede hoy hablar de culturas juveniles?, ¿qué sabemos?, ¿qué debíamos saber?, ¿qué perspectivas de estudio se abren, a partir de qué ejes?

Trazar una agenda de investigación por decreto no es ni factible ni recomendable. Así que la intención de esta última parte es apenas la de señalar algunos de los huecos en la investigación sobre juventud y apuntar algunos elementos de reconfiguración en los mundos juveniles.

Quizá la temática más ausente y extrañada sea la perspectiva de género en los estudios sobre juventud. Pese a las novedades que comportan las culturas juveniles, en lo que toca a las relaciones de género, éstas no han sido suficientemente abordadas. Si bien las y los jóvenes comparten universos simbólicos, lo hacen desde la diferencia cultural constituida por el género. La organicidad alcanzada por los colectivos juveniles de composición mayoritariamente masculina no es equivalente al caso de las jóvenes, que según muestran algunos de los estudios, tienden a insertarse en las grupalidades juveniles “masculinizándose”. Pero hay insuficiencia de material empírico que permita hacer planteamientos finos en lo que toca a la diferencia de género entre los jóvenes.

El centralismo en las ciencias sociales que favorece la concentración de recursos para la investigación, de centros y de investigadores, entre otros factores, ha provocado que la especificidad regional de las culturas juveniles no haya sido suficientemente abordada. Tampoco se ha logrado avanzar sustancialmente en lo que toca a las dimensiones local-global y sus repercusiones en el ámbito de las culturas; cabe aquí preguntarse ¿cómo reformulan desde lo local los elementos de la cultura-mundo y cómo actualizan en la vida cotidiana las relaciones entre tradición y modernidad?

De un lado la victimización del joven y de otro lado su exaltación como agente de cambio polarizan, en términos generales, la investigación. El efecto que esto ha tenido es la de una diversidad fáctica sin problematización. Es decir, el “otro construido”, tanto para los jóvenes como en relación con el discurso social que sobre ellos se elabora y circula, se asume como un dato que está ahí a la espera del observador. En tal sentido, hace falta investigación sobre los mapas cognitivos, sobre las experiencias mediatas e inmediatas de donde se nutren las representaciones colectivas que dan forma y contenido a las identidades-alteridades sociales. Especialmente en este momento, los poderes, particularmente la institucionalidad mediática, se disfrazan de ludismo y de espacio de conversación, haciendo aparecer “la diferencia” como un asunto retórico que oculta la desigualdad.

Esto apunta también a la necesidad urgente de investigaciones que, sin renunciar a la dimensión intragrupal, sean capaces de ver al joven más allá de los ámbitos restringidos de sus respectivos colectivos.

El balance realizado, si bien señala una tendencia creciente a los acercamientos interdisciplinarios, revela, de otro lado, una escasa problematización del sujeto juvenil desde las dimensiones psicosociales que no se reduzcan al establecimiento *a priori* de una serie de etapas y actitudes que caracterizan el periodo de la juventud. El problema es mucho más complejo y exigiría un trabajo más fino en los interfaces entre individuo, grupo y contexto sociocultural. En tal sentido, la perspectiva psicoanalítica ha sido una veta poco explorada en el campo de los estudios de la juventud.

Por último, y en el espíritu de fomentar la discusión, está la urgente necesidad de hacer estudios comparativos como una de las alternativas para propiciar el diálogo y un debate no virtual que pueda romper el aislamiento en la producción de conocimiento.

Es en esta dimensión donde cobra sentido el pensamiento de Ibáñez, “pensar juntos el pensamiento con el que pensamos”.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *La distinción*. Madrid: Taurus, 1988.

_____. *La juventud no es más que una palabra*. México: CNCA-Grijalbo, 1990. (Sociología y cultura: colección los noventa).

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. *Respuestas: por una antropología reflexiva*. México: Grijalbo, 1995.

CASTILLO, H., ZERMEÑO, S.; ZICCARDI, A. Juventud popular y banda en la Ciudad de Mexico. In: GARCÍA CANCLINI, N. (Coord.). *Cultura y pospolítica: el debate sobre la modernidad en América Latina*. México: CNCA. 1995. p. 273- 294.

DUQUE, J. R., MUÑOZ, B. *La ley de la calle: testimonios de jóvenes protagonistas de la violencia en Caracas*. Caracas: Fundarte, 1995.

FEIXA, C. *La juventud como metáfora: sobre las culturas juveniles*. España: Generalitat de Catalunya, 1993.

- GARCÍA CANCLINI, N. (Coord.). *Consumidores y ciudadanos; conflictos multiculturales de la globalización*. México: Grijalbo, 1995.
- _____. *El consumo cultural en México*. México: CNCA, 1993a. (Colección pensar la cultura).
- _____. Introducción: antropología y estudios culturales. *Alteridades*. México: UAM-I, n. 5, 1993b.
- GIDDENS, A. *Beyond left and right*. Cambridge: Polity, 1995.
- _____. *The constitution of society*. Los Angeles: University of California Press, 1986.
- GÓMEZ JARA, F. et al. *Las bandas en tiempo de crisis*. México: Nueva Sociología, 1987.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Cátedra, 1989.
- IBÁÑEZ, J. *El regreso del sujeto; la investigación social de segunda orden*. Madrid: Siglo XXI, 1994.
- IZQUIERDO, R. Juventud y empleo: entre la escuela y el trabajo. In: CORDERA, R. C.; BECERRA, R. (Coords). *México joven: políticas y propuestas para la discusión*. México: UNAM. 1996. p. 117-146.
- JAMESON, F. Conflictos interdisciplinarios en la investigación sobre cultura. *Alteridades*. México: UAM-I, n. 5, 1993.
- LECHNER, N. *Los patios interiores de la democracia; subjetividad y política*. México: FCE, 1990.
- _____. Por qué la política ya no es lo que era. *Nexos*. México: p. 23-32, 1995.
- LEVI, G.; SCHMITT, J. C. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LUENGO, E. Valores y religión en los jóvenes. In: PÉREZ ISLAS, J. A.; MALDONADO, E. P. *Jóvenes: una evaluación del conocimiento; la investigación sobre juventud en México, 1986-1996*. México: Causa Joven, 1996. p. 165-189.
- MAFFESOLI, M. *El conocimiento ordinario: compendio de sociología*. México: FCE, 1993.

- _____. *El tiempo de las tribus*. Barcelona: Icaria, 1990.
- MARSHALL, T. H. *Class, citizenship and social development*. New York: Anchor Books, 1965.
- MARTÍN BARBERO, J. *Pre-textos: conversaciones sobre la comunicación y sus textos*. Cali: Centro Editorial Universidad del Valle, 1995.
- _____. La comunicación en las transformaciones del campo cultural. *Alteridades*. México: UAM-I, n. 5, 1993.
- MELUCCI, A. *Nomads of present: social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.
- _____. *En busca de la acción*. (s.d.). (mimeo).
- MONSIVÁIS, C. *Escenas de pudor y liviandad*. México: Grijalbo, 1988.
- MUNÓZ, S. Mundos de vida y modos de ver. In: BARBERO, J. M.; MUÑOZ, S. (Coords.). *Televisión y melodrama: generos y lecturas de la telenovela en Colombia*. Bogotá: Tercer Mund Editores, 1992.
- OFFE, C. *Contradicciones del Estado de bienestar*. México: CNCA/Alianza Editorial, 1990. (Colección Los Noventa).
- OROZCO, G. *Recepción televisiva*. México: Proicom, Universidad Iberoamericana, 1991.
- PIKE, K. L. *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. Glendale: Summer Institute of Linguistic, 1954.
- REGUILLO, R. *En la calle outra vez las bandas : identidad urbana y usos de la comunicación*. Guadalajara: ITESO, 1991.
- _____. Notas críticas sobre los movimientos sociales: una perspectiva gramsciana. *Iztapalapa*. México: UAM-I, n. 30, jul./dic. 1993.
- _____. *La construcción simbólica de la ciudad; sociedad, desastre y comunicación*. Guadalajara: Universidad Iberoamericana/ITESO, 1996.
- _____. Culturas juveniles, producir la identidad: un mapa de interacciones. *Jovenes. Revista de Estudios sobre Juventud*. México: Causa Joven/Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, a. 2, n. 5, p. 12-31, jul./dic., 1997.

- ROSALDO, R. Social analysis in history and anthropology. In: KAYE, H. J.; MCLELLAND, K. (Eds.). *E. P. Thompson: critical perspectives*, 1990. (mimeo).
- ROUX, G. I. *Ciudad y violencia en América Latina, v.2*. Quito: Gestión Urbana, 1994.
- SALAZAR, A. J. *La cola del lagarto: drogas y narcotráfico en la sociedad colombiana*. S.l.: s.n., 1998.
- SARTORI, G. *Elementos de teoría política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- TOURAINÉ, A. *Crítica a la modernidad*. México: FCE, 1994.
- _____. *El regreso del actor*. Buenos Aires: Eudeba, 1984.
- URTEAGA-POZO, M. Banda de subjetividades. In: AGUILLAR, De G. *Simposio por el rock*. México: UAM –Azcapotzalco, 1993. p. 50-65.
- VALENZUELA, J. M. *A la Brava ése !Tijuana*: El Colegio de la Frontera Norte, 1988.
- WALLERSTEIN, I. (Coord.). *Abrir las ciencias sociales*. Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales México: Siglo XXI/UNAM, 1996.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMATIZAÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NO BRASIL

Helena Wendel Abramo

*Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo
Ação Educativa*

Tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da “opinião pública” (notadamente os meios de comunicação de massa) como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não-governamentais, que prestam serviços sociais.

Entre os meios de comunicação de massa, da televisão à grande imprensa, passando pelas rádios, revistas etc, assistimos a uma avalanche de produtos especialmente dirigidos ao público adolescente e juvenil (os cadernos *teen* nos grandes jornais, programas de auditório na televisão, programas só de *rock* ou de *rap* nas rádios e canais de televisão, revistas de comportamento, moda e aconselhamento etc.), mas também ao crescimento de noticiário a respeito de jovens. De forma geral, e a grosso modo, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização dos jovens nos meios de comunicação. No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, drogação, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas.

* Publicado na *Revista Brasileira de Educação* n. 5-6, mai./dez., 1997, especial sobre Juventude e Contemporaneidade.

Na academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão, principalmente através de dissertações de mestrado e teses de doutorado – no entanto, a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação “anormal” ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações “problemáticas” para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações. Só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação.

Com relação às políticas públicas, é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal¹. Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, principalmente estimulado por organismos como a Cepal, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas. O Brasil, no entanto, passou ao largo desse movimento.

Somente recente e lentamente pode-se observar, no Brasil, a preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais com os jovens: algumas prefeituras e governos estaduais têm ensaiado a formulação de políticas específicas para esse segmento da população, envolvendo programas de formação profissional e de oferecimento de serviços especiais de saúde, cultura e lazer; nota-se também uma movimentação no plano federal para focar a questão: foi criada, pela primeira vez, no Brasil, uma Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação, e há dois programas do Comunidade Solidária destinados a jovens: o Universidade Solidária e um concurso de estímulo e financiamento a programas de capacitação profissional de jovens.

1. Quando falamos de juventude, neste artigo, estamos nos referindo ao momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita.

Há mais tempo e em número bem maior que as ações governamentais, tem crescido projetos e programas destinados a jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (ONGs, associações beneficentes, instituições de assistência etc.). A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família com baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (os “meninos de rua”), adolescentes submetidos à exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinquência etc.

Numa primeira visão panorâmica, pode-se verificar que a maior parte dos programas desenvolvidos por estas instituições dividem-se em dois grandes blocos, todos eles visando dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social desses adolescentes em desvantagem: programas de ressocialização (através de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) e programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho (que, muitas vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”. Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

Toda essa atividade, gerada por uma sensação de urgência frente a situações de desamparo e desregramento, tem permanecido, na maior parte dos casos, num registro muito imediatista e desarticulado. Além disso, com pouca capacidade de gerar uma compreensão mais ampla e aprofundada, por parte desses agentes sociais, a respeito do público alvo, de suas características, suas questões e modos de experimentar e interpretar essas situações

“problemáticas”. Por exemplo, em contraste com a elaboração de informação, conceituação, pedagogias e metodologias específicas para lidar com a infância, que se começa a produzir no Brasil, em consequência de toda a movimentação em torno da defesa das crianças, quase não se encontram subsídios mínimos para um tratamento singularizados dos adolescentes, muito menos dos jovens. É quase como se, apesar de terem crescido o número de ações e programas destinados a adolescentes e jovens, eles continuem apenas desfocadamente visíveis, obscurecidos por uma sensação de que esta falta de instrumentos e “jeito” se deve ao fato de que a “adolescência é mesmo uma fase difícil” de se lidar. É necessário assinalar que há exceções, por exemplo, aqueles projetos que se baseiam na idéia *de protagonismo juvenil* (ou seja, que buscam desenvolver atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradores e partícipes nos processos educativos que com eles se desenvolvem)², mas a grande maioria dos projetos se limita ao enquadramento anterior.

Num outro plano, tem sido constante, embora não possamos dizer consistente, a preocupação de diferentes atores políticos com a juventude (partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, alguns movimentos sociais). No entanto, trata-se mais de uma preocupação com a ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas a eles. Essa ausência diz respeito tanto à inexistência ou fraqueza de atores juvenis nas esferas políticas (ao contrário do que outrora foram as entidades estudantis e as juventudes partidárias), como à baixa adesão de jovens aos organismos e movimentos políticos. A maior parte dos atores políticos queixasse da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas proposições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-políticos”.

É curioso notar que, apesar da juventude estudantil ter tido, durante todo o período dito “de modernização” do país (dos anos 30 aos 70), destacada

2. A maior parte dos programas que lidam com essa perspectiva têm se desenvolvido nas áreas da saúde (principalmente sexualidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis) e da cultura.

presença em prol dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras, houve sempre certa ressalva com relação à eficácia de suas ações: para os setores conservadores, a suspeita de baderna e de radicalismo transgressor; para alguns setores da esquerda, a suspeita de alienação ou de radicalidade pequeno-burguesa inconseqüente. No entanto, a partir dos anos 80, o enfraquecimento desses atores estudantis levou a fazer notar, e lamentar, o desaparecimento da juventude da cena política, erigindo aquelas formas de atuação antes suspeitas a modelos ideais de atuação, frente aos quais todas as outras manifestações juvenis aparecem como desqualificadas para a política. Mesmo sua participação nas movimentações de rua pelo *impeachment* de Collor, em 1992, foram largamente desqualificadas por serem “espontaneístas”, “espetaculares”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização.

Por outro lado, os grupos juvenis que atuam na esfera do comportamento e da cultura não têm sido considerados como possíveis interlocutores pelos atores políticos, salvo raras exceções (entre elas assume destaque o movimento negro), seja por se apresentarem como muito difusos e com baixo grau de formalização, seja por levantarem questões não consideradas pertinentes para as agendas políticas em pauta. Os partidos, principalmente os de esquerda, colam-se então, exclusivamente e de um modo sufocante, às entidades estudantis, mas sem conseguir apostar, ao mesmo tempo, em sua capacidade de representação e mobilização.

Pode-se dizer que a preocupação dos atores políticos, então, não sai desse plano da preocupação, não resultando na tentativa de realizar um entendimento mais aprofundado deste setor, nem na formulação de ações a eles dirigidas. Resta, assim, de um modo amplo e difundido, a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação da democracia.

...

Uma análise mais detalhada dessas recentes interpretações e ações destinadas aos jovens ainda está para ser feita. Contudo, uma questão, desde já, pode ser levantada: parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização quanto das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar

uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Isso pode ser percebido pela discussão que se faz atualmente a respeito da questão da “cidadania”, tal como este termo tem assumido papel de destaque na conjuntura brasileira: relativamente à questão dos direitos e da participação de diferentes sujeitos sociais. No entanto, toda vez que se relaciona a questão da juventude à da cidadania, seja pelos atores políticos seja pelas instituições que formulam ações para jovens, são os “problemas” (as privações, os desvios) que são enfocados; todo debate, seminário ou publicação relacionando esses dois termos (juventude e cidadania) traz os temas da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce, da violência. As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo por que, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos. Nesse sentido, o foco central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica dos adultos), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência. Ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania como privação e mote de denúncia, e nunca – ou quase nunca – como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos.

Essa dificuldade está ligada a fatores específicos relativos à formulação de direitos sociais na sociedade brasileira (por exemplo, como a idéia de dádiva e favor sobrepuja a de direito)³ e ao modo como as diferenças sociais (sejam étnicas, culturais, de gênero ou geracionais) têm conseguido se transformar em alteridades políticas⁴, assim como ao modo como se processam a constituição de espaços de conflito e negociação política na sociedade brasileira. Mas, paralelamente a essa dimensão, tal dificuldade está ligada, de uma maneira mais geral, ao modo como a juventude tem sido tematizada na sociedade ocidental contemporânea. É essa a questão que me interessa desenvolver neste artigo, de um modo ainda apenas sugestivo e sob a forma de anotação de idéias: a tematização da juventude pelo “senso comum”, apoiada em representações construídas pelo pensamento acadêmico, retrabalhadas e

3. SALES, 1994.

4. TELLES, 1996.

difundidas pelos meios de comunicação, por atores políticos, agentes culturais e trabalhadores sociais.

...

De um modo geral, pode-se dizer que a “juventude” tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura.

A tematização da juventude pela ótica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural.

A concepção de juventude corrente na sociologia, e genericamente difundida como noção social, é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: como momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, por meio da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto pela interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nessa oportunidade que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo conseqüências para ele próprio e para a manutenção da coesão social.

É nesse sentido que a ênfase da sociologia funcionalista e quase que de toda sociologia preocupada com o tema da juventude recai sobre o processo

de socialização vivido pelos jovens e sobre as possíveis disfunções nele encontradas. Como a juventude é pensada como processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

Não é por acaso que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo – do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela. É nesse sentido também que na maior parte das vezes a problematização social da juventude é acompanhada do desencadeamento de uma espécie de “pânico moral” que condensa os medos e angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais⁵.

...

De um modo ligeiro e quase caricatural, podemos retomar o modo como a juventude veio sendo tematizada durante a segunda metade desse século para verificar como acabou sendo sempre depositária de um certo medo⁶, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio.

Nos anos 50, o problema social da juventude era a predisposição generalizada para a transgressão e a delinquência, quase que inerente à condição juvenil, corporificadas na figura dos “rebeldes sem-causa”. De certa forma, é nesse momento que assume uma dimensão social a noção que vinha sendo cunhada desde o fim do século passado a respeito da adolescência como uma fase da vida turbulenta e difícil, inerentemente perturbadora; como um momento em si patológico, demandando cuidados e atenção concentrados de adultos para “pastorear” os jovens para um lugar seguro, para uma integração normal e sadia à sociedade.

Nos anos 50, quando os atos de “delinquência juvenil” extravasam os limites dos setores “socialmente anômalos” (os marginalizados, os imigrantes nas

5. Essa idéia de “pânico moral” foi desenvolvida por A. Cohen e retomada por Hall & Jefferson e por Bessant (HALL; JEFFERSON, 1978; BESSANT, 1993/94).

6. A esse respeito, ver (BESSANT, 1993/94).

grandes metrópoles, as “classes perigosas” — como foram objeto de atenção na passagem do século por criminologistas como Pestalozzi⁷) e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média, a juventude aparece ela mesma como uma categoria social potencialmente delinqüente, por sua própria condição etária. O problema passa a ser o fato de que jovens que teriam “condições objetivas” de ajuste ao mundo adulto manifestam dificuldades nesse sentido, gerando angústias quanto ao próprio modelo de integração existente na sociedade. A interpretação baseada na explicação da “fase inerentemente difícil” leva a localizar o problema na adolescência como tal, e na formação de culturas juvenis como antagônicas à sociedade adulta, resultando no conhecido processo de “demonização” do rock’n’roll, por exemplo, e na busca de soluções pela prescrição de uma série de medidas educativas e de controle para assegurar a contenção dessa delinqüência. Mais tarde, esse pânico cede lugar a um entendimento da “normalidade” do desconforto e agitação adolescentes, da circunscrição do significado das culturas juvenis como espaços de socialização diferenciados e da funcionalidade desse comportamento momentaneamente desviante como parte do processo de integração à sociedade adulta. Em algumas interpretações, até como fonte de inovação e revigoração sociais⁸. O consolo se produz a partir da conclusão de que a maior parte dos jovens, se bem conduzidos, acaba, depois de alguns percalços, integrando-se de forma sadia e normal à sociedade; o problema volta a ficar circunscrito, assim, à delimitação dos grupos ou setores juvenis estruturalmente anômalos, para os quais se destinam medidas específicas de controle e “ressocialização”.

Nos anos 60 e parte dos anos 70, o problema apareceu como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica à ordem estabelecida e pelo desencadear de atos concretos em busca de transformação – movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação, movimentos pacifistas, as proposições da contracultura, o movimento *hippie*.

A juventude apareceu, então, como a categoria portadora da possibilidade de transformação profunda: e para a maior parte da sociedade, portanto,

7. FLITNER, 1968.

8. A sociologia funcionalista norte-americana produziu intensamente estudos e debates a respeito das ações coletivas da juventude, num arco amplo de interpretações, tanto no enfoque da anomia como no da inovação e ajuste. Ver, entre outros, (PARSONS, 1942; EISENSTADT, 1976).

condensava o pânico da revolução. O medo aqui era duplo: por um lado, o da reversão do “sistema”; por outro, o medo de que, não conseguindo mudar o sistema, os jovens condenavam a si próprios a jamais conseguirem se integrar ao funcionamento normal da sociedade, por sua própria recusa (os jovens que entraram na clandestinidade, por um lado; por outro lado, os jovens que se recusaram a assumir um emprego formal, que foram viver em comunidades à parte, com formas familiares e de sobrevivência alternativas etc) – não mais como fase passageira de dificuldades, mas como recusa permanente de se adaptar, de se “enquadrar”.

No Brasil, é particularmente nesse momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento – sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo. Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc.) como por suas idéias e ações políticas.

Por outro lado, para alguns setores descontentes com o sistema (como para pessoas de esquerda e promotores da “contra-cultura”), esses movimentos juvenis condensaram o oposto, a esperança de transformação⁹. No entanto, mesmo para esse setores, os jovens apareciam mais como uma fonte de energia utópica do que propriamente pessoas capazes de levar a cabo efetivamente tal transformação; e muitos setores políticos de oposição à ordem (como os partidos comunistas e organizações sindicais tradicionais) interpretavam tais manifestações juvenis como ações pequeno-burguesas inconseqüentes quando não ameaçadoras de um processo mais sério e eficaz de negociações para transformações graduais; nesse caso, o medo era o de que as ações juvenis atrapalhassem a possibilidade efetiva de transformação.

Foi somente depois, quando tais movimentos juvenis já haviam entrado num refluxo, que a imagem dessa juventude dos anos 60 foi reelaborada e assimilada de uma forma positiva, generalizando a ótica da minoria que neles depositava diferentes tipos de esperança: a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou

9. Ver, entre outros autores, (ROSZAK, 1972; MARCUSE, 1970; FORACCHI, 1972; IANNI, 1968).

sonhar e se comprometer com a mudança social. Essa reelaboração positiva acabou, desse modo, por fixar assim um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária¹⁰.

É em contraste com essa imagem que a juventude dos anos 80 vai aparecer como patológica porque oposta à da geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática. Uma geração que se recusa a assumir o papel de inovação cultural que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos 60, passava a ser atributo da juventude como categoria social. O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema. Tematizada por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude aparece aqui como depositária de um certo medo relativo ao “fim da História”, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança.

Nos anos 90 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80: já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo). De certa forma há uma retomada de elementos característicos dos anos 50, na concentração da atenção nos problemas de comportamento que levam a situações de desvio no processo de integração social dos adolescentes (drogas, violência, envolvimento com a criminalidade e comportamentos anti-sociais). Fruto de uma situação anômala, da falências das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma “dissolução do social”. O pânico, aqui, se estrutura em torno da própria possibilidade de uma coesão social qualquer.

Como vítimas ou como promotores da cisão e da dissolução social, os jovens se tornam depositários desse medo, dessa angústia, o que os faz aparecer,

10. Ver (ABRAMO, 1994).

mesmo para aqueles que os defendem, e que desejam uma transformação social, como a encarnação das impossibilidades de construção de parâmetros éticos, de parâmetros de equidade, de superação das injustiças, de formulação de ideais, de diálogo democrático, de revigoração das instituições políticas, de construção de projetos que transcendam o mero pragmatismo, de transformação utópica. Ou seja, como encarnação de todos os dilemas e dificuldades com que a sociedade ela mesma tem se enfrentado. E nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, ouvidos e entendidos como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação.

...

Uma indicação desse modo de tematizar os jovens, particularmente no Brasil, no plano do imaginário, tal como aparece referida em produtos culturais, pode ser percebida a partir da observação de dois filmes brasileiros recentes: *O que é isso companheiro* e *Como nascem os anjos*¹¹.

À primeira vista esses dois filmes nada têm em comum, tratando de fatos, épocas e questões muito diferentes, a não ser o fato de que os protagonistas da ação, em ambos, são personagens juvenis. Sem nenhuma intenção de fazer considerações de ordem estética, ou a respeito da propriedade das abordagens dos fatos tratados pelos filmes (ou mesmo de entrar na polêmica relativa à “correção” histórica e política que se produziu em torno do filme *O que é isso companheiro*, o interesse, aqui, é o de levantar elementos para pensar no modo como os personagens juvenis são enfocados nos dois filmes, para observar como, sob certo ângulo, eles se apoiam em algumas das problematizações apontadas ao longo desse artigo. Para isso, destacaremos, talvez superdimensionando, alguns traços presentes nos filmes, exagerando certos traços a partir do qual eles podem ser vistos, sem pretender que essa leitura seja a única possível. Apenas me interessa iluminá-la como indicação de uma percepção presente na opinião pública e que funciona como pano de fundo para toda a tematização da juventude no Brasil.

No filme *O que é isso companheiro* os personagens protagonistas da ação central são jovens de classe média que, no final dos anos 60, entrando para

11. *O que é isso companheiro?* é um filme de Bruno Barreto, lançado em 1997; *Como nascem os anjos* é de Murilo Salles e foi exibido em 1996.

uma organização de esquerda clandestina, seqüestram o embaixador americano para forçar o governo brasileiro a soltar e deixar sair do país presos políticos (fato real ocorrido em 1969, documentado e relatado em livro por um dos integrantes da ação, no qual o roteiro do filme foi baseado)¹².

No filme *Como nascem os anjos* os personagens principais do drama são duas crianças a caminho da adolescência (com cerca de 12 anos), moradores de uma favela do Rio de Janeiro, divididos entre a busca por uma inserção “normal” na sociedade (pelo estudo) e o mundo do tráfico e da criminalidade; que se envolvem, meio sem querer, num seqüestro de um alto executivo de uma multinacional americana. Um menino que tenta se manter distante do universo do crime (pertencente a um núcleo familiar estável e freqüentando a escola regular) e sua maior amiga, que não tem esse tipo de inserção, e é namorada de um rapaz pertencente à quadrilha da favela onde moram. Esse rapaz, após um incidente com um dos chefes da quadrilha, tenta fugir para se estabelecer em outro lugar; na fuga, acompanhado pela menina, que acaba arrastando junto seu amigo, roubam um carro e vão para num bairro rico, onde pedem para usar o banheiro de uma mansão. O motorista do dono da casa, suspeitando de assalto, atira no rapaz que, revidando, o mata. O rapaz, muito ferido, decide entrar na casa e exigir que o executivo providencie curativo para o ferimento e meios para a fuga sem chamar atenção da polícia; logo depois fica desacordado, e são as crianças que têm de passar a dirigir a situação. A partir daí o drama se desenvolve em torno das tentativas dos meninos saírem da casa, sem serem presos pela polícia, e mantendo os moradores da casa como reféns.

São, como se vê, figuras juvenis totalmente diferentes, mas nos dois casos, trata-se de figuras emblemáticas para o período enfocado: jovens politizados nos anos 60, jovens pobres envolvidos com a criminalidade nos anos 90. E também nos dois casos, encarnam a face mais dramática da juventude do período: nos anos 60, a juventude em evidência eram os jovens de classe média, empenhados em propostas de mudança, tanto mudanças políticas como comportamentais e de valores: estudantes do ensino secundário e universitário, envolvidos nas suas entidades e manifestações públicas, e jovens envolvidos em movimentos culturais e contraculturais, hippies, “tropicalistas” etc. Os jovens que, a partir do endurecimento do regime e do fechamento

12. O livro, escrito por Fernando Gabeira, tem o mesmo título do filme e foi editado em 1979, pela Ed. Codecri.

dos canais de participação democrática, se envolvem na guerrilha, vivendo na clandestinidade, fazendo ações armadas, sendo presos, torturados, exilados e muitas vezes mortos, são de fato, a face mais dramática dessa juventude genericamente vista como em busca de mudança.

Nos anos 90 as figuras juvenis mais em evidência são os jovens pobres que parecem nas ruas, divididos entre o hedonismo e a violência: meninos de rua, jovens infratores, gangues, galeras, tribos; e, principalmente, jovens em “situação de risco” (risco para si próprios e para a ordem social), dos quais aqueles envolvidos no tráfico, matando e morrendo muito cedo, são uma das imagens mais dramáticas e ameaçadoras dos nossos tempos.

Figuras paradigmáticas em cada conjuntura histórica, mas também genericamente na construção social a respeito da juventude no Brasil, diametralmente opostas nas equações que se montam a respeito da exclusão e da cidadania e na formulação das esperanças e das angústias neles depositadas: numa ponta, os jovens estudantes politizados, idealistas e comprometidos com as causas sociais e políticas da sociedade; na outra, jovens carentes e envolvidos com o mundo da criminalidade. O interesse de fazer uma reflexão conjunta desses dois filmes, embora uma comparação possa, em muitos aspectos, parecer um pouco forçada, é enfatizar como há um ângulo comum pelo qual essas duas figuras opostas de nossa juventude são vistas.

É curioso notar que alguns elementos de enredo se repetem nos dois filmes: no centro da ação de ambos está o seqüestro de norte-americanos, embora o sentido dos seqüestros seja completamente diferente. E o seqüestro é um ato que provoca o pior dos horrores: é crime hediondo, e nas duas diferentes conjunturas históricas, por motivos e com sentidos completamente distintos, séries de seqüestros foram motivo de pânico e de violentas respostas policiais. Nos dois casos escolhidos para serem retratados nos filmes, a ação desencadeada pelos jovens é uma ação “criminosa” (embora uma seja um crime “político” e a outra um crime “comum”), desencadeando a violenta resposta de aparatos policiais. Parodiando frase tristemente famosa, a questão dos jovens, no Brasil, parece ser sempre um caso de polícia.

Nos dois casos, também existe a figura de adultos (ou de pessoas mais velhas que os personagens centrais, mesmo jovens adultos com mais idade ou mais experiência, que já não têm uma postura ou não se identificam como jovens) que impelem os personagens juvenis às situações mais críticas. No caso do filme *Como nascem os anjos* é o rapaz envolvido no tráfico que joga as crianças na situação dramática, e é para salvá-lo que eles pioram cada

vez mais a situação. No caso do filme *O que é isso companheiro*, há a figura do velho militante de esquerda e o outro militante, jovem ainda mas com uma postura totalmente rígida e já sem nenhuma identificação com a jovialidade (que todos os outros integrantes do grupo inicial conservam), que “vêm de São Paulo” para dirigir a operação do seqüestro, e que buscam imprimir uma “racionalidade política” (ou de guerra) à ação quase romântica e fantástica proposta pelos jovens, forçando-os, por exemplo, a negar critérios afetivos como os de amizade (ao indicar a lista dos militantes presos que deveriam ser trocados pelo embaixador) e a encarar “com naturalidade” – ou como imperativo lógico – a necessidade de execução, à queima roupa, do inimigo.

É nesse ponto que me parece que reside uma idéia comum aos dois filmes, e que se relaciona com a postura geral pela qual normalmente a questão da juventude é tratada na nossa sociedade. Em ambos, há uma mesma idéia subjacente, que é a dos jovens como vítimas das lógicas do sistema e, nesse sentido, manipulados pelo destino, ou seja, sempre heterônomos, nunca autores reais de suas ações. Embora os jovens sejam os protagonistas das ações que montam o drama, ações de alta intensidade e de profundos efeitos, está presente a idéia de que eles são como que impelidos a essa ação, pela lógica do sistema e pela lógica de instituições ou de atores que operam à margem ou contra o sistema. Nunca por sua própria lógica. Sujeitos incompletos, em suma, ou incapazes de se tornarem sujeitos no sentido pleno da palavra.

No filme *O que é isso companheiro?*, os jovens são vítimas da lógica política instaurada na ditadura: o fechamento dos espaços institucionalizados de participação, o endurecimento da repressão a qualquer forma de organização e manifestação e de todo canal legal de proposição de mudança, joga os jovens insatisfeitos com o estado de coisas nos partidos clandestinos que propunham a luta armada. Uma vez nesse espaço, os jovens acabam aparecendo como vítimas da lógica da esquerda armada, que parece encerrada numa armadilha, isolada e tendente a ter de provocar ações cada vez mais extremas que, por sua vez, a vão isolando e encerrando cada vez mais o sentido das suas ações. Nesse esquema, os jovens que assumem essa posição, no filme, são retratados como jovens idealistas, desejosos de mudança, mas que acabam engulidos por essa lógica que lhes escapa (quando não manipulados por adultos com lógicas externas a eles).

Protagonistas de uma ação de alto impacto e intensidade, de tal forma que é quase inacreditável que jovens tão jovens pudessem tê-la levado a cabo, esta

acaba ficando, em última instância, sem sentido; embora tenha, no plano mais imediato, sido um “sucesso”, pois eles conseguem efetivamente a troca dos presos políticos pelo embaixador, no plano mais profundo a sua iniciativa, que visava a denúncia do regime de exceção e a adesão popular à exigência da transformação das regras políticas instauradas pelo endurecimento da ditadura, se vê lograda – o final do filme acentua o isolamento dos jovens, sua decepção, o sentimento de estarem perdidos e de toda sua atuação ter sido, em certa medida, um sacrifício inútil: acabam sendo todos presos, torturados, alguns são mortos e outros vão para o exílio por força de outra operação da esquerda armada (outro seqüestro de embaixador). Dessa maneira, sua ação é quase uma ação inconseqüente, quanto ao fim último que eles pretendem, e seu idealismo acaba aparecendo quase como desvario.

No filme *Como nascem os anjos*, os jovens são vítimas da lógica econômica-social, da desigualdade, da exclusão, do mundo peculiar que se monta nos morros cariocas, como um mundo à parte onde impera outra lógica, a lógica do tráfico, em guerra contra a sociedade institucionalizada. No meio desses dois fogos, os jovens moradores da favela são vítimas dessas duas lógicas conflitantes e complementares; as crianças se vêem compelidas a assumir o lado da marginalidade, meio por acaso mas quase como destino inelutável. Compelidas por que o tráfico e a marginalidade impõem padrões culturais e de valores que conformam a vida na favela, por que não há outras referências (no caso da menina), ou mesmo, quando o esforço do menino e da família se faz no sentido de construir um outro caminho, as chances de vivenciar experiências que os desviam desse caminho são enormes, quase inevitáveis. Mesmo que não estejam envolvidos em acontecimentos “delinqüentes”, a sociedade age como se assim fosse, levando os jovens a reagirem com respostas que os acabam conduzindo a o que se imagina a respeito deles. É uma lógica inescusável. Assim, crianças, mais ou menos inocentes (umas mais, outras menos), todas acabam envolvidas na execução de atos que não queriam, não previam, de que quase não têm consciência, sem ao menos entender como chegaram àquilo. Suas ações, assim, são ações desvairadas, fruto de armadilhas do destino, ou melhor, da lógica doentia instaurada nessa sociedade tão profundamente dividida. Ações, novamente, inconseqüentes do ponto de vista da racionalidade dos próprios sujeitos, ou melhor dizendo, das vontades das próprias crianças, e com conseqüências terríveis e desastrosas para si próprios e para os outros.

Nos dois casos, trata-se de ações inconseqüentes quanto a seus fins, ações que se voltam contra os próprios sujeitos que as executam, e ao mesmo

tempo, contra a sociedade. Ações que significam risco para os jovens e risco para sociedade. Os jovens tornam-se, assim, fonte de medo e perplexidade. Mesmo se vistos com “simpatia”, como idealistas ou inocentes e como vítimas dos defeitos do sistema social.

É importante ressaltar que não se pretende aqui negar a existência dessas dimensões apontadas nos filmes, nem a importância de discuti-las. Contudo, o que se busca desenvolver neste artigo é a observação de que a acentuação da atenção nas dimensões de vitimização e heteronomia frente às lógicas do sistema, acaba por manter invisível, e impensável, qualquer tipo de positividade das figuras juvenis.

...

O que me interessou ressaltar nesse breve elenco de anotações, é o fato de que, ao privilegiar o foco de nossa atenção sobre os jovens como emblemas dos problemas sociais, muitas vezes não conseguimos enxergá-los e entendê-los propriamente; e, como consequência, nos livrar de uma postura de desqualificação da sua atuação como sujeitos. Se os jovens que mais se aproximaram de uma atuação política reconhecida, como os militantes de esquerda dos anos 60, acabam por, ao fim e ao cabo, serem desqualificados como incapazes de uma ação com eficácia real, isso se acentua com os sujeitos juvenis de agora, atuando num plano comportamental e cultural sempre vizinho aos planos do hedonismo, por um lado, e da violência, por outro – e dessa maneira ajudando a compor a impressão geral de que a juventude hoje está confinada a proceder através de comportamentos de desregramento social.

Na conjuntura atual, dos anos 90, é muito presente e forte a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social. Vítimas do processo de exclusão profunda que marca nossa sociedade e, ao mesmo tempo, do aprofundamento das tendências do individualismo e do hedonismo, se comportam de forma desregrada e amoral, promovendo o aprofundamento da fratura e do esgarçamento social que os vitima. Podem tornar-se, assim, junto com o medo, objeto da nossa compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas e de ações para salvá-los dessa situação. Mas dificilmente como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como interlocutores para decifrar conjuntamente, mesmo que conflituosamente, o significado das tendências sociais do nosso presente e das saídas e soluções para elas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: ANPOCS/ Scritta, 1994.
- BESSANT, J. Contesting models of youth policy. *Youth and Policy*, n. 43, 1993/1994.
- EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude. In: BRITTO, S. de. *Sociologia da Juventude*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FORACCHI, M. A juventude na sociedade moderna. São Paulo: Pioneira, 1971.
- HALL, S.; JEFFERSON, T. *Resistance through rituals*. Londres: Hutchinson and Co., 1976.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. de. *Sociologia da Juventude*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- PARSONS, T. Age and sex in the social structure of the United States. *American Sociological Review*, v. 7, 1942.
- RODRIGUEZ, E.; DABEZIES, B. Primer informe sobre la juventud de America Latina. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE JUVENTUD, Quito, 1990. *Memoria...* Quito: s.n., 1990.
- ROSZAK, T. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 25, p. 26-37, 1994.
- TELLES, V. da S. As novas faces da cidadania. *Introdução aos Cadernos de Pesquisa do CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, n. 4, jul. 1996.

| MODOS DE
SER JOVEM

O TRABALHO, BUSCA DE SENTIDO *

Guy Bajoit e Abraham Franssen

Universidade Católica de Louvain

As expectativas e atitudes com relação ao trabalho, emprego e desemprego são dimensão privilegiada para apreender a crise e a mutação das referências culturais entre os jovens. O modelo cultural da sociedade industrial se caracteriza pela centralidade da ética do trabalho. Além disso, o mercado de trabalho é o campo em que se exercem mais diretamente as coerções materiais e simbólicas da competição. Examinando os “modos de gestão de si”, pudemos constatar que para numerosos jovens, a experiência ou in experiência do mercado de trabalho constitui momento decisivo da sua redefinição identitária. Aliás, caracterizado o modelo central de trabalho da sociedade industrial, a *ética do rendimento* que está no cerne desse modelo contém várias idéias:

- o trabalho deve contribuir para um projeto coletivo: deve ser socialmente útil para a coletividade (em que a ociosidade é sempre mais ou menos vergonhosa);
- a contribuição e a retribuição devem se equivaler: a tal contribuição deve corresponder uma “justa” retribuição;
- a retribuição é sempre postergada: há, inicialmente, o esforço, o sacrifício que é preciso fazer a fim de preparar-se para o trabalho e, em seguida, para executá-lo e, então, como consequência, a retribuição legítima;

* Publicado originalmente em *Les jeunes dans la compétition et la mutation culturelle*. Rapport de recherche au Fonds de la Recherche Fundamentale Collective, Univ. Catholique de Louvain (Cap. VIII: Le travail, quête de sens), e republicado pela *Revista Brasileira de Educação* n. 5-6, mai./dez., 1967, especial sobre Juventude e Contemporaneidade, na tradução de Denice Barbara Catani.

- a contribuição é medida pelo esforço que é preciso dispende a fim de se preparar para o trabalho e para realizá-lo;
- enfim, no modelo tradicional de trabalho, o trabalhador participa do mundo do trabalho por intermédio de instâncias coletivas: o sindicato, a classe de origem, a comunidade. Sua participação não é exclusivamente individual: ele não está só face ao seu empregador, faz parte de um grupo, mais ou menos estruturado, de trabalhadores.

Nossas interrogações remetem às formas de desagregação do modelo cultural do trabalho e à emergência de novas orientações com relação ao trabalho. Examinamos também quais são as representações e as atitudes dos jovens com relação ao desemprego. Mas, antes, vamos apresentar Hervé, cuja história ilustra esse conjunto de questões.

HERVÉ

Ele é oriundo de uma família numerosa. Seus pais, operários, lhe prometiam um futuro que realizaria seu projeto de promoção social, caracterizado por forte preocupação com o status.

Meus pais diziam, é uma boa, belo ofício, de muito futuro. Olha o senhor e a senhora Fulano de Tal, que moram próximos daqui. Têm uma gráfica há não sei quantos anos, belos carros, bela oficina, olha isso, olha aquilo, e era assim o tempo todo...

Depois de duas reprovações no primário, Hervé cursa a escola profissional técnica de tipografia, em seguida é orientado para a joalheria – o que lhe agrada muito, tanto mais que na época ele era *meio hippie*. Contudo, interrompe seus estudos aos 18 anos para prestar o serviço militar. A interrupção dos estudos é motivada pelo desejo de independência financeira, mas também, de maneira mais expressiva, de realizar seus sonhos de adolescência. Se ele se engajou no Exército por dinheiro, escolheu a Marinha para realizar um sonho:

Eu só via realmente uma coisa, os barcos... eu via os barcos à vela partirem pelos oceanos.

A experiência cotidiana nas Forças Armadas, na maior parte do tempo confinado a tarefas subalternas, destrói seu sonho. *Não é isso que eu queria fazer, queria viajar, mas não a bordo de um pequeno barco com a missão de dragar, ao que parece, dragar minas no mar belga...¹*. A dificuldade de concretizar suas expectativas de auto-realização explica a justificativa puramente instrumental

1. Trata-se de minas militares submersas, abandonadas pelos alemães ao fim da II Guerra Mundial. (N.T.)

que ele oferece para o prolongamento do seu contrato. *Estava cheio, mas tudo bem, vou ficar dois anos, ganho a vida durante esse tempo e depois procurarei outra coisa.*

Em seguida, conheceu um período de desemprego de mais de um ano. Viveu essa experiência com forte sentimento de degradação social e pessoal. O período de desemprego foi um tempo socialmente inútil: *O dia de um desempregado leva cinco minutos.* Insiste bastante sobre as limitações de dinheiro. Depois de pagar o que deve aos seus pais, restam-lhe-talvez *1000 francos por mês para sair um pouco do mofo onde se está metido;*

Quando você está desempregado, uma semana, é duro, você vê o tempo passar, você aprende a contar os minutos. A coisa do desempregado é terrível, é verdade que como jovem você realmente carrega um rótulo; quando fui rebaixado para 8.500 francos, isso foi o mais difícil, entrei em pânico, noites inteiras eu não conseguia dormir...

Nessa época, a única fonte de ganhos ocasionais era a venda de bijouterias de sua confecção, nos mercados. Enquanto pilota sua moto Hervé transporta seus sonhos de evasão e suas necessidades de relações sociais. A moto é um prazer solitário (*é a única coisa que me faz sair de mim mesmo*): ela é sua companhia, ele lhe fala e ela o compreende, mas ela é também um fator de sociabilidade importante, especialmente pelos clubes de motociclistas que frequenta.

Meu objetivo é a viagem, a comunicação... aliás, minha moto me permite viajar, conhecer gente nova e me comunicar com outras pessoas.

Quando visto meu casaco de couro, ele é minha segunda pele, é quase uma carapaça como se diz. A gente é quase como as tartaruga nas estradas, mas tartarugas que se movem rápido. As pessoas têm medo de nós... não sei por que. Blusões negros, o couro negro.

Por interferência de amigos, obtém um contrato temporário de seis meses em um mutirão de escavação de sítios históricos. Dessa experiência ele guarda, sobretudo, a lembrança das más relações de trabalho. Diante do chefe que o provoca, Hervé reage referindo-se aos seus direitos: *Se você continuar tentando me botar prá fora, eu chamo a inspeção do trabalho.* De maneira geral, Hervé se afirma resistindo a toda autoridade, pelo menos quando exercida de forma arbitrária ou absurda. Como na canção de Renaud que diz: *ele tinha vontade de arreventar o crânio do chefe que não podia suportá-lo.*

Segue-se breve período de desemprego, emprego interrompido três dias depois de contratado, por causa de um acidente de moto (que serve de pretexto para seu empregador não recontratá-lo) e um novo período de desemprego de

quinze meses recebendo do seguro desemprego com as mensalidades progressivamente reduzidas.

Caro senhor, sentimos muito, o senhor tem 25 anos, e apenas um ano de experiência, que podemos fazer pelo senhor? Não dá para contratá-lo, não é mesmo...?

Nos últimos meses de desemprego, não suportando mais o tédio e o vazio de seus dias, Hervé trabalhará como voluntário um dia por semana numa associação cultural. Depois será contratado para um cargo de serviços gerais no quadro do programa de reinserção para desempregados. Se este emprego tem muito pouco de conteúdo próprio, no entanto, ele valoriza muito o novo tipo de relações que experimenta (*é jóia, você encontra pessoas*) e o caráter expressivo das atividades que o constituem.

Não dá nem para dizer que é meu patrão, porque não é um cara como os patrões anteriores. É outra coisa. É um cara muito legal, é muito agradável trabalhar com ele. Desde que estou aqui, me esforço muito, até um pouco demais, acredito, para que a gente faça alguma coisa que valha a pena. Bom, o que se chegou a fazer foi um mini-festival com os *hard-rockers* que foi muito bom.

Essa inserção profissional lhe dá ocasião de se abrir, de ter acesso a um novo universo cultural e relacional suscetível de lhe proporcionar novos pontos de referência: *sinto-me crescer com esse trabalho cultural, evoluo, acredito nisso, as pessoas que a gente encontra aqui têm outra mentalidade. A comunicação, sobretudo, é um eixo central de suas orientações no trabalho. Além do ganho financeiro e da ocupação, o trabalho é, antes de mais nada, valorizado pelos contatos sociais que favorece, o conteúdo desses contatos sendo menos importante do que a própria comunicação. Embora encontre nessa cultura da comunicação e da convivialidade um substitutivo para a identidade profissional não realizada pelos canais tradicionais, Hervé não considera, entretanto, seu emprego como um verdadeiro trabalho, isto é, como aquele que lhe traria status e estabilidade.*

Para ele, aqueles que se realizam: *têm uma casinha, filhos, um carrinho e... bom, chegaram a um ponto onde eu gostaria de chegar. Eu não cheguei aí, mas isso vai acontecer um dia... de qualquer forma, eu poder ter o que quero.*

Enquanto isso, num futuro previsível, seu horizonte inelutável é o desemprego e nova busca para encontrar trabalho.

Agora estou bem porque tenho um trabalho, mas dentro de três anos terei de recomeçar, e isso vai ser o quê, recomeçar? Vai ser, talvez, dois anos de desemprego ou dois meses, como podem ser dois dias.

A precariedade constitui seu universo de referência, desencadeando efeitos de ruptura, de fragmentação ou de desarticulação que impedem a formação de uma relação estável com o trabalho. No plano profissional, Hervé aspira de modo impreciso e flutuante a um trabalho, ao mesmo tempo cooperativo e independente (*ser meu próprio patrão*), que lhe assegure status social condizente com suas expectativas iniciais e auto-realização por intermédio de uma atividade criativa.

Se eu tivesse podido ser joalheiro, aí teria uma loja... gostaria de ter feito dessa loja ou desse atelier, um atelier de criação, do gênero Van Cleef e Arpels. Teria sido Van... Hervé. Seria meu próprio patrão e faria uma associação cooperativa. Acho normal beneficiar outros operários como eu... que seria operário também, já que faço a criação... Nesse pequeno meio da criação, faria só um modelo de jóia por pessoa... Acredito que as pessoas teriam mais vontade de vir comprar comigo do que com qualquer outro. Além disso, seria legal fazer...

As afirmações de Hervé são assim constantemente divididas entre uma aspiração à normalidade e à conformidade social (*se eu conseguisse entrar na pequena burguesia*) e uma busca de evasão e de encontros (*Meu objetivo é a viagem e a comunicação*). Aliás, se ele fosse joalheiro, compraria um barco.

Suas condições atuais de existência tornam hipotética a realização de seus projetos e Hervé tende a refugiar-se numa situação de moratória, entre sonhos malogrados e projetos indefinidos: *No momento estou aqui, daqui a três anos, vamos ver*. Essa situação de moratória é acentuada pela dependência financeira que o obriga, aos 25 anos, a continuar morando na casa dos pais. Ao todo, no momento da entrevista, fazia seis anos que Hervé havia saído da escola. Os dois anos no Exército, os 30 meses de desemprego e os empregos precários que conheceu não lhe permitiram investir em tarefas de conteúdo importante.

Ele é o exemplo banal de um jovem cuja socialização de trabalho foi, desde o início, fragmentada e precária. Longe de constituir uma etapa inicial, a precariedade de sua inserção profissional é a constante em sua trajetória no mercado de trabalho. Essa fragmentação e essa heterogeneidade, impedindo a realização das expectativas ligadas ao projeto familiar inicial, são fontes de desestruturação profunda e de ameaças de anomia. O modelo de trabalho ao qual ele se refere é bastante impraticável. Para Hervé, face à sociedade fechada

e desorganizada, os indivíduos ficam reduzidos à impotência existencial e vivem uma ameaça de desagregação psíquica. Ele evoca, assim, o horizonte negativo de uma desorientação pessoal, que ele teme.

No fim das contas, são os nervos que sofrem e eu não sei se é a maioria dos desempregados que são assim, e os jovens, porque muitos jovens... depois de um ano, um ano e meio de desemprego, começam a beber... A bebida faz que – bom, você chega a um ponto sem volta. Se você não acha trabalho nos seis meses seguintes, você é hospitalizado, como alcoólatra ou então como... louco.

O TRABALHO NA VIDA

Contra as apreciações lapidares (*os jovens perderam o sentido do valor do trabalho*) é preciso sublinhar que o trabalho continua sendo fonte importante de normatividade e experiência central de socialização. Trabalhar – quer dizer, exercer uma atividade produtiva com caráter social assegurando independência financeira – permanece, para todos os jovens que entrevistamos, uma expectativa básica, por vezes essencial, sempre importante. Entretanto, por trás da aparente homogeneidade das expectativas – um trabalho de que se gosta num ambiente positivo, que assegure ganho e reconhecimento social – as experiências vividas e os significados atribuídos ao trabalho são múltiplos. As palavras são as mesmas (trabalho-emprego-desemprego), mas os significados são diversos.

A CRISE DO MODELO TRADICIONAL DO TRABALHO

O modelo tradicional de trabalho é ainda bem presente e desejável para muitos jovens, mesmo tendo-se tornado mais ou menos difícil de praticar.

Para Patrick, encarregado numa pequena empresa metalúrgica da região de Liège, como para Bernard, torneiro-fresador numa empresa metalúrgica próxima de Bertrix, o trabalho é, ao mesmo tempo, necessidade vital, obrigação social e dever moral, cuja contrapartida é o status social que confere e a satisfação pessoal que proporciona. O trabalho tem uma dimensão instrumental (ganhar a vida) mas, apesar de seu caráter penoso, comporta também forte dimensão expressiva (realizar-se social e pessoalmente). Ao lado do salário, que é um critério importante que justifica as mudanças de empresa, trata-se *gostar do trabalho, de se sentir bem e de estar num bom ambiente*.

Uma grande parte do discurso é espontaneamente voltado para a descrição do processo de trabalho no qual estão engajados, com sua rotina e seus incidentes. Sua identidade orgulhosa está ligada ao conteúdo técnico do trabalho (trabalhar com uma máquina de tipo digital), à sua dificuldade, até mesmo à sua sujeira e às competências mobilizadas. A valorização está igualmente ligada ao nível de responsabilidade exercida, à *importância de seu papel*. Patrick, como Bernard – que detalha longamente o funcionamento de sua máquina: *uma máquina suíça de 39 que trabalha com micron* – são reveladores de uma cultura do ofício, com seus códigos, seu ritmo, suas relações e que ocupa lugar central nas suas existências. As etapas e os mecanismos de sua entrada no mundo do trabalho e de sua carreira operária são claramente balizados. É o tempo do trabalho que determina o ritmo de vida, distinguindo claramente tempo de trabalho e de lazer (*o domingo é sagrado*).

O tempo do trabalho vem primeiro e o da recuperação é secundário. Nem um nem outro reclamam por efetuar horas extras em função das exigências da produção. Se esse modelo tradicional é ainda bastante desejável, sua impraticabilidade relativa o leva a entrar em crise.² Hoje, para muitos jovens, como para Hervé, a experiência do desemprego e da instabilidade, o confinamento em tarefas pouco qualificadas, a consciência das exigências dos contratos e a ausência de perspectivas profissionais destruíram a maior parte de suas referências ao modelo tradicional do trabalho. Ameaçado e obrigado a recuar, este aparece como referência longínqua. Além disso, o prolongamento da escolaridade obrigatória até os 18 anos e o esgotamento das fontes tradicionais de empregos operários, tem contribuído para manter muitos jovens num espaço relativamente indeterminado, impedindo a socialização precoce no mundo do trabalho, tal como geralmente foi vivida por seus pais.

2. Esse parágrafo apóia-se bastante numa pesquisa realizada anteriormente sobre as orientações de trabalho dos jovens e apoiando-se na análise aprofundada de uma dúzia de entrevistas com jovens em situação precária no mercado de trabalho. É preciso observar que algumas das entrevistas evocadas aqui (Pierre, Solange, Laura, Hervé) foram realizadas em 1985 e 1986, num contexto fortemente marcado pela crise do emprego industrial. Ver MOLITOR, M. ; RONGE, A. de. *Jeune et identité au travail*: rapport de recherche. S.I.: Departement de Sociologie/UCL, 1987.

O “GARANTISMO”

Ao fim de um longo período de desemprego sem estar registrado no organismo competente, Pierre, cujo pai é caminhoneiro, está disposto a encarar qualquer trabalho: *A pessoa que vai bater ponto acaba tomando gosto nisso, e o trabalho... ela está pouco ligando, se lixa, isso não é para mim; Se me dissessem para ser desentupidor de privadas, eu seria desentupidor de privadas... o que eu precisava era de uma entrada mensal de dinheiro. Pedi para ser varredor de rua. Mas isso não deu porque era preciso ser bilíngüe.* Pierre acabou sendo contratado pelo governo belga: *Tive de me fazer de criança nessa hora... tive quase que chorar para conseguir o lugar. É verdade que eu era casado, que meu filho havia acabado de nascer, eu tinha necessidade absoluta de dinheiro*³.

Ao fim de seus estudos de auxiliar de enfermagem Solange experimentou um longo período de desemprego, que significou, para ela, tédio, desânimo, sentimento de inutilidade, os dias em que se está só, sem nada para fazer: *eu procurei muito,² muito trabalho, respondi aos anúncios, escrevi... no começo procurei no meu ramo, mas depois, qualquer coisa, cheguei até a pedir numa usina de fabricação de plástico... como empregada doméstica...babá e tudo.* Por fim, teve a sorte de encontrar um primeiro emprego, temporário, como auxiliar de enfermagem num lar de idosos, substituindo outra pessoa: *Gosto de trabalhar, tenho medo de ficar desempregada de novo.*

Para esses jovens cuja experiência da precariedade origina-se frequentemente numa socialização familiar que oferece recursos frágeis ou inadequados e é confirmada pelo veredito do sistema escolar, as dificuldades prolongadas de inserção no mercado de trabalho impedem a estabilização no modelo de trabalho ao qual aspiram e se traduz pela desestruturação de suas referências identitárias. Contrariamente a Bernard ou a Patrick, há aqui a ausência de uma cultura do trabalho estável e constituída.

Nessas condições, as preocupações econômicas (*um trabalho a qualquer preço*) ou de status (*não estou contente de ter um emprego provisório remunerado pelo Estado*) prevalecem sobre as características próprias do trabalho. O percurso no mercado de trabalho é descrito mais em termos administra-

3. Essa atitude de implorar emprego, na qual o registro afetivo (*Tenho necessidade de um trabalho. Obrigado...*) prevalece sobre a transação mercantil, pode ser igualmente encontrada, de quando em quando, na página *jovens que procuram emprego* do jornal *Le Soir*, no qual uma vez por semana uns 30 jovens dispõem de 12 centímetros quadrados para atrair a atenção de um empregador. BAJOIT, G. Abraham Franssen. *Revista Brasileira de Educação*, 1981.

tivos (*fiz um estágio para desempregados...; naquele momento, estava fazendo um estágio de espera; obtive meu certificado* ⁴) mais do que em termos de ofícios, de conteúdos. As expectativas com relação ao trabalho são reduzidas à sua dimensão instrumental: fonte de ganhos, ocupação do tempo, status social.

Nesse sentido, para esses jovens em situação precária, a dimensão expressiva do trabalho desaparece: o sentimento de participar de um processo de produção global, de ser útil, de se realizar pessoalmente. A organização do trabalho é então sentida como heterônoma. Ela tende a ser reduzida ao organograma que lhe assinala um lugar, na falta de um status real e de uma função. A ocupação não é percebida em termos de ofício, mas de tarefas a realizar (*arrumo as prateleiras*) ou de uma definição institucional (*Trabalho como estagiário*) ou ainda, permanece indefinida e marginal (*sou pau mandado*).

Para esses jovens cuja inserção se efetua, freqüentemente, por empregos pouco qualificados no setor dos serviços ou no âmbito de substatus do setor não-mercantil, as relações de trabalho não são mais vividas como relações de produção, mas como estritamente hierárquicas e burocráticas (vazias de conteúdo) ou, inversamente, como relações interpessoais, ligadas às categorias do afetivo (*simpáticos, legais...*); *O GB é uma família; para mim, o GB é, como diria, um lugar público, a gente está entre amigos, a gente discute, se diverte, é isso mesmo.* (PIERRE)

A dimensão coletiva e conflitual das relações de trabalho desaparece aqui completamente, substituída seja por um sentimento de isolamento e de impotência, seja por uma identificação total à empresa: *No GB, eles são boa gente... A prova: fui uma vez surpreendido fumando nos banheiros, o que é proibido pelo regulamento, fui chamado pelo gerente, discutimos e ele, vendo minhas possibilidades de trabalho, me disse: 'bom, vamos deixar passar'.* (PIERRE)

A ausência de mediação pelo trabalho e, de maneira geral, a fragilidade de suas redes sociais, reforçam o sentimento de vulnerabilidade social com relação às diferentes instituições (ofício para os desempregados, sindicatos, administrações) ao arbítrio das quais eles se sentem particularmente expostos, na medida em que elas constituem seu elo com o sistema social.

Pode-se, como Michel Molitor, falar da figura do “garantismo” para caracterizar a degradação das referências de trabalho que se observa entre os jovens confrontados com o fracasso de seu projeto de integração. A cultura do

4. HIERNAUX, J.P., RUQUOY, D. *Travail Ras-le-bol? Jouissance?* Bruxelles: Ed. Vie Ouvrière, 1986.

trabalho, capaz de proporcionar uma identidade digna e positiva ao trabalho, torna-se uma referência distante, mas sempre desejada. A dimensão expressiva do trabalho como *locus* da realização de si é progressivamente abandonada em favor unicamente da lógica do emprego, o tema da retribuição prevalece sobre o da contribuição, as categorias administrativas ou afetivas substituem as categorias sociais e profissionais.

Pierre, Solange, Stéphane, Luc, Hervé, Didier e tantos outros agarram-se ao mínimo da normalidade do trabalho, sem realmente questioná-la, nem dela distanciarem-se. Trata-se, por certo, de uma lógica de crise no sentido de que a impraticabilidade das normas adquiridas é vivida dolorosamente e dá lugar a diversas estratégias de compensação e de racionalização, sem alternativa positiva.

É a lógica do gato escaldado e da nostalgia que melhor caracterizam a atitude desses jovens no mercado de trabalho e, de maneira mais geral, face a uma sociedade na qual se sentem marginalizados e na qual se agarram. Experimentando a precariedade, se retraem sobre as referências de que dispõem, sem contar com recursos culturais e sociais que lhes permitiriam viver diferentemente sua situação.

O TRANSITÓRIO

Ao mesmo tempo, por freqüentarem diversos meios, por força da necessidade de uma aventura sempre recomeçada, a própria heterogeneidade de sua experiência propicia uma socialização inédita e a aquisição de novas referências e orientações com relação ao trabalho. No caso de Hervé, como no de muitos outros jovens, essa modificação das orientações com relação ao trabalho está ligada à experiência de empregos “alternativos” do setor não mercantil no quadro de substatus (diversos mecanismos institucionais especialmente criados pelo governo para atendê-los...), onde têm a oportunidade de experimentar outros tipos de relações de trabalho.

De maneira mais global, podemos nos interrogar com relação aos efeitos, em termos de socialização, da experiência de trabalho decorrentes de políticas de emprego destinadas aos jovens.

Com relação à experiência de Hervé, é possível formular a hipótese de que esses empregos de substituição não permitem uma integração real no mundo do trabalho, mas induzem uma socialização que Michel Molitor qualificaria de “socialização do transitório”, fortemente marcada pela lógica da precariedade.

O exemplo de Hervé esclarece a lógica interna dos jovens que transitam no mercado de trabalho, que se mantêm bem ou mal, provisoriamente, mas sem esperanças realistas de encontrar uma saída, nessa zona nebulosa que separa as exigências do mercado de trabalho de suas experiências e das suas aspirações. Por exemplo, nas conversas Hervé evoca o grupo dos “irreduzíveis”, que as instituições de reinserção profissional, se vêem “confrontadas” pois se habituaram a distinguir, no seu público, os jovens “aptos à formação para o trabalho” e os jovens que é preciso antes “ressocializar”. Esses jovens – maciçamente encontrados nas diferentes iniciativas públicas e privadas de formação através do trabalho (escolas de aprendizado, formação em alternância), onde se insiste em fazê-los adquirir uma qualificação de base (construção civil) – são também os mais conscientes das imposições do mercado de trabalho e sem ilusões sobre suas próprias possibilidades de exercer uma atividade interessante. Para aqueles que, decididamente, resistem à socialização pelo trabalho (e tanto mais na medida em que esta se efetua sob a forma de estágios mal remunerados no âmbito de pequenas e médias empresas marcadas pelo autoritarismo das relações profissionais), a “apatia” é apenas a distância que os salva.

Verifica-se, nesse caso, ao mesmo tempo, uma desestruturação das referências tradicionais de trabalho tornadas completamente impraticáveis e a manifestação de orientações novas, particularmente em torno da temática da comunicação e da auto-realização expressiva. Essas aspirações, na medida em que não podem se realizar no âmbito do mercado de trabalho, transformam-se em atitude de autopreservação, entre desestruturação psíquica e o distanciamento lúcido. Às ofertas tradicionais de formação, ainda amplamente elaboradas com base nas normas do modelo tradicional de trabalho, esses jovens respondem freqüentemente com indiferença, manifestando em contrapartida mais interesse por atividades com forte dimensão expressiva (“teatro”).

NOVAS ASPIRAÇÕES AO TRABALHO

Na ética tradicional, o trabalho é considerado um dever moral e social. É através de sua participação no processo de produção que o indivíduo pode pretender a auto-realização, tanto no plano da satisfação pessoal quanto do status social. Acabamos de ver que para certo número de jovens, esta referência tornou-se longínqua e impraticável e que esta degradação é vivida sob a forma da crise. Ao mesmo tempo, paralelamente, a crise de praticabilidade e de legitimidade das normas tradicionais de trabalho dá também ocasião a uma mutação estrutural das orientações com relação ao trabalho.

O que muda não é tanto a importância do trabalho, mas, sim, a relação com ele. Enquanto no modelo tradicional a realização pessoal estava subordinada ao trabalho, hoje é o trabalho que tende a estar subordinado à realização pessoal, permanecendo, entretanto, como elemento e um *locus* essencial, embora não exclusivo. Nesse sentido, não se trata tanto de rejeição do trabalho, mas, sim, da reivindicação de um trabalho que tenha sentido para o próprio indivíduo e/ou que lhe deixe tempo para uma vida própria.

Em outras palavras, o trabalho continua sendo importante, mas diferentemente. Enquanto antes ele era importante em si, pela participação que assegurava ao projeto coletivo da sociedade industrial, agora ele se torna importante para o próprio indivíduo, na medida em que pode contribuir para o seu projeto singular. O valor do trabalho tende a não ser mais sacralizado, mas auto-referido, isto é, passa a ser submetido às aspirações e à crítica do indivíduo. Não é mais o indivíduo que é referido ao trabalho, o trabalho é referido ao indivíduo.

Para mim, é importante ter sucesso no plano profissional, mas mantendo um distanciamento com relação a isso. Não esquecer que o resto também tem importância e que o fundamental é estar bem na própria pele. A melhor profissão é, antes de tudo, aquela de que a gente gosta, (posto que representa grande parte da nossa vida) (PIERRE).

Essa reivindicação se exprime muito nitidamente na vontade de “não se deixar consumir pelo trabalho” e de realizar um trabalho que tenha sentido, no qual o indivíduo possa realizar-se.

A RECUSA DO TRABALHO-ALIENAÇÃO

De maneira defensiva, negativamente, essa aspiração exprime-se por uma rejeição ao trabalho assalariado na fábrica e por uma recusa do trabalho-alienação. Muitos jovens manifestam, assim, sua rejeição a uma carreira operária normal tal como a que foi vivida por seus pais. Assim, Christian, 22 anos, interrompeu seus estudos aos 18 para ir trabalhar.

Eu trabalhava numa usina química. Rompi meu contrato. O ambiente não me agradava. Tinha muito barulho. Era quase um trabalho em cadeia. No começo para guardar o lugar, você tem que trabalhar. E com isso os outros operários aproveitam. Vêem que você é o otário... Os operários se relacionavam, mas para mim não dava. Não consegui continuar ali. Vê-los todos os dias, não dava. É o tempo todo a mesma

coisa, e depois, no final do ano, vamos todos ao restaurante e você tem a impressão de que é o carrossel encantado. Não, eu não quero... Prefiro achar algo melhor, que eu esteja seguro de gostar mais...

Christian encontra-se agora desempregado há seis meses (*com o desemprego eu posso aproveitar melhor a vida*), situação que sabe ser provisória sem que por isso seus projetos estejam claramente definidos (*Eu não sei, a gente vê, a gente vê*). Embora faça rock com um grupo de colegas, não tem ilusões quanto às exigências do mercado musical e não imagina viver disso. De qualquer forma, sabe que não voltará à fábrica. E quando lhe perguntam se está interessado numa formação em trabalho com madeira, organizada em sua região no âmbito de uma AID (Ação Integrada de Desenvolvimento) destinada aos jovens “excluídos”, sua resposta é inequívoca: *Não, não suporto poeira, sou alérgico. Essa coisa de poeira, eu já conheço.*

Silvana também já viveu a experiência de sujeição à máquina e à agressividade nas relações de trabalho. Para ela, o choque da entrada no “mundo do trabalho” foi tão violento quanto sua socialização anterior, no universo protegido da família e o ambiente convivial da escola, não a tinha preparado de maneira alguma para isso: *Quando você está na escola, você tem a impressão que é mimada... você é protegida.*

Da fábrica, onde Silvana trabalhou três anos, guarda uma experiência heterônoma, sem conteúdo próprio, sujeita ao ritmo da máquina, confrontada com a vulgaridade e com as rivalidades de suas colegas mais velhas:

Numa fábrica, é preciso sempre andar rápido. A máquina gira todo o tempo, você não pode pará-la... É depressa demais, é rápido demais. Ali, oito horas, você só pode ir (ao banheiro) duas vezes. Cinco minutos... Porque nas fábricas, freqüentemente, a briga é essa: os banheiros. Emagreci cinco quilos, porque não conseguia comer em 20 minutos... Então, não comia nada. Com isso você fica sonolenta e isso é mau porque... você pode meter os dedos na máquina. As antigas se aproveitavam das mais jovens... te deixam o tempo todo no mesmo lugar... fazer o trabalho mais duro e o mais chato, o dia inteiro.

Desempregada há 15 dias (*eu mereci*) Silvana não voltará a trabalhar na fábrica para não perder a sua humanidade:

Se eu trabalhar toda a minha vida num lugar assim, vou ficar como elas, vou me tornar ruim.. Não, isso eu não quero. (...) Para mim, o trabalho ideal é o de mãe de família...criar os filhos... cuidar das pessoas... permanecer humana.

A dimensão alienante do trabalho assalariado, o sentimento de monotonia e de vazio que o acompanha não são novos. Toda a literatura sociológica sobre a condição operária e, em particular, as pesquisas junto às operárias, ressaltaram abundantemente a escravização da pessoa à máquina e as microestratégias individuais ou coletivas acionadas para escapar a isso (psicossomatização, fuga através do sonho, operação tartaruga...). Não obstante, apesar de seu caráter penoso, o trabalho determina a condição operária vivida como razão social, com relação à qual não há outra escolha senão submeter-se, interiorizando as coerções. É precisamente essa perspectiva que é rejeitada de forma explícita por Christian, Silvana ou Isabelle (que trabalha como secretária): não terminar como eles, rotinizados, escravizados e aviltados pelo ritmo de trabalho e suas relações convencionais.

Para esses jovens, a primeira experiência de trabalho – às vezes depois de muitos anos – longe de conduzir a uma confirmação do modelo de trabalho (como no exemplo de Patrick que *está recomeçando tudo de novo*) conduz a uma rejeição total ou parcial. Passado o primeiro choque de entrada no mundo do trabalho, eles tentam se acomodar: *Eu não queria dizer aos meus pais que estava infeliz nessa fábrica* (SILVANA). *É verdade, eles têm razão, vou fazer como todo mundo* (ISABELLE).

Mas acabam desistindo, antes de se perderem como sujeitos:

Faz mais ou menos 6 meses que estou desempregada, no começo fiquei, admito, feliz, porque passei cinco anos de minha vida numa fábrica abominável onde o patrão era o patrão e o operário uma ferramenta de trabalho. Fiquei tão horrorizada com esse cara que me arrependi realmente de ter parado de estudar. Mas o fato de ter trabalhado como cão me ajudou a pensar. Por isso, quando me registrei no Escritório para os Desempregados, me senti em férias. Foi depois de dois, três meses que comecei a refletir. Disse a mim mesma que não queria mais voltar a trabalhar numa fábrica. Penso que os desempregados não devem se deixar abater, porque, ainda que se duvide, os desempregados não são necessariamente pessoas que não prestam para nada, ou pessoas à parte. Eles também têm sua vida, mesmo se eles não têm meios financeiros como os outros. Quanto a mim, é verdade que eu não gasto mais tanto como antes, mas por enquanto estou vivendo muito bem e espero poder achar um trabalho, mas desta vez um que me agrade (agência de viagem) porque gosto de estar em contato com as pessoas. Só agora me dou conta disso. Foi primeiro preciso que eu tivesse uma experiência ruim para adquirir vontade e caráter. Não voltarei jamais a uma fábrica (GABRIELLA, 23 anos).

O TRABALHO DESINVESTIDO E O TRABALHO SONHADO...

Tudo se passa como se a experiência de trabalho de numerosos jovens fosse caracterizada por uma distância importante, sentida e expressa, entre suas aspirações e a realidade (conteúdo e ambiente) do seu trabalho. Frequentemente a decepção os espera na entrada do “mundo do trabalho”: *Na realidade, de início, você imagina muita coisa com relação ao trabalho..., há um certo desencantamento.* Numa pesquisa realizada com jovens de camadas populares, Daniel Ruquoy e Jean-Pierre Hiernaux mostraram bem a defasagem entre a importância atribuída *a priori* ao trabalho e a satisfação advinda da experiência concreta com o mesmo. Uma maioria de jovens vão, assim, lamentar a falta de interesse qualitativo de seu trabalho, estimando-se, ao contrário, mais satisfeitos com suas características extrínsecas (ganhos, status...).

Bem, eu procuro emprego com estabilidade; trabalho no que me oferecem.
Raramente são coisas que gosto (ANA).

A consciência e a gestão desse descompasso dá lugar a diferentes estratégias, atitudes e representações, que permitem ao indivíduo existir como sujeito dissociando-se de sua situação, ou mesmo de sua condição profissional. A figura mais clássica dessa gestão da insatisfação é a do trabalho desinvestido. O trabalho é, no máximo, reduzido à sua função instrumental (pelo dinheiro) enquanto toda a dimensão da auto-realização é transferida à esfera privada e à sociabilidade escolhida.

Mathieu, que ao fim de um contrato de aprendizagem de 6.000 francos belgas por mês durante dois anos, acabou de ser contratado como reparador de caixas registradoras, precisa bem o alcance de seu investimento no trabalho:

como já caí na armadilha, me envolvo um mínimo... Para mim, o trabalho é como um negócio. E vejo família como realização... Eu não sou diretor de empresa, então não vejo como poderia... Se eu fosse chefe de empresa, seria milionário, talvez fosse desse jeito. Não é o meu caso.

Quanto a Ana, recepcionista de uma agência de viagens,

Isso depende do trabalho. Se eu tivesse um trabalho de que gostasse muito, não me incomodaria de trabalhar dez horas por dia. De bom grado eu trabalharia, mas... Quando é um trabalho de que você não gosta muito, 4 horas bastam... Só para ganhar a vida, é só isso.

Essa recusa de um trabalho que impõe suas limitações ao conjunto da existência (*o trabalho que absorve vida inteira*) é expressa, de maneira mais

ou menos aberta e declarada, pela maior parte dos jovens, qualquer que seja seu nível sócio-profissional: *Não quero uma vida em que você se sacrifica pela empresa* (JOY). O trabalho no âmbito de um emprego não é considerado como o único modo de auto-realização. Na medida em que não seja realizador, ele tende a ser minimizado, para justificar uma auto-redefinição, na esfera familiar para alguns, ou a partir de uma atividade pessoal para outros. *Eu não me definiria pelo trabalho, eu me definiria principalmente pelo que faço paralelamente* (ISABELLE). O trabalho então é apenas um “bico”, o “trabalhinho”, o “contrato temporário”, enquanto o verdadeiro trabalho é a atividade autônoma.

Esta lógica é particularmente presente entre os jovens que seguiram estudos do tipo artístico ou literário e que experimentam sua frágil rentabilidade no mercado de trabalho. É na medida em que não encontram trabalho que corresponda a suas aspirações profundas e no qual possam investir, que alguns adotam uma atitude estritamente minimalista e instrumental com relação ao emprego. Inclusive para Mike e Antoine, aparentemente os mais alérgicos ao trabalho, a minimização, às vezes, desdenhosa da implicação de si no trabalho (*um trabalho, mas era só para ter direito ao salário desemprego, faço questão de deixar claro, um trabalho tranquilo, sem chateação...*) aparece como a contrapartida das aspirações não concretizadas de auto-realização “num trabalho que não seja mais um trabalho”.

Quero fazer alguma coisa interessante. Estudei fotografia e gostaria muito de me fixar na fotografia, no teatro, numa coisa artística, ou pelo menos cultural. Eu me sentiria útil à beça e faria uma coisa que gosto (ANTOINE).

Daí se eu pudesse achar outra coisa, qualquer coisa mais – como dizer –... onde eu me envolvesse mais, por assim dizer... Assistente social, isso é um treco que eu bem que gostaria de fazer (MIKE).

No horizonte, subsiste freqüentemente o sonho de um trabalho que propiciasse a auto-realização pela realização de um projeto próprio. Joy – atualmente desempregada e que, desde que parou de estudar com 17 anos, só trabalhou em secretariado, *uma pura exploração* ou *pequenos serviços ingratos* – tenta lançar as bases que a aproximariam de seu sonho:

Meu grande sonho e minha grande ambição seria trabalhar mais na área do espetáculo ou do canto, tudo relacionado com o público. Mas, é evidente, que é preciso sobreviver, não somente sonhar, por isso, gostaria muito de ter uma formação como vitrinista, isso seria minha base...

Ana, que sofre no balcão de uma agência de viagens, gostaria de viajar de *organizar viagens para as pessoas* ou então fazer fotografia. Isabelle que *fica lendo atrás de sua máquina de escrever enquanto o chefe não está*, gostaria de escrever ou então *ir para o Terceiro Mundo*. E para Didier, amarrado há muitos anos entre uma situação de desemprego e um status indeterminado, o emprego ideal seria trabalhar em postes de eletricidade, um trabalho perigoso e ao ar livre, lá no alto.

A imprecisão e a grandeza do projeto puramente virtual permitem a evasão. O que não impede de ter os pés no chão e consciência lúcida das obrigações. A maior parte dos jovens não procura enfeitar, nem assumir com orgulho sua própria situação: ao contrário, depreciam o “trabalho de paus mandados” para dele melhor se distanciarem. (*É uma questão de lucidez*).

TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DEVIDA

A aspiração à auto-realização e a relação dessacralizada com o trabalho se traduzem também em outra relação com o tempo, quer se trate do tempo cotidiano ou da divisão das etapas da vida. No modelo tradicional de trabalho, a atividade laboral é um dado indiscutível que determina o ritmo da existência. A norma é a do emprego em tempo integral e para toda a vida. A estabilidade profissional é uma dimensão importante e é o modelo progressivo e cumulativo da carreira que constitui a norma (sancionada por uma medalha depois de 25 anos de fidelidade). Trata-se de ter “um bom lugar” que permita efetuar toda uma carreira – os papéis profissionais são para toda a vida, com a possibilidade de “reconversão” sob o império da necessidade, mas o termo mesmo de “reconversão” sugere a amplitude da reorientação que isso significa. Se ainda encontramos entre os jovens a aspiração a uma segurança existencial, forçoso é constatar que há menos empregos estáveis e que a norma do emprego em tempo integral e para toda a vida tende a aparecer como contra-modelo. O receio da monotonia supera o desejo de segurança e de retorno financeiro (*o dinheiro, a gente precisa, mas é para gastar*). Muitos jovens reivindicam, assim, o caráter temporário da sua ocupação atual: *eu vou sair logo, não vou envelhecer lá dentro*.

Jovens com mais recursos inquietam-se, às vezes, de se verem confinados em um lugar “confortável” (estabilidade, bom salário, mas pouco interesse intrínseco) que não se teria mais coragem de deixar. Os jovens executivos

tendem a afirmar seu desprendimento e sua capacidade de ruptura não somente com relação ao emprego, mas também com relação à carreira. (*parar, fazer qualquer outra coisa*). Mesmo que isso não venha a ser feito.

Eu me vejo muito mal num escritório sempre com o mesmo patrão, sempre com as mesmas ordens todos os dias. É isso que me dá muito medo no trabalho, é de fato a rotina que para mim vai um pouco de encontro à vida, que desgasta, que é constrangedora, que te imobiliza e é enfadonha. (JOY)

Quanto ao tempo cotidiano, a motivação pelo salário aqui é secundária com relação ao desejo de ter tempo para a própria vida, de que o tempo todo não seja consagrado à recuperação da “força de trabalho”.

O trabalho, na verdade, toma espaço demais. Quando você pára, termina o trabalho às duas horas, chega em casa são duas e meia, você faz o quê? Você descansa no sofá porque você não agüenta mais. E, às vezes, no começo, nos primeiros meses, eu ficava no sofá e dormia, às vezes até 7, 8 horas. Depois você não tem mais vontade de fazer nada no começo. Você fica meio abatida porque você acha que é horrível, horrível mesmo o que você faz. (SILVANA)

Você vive só prá isso. (CHRISTIAN)

Eu acho que isso toma um tempo enorme, e energia também... Frequentemente, no final da semana eu estou realmente nocauteada....completamente exausta, liquidada. (ISABELLE)

O TRABALHO: UMA EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL

A vontade de considerar o trabalho a partir da experiência manifesta-se, enfim, nas expectativas de comunicação e de convivialidade nas relações profissionais. A maioria dos jovens não viveram as condições de constituição de uma identidade coletiva a partir do trabalho. Para a maior parte deles, a individualização das trajetórias profissionais e a precariedade dos diferentes empregos ocupados fazem da experiência do trabalho uma experiência vivida individualmente, sem referência a um coletivo (a um “nós”).

Numerosos jovens falam assim do trabalho, manifestando um sentimento de isolamento como se fossem os únicos a conservar uma distância crítica, em meio a colegas rotinizados. O mau ambiente e o caráter hierárquico e competitivo das relações profissionais são frequentemente evocados como o primeiro fator de desgaste e de rejeição ao trabalho assalariado.

Bom, eu diria que entre os colegas, aqui embaixo na agência, não há problemas, entre os quatro, não há problemas, é principalmente no nível da hierarquia, enfim, porque eles acreditam ser, talvez, superiores pelo fato de serem secretárias ou contadores, tendem a te rebaixar um pouco. (ANA)

Positivamente os jovens são sensíveis à qualidade das relações de trabalho, às quais tendem a aplicar as exigências da comunicação, da autenticidade, da reciprocidade das relações pessoais. Essa importação de categorias do afetivo pode ser ambígua, a relação social empregador-empregado diluindo-se, por vezes, atrás da relação interpessoal “legal”, “jóia” ou da personalidade simpática do empregador.

Quanto às instâncias de mediação e defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores, elas são, com frequência, julgadas pouco legítimas e inoperantes para responder às situações particulares dos jovens. O recurso ao sindicato tende, a partir daí, a ser estritamente instrumentalizado ou rejeitado em proveito de um protesto individual que se traduz mais diretamente pela desimplicação e a saída expressiva do que pela reivindicação e a negociação. *Rompi com esse sistema que assegurava vantagens demais para o patrão, eu acumulo toda a minha raiva, depois me desabafo e vou-me embora...* (ANA)

O TRABALHO-PAIXÃO

Como antípodas do trabalho alimentar e sem envolvimento, um número reduzido de jovens chega a conciliar, isto é, a confundir sua atividade profissional e seu projeto de auto-realização. Trata-se, com frequência, de jovens com grandes recursos sociais, culturais, econômicos, cujo percurso é caracterizado pelo controle de suas escolhas. Esse modelo do trabalho como paixão encontra-se entre os jovens executivos e entre as profissões criativas, que incluem forte componente tecnológico (informática) e/ou artístico (música, desenho, engenharia de som): *desejo que meu trabalho seja um hobby, de fato.* (Martial)

Na imagem desse jovem executivo que indica em *pós-scriptum* de seu *curriculum vitae*: *Uma paixão: O trabalho é uma paixão se é envolvente.* Os critérios de medida, de equilíbrio entre a prestação e a retribuição, de estabilidade, de separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer apagam-se aqui em proveito total de um modelo hiperprofissional, sem concessão ao diletantismo.

Melhor do que outros, Sophie resume as características desse modelo. Deixemos, de início, que ela defina suas funções numa agência de comunicação para cuja fundação ela contribuiu:

Tenho uma função de coordenação que me permite, ao mesmo tempo, ser jornalista quando tenho vontade, e escrever; que permite ser uma mulher de marketing quando quero e organizar campanhas de promoção; que me permite ter o luxo universitário de pensar e elaborar projetos, mesmo que não se concretizem nunca; ter um papel de diretor de projetos e obter subsídios junto à CEE para um caderno suplementar; que é um papel de RP quando nos convidam nas coletivas da imprensa, para uma viagem para jornalistas.

O critério fundamental do êxito é a satisfação que se experimenta. É um critério que se deve aplicar permanentemente.

Tenho necessidade de um trabalho no qual possa me envolver, com o qual me divirta todos os dias. Porque no dia em que levanto dizendo: 'merda, não tenho vontade de ir trabalhar', então devo refletir e ver como reconstruir alguma coisa.

O grau de satisfação é ele próprio ligado ao fato de poder envolver-se totalmente, fazer alguma coisa de que se gosta.

E eu me dei conta de que o que me interessava era justamente... justamente esse aspecto total: gestão de uma equipe e criação de um produto. E ter todos os elementos nas mãos.

Além disso, importa ser confrontado, incessantemente, com novos desafios, colocar-se em questão, evoluir, fazer o tempo todo coisas excitantes e apaixonantes, escapar à rotina.

Penso que meu trabalho não evolui mais na medida em que sou obrigada a refazer a mesma coisa que já foi feita... depois de dois anos, trata-se de ver outras pessoas.

As gratificações material, de status e simbólica não são o mais importante: elas não são buscadas e, sim, consideradas como a contrapartida normal do investimento.

E que para mim é importante ter o reconhecimento dos outros, isso é claro. Meu salário, minha função, eu os mereço.

Assiste-se, assim, a um reinvestimento e a uma relegitimação, às vezes ambígua, das normas tradicionais da ética do esforço, em nome de uma busca do sujeito e de uma vontade de auto-realização. A retribuição do esforço não

é postergada, mas imediata pela auto-realização para a qual contribui.

Isso não me incomoda, estar sob estresse dez horas por dia, se os projetos me interessam.

A intensidade do investimento une-se, também, à vontade de vencer no jogo da competição plenamente assumida. O registro de Sophie é o da administração de empresas, com termos como “investimento”, “competição”, “performance”, “ser hiper-rentável”, ela “contrata” seus “colaboradores” em função do seu “potencial”, de sua “propensão a integrar-se numa equipe” e como há um *turn-over* importante (o tempo de se fazer um nome no mundo da publicidade), é preciso que sejam “pessoas que aprendam rápido”. *Todo mundo na casa sabe que está permanentemente sobre um assento ejetável*, inclusive ela mesma. Sophie integra totalmente a lei da empresa, da concorrência, da performance. A norma é *estar sob estresse dez horas por dia* e não há lugar para aqueles que não sabem acompanhar.

Não se cria uma estrutura para agradar às pessoas com quem se trabalha. Sobretudo, quando se está em condições econômicas tão difíceis, só se paga pessoas hiper-rentáveis:

Chega um momento em que se tem que tomar a devida atitude com uma série de colegas e isso é realmente duro. É... a grande limpeza. Da equipe do início, sobram apenas três. Todos os outros caíram, caíram antes. A partir do momento em que viram que não tinham a responsabilidade que deles se esperava, procuraram outro rumo (...) E... desapareceram. E é verdade que eu estou consciente de que estou sentada em um assento ejetável.

Uma segunda figura do modelo de trabalho paixão encontra-se nas conversas dos jovens artistas. Para Bill, desenhista, para Pascal, fotógrafo, ou para Yves, engenheiro de som, o trabalho é, antes de tudo, apreendido como lugar de realização e de expressão de uma essência pessoal – “qualquer coisa que está neles”, “em sua natureza”. Isso é uma vocação: eles não são chamados de fora, mas de dentro. Não é mais um papel socialmente reconhecido como útil: eles não pretendem seguir caminhos batidos e balizados por outros. Mesmo quando vinculam seu projeto a um papel, não é sua concretização o que buscam, mas a sua auto-realização. E pretendem também ser os únicos juízes de seu êxito ou fracasso. O trabalho encontra seu sentido a serviço desse projeto, que é vivido como singular, único, pessoal. E consagram todo o seu tempo a ele, confundindo trabalho e lazer e envolvendo-se muito intensamente.

Aos 22 anos, ao terminar seus estudos de engenheiro de som no IAD, Yves já tinha muitas realizações profissionais a seu favor: jingles para a televisão, músicas de filmes publicitários, arranjos em estúdios... É preciso dizer que desde a idade de 15 anos, encorajado por um ambiente familiar em que *todo mundo se interessava pela música* foi tentado a inserir-se nesse meio, trabalhando muito, não se incomodando de se deixar explorar um pouquinho desde que isso lhe permitisse encontrar pessoas interessantes. Sua família teria preferido que seguisse uma carreira mais clássica, como engenharia, mas *para terminar isso deu certo, sem problema*. Encontra-se aqui uma forte vontade estratégica em proveito de um projeto-paixão claro e precocemente definido: *era realmente aquilo que me interessava, que gostaria de ir fundo, me comprometi bem antes de largar os estudos, eu tinha começado bem afiado o trabalho lá dentro*.

Para os jovens que rejeitam resolutamente a perspectiva de um trabalho alimentar, há a combinação, em proporções variáveis, de um projeto de auto-realização e de um modelo competitivo. A sociedade é apreendida como um mercado que oferece recursos a serem mobilizados e que impõe obstáculos a serem ultrapassados. Esta atitude estratégica a serviço de um projeto de auto-realização supõe forte confiança em si mesmo, apoiando-se sobre uma facilidade natural de classe ou sobre a convicção de um “fogo sagrado” interior.

JOVENS INDEPENDENTES

Esta figura do “trabalho-paixão” deve distinguir-se das orientações para o trabalho dos jovens independentes. Se esses nada cedem aos primeiros quanto à intensidade e ao volume horário de seu investimento pessoal, a finalidade visada e a significação atribuída ao trabalho são outras. Assim, Eric, que ao fim de uma aprendizagem em marcenaria de luxo lançou-se na restauração de móveis antigos, ou Stéphanie, que acabou de abrir um *snack*, estão mais próximos da ética protestante de trabalho do que de um projeto *pour le fun*.

O êxito de sua empresa confunde-se com o seu êxito pessoal do qual são a encarnação e a expressão. A importância do envolvimento é vivida como forma de sacrifício, mais do que como forma de prazer ou de alegria.

Digo que é preciso um mínimo de sacrifício durante alguns anos e depois... No momento, é impossível economizar porque o que se pega é realmente o que sobra no fim do mês. Isto é realmente o mínimo para viver. Apesar de tudo é preciso não ceder, ser forte, poderoso... e não se desesperar (ERIC).

Nesse sentido, trata-se mesmo de um prazer postergado: *temos a riqueza de nossas obrigações*. Vence-se graças ao trabalho, partindo do nada (*eu tinha 600 francos na minha conta*), com a força de vontade, superando todas as limitações, sendo feliz com o que se realiza.

DESEMPREGO

As representações e as vivências do desemprego são o oposto do trabalho. A insatisfação expressa com relação ao emprego e ao trabalho não implica de modo algum uma valorização positiva da situação de desemprego. Longe disso, impressiona ao contrário, a intensidade negativa da experiência de desemprego entre os jovens. Na melhor das hipóteses, ele é considerado como um período de moratória, que permite tomar fôlego ou autoriza uma redefinição de projetos. Se as expectativas e as aspirações com relação ao trabalho são, com frequência, frustradas, o desemprego é quase sempre vivido negativamente e isso, até mesmo para os jovens que se identificam mais diretamente com um projeto de auto-realização.

Num artigo, já antigo, sobre a vivência do desemprego, Dominique Schnapper⁵ distingue três tipos de experiências de desemprego. O *desemprego total* caracterizado pela humilhação, o tédio e a dessocialização, designa a experiência do desemprego vivida como um tempo vazio, desfeito, sem atividade de substituição e com o sentimento de sua própria inutilidade. O *desemprego invertido* indica uma vivência do desemprego totalmente desdramatizada, isto é, valorizada pelo tempo liberado para atividades pessoais que o desemprego permite. O período do desemprego é considerado como transitório e apreendido sob o ângulo dos recursos (tempo-dinheiro) assim colocados à disposição pela busca de um projeto pessoal. O *desemprego postergado* é o desemprego vivido na forma de “como se”. A situação de desemprego não é verdadeiramente apreendida como tal, porém mais como um período ativo de busca de emprego e de formação profissional.

As diferentes lógicas assim distinguidas podem nos ajudar a dar conta das experiências vividas pelos jovens de nossa amostra desde que sejam entendidas como simultâneas.

5. SCHNAPPER, D. Crise économique, chômage, anomie. _____. *La crise dans tous ses états: ouvrage collectif*. Louvain-La-Neuve: CIACO, 1984.

DESEMPREGO: TÉDIO E DESVALORIZAÇÃO

Apesar da banalização objetiva do fato – mais de 25% dos menores de 25 anos estão desempregados: e se levarmos em conta o fluxo contínuo dos que entram e dos que saem, isso faz do desemprego uma experiência comum – a situação de desemprego, quando se prolonga, além de alguns meses, é certamente uma experiência muito negativa, isto é, traumatizante para a maior parte dos jovens que encontramos. Para eles, o emprego continua sendo o lugar privilegiado da participação social e um elemento essencial de sua identidade. Não ter emprego é estar excluído. A preocupação financeira, que não é geralmente citada nas motivações principais do emprego, torna-se aqui a primeira. Um emprego satisfatório, que assegure um ganho e, se possível, que permita “fazer um trabalho que se gosta”, num bom ambiente é sentido pela maior parte dos jovens desempregados como a condição necessária da participação social.

A maioria vive o desemprego sob a forma de culpabilidade ou da vergonha: *é duro com relação aos outros da família que trabalham, e eu estou desempregado e não faço nada dos meus dias.* (Dominique). Difícil nessa situação é, principalmente o sentimento de desvalorização social que daí provém. Os jovens desempregados não se reconhecem na imagem que a sociedade cria deles. O status do desempregado está, freqüentemente, “engasgado”, afetando sempre a identidade social e, às vezes, a identidade pessoal. É o caso de Dominique:

O desemprego, foi um horror, o inferno da minha vida, eu penso (risos). Psicologicamente, para mim, foi muito difícil aceitar estar desempregada, aceitar esse status, foi terrível. Não era nada do que eu tinha vontade de fazer, eu nem sonhava com uma coisa semelhante. Para me colocar, foram precisos meses e meses e somente agora começo a...

Acho que valho mais que isso, tenho realmente uma imagem negativa do desemprego e acho que isso não combina comigo.

Para mim, uma pessoa que ganha 50.000 francos vale 50.000 francos e uma pessoa que ganha 10.000 francos vale 10.000... Meu problema é que me sinto diminuída.

Dizem que os desempregados não servem para nada, mas são pessoas como as outras.

Ter o rótulo de desempregada, de mulher que não faz nada, que não tem vontade de fazer, que não sabe fazer mais nada, isso me deixa doente.

Outras características do desemprego total estão presentes nas conversas dos jovens desempregados. Passado o primeiro mês, o tédio e o sentimento de desestruturação do tempo são freqüentemente evocados para caracterizar a experiência do desemprego.

Quando estou sem trabalho, a tendência é me deprimir. Fico com raiva, vou perturbar minha mãe e meu pai... vou estar atrapalhando alguém. Ou então destruo minha saúde. É o caso, no momento. Depois de um tempinho, minha saúde não vai tão bem. (LUC)

O tempo me parece longo, os dias não passam, o tédio ocupa a maior parte dos dias. Não chego a me interessar pelo que quer que seja, tanto a leitura quanto a limpeza da casa. Não tenho mais conversa com meu pessoal que já é restrita. Às vezes tenho a impressão de não ter nada a dizer, mesmo para meu companheiro. Eu me deixo viver sem reagir, de verdade, às vezes eu me repreendo, me esforço para não me afundar e depois é o tédio de novo. Meus deslocamentos diários se limitam ao Escritório para os Desempregados. Às vezes tenho a impressão de que todas as pessoas que encontro sabem que estou nesse lugar horrível. Tenho um pouco de vergonha. (SOLANGE)

Também me refugio no sono, quanto mais eu durmo, menos eu penso. Entretanto sei que é covardia, o aborrecimento vem, com freqüência, me visitar e tenho dificuldade em vencê-lo (FLORENCE, 22 anos, esteticista).

Inclusive para os jovens que escolheram voluntariamente a situação de desemprego ou que o aproveitam para realizar um projeto pessoal, o tempo no desemprego é uma variável fugaz cujo controle requer uma auto-disciplina forte:

É por isso, tenho um pouco de medo de ficar desempregado, porque não sei se teria a disciplina para fazer tudo que tenho vontade. O desemprego é sempre visto como uma armadilha, com o risco para a pessoa de se instalar aí confortavelmente e o próprio Bill, que está tenso com relação ao seu futuro profissional fica apreensivo com o prolongamento dessa situação.

O desemprego também é horrível porque a gente se sente muito isolado. Mas também isso tranqüiliza, porque a gente tem alguma coisa no fim do mês. Me vejo acabar mal, desempregado: de qualquer forma isso acaba sendo insuportável. E de toda forma não há... nada de interessante nisso. (BILL)

O sentimento de desvalorização social, a vivência de desestruturação do tempo, o mal-estar ligado ao caráter provisório da situação são, além da diversidade de situações, os traços comuns e generalizados da experiência do desemprego.

O DESEMPREGO MORATÓRIO E O PROJETO DE AUTO-REALIZAÇÃO⁶

Ao lado dos jovens que vivem o desemprego como verdadeira doença, um certo número deles vão manifestar com relação a ele um ponto de vista mais desenvolvido e banalizado (sem, no entanto, transformá-lo numa experiência positiva). Trata-se, geralmente, de jovens com maior formação escolar e cultural, isto é, que se beneficiam de ajuda econômica familiar, para quem o desemprego é, antes de tudo, compreendido como forma de redefinição de projetos pessoais. Os auxílios desemprego permitem destinar um momento para tomar fôlego ou para buscar uma atividade considerada como verdadeiro trabalho, isto é, como uma vocação pessoal (escrever, fazer fotografia...), não reconhecida pela sociedade mercantil...

Agora eu me dou uma chance no desemprego. (BILL)

O desemprego vai bem alguns meses, quando você tem necessidade de se situar, de fazer outra coisa que não trabalhar. Há momentos em que a gente tem necessidade de uma vida mais calma para se encontrar um pouco. (Isabelle)

Como os jovens que vivem do seguro saúde, esses jovens que se definem freqüentemente a partir de uma sensibilidade artística, exprimem um ideal profissional que assegura tal projeto de auto-realização, mas diferentemente dos primeiros, manifestam geralmente uma capacidade de concretizar seu projeto, instrumentalizando suas relações com diversas instituições sociais (Onem, sindicato, academia...) e ao preço de uma autodisciplina incessantemente ameaçada de relaxamento.

Entre a vivência do desemprego-doença e aquela do desemprego-projeto pessoal, alguns jovens querem essencialmente experimentar o desemprego como período de expectativa, prolongamento da moratória da adolescência, com saída indeterminada (“a gente vê”), cuja duração está ligada à coerção financeira.

6. LE MOVEL, J. *Le chômage des jeunes: des vécus très différents*.

Vou me dar um ano tranquilo, desempregado. (ANTOINE)

Tanto melhor, aquele que não tem vontade de trabalhar, que pode ter dinheiro assim, apesar de tudo.

Se o sistema é feito assim, tanto melhor. (JULIE)

Não é uma situação sustentável a longo prazo, nem do ponto de vista financeiro, na medida em que a situação é um pouco delicada... levo uma vida da qual aproveito cada instante... estou meio na expectativa de uma boa idéia. (JOY)

DESEMPREGO POSTERGADO

O “desemprego postergado” é aquele que encontramos principalmente entre os jovens executivos de nossa amostra, de modo geral aqueles que dispõem de diploma negociável no mercado de trabalho.

Jacques, 23 anos, casado há cinco meses, terminou uma graduação em informática com analista programador. Perseguindo um objetivo de estabilidade, no respeito às normas tradicionais, considera o trabalho como um elemento estruturante de sua existência: *um lugar que seja estável e que me traga ao menos alguma coisa; a informática é, apesar de tudo, uma paixão.*

Desempregado há seis meses, tende a viver esta experiência sob a forma da negação. Trata de fazer como se não houvesse nada, fazendo do tempo do desemprego um tempo ativo. (*não incomodar em casa, ocupar ativamente seus dias, manter-se construtivo: buscar emprego sistematicamente, fazer cursos complementares, consertar coisas em casa*). O tempo de desemprego é vivido como o do exercício de um ofício em tempo integral, o daquele que procura. Essa atividade torna-se objeto de uma verdadeira cultura profissional, necessitando da aquisição de competências *ad-hoc*.

Dizem que eu deveria aprender por mim mesmo a ver as cartas que dão resultado e as cartas de candidatura que não dão resultado (...) Observei que alguns empregadores respondiam, outros não respondiam nunca; então passei a ficar atento aos termos da minha carta, a fim de redigi-la com a clareza em relação aos problemas que ela poderia ter.

O critério de validade da atitude é aqui a adequação à forma esperada pelos empregadores, à qual é preciso conformar-se: escrever um bom *curriculum*, apresentar-se bem, dar boas respostas na entrevista.

Agora, encontrei um livrinho que se chama: como achar um emprego e ser contratado? O subtítulo é: você sabe se vender? Explicam como se apresentar bem e propõe respostas para questões que funcionam como armadilhas.

Jacques dirigiu-se igualmente ao CRAE – Clube de Busca Ativa de Emprego, uma divisão do Fórum de Arlon – que organiza sessões intensivas de busca de emprego, via um *método ativo, eficaz e dinâmico, oito horas por dia durante três semanas*. O CRAE já fez muito sucesso na França e em outros lugares: Canadá, Suécia, Áustria. Essa organização reivindica 80% de colocações bem sucedidas, ao preço, é verdade, de uma seleção prévia de candidatos... e com grande pesar para Jacques que não foi selecionado!

É curioso esse fetichismo do *curriculum* ou da entrevista para contratação, tanto para Jacques, quanto para outros executivos desempregados que nós encontramos. O essencial é negar ao máximo a situação de desemprego na ótica do “como se” e desenvolver uma atitude positiva e internalizante, que lhe permite viver como ator o seu próprio desemprego. Esse modo de gestão da situação de desemprego só é sustentável a médio prazo. Com o prolongamento da situação, esse sistema de defesa progressivamente, se esboroa.

Digamos que eu me fixe como objetivo que espero trabalhar daqui... digamos, o mais cedo possível... No entanto, no fim não trabalhar torna a gente embrutecido. Se eu tiver que continuar... a não fazer nada, ainda durante um ano ou dois, acho que vou ficar como um verdadeiro leão na jaula. (Jacques)

Sobre a mesa de carvalho do apartamento, acaba de ser instalado um computador e os arquivos: cartas expedidas, respostas...

EXPERIÊNCIA MULTIDIMENSIONAL

É preciso insistir na simultaneidade das diferentes lógicas presentes na experiência concreta do desemprego. Não há de um lado, desempregados felizes que resplandecem e de outro, desempregados doentes que se deprimem. Trata-se de uma experiência multidimensional e que evolui ao longo do tempo.

Cecília é *um pouco à parte*. Ao cursar a universidade conforme as expectativas da sua mãe, cumpriu seu contrato até o fim. Optou por estudar filosofia (*a rever, eu deveria ter estudado marketing*) ela está frustrada de não rentabilizar o diploma e queria trabalhar. Mas, por outro lado, constata que a agrada estar desempregada, ela se realiza: ela própria faz o pão, retomou o curso de guitarra que havia abandonado por causa dos estudos, (*uma bobagem*), restaura móveis velhos e ocupa-se de seu companheiro que lhe diz que ela

deve aproveitar enquanto pode e que a situação financeira deles não é crítica.

Na prática, se você olhar bem, sou um pouco diferente. De um lado, é verdade que faço uma porção de coisas, aprendo muitas coisas que me agradam. Aprendo a bordar, faço montanhas de coisas. Queria aprender a fazer pão. Mas por outro lado, estou angustiada e descontente com os empregadores que nem sempre são muito honestos e o mercado de trabalho que é uma verdadeira porcaria.

Bom, depois... não sei... quando tiver que fazer minhas oito horas de trabalho, se ainda vou me divertir amassando o pão.

O que concluir? A diversidade das experiências dos jovens no trabalho e no desemprego revelam a fragmentação das diferentes dimensões do modelo tradicional do trabalho. Enquanto no passado articulavam-se trabalho e emprego, participação social e realização pessoal, dimensão instrumental e dimensão expressiva, as entrevistas dos jovens ilustram a dissociação dessas diferentes dimensões. O trabalho não corresponde mais necessariamente ao emprego: para alguns jovens, o trabalho é sentido como obstáculo à realização pessoal, quando antes constituía a condição; o superinvestimento de alguns no trabalho coincide com a desimplicação de outros, o elo entre a contribuição e a retribuição se atenua numa atitude garantista, quer dizer se investe em nome da auto-realização pessoal.

Esta modificação de orientações com relação ao trabalho pode estar ligada à experiência da instabilidade. Para os jovens de meio popular, o mundo do trabalho organizado a partir do processo de produção cede lugar a múltiplos serviços, empregos cujos próprios titulares não sabem se devem qualificar de “trabalho” ou designá-los em termos administrativos: TCT, estágio, substituição...

Esta ruptura da normalidade esperada da trajetória profissional é vivida sob a forma de crise por um certo número de jovens. As preocupações com o emprego, a sobrevivência econômica, o acesso a um salário, trazem sobretudo outra consideração, particularmente, no que se refere a afirmação de uma cultura do trabalho e do ofício que se tornaram bastante inviáveis.

Por meio das formas degradadas do antigo modelo e as atitudes de distanciamento com relação aos conteúdos e ao ambiente tradicional do trabalho assalariado manifestam-se, também ora sob a forma de recusa (*eu não voltarei nunca mais à fábrica*) ora sob a da alternativa, uma série de atitudes novas com relação ao trabalho.

Pode-se resumi-las, falando de uma orientação básica com relação ao trabalho que tende a ser apreendido a partir das exigências de auto-realização. Estas já não se definem pelo fato do indivíduo conformar-se às exigências de um trabalho até dele adquirir etos e cultura e, sim, está no trabalho de levar em conta as aspirações individuais. É, especialmente, pela modificação da relação com o tempo e com o ambiente de trabalho que se pode apreender essa exigência. O tempo de trabalho, quando não se está envolvido, tende a ser oposto e subordinado ao tempo de vida “para si”. As identidades coletivas e a cultura do ofício dão lugar a uma sensibilidade à comunicação e ao caráter convivial, isto é, interpessoal das relações de trabalho.

Com respeito a essas diferentes dimensões, o mercado de trabalho é freqüentemente o lugar da decepção e do desencantamento, após o espaço protegido da escolaridade. A maior parte dos jovens experimentam um fosso entre suas aspirações e a realidade concreta do mercado de trabalho. A gestão dessa defasagem dá lugar a diversas estratégias de minimização do envolvimento no trabalho e de reinvestimento na esfera privada, em proveito do trabalho “autônomo”. À exceção dos jovens que dispõem de meios para concretizar um projeto de auto-realização no campo profissional, a maioria não encontra mais num emprego assalariado um modo satisfatório de auto-realização.

Se o emprego continua sendo uma dimensão central da identidade e a base da normalidade social, o trabalho não é mais considerado como o único modo de auto-realização de si, ele tende a entrar em concorrência com outras experiências que lhe impõem seus próprios critérios.

Quanto à experiência do desemprego, apesar de sua banalização objetiva, ela continua muito problemática e negativa a médio prazo. Caso se possa opor duas maneiras distintas de viver e de se representar o desemprego, distinguindo o desemprego vivido sob a forma do tédio e da desestruturação de alguns, e o desemprego-moratória ou projeto pessoal de outros, é preciso entretanto sublinhar a simultaneidade dessas lógicas e a permanência do sentimento de desvalorização social que acompanha sempre o “rótulo de desempregado”.

Em suma, a diversidade e a fragmentação das experiências de trabalho e de desemprego dos jovens ocupam os cenários desenvolvidos por André Gorz⁷

7. GORZ, A. *Métamorphoses du travail: quête du sens*. Paris: Ed. Galilée, 1988.

quando se inquieta com a cisão crescente entre uma minoria fortemente qualificada, que dispõe de empregos com altos ganhos e nos quais se realiza e uma maioria confinada a tarefas subalternas. O uso do tempo é um bom indicador dessa distância. Entre Robert que afirma que seu tempo é precioso, e que permanece preso ao trabalho até nos engarrafamentos, e Enzo para quem os dias decorrem, longos como uma jornada sem trabalho, há a distância que separa aqueles que têm capacidade de participar do jogo da competição e aqueles que são obrigados a suportar a mutação do mercado de trabalho.

Enfim, é preciso considerar que as diferentes experiências e representações do trabalho e do desemprego aparecem como socialmente diferenciadas. Globalmente os jovens do meio popular continuam mais ligados às normas tradicionais do trabalho e sua vivência do desemprego se aproxima da figura do desemprego total. Os jovens da classe média têm, com frequência, mais recursos para redefinir seu projeto existencial e marginalizam o lugar do trabalho assalariado em proveito de um projeto de auto-realização.

AS GANGUES E A IMPRENSA A PRODUÇÃO DE UM MITO NACIONAL*

Martín Sánchez-Jankowski

Universidade de Berkeley

Le crime tient sans trêve le devant de la scène, mais le criminel n'y figure que furtivement, pour y être aussitôt remplacé.

Albert Camus, La Chute, 1956

Foi no início do século XX que as *gangues* apareceram no cenário urbano americano. Desde então, elas foram continuamente estigmatizadas como um “problema social” maior. O que sempre chamou a atenção da opinião pública, são as suas atividades que podemos qualificar como delituosas ou ilegais, que fazem nascer o medo e atentam contra os bens ou ameaçam as pessoas. O Estado, então, sempre empenhou meios consideráveis e cada vez maiores, para tentar erradicar o fenômeno. Entretanto, apesar dos esforços impressionantes e ininterruptos, as *gangues* não só persistiram, como não pararam de se expandir, particularmente nas duas últimas décadas. Como explicar esse paradoxo? Por que o empenho de tantos esforços na luta contra as *gangues* não produziu os resultados esperados? Esta interrogação é que esteve na origem das minhas pesquisas sobre o fenômeno das *gangues* na América urbana contemporânea¹.

* Publicado originalmente em *Actes de la recherche en Sciences Sociales*. Paris: n. 101-102, mar. 1994, e republicado pela *Revista Brasileira de Educação* n. 5-6, mai./dez., 1967, especial sobre Juventude e Contemporaneidade, na tradução de Inês Rosa Bueno.

1. Cf. SÁNCHEZ-JANKOWSKI, M. *Islands in the street: gangues in the American Society*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1991. Obra em que este artigo se embasa.

Investigações avançadas durante dez anos sobre o assunto me levaram à conclusão de que a resposta para esta interrogação reside no fato de as *gangues* serem *organizações*, um dado que a maior parte dos estudos anteriores tinha desprezado. Como resposta coletiva a uma situação econômica de grande penúria e de isolamento, essas organizações elaboraram estratégias racionais de sobrevivência que se aplicam tanto aos meios para aumentar seus efetivos e fazer florescer seus haveres financeiros quanto ao estabelecimento de relações com seu ambiente, quer se trate de organizações rivais, polícia, sistema político e mídia. Essas relações formam um sistema de intercâmbios multiforme que se revela, em última instância, como sustentáculo da existência das *gangues*. O artigo a seguir se inscreve nesse quadro conceitual e se propõe a analisar a contribuição que a mídia traz para a persistência do fenômeno das *gangues* urbanas americanas.

A mídia se vê, ora observadora neutra das *gangues*, ora adversária, quando na realidade ela contribui, em parte, para a sua sobrevivência. De fato, de todas as instituições que podem exercer influência sobre o fenômeno, poucas ocupam uma posição tão estratégica². Convém notar logo de início, que não são “especialistas” sobre *gangues*, mas jornalistas das mídias ditas de “massa” que são autoridades na matéria. De modo que são a principal fonte de informação não somente do “cidadão médio”, como também dos pretensos “especialistas” responsáveis pela elaboração e realização das medidas de luta contra as *gangues*. Fiquei admirado ao longo das minhas investigações, quando constatei o quanto aqueles que se consideram *experts* e tiram os seus conhecimentos do fenômeno, pelo menos, tanto das reportagens emitidas pelas mídias quanto dos trabalhos de pesquisa. Isto, para dizer que é indispensável elucidar o *modus vivendi* que se estabelece entre a mídia e as *gangues* se pretendemos entender a perenidade dessas últimas.

A maioria das pessoas – até mesmo os especialistas – está convencida de que a cobertura pela mídia dá conta da realidade das *gangues*, quando ela, na verdade, introduz distorções tão profundas quanto sistemáticas. Estas distorções têm a ver com as exigências estruturais a partir das quais a mídia funciona, assim como a ignorância, a incompetência e as ambições profissionais dos jornalistas. As análises que seguem as fundamentam em três tipos de dados:

2. Vigil e Hagedorn abordam as mídias, mas sem analisar suas relações com as *gangues*. Ambos se contentam em sublinhar a imagem negativa que elas veiculam destas últimas. Ver HAGEDORN. *People and folks*, n. 156, p. 23-24; VIGIL. *Barrio gangues*, n. 124, p. 40.

observações diretas efetuadas quando membros das gangues de New York, Boston e Los Angeles, cujas atividades eu compartilhei, foram entrevistados pela imprensa ou pela televisão; uma série de entrevistas com jornalistas cobrindo a atualidade urbana; finalmente, roteiros de programas de rádio e de televisão dedicados as gangues, assim como as gravações em vídeo de telejornais, de documentários, debates, documentários-dramas, novelas como *Hill Street Blues* e filmes (*Colors*, *The Warriors*, *Fort Apache-The Bronx*) em que as gangues desempenham papel central.

A REPORTAGEM DE ATUALIDADE OU O PROCEDIMENTO “INFORMATIVO”

Os jornais e revistas da atualidade não têm como objetivo apenas difundir notícias: devem também realizar lucros. Os redatores-chefes da imprensa e os produtores dos telejornais e de rádio devem coletar e selecionar informações, mas devem, sobretudo, interessar os leitores, ouvintes ou telespectadores. No quadro competitivo, uma reportagem sobre as *gangues* se inscreve na rubrica de “jornalismo de rotina”³ que trata de acontecimentos do dia-a-dia e este tratamento afeta obviamente a imagem pública das *gangues*. Uma tal imagem não pode ser uma representação detalhada e nuançada da realidade, em razão das exigências de programação e de tempo, além do quê, uma reportagem responde a um imperativo econômico preciso: suscitar no público um interesse que o leve a comprar tal jornal ou a assistir ao noticiário numa determinada rede de rádio ou de televisão em vez das outras.

As *gangues* só são notícia quando estão implicadas em acontecimento particularmente sensacional. Pela sua própria natureza, os jornais e as informações de televisão não podem tratar a “notícia” de forma exhaustiva (diga o que disser o New York Times, cujo lema é – *All the news that’s to print: (Todas as notícias que merecem ser impressas)*). Para merecer algumas colunas na rubrica das notícias populares ou alguns minutos no jornal da noite, uma gangue deve cometer um ato fora do comum: para ser mais claro, é preciso que tenha se tornado culpada de ações violentas ou criminosas. E quanto mais violento o crime cometido, mais chances tem de ser escalado no noticiário do dia. Deste modo, os telejornais e as rádios assim como os jornais

3. Todd Gitlin usa a expressão “jornalismo de rotina” em GITLIN, T. *The whole world is watching: mass media and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980. p. 4.

de informações estão a toda hora em busca de acontecimentos “captadores de interesse” para agarrar e tornar fiel seu público. As violências e os crimes que implicam *ganguês* são, neste aspecto, assuntos cobiçados. De fato, estimulam a curiosidade do público e poupam aos jornalistas inúmeras dificuldades técnicas com que costumam se deparar. Por exemplo, os repórteres têm o hábito de apresentar os principais acontecimentos do dia como fatos comprovados. Entretanto, na maioria dos incidentes ligados a *ganguês*, esta presunção é errada. Nas três cidades estudadas (Los Angeles, New York e Boston), grande número de notícias populares violentas é regularmente apresentado como “crimes envolvendo *ganguês*” (*gang-related crime*), quando na maioria dos casos, o que é apresentado ao público como “verdade” dos acontecimentos, não tem absolutamente nenhum fundamento. Quando especialistas (em geral policiais) são interrogados para comentar o incidente em questão, eles sempre o fazem com termos cautelosos, usando expressões como “achamos que este crime tem a ver com *ganguês*”. Neste caso, o setor de informação pode atribuir o ocorrido que, ele tem a certeza, será do agrado do público, a ação de uma *ganguê* sem ter de identificar nominalmente a pessoa ou grupo presumidamente responsável pelo crime. Um caso de *ganguês* é, por natureza, um produto midiático ideal: cativa o público sem realmente pôr em jogo a responsabilidade do jornalista. O repórter de uma rede de televisão de New York explica:

Fazer uma matéria sobre as *ganguês* é a panacéia para um jornalista e para a sua rede de informação. (...) Em primeiro lugar, já que só se cobrem as histórias de *ganguês* quando há crime ou violência, é mais fácil determinar quem é o culpado: pode se acusar um grupo, e não uma pessoa em particular. É mais fácil identificar um grupo do que tentar remontar até um indivíduo: e isto permite que todo o mundo tenha folga! (...) Todos ganham tempo e a reportagem é válida assim mesmo. Em uma palavra, a rede consegue um ótimo “furo” sem muito trabalho. Além do mais, a vantagem, quando dizem que o culpado é uma *ganguê*, é que ninguém precisa se fazer perguntas: porque ao acusar um indivíduo particular, corre-se o risco de prejudicar as suas chances de ter um processo justo.

É assim que muitos crimes são abusivamente estigmatizados como “envolvendo *ganguês*”. Em muitos casos precisos que estudei, o erro era porque o jornalista ignorava a existência de outros tipos de crimes coletivos, como os cometidos pelas *crews*, estas equipes de três a cinco pessoas que se associam apenas para o tempo de um assalto. Da mesma forma, quando um jovem comete um crime a título individual, independentemente da *ganguê* à qual se alega que ele faz parte, é incorreto e abusivo falar em “crime de *ganguê*”. E

quando este tipo de erro ocorre, os jornalistas e os órgãos de informação não correm o risco de ser criticados, já que o público desconhece que o crime relatado foi cometido por um grupo que não tem, nem a estrutura nem o modo de funcionamento específico da gangue. Aquilo que um jornalista de um diário de New York reconhece:

Era uma série de assaltos durante os quais muitas pessoas levaram tiros. Quando cheguei no lugar para fazer a cobertura dos acontecimentos, fiz a minha investigação e descobri que os ladrões eram pelo menos seis. Então, fiz a minha matéria dizendo que as vítimas tinham sido agredidas e roubadas por uma “gangue”. Mas de fato, pouco depois, compreendi que os ladrões não tinham nada a ver com uma gangue: eles formavam, o que, na periferia, se chama uma “equipe” (*crews*). Em outras circunstâncias, ficaria muito aborrecido de ter cometido tamanho erro na minha matéria. Mas lá não, já que ninguém não está nem aí. Você acha que o público quer saber se estes caras formavam uma gangue no sentido estrito da palavra? Claro que não! O que importa para eles é que alguém foi assaltado e roubado por um bando de vagabundos e foi o que eu escrevi... Aliás, meus patrões se lixam para o meu erro, já que, de qualquer forma, esta história agradou aos leitores; além disso, eles sempre têm a desculpa de poder dizer que tudo isto tinha um pouco a ver com uma gangue.

Na verdade, os contatos diretos entre os jornalistas que produzem a “notícia” e os membros de *gangues* são extremamente limitados. De maneira geral, não interrogam os jovens das *gangues* no momento de cada acontecimento, simplesmente porque não têm tempo material para isto. Eles têm prazos para cumprir, que os impedem de localizar o ou aos membros da gangue incriminada e estabelecer com eles o clima de confiança indispensável a uma boa cooperação⁴. Aliás, a maioria dos jornalistas considera este procedimento inútil e supérfluo. E, de fato, o número de encontros entre um jornalista e as *gangues* com que trabalha varia entre nenhum, no caso dos apresentadores de programas de televisão, e alguns no máximo, no caso dos repórteres da imprensa. É por esta razão que os jornalistas se contentam com as informações sobre as *gangues* vindas da polícia, como um jornalista que trabalha em um diário de Nova York admite:

De fato, quase nunca encontrei as *gangues* das quais falo nas minhas reportagens, nunca precisei realmente disso, já que se tratava sempre de casos de homicídio. Os comentários da polícia eram, portanto, amplamente

4. Idem., p. 35, sobre a importância dos prazos na simplificação das reportagens.

suficientes. Você entende, eu não escrevia matérias de fundo: não é o que o redator-chefe queria de mim. Tudo o que eles queriam de mim era que eu escrevesse uma matéria sobre um acontecimento interessante e que o produzisse a tempo.

REPORTAGEM DE FUNDO OU MÉTODO “EXPLICATIVO”

Dada a extrema raridade dos contatos entre as *gangues* e os jornalistas que trabalham para as emissoras e a imprensa diária, não é de admirar que as notícias não ofereçam praticamente nenhum dado de fundo sobre o fenômeno, quando não fornecem delas dados inexatos e enganadores. As reportagens sobre os casos de *gangues* têm, não obstante, uma função muito útil para a mídia como meio cômodo de atrair a atenção e cativar o público⁵. Os produtores de programas de televisão sabem que para segurar o público é preciso produzir jornais variados e movimentados⁶. Da mesma maneira, os diretores de diários e de revistas procuram atrair leitores com manchetes, capas e títulos chamativos⁷. Mas os produtores e diretores de jornais são também conscientes dos limites do procedimento puramente “informativo”. Eles se esforçam, portanto, para capitalizar em cima do desejo de explicações complementares despertado no público pelas informações factuais, para oferecer artigos ditos de “fundo”, reportagens longa metragem e documentários que alegam tratar de forma mais profunda os acontecimentos relatados de maneira muito sucinta no noticiário do dia. O objeto declarado deste segundo procedimento, que eu chamarei “explicativo”, é uma compreensão em profundidade da natureza das *gangues*. Em matéria de televisão, a grande referência é o documentário realizado nos anos 50 por Edward R. Murrow para a CBS, intitulado *Who Killed Michael Farmer?* É muito citado nas universidades como paradigma do gênero e todos os jornalistas que, desde então, fizeram filmes sobre *gangues* se inspiraram nele. Neste trabalho, Murrow trata de um incidente violento que fez muito barulho na época, a morte de um jovem deficiente nas mãos de uma gangue do Bronx na cidade de New York, cujas causas ele tenta trazer à luz do dia para esclarecer o grande público a respeito do fenômeno mais geral das *gangues* na América⁸.

5. É claro que as *gangues* não são o único tema que serve para “prender” leitores, ouvintes ou telespectadores ao noticiário.

6. Ver HERBERT, J. G. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Random House, 1980. p. 218.

7. Idem., p. 219.

8. Embora Murrow e Yablonsky (na sua obra *The Violent Gang*) usem o mesmo incidente para analisar o fenômeno das *gangues*, eles chegam a conclusões diametralmente opostas....

A comparação entre o documentário de Murrow e dos recentes programas como *Our Children: The Next Generation de Dan Medina*, *48 hours: on gang street* de Dan Rather (o famoso apresentador do jornal da noite da CBS nos EUA), ou *Not my kid* de Tyne Daly, produzido em 1989, revela que todos usam as mesmas técnicas de apresentação inovadas por Murrow⁹. Após ter lembrado os detalhes de uma notícia popular que fez derramar muita tinta nas manchetes, cada um traz informações sobre o contexto e as circunstâncias ambientes, para produzir uma análise de maior alcance sobre as *gangues*. No caso de Murrow, a notícia inicial é um incidente isolado, o homicídio de Michael Farmer; no de Dan Medina e de Dan Rather, são duas séries de crimes provocadas por confrontos coletivos entre muitas *gangues* de Los Angeles. Cada um desses eventos teve a cobertura de jornais da noite antes de se tornar o suporte de uma investigação mais completa que procura acima de tudo cativar e comover o público.

O documentário de Murrow é inegavelmente um filme que enche os olhos: a lembrança das circunstâncias que levaram à morte trágica de Michael é entrecortada pela narrativa da história pessoal de seus agressores assim como pelas reações dos pais do jovem deficiente num tom que alterna emoção e suspense. Mas, embora com perfeito domínio no plano da forma, o famoso documentário sofre, no fundo, enormes lacunas. As informações fornecidas esclarecem alguns dos fatores que podem ter influído os autores do crime mas que não dizem quase nada sobre a *gangue* em si, a não ser que Michael foi a vítima inocente de uma luta intestina entre seus membros. Nada é dito, notadamente, sobre o modo de organização e os comportamentos específicos de uma *gangue* urbana. E à pergunta inicial, “quem matou Michael Farmer?”, Murrow se contenta em responder *in fine* que foi a sociedade a responsável na medida em que permanece cega e insensível perante as condições socio-econômicas opressivas que levam os jovens dos bairros pobres a formar grupos suscetíveis de agredir pessoas. Uma resposta dessas só faz reforçar a idéia comum de que as *gangues* são hordas de predadores, lobos ou hienas, famintos e violentos. O espectador, a quem ninguém propõe nenhuma análise

(Cont. 8)...É possível pensar que é porque um deles é um sociólogo de profissão (Yablonsky) e o outro um jornalista persistente (Murrow) e que Yablonsky tem por esta razão mais chances de estar certo, por causa da sua formação. Não é nada disto: minhas pesquisas sobre este caso me levam a crer que as conclusões de Murrow estão mais próximas da realidade das *gangues* e do encadeamento dos eventos que conduziram efetivamente à morte de Michael Farmer

9. No meio de uma gama de documentários dedicados a *gangues*, escolhi centrar nestes três programas por serem típicos do método "explicativo" com destino ao grande público.

séria da gangue como tal, não pode, portanto, captar a relação entre a gangue como organização e a criminalidade juvenil.

Os programas de Rather e Medina diferem do de Murrow na maneira de se articular em torno de assassinatos em série atribuídos a várias *gangues* de Los Angeles. Como o filme de Murrow, eles relatam a vida dos membros das *gangues* incriminadas e suas atividades e utilizam, para manter o interesse e o ritmo do programa, cenas comoventes contando a vida das vítimas. Entretanto, com 30 anos de distância, eles parecem notavelmente próximos da reportagem de Murrow e só apresentam breves comentários e lugares comuns sobre a vida das *gangues*. Isto se explica pelos imperativos técnicos, profissionais e comerciais que guiam a escolha e a apresentação dos “casos” considerados dignos de serem documentados pela mídia.

EXIGÊNCIAS DO TRABALHO DE JORNALISTA

Exigências inerentes ao processo de produção jornalística explicam em parte as semelhanças que se observam entre os diferentes programas de televisão dedicados às *gangues*. Estas contingências foram analisadas detalhadamente por Herbert Gans¹⁰; eu me limitarei aqui a desenvolver as que se aplicam especificamente aos documentários de Murrow, Rather e Medina.

A primeira das contingências que pesam sobre o trabalho dos jornalistas é o que os próprios chamam de “importância do caso”, isto é, se é suscetível de interessar o país inteiro ou, pelo contrário, se só merece a atenção em um perímetro local e regional. Nenhuma das reportagens sobre as *gangues* faz a comparação entre diferentes cidades dos EUA, mas todas usam diversos procedimentos para lhes dar alcance nacional. A primeira receita usada em todos os programas de televisão consiste na exploração do tema da violência. Em cada um dos documentários citados, o jornalista insiste no fato de que a violência das *gangues* é onipresente em todas as grandes cidades dos USA e prossegue afirmando que “em nenhum lugar, esta violência só está presente em X”, justamente a cidade em que se situa a reportagem. O documentário é feito para permitir que os espectadores entendam a violência que assola o seu próprio bairro através dos exemplos, aliás, extremos de New York e de Los Angeles. E é a idéia de violência que permite, aqui, ampliar o alcance da reportagem no país inteiro. Outro método visando a produção desse efeito

10. HERBERT, op. cit., p. 146 -181.

de generalização é a exploração emocional da dor das vítimas da criminalidade das *gangues* e de sua família. O que permite que Dan Rather e Tyne Daly concluam ambos seu programa (*48 hours e Not my kid*) com a idéia de que “não é um problema que concerne apenas aos habitantes de Los Angeles: é um problema que concerne a todos nós”. Assim, eles mesmos trazem uma resposta afirmativa à pergunta que todo jornalista de profissão deve se fazer nos EUA: será que a minha reportagem vai interessar a sociedade toda? – enquanto o conteúdo de seus documentários, desprovidos de todos os dados comparativos, não estabelece rigorosamente nenhuma relação entre o que acontece em Los Angeles e no resto do país.

A segunda regra que condiciona a produção de tais documentários é o “imperativo do inédito”. Antes mesmo de começar o seu trabalho, os jornalistas precisam se perguntar se ele traz alguma novidade: se falharem neste item, os seus superiores lhes chamarão logo a atenção sobre este ponto. É, portanto, preciso ou selecionar um assunto totalmente novo, ou encontrar uma nova luz para um tema que já foi tratado. É por esta razão que todas as reportagens sobre as *gangues* são variações, muitas vezes forçadas, sobre um mesmo tema.

A terceira pergunta que um jornalista deve se fazer é a de saber se uma reportagem contém bastante “ação”. No jargão jornalístico, “ação” significa na verdade, emoção. Todas as reportagens sobre as *gangues* redobram esforços para gerar emoção nos telespectadores, mostrando-lhes pessoas que estão elas mesmas absolutamente transtornadas. Para criar “ação”, os jornalistas apelam para dois tipos de registros, o da violência e o das emoções, como a tristeza e a cólera que a morte ocasiona. É por esta razão que as reportagens sempre contêm cenas de violência entre as *gangues* cuja finalidade não é tão somente a de descrever o dia a dia nos bairros pobres e operários quanto a de fornecer “ação”, ingrediente indispensável à produção de uma “boa” reportagem.

A quarta regra tem a ver com o “ritmo”. Um dos credos dos profissionais da notícia é que o ritmo de um programa deve ser controlado, para que o interesse do telespectador não relaxe nunca. Esta exigência é particularmente evidente nos programas citados acima. Assim, eles só dão um espaço extremamente reduzido aos comentários pessoais dos protagonistas entrevistados já que é muito sabido que este tipo de comentários “quebra” o ritmo do programa, e passam muito rapidamente de um aspecto da vida das *gangues* para outro, tendo como resultado que nenhum destes aspectos é suficientemente desenvolvido para permitir o menor esclarecimento sobre o fenômeno. Por exemplo, no documentário de televisão, *Our Children: The Next Generation*,

Dan Medina diz notadamente: “A violência na rua se tornou um esporte para alguns.” Seguem curtíssimas cenas violentas de apenas alguns segundos, após o quê, acrescenta: “A violência é um excitante e é também o maior sustentáculo das *ganges* da região de Los Angeles”, se referindo à excitação da ação violenta como catalisador das *ganges*. E neste passo, sugere três outros fatores que levariam os jovens a se juntar a *ganges*, a saber: status social, dinheiro e mulheres, sem a menor explicação nem prova, embora o status social, o dinheiro e as mulheres se encontrem amalgamados na idéia de violência.

Quinta exigência: a “clareza” da reportagem. Os jornalistas consideram que seu trabalho deve poder ser entendido por todo o público embora seus comentários se reduzam ao estritamente necessário, a ponto de, às vezes, tirar todo o significado de suas palavras. É também muito comum um jornalista que dialoga com os membros de uma *gange* obrigá-los a transformar suas palavras para simplificá-las. É o caso de um jornalista entrevistando um membro de *gange* de New York sobre as razões que levavam a sua *gange* a se enfrentar com outra. O rapaz, chamado Nimble, respondeu que muitos fatores explicavam este conflito e começa a enumerá-los. Mas ele ainda não havia terminado o terceiro quando o jornalista o cortou: “Na verdade, o que você quer dizer é que é um problema de território.” No que Nimble respondeu: “Bem, se você quiser, mas é mais complicado do que isto...” O jornalista o interrompeu então, outra vez: “Mas, falando simplesmente, é o que você quer dizer.” E Nimble assentiu: “É, se você quer realmente simplificar, então sim, suponho que é isto.” Mas quando o repórter se foi, o jovem declarou: “Suponho que ele quer que as pessoas entendam; mas, p..., não tem mais jeito deles entenderem agora! Mas se é o que ele quer, f...-se!”

A sexta exigência que pesa no trabalho jornalístico recomenda uma reportagem “equilibrada”, isto é, que mostre diversidade, mas também igualdade na escolha das matérias e na expressão das orientações políticas. O que se traduz nos programas dedicados às *ganges*, por um esforço visando apresentar aspectos muito diversificados da vida das *ganges*, oferecendo ao mesmo tempo diferentes perspectivas sobre cada uma delas. Se esta intenção parece *a priori* louvável, e deontologicamente defensável, ela só leva, na verdade, a análises extremamente pobres e sucintas que cabem, às vezes, em uma única frase. É por esta razão que esta exigência só faz reforçar a incompreensão geral que reina em torno do fenômeno das *ganges*. Por exemplo, no começo do documentário de televisão *Our Children: New Generation*, Medina afirma

que entre as vítimas das *gangues* aparecem as suas famílias e ele prossegue anunciando que “são famílias que se mobilizaram contra a violência”. Pouco depois, para equilibrar as coisas, mostram pais que não têm nada a dizer sobre o fato dos filhos fazerem parte de uma gangue. E, como fim de programa, conclui dizendo que uma das causas da perenidade da violência juvenil é que as famílias não assumem suas responsabilidades. Mostrando, ao mesmo tempo, pais que se levantam contra as *gangues* e outros que parecem não preocupados, sem dar a menor explicação a respeito dessa diferença, abandona-se para o público a tarefa de dar um jeito de reconciliar esses comportamentos de aparência contraditória.

O conteúdo das reportagens sobre as *gangues* é também submetido a exigências mais diretamente técnicas, entre as quais a mais tirânica é sem dúvida a dos prazos a serem cumpridos pelos jornalistas. A consequência mais evidente disto é que o jornalista trabalha muito pouco tempo no mesmo assunto. É, portanto, difícil e até mesmo impossível para ele juntar as informações de base, o que restringe drasticamente seu conhecimento sobre as *gangues*. Porém, é muito óbvio que enquanto o jornalista não tem domínio suficiente de certos aspectos fundamentais da questão, o público corre o risco de não aprender grande coisa com as suas reportagens. Os comentários deste jornalista, há seis anos em Boston, ilustram bem este dilema da atividade dos repórteres:

Estava fazendo uma matéria de fundo sobre as gangues e havia realmente todos os elementos para que a reportagem fosse um arraso. Mas eu precisava passar muito tempo com os jovens. Gostaria de pelo menos ter podido ficar com eles, mas o meu diretor tinha prazos para cumprir e, portanto, tive de ceder também. Estava frustrado, pois sabia que precisaria de mais tempo, mas não fiquei com bronca do meu chefe porque eu sei que ele mesmo está preso na engrenagem. Mas isto não impede de reconhecer que deixei de escrever o artigo que eu poderia ter redigido.

Outra exigência tem a ver com a dificuldade de acesso aos membros das *gangues*, problema que os jornalistas compartilham com os sociólogos. Esta dificuldade não consiste tão somente em entrar em contato com eles, pois um encontro se obtém bastante facilmente. O verdadeiro problema é ganhar a confiança dos seus membros para ser autorizado a observar diretamente o conjunto das atividades da gangue e a recolher as confidências dos jovens implicados. Salvo exceção, os jornalistas não são aceitos no seio das *gangues* e não têm, portanto, acesso à sua vida pública e muito menos à vida pessoal – as idéias, os sentimentos e as aspirações – de seus membros. Mas este

problema não parece, de maneira alguma, incomodar os jornalistas: produzem apesar de tudo suas reportagens, compensando a sua própria carência de informações diretas, tomando emprestado os comentários de outras análises, geralmente dos sociólogos e dos criminologistas, o que cria um sério problema de qualidade do nível das informações fornecidas no programa. Para preencher as lacunas de suas reportagens, os jornalistas confiam no que já foi dito antes deles sobre o assunto¹¹, o que faz que os estereótipos mais comuns sobre as *ganguês* não parem de se reproduzir e se reforçar.

A terceira dificuldade técnica tem a ver com a formação dos jornalistas. Quase todos aqueles que fazem reportagens de fundo sobre as *ganguês* ambicionam produzir um diagnóstico de caráter sociológico. Mas nenhum deles tem a formação requerida nem as ferramentas necessárias para este tipo de abordagem. A maioria dos jornalistas é, aliás, consciente disso e reconhece até um certo embaraço. Para dar o troco, muitas vezes pedem para pretensos especialistas comentarem os aspectos do assunto a respeito dos quais eles mesmos se sentem os mais incompetentes. Infelizmente, acontece que pedem aos especialistas para discutirem um aspecto da vida das *ganguês* que foi relatado ao jornalista ou que ele viu, mas que o especialista mesmo não observou. Ou, ainda, pergunta-se aos especialistas sobre um assunto fora das suas competências, ou que ele estudou há tanto tempo que suas observações são completamente obsoletas. Isto é o que costuma acontecer quando o jornalista não consegue convidar o especialista desejado para o seu programa e se vê obrigado a substituí-lo, de improviso, por uma pessoa menos competente porém mais disponível. Mais uma vez, o resultado é que a análise dos pretensos especialistas repousa menos sobre dados atuais do que sobre imagens repetidas.

A quarta dificuldade técnica é a da extensão imposta ao programa ou ao artigo. Os jornalistas sempre podem sonhar em não ter nenhum limite neste caso, mas a realidade profissional é completamente diferente. As exigências de duração e de extensão afetam diretamente tanto a profundidade quanto a qualidade da reportagem. Isto, de fato, obriga os jornalistas a fazerem uma escolha entre os diferentes aspectos do assunto que vão tratar e a decidir sobre o tempo a dedicar a cada um deles¹². Aí vem notadamente o problema

11. Usar observações feitas por outrem não acontece sem riscos, dos quais os dois principais são que estas observações sejam falsas ou sem pertinência no contexto em que são trazidas.

12. Estas decisões são elas mesmas fortemente determinadas pelo que a profissão tem costume de considerar como boa reportagem (clara, comedida, equilibrada etc.).

de como saber usar os comentários dos especialistas. Muitas vezes, o jornalista pressiona o especialista a responder muito brevemente a suas perguntas e com termos diferentes dos que gostaria de usar, como esses repórter que eu pude ver perguntar a especialistas: “E o senhor, a sua “linha” (*your take*) sobre a violência das *gangues*, qual é?”. O especialista, seguro após vários anos de reflexão sobre o assunto, se prepara para se lançar numa explicação bastante longa mas é imediatamente interrompido pelo jornalista que exige uma resposta precipitada. Vi, até, um jornalista explicar a um experto que sua teoria devia ser falha, já que não conseguia expressá-la em poucas palavras. Nos casos em que o jornalista deixa o especialista se expressar à vontade, sua intervenção será pura e simplesmente reduzida ou suprimida na hora da montagem. Resumindo, as exigências de tempo, de espaço e de formação ditam, para uma boa parte, o conteúdo das reportagens sobre as *gangues* e as explicações que dão para justificar a sua multiplicação.

INTERESSES PROFISSIONAIS E PRESSÕES COMERCIAIS

Ambições profissionais e pressões comerciais são o último elemento que explica a perceptível similitude dos programas dedicados às *gangues*. Mostrou-se que as *gangues* são invariavelmente associadas aos temas do crime, do sexo e da violência e que estão envoltas por uma atmosfera sulfúrica que mistura sinistro e mistério. Estes clichês que a mídia contribuiu para criar, são aqueles mesmos suscetíveis de atrair um grande público. As *gangues* representam, portanto, para os jornalistas um assunto – ou, para ser mais preciso, um produto – de destaque que pode, além do mais, se revelar particularmente eficaz para ganhar dinheiro, prestígio e poder. Explorar estes clichês, limitando-se a adotar novo ângulo para apresentá-los, tornou-se um dos meios mais concorridos para fazer carreira na mídia.

Os jornalistas estão convencidos de que uma boa reportagem sobre as *gangues* pode realçar o seu prestígio no seio da profissão e, por conseguinte, no seu próprio jornal ou rede de televisão ou rádio. Esperam firmemente conseguir graças às *gangues* um cargo mais importante com responsabilidades ampliadas assim como um salário mais generoso. Um jornalista, há pouco tempo, em Los Angeles, no momento da entrevista, afirmou sem constrangimento:

É claro que quero fazer uma reportagem sobre as *gangues*. Muito francamente, é um ótimo assunto para se trabalhar porque continua havendo violência e crimes nos casos de *gangues* e é exatamente com isto que o público sonha. É realmente o tipo de matéria ideal para um jovem jornalista

como eu, pois se eu conseguisse fazer uma reportagem sobre as gangues, tenho certeza que teria muito a ganhar. (...) O que eu espero de uma boa reportagem é que me faça ganhar o respeito de meus colegas, e que me faça conseguir outros programas; e também espero que me permita ganhar muito dinheiro. Um jovem jornalista tem uma tremenda necessidade de uma ou de duas boas reportagens destas para lançar a sua carreira.

Outro jornalista em New York há muitos anos, explica também o interesse de tais reportagens:

Você me pergunta por que quero fazer reportagem sobre as gangues? Na verdade, não é muito complicado no meu caso. As gangues são um problema muito grave nas cidades americanas e sempre foi assim porque os grupos representam uma ameaça para o americano médio. Escolhendo um assunto que sempre costuma ser a notícia nestes últimos tempos, posso provar a mim mesmo que ainda estou por dentro. Seriamente, se me encarrego de uma reportagem difícil sobre um assunto importante que interessa a todos, sei que vou conservar a estima profissional que adquiri em todos estes anos aos olhos de meus colegas. E se conseguisse dar uma visão nova das gangues ou de um outro assunto tão explosivo quanto este, eu ganharia ainda mais respeito e prestígio na profissão, e isto não me desagradaria.

Todos os jornalistas que encontrei, assim como os que interroguei durante as entrevistas formais e com quem tive a oportunidade de discutir quando vinham entrevistar as *gangues* com as quais eu andava, estavam convencidos de que ao acumularem as informações necessárias, seriam capazes de dar uma visão nova das *gangues*. Porém, na maioria dos casos, os seus projetos não tinham nada de muito novo, a não ser aos seus próprios olhos. Alguns até confessaram que outros que haviam trabalhado sobre o tema tinham avisado que sua abordagem não era original; mas, ao discutir comigo, eles não davam a mínima para estas advertências e continuavam falando como se tivessem efetivamente uma concepção revolucionária do problema para vender ao seu diretor ou produtor. A declaração deste jornalista ilustra bem esta atitude: “Dois colegas me disseram que a minha matéria sobre as *gangues* já tinha sido feita, francamente, não acredito que seja exatamente a mesma coisa. Passei muito tempo nesta reportagem e acho que vou poder convencer o redator-chefe de que é algo inédito”.

O que os jornalistas consideram ou teimam em considerar como apresentação “inovadora” só faz, geralmente, reforçar o mais comum ponto de vista sobre as *gangues* com todas as suas falhas. Em suma, as reportagens de fundo

difundidas sobre as *gangles* por revistas, jornais ou televisão só se aproveitam do interesse criado pelo noticiário para faturar, se apresentando como análises aprofundadas do assunto. É, porém, raro que permitam melhor compreensão do fenômeno. Isto é, devido ao fato de nem procurarem compreender o que são realmente as *gangles*. Sob a cobertura da investigação “explicativa”, na verdade, escondem-se objetivos essencialmente profissionais e comerciais. E este tipo de reportagem reforça uma imagem das *gangles* que deve menos à realidade do que aos mitos que as envolvem.

AS GANGUES COMO ASSUNTO DE DIVERSÃO

Os debates de televisão e os filmes marcam uma etapa suplementar – e uma escalada – na exploração midiática do interesse do grande público pelas *gangles*. Os *talk-shows* de grande audiência na parte da tarde como *Geraldo*, *The Phil Donahue Show*, e *The Oprah Winfrey Show* se apresentam – e se vendem – como programas que, além dos debates que alegam promover sobre diferentes “problemas da sociedade” vistos através das situações individuais, têm como grande ambição a de revelar “o aspecto humano” de cada história, destacando as atitudes e as emoções dos participantes¹³. Estes programas são retirados do ar sempre que deixam de ter alta taxa de audiência. É por esta razão que privilegiam todos os assuntos considerados “chamativos” junto ao público da tarde. Porém, o fenômeno das *gangles* é o tipo de assunto que estimula o interesse dos telespectadores, sobretudo quando é tratado com sensacionalismo desmedido.

Um *talk-show* é sempre aberto com uma apresentação do assunto pelo animador que dá o tom do programa, usando termos e imagens estereotipados e alarmistas. No caso das *gangles*, uma frase de introdução basta para dramatizar o problema. O apresentador lembra algum incidente violento notório que implique uma ou mais *gangles*, cita diversas estimativas da amplitude

13. [Nota do tradutor] Estes programas diários, animados por um apresentador-astro (como Geraldo Rivera, Phil Donahue, Oprah Winfrey, que emprestam o seu patronímico ao programa) que conduz uma discussão personalizada de alto teor emocional em volta de um tema selecionado pelo seu impacto midiático (os temas giram invariavelmente em torno de dinheiro, amor, sexualidade e imoralidade) reúnem, ao vivo, no palco pessoas que viveram tal situação extrema para ilustrar o tema do dia, representantes de associações envolvidas e diversos especialistas (geralmente psicólogos e profissões paramédicas, devidamente certificados por seus diplomas) que supõem sugerir alguma terapia individual como solução do dilema discutido. A participação ativa e barulhenta da platéia, que aplaude, apita e ovaciona os debatedores é ativamente encorajada pelo animador, assim como as tomadas de posição definitivas e irreconciliáveis.

do fenômeno pelos especialistas e salienta a extrema gravidade da situação. Ele diz o número de vítimas inocentes dessas manifestações de violência, particularmente entre as pessoas que não residem nos bairros pobres assolados pelas *gangues*. Como esses programas apresentam assunto diferente a cada dia (ou seja, cinco assuntos por semana), eles têm pouco tempo para dedicar às pesquisas necessárias a cada tema. Mas em compensação, juntam no palco *expertos* ou pretensos especialistas na matéria, a quem se pede comentários sobre o que for dito ao longo do programa pelos convidados ou pelo público¹⁴.

O apresentador manipula seus convidados para que o debate seja o mais ágil possível; limita as intervenções de cada um a algumas frases que utiliza como ponto de partida daquilo que é ou vai realmente ser o coração e a razão de ser do programa: as interações múltiplas e rápidas entre o animador, os convidados, o público do estúdio e os telespectadores. Durante as emissões dedicadas às *gangues*, chovem as perguntas de senso comum tais como: Por que eles são tão violentos? Como fazer para tirá-los desta? etc. Porém, é obviamente impossível dar respostas, um pouco complexas e completas que sejam, a esta questões em meia hora de programa (sem contar as propagandas que interrompem os debates a cada seis ou oito minutos). Até porque os muitos convidados têm todos conhecimentos e opiniões muito dispersos sobre o assunto.

O papel do apresentador face aos convidados é ressaltar as diferenças e acentuar as oposições entre os pontos de vista expostos. O objetivo é criar um debate conflituoso entre todos os participantes (sem dúvida porque se considera que é o único meio de interessar os telespectadores), e entreter a animação do programa incentivando ininterruptamente as trocas (bate-papo) entre os convidados, entre o público presente e os telespectadores, finalmente entre os convidados e o público. O apresentador assume, portanto, o papel do provocador para criar a polêmica entre os diferentes grupos de participantes¹⁵. Obviamente, os produtores do programa estimam que se conseguem “esquentar o público” do estúdio, os espectadores se empolgarão também.

14. Falar em pretensos especialistas não significa que as pessoas solicitadas careçam de competência. Mas muitas vezes, sua competência não tem nada a ver com o assunto em pauta.

15. Acontece que este segundo método funciona tão bem que o apresentador se vê transbordado e paga por isto. Assim, um bate-boca violento estourou em Geraldo durante um programa, que colocou face a face defensores da supremacia branca e militantes afro-americanos, em que os grupos quebraram o nariz de Geraldo Rivera.

Porém, nos programas que estudei, mesmo que a estratégia posta em prática permita efetivamente obter debates animados, não se aprende, por assim dizer, nada sobre o fenômeno das *gangues*. É verdade que o procedimento e o objetivo desses programas não é buscar a compreensão, mas utilizar as *gangues* como suporte para vender o espetáculo das trocas (bate-papo) entre os participantes. Definitivamente, o objetivo divertimento é bem atingido mas ao preço de uma acentuação dos clichês sobre o problema.

O cinema também usa esse assunto para fins recreativos e comerciais¹⁶. Entre a abundância de filmes sobre as *gangues*, os mais memoráveis são, sem dúvida, *West Side Story*, *The Warriors* e *Colors*. Cada um deles descreve uma gangue de uma época diferente: *West Side Story* nos fala das *gangues* dos anos 50, *The Warriors* das dos anos 70 e *Colors* dos anos 80. Entretanto, apesar deste quadro temporal muito preciso, eles são notavelmente similares na sua maneira de apresentá-las e o seu meio ambiente. Cada filme apresenta os membros das *gangues* como jovens pobres, oriundos da classe operária, e que não têm nem competência nem vontade de crescer na escala social ou de se tornar cidadãos produtivos¹⁷. Fundamentalmente, são “perdedores”, mas sobretudo, perdedores com costumes primários e com comportamento violento. Representam tudo aquilo que a sociedade execra profundamente e, sobretudo, tudo aquilo que ameaça os seus valores mais sagrados. Em *Warriors* e *Colors* os princípios que guiam a conduta dos membros das *gangues* representam verdadeiros anátemas lançados contra a sociedade¹⁸.

Da mesma forma, os parentes dos jovens delinquentes aparecem com traços articularmente sombrios. Os pais, por exemplo, ignoram ou negligenciam suas responsabilidades face a seus filhos no descaminho. Mas são as companheiras dos membros de *gangues* que são, de longe, as personagens

16. Podemos incluir aqui os telefilmes e as passagens de seriados que integram histórias de *gangues*. As *gangues* são destaque em todos os episódios das telenovelas *Hill Street Blues*, *L.A. Law*, *Cagney and Lacey* e *The Mod Square*.

17. Outros filmes recentes como *Fort Apache-The Bronx* fazem semelhante imagem das *gangues*. Até os primeiros filmes sobre os *Bowery Boys* os apresentam como coitados, metidos e sedutores apesar de tudo.

18. É também a mensagem de *West Side Story*, embora de maneira mais sutil: as forças do “bem” se manifestam através de Maria e Tony enquanto que o “mal” é encarnado por todos aqueles que pertencem a uma gangue, sejam eles brancos ou porto-riquenhos (como mostra a célebre cena do assassinato seguido pela dor de Maria). A morte de Tony é tratada no filme à maneira da paixão do Cristo. O sacrifício de Tony leva os Jets e os Sharks à humanidade, quando levam juntos seu corpo para a terra, enquanto Maria chora este sacrifício como a Virgem Santa.

mais negativas. Estes filmes, que precisam de um mínimo de cenas de amor e de sexo para serem vendidos, apresentam as intrigas amorosas dos membros de *ganguês* de uma maneira ao mesmo tempo sexista e racista que em nada corresponde à situação específica das *ganguês*. As mulheres que têm qualquer tipo de relações com membros de *ganguês*, sejam elas namoradas, amantes ou simples conhecidas, têm todas costumes suspeitos. Elas estão dispostas a cometer o adultério e até a se prostituir, ou ainda são alcoólatras ou drogadas. Esta representação é muito mais chocante porque a maioria desses filmes se concentra sobre *ganguês* de “não brancos”, em bairros “não brancos”. Basta comparar as personagens femininas negras e policiais brancos em *Colors* e em *Fort Apache-The Bronx*, um filme mais antigo que descreve a vida de uma comunidade particularmente pobre¹⁹. Nesses dois filmes, todas as mulheres negras são imorais e irresponsáveis. Nos dois casos, a única mulher “não branca” apresentada como diferente das outras é justamente aquela que parece ter escapado da influência corruptora da sua comunidade. Em *Fort Apache*, é uma enfermeira porto-riquenha e, em *Colors*, uma mexicana que vende sanduíches. E claro, nos dois filmes, o policial branco – Paul Newman em *Fort Apache* e Sean Penn, o marido de Madonna, em *Colors* – se apaixona pela mulher “diferente das outras”. Mas descobre-se logo durante o filme que estas duas mulheres não são nada “boas”, que a sua moralidade aparente não passa de uma máscara de hipocrisia. A enfermeira porto-riquenha se revela ser viciada em heroína e a garçonete mexicana, uma mulher fácil que corre pelas ruas com a sua gangue latina. Elas não só são apresentadas como desleais para com seus namorados brancos, mas a maneira como elas os traem é particularmente repreensível aos olhos da moral dominante. Quando lhes é oferecida a possibilidade de sair de seus guetos e escapar da corrupção que as assolam, as duas se mostram profundamente incapazes de agarrar esta oportunidade: a jovem porto-riquenha se recusa a parar de se drogar e acabará morrendo de overdose; a garçonete mexicana termina com Sean Penn, que a encontrará nos braços de um dos membros da gangue, seu inimigo pessoal mas também o único negro desta gangue mexicana! O simbolismo racial é particularmente revelador em relação a isto: fazer amor com um delinquente

19. *Fort Apache The Bronx* é um filme sobre o bairro “ghetificado” do South Bronx de New York. Seu tema central é a criminalidade neste enclave pobre de New York e as tribulações dos policiais que lá trabalham. Trata apenas incidentalmente das *ganguês*. Em compensação, *Colors* está centrado sobre presumidas atividades das *ganguês* de Los Angeles assim como o seu meio ambiente.

mexicano já seria bastante imoral; mas fazê-lo com o único negro da gangue é realmente a traição suprema.

Chegamos, finalmente, à definição que Hollywood dá do ambiente social das *gangues*. Em todos esses filmes, as comunidades a que pertencem as *gangues* aparecem como completamente desorganizadas e totalmente incontroláveis e seus indivíduos incapazes de tomar conta delas mesmas. Assim, cada filme contém várias cenas que procuram demonstrar que “esta gente” é incapaz de fazer reinar a ordem, que todos aspiram, sem dúvida, além da disciplina, mas ninguém sabe como instaurá-las²⁰. O único meio de restabelecer a ordem é, então, fazer que a polícia intervenha. A mensagem mandada ao público é que, sem a polícia (como instituição cuja autoridade vem de fora da comunidade e cujo pessoal é igualmente composto de indivíduos que, em sua grande maioria não é de lá), esta comunidade afundaria no maior caos. Dito de outra forma, Hollywood representa uma situação urbana contemporânea por meio de uma visão colonialista das mais tradicionais: sem a polícia (exército colonial), estas comunidades pobres (países colonizados) viveriam numa desordem contínua, já que os moradores mais bem intencionados desses bairros (países pobres) não têm as competências necessárias para controlar as *gangues* (facções e tribos) e impedi-las de guerrear entre si. Este simbolismo colonial é tanto mais evidente e chocante quanto os recentes filmes são dedicados às *gangues* das comunidades negras, à exclusão das *gangues* de origem européia (italina ou irlandesa, por exemplo). A idéia definitivamente veiculada é a de que as *gangues* e seus próximos (ou seja, o conjunto da população “não branca”) constituem e vivem em um universo profundamente imoral, em ruptura com o resto da sociedade²¹. São os elementos diabólicos da sociedade: verdadeiros “inimigos do interior” que

20. Cada um dos quatro filmes citados contém cenas deste tipo. Em *West Side Story*, há um gentil vendedor que gostaria muito de ajudar, mas que é reduzido à impotência pela violência das *gangues*. Em *Colors*, os moradores do bairro se juntam e colaboram com a polícia para elaborar um dispositivo de defesa contra as *gangues*, mas o palanque desmorona durante a assembléia e a reunião afunda no caos.

21. Notemos que muitas obras acadêmicas de alto reconhecimento científico contribuem, talvez sem querer, para se acreditar na idéia de que os pobres teriam uma moral radicalmente diferente da que está em curso no resto da sociedade. Assim o faz Gerald Suttles: SUTTLES, G. *Social order of the slum*, [s.l]: [s.n.], [s.d.] p. 4-6, p. 223-224.

22. Sobre a tendência que grande parte dos americanos tem de se empolgar com os demônios políticos e sociais que aterrorizam a sociedade, ler a notável obra de Michael Rogin, Ronald Reagan, The Movie.

ameaçam os próprios fundamentos da moral nacional²². Assim, Hollywood fez *gangues* e, sobretudo, *gangues* “não brancas” e das suas mulheres fez agentes do mal por excelência. Hollywood criou um verdadeiro mundo imaginário com seus personagens míticos. Para responder às críticas que lhes foram feitas a este respeito, os produtores e os diretores de *Warriors*, *Fort Apache-The Bronx* e *Colors* retorquiram obviamente que seus filmes não tinham a pretensão de ser documentários, mas apenas filmes de ação procurando o divertimento²³. Acontece que tais imagens se instalam no espírito do público e, na ausência de informações e análises rigorosas sobre o assunto, se tornam o prisma principal pelo qual as pessoas constroem a sua própria compreensão da realidade social das *gangues*.

COMO AS GANGUES USAM A MÍDIA

As *gangues* não se impressionam nada com a mídia e a perspectiva de ser objeto de artigo ou de entrevista não os entusiasma a ponto de liberar sem reserva as informações que os jornalistas procuram obter delas. Estão dispostas a informar desde que seja de acordo com *suas condições*. As *gangues* de fato desconfiam dos jornalistas – como o quer o seu “individualismo desafiante” acentuado²⁴. Mas são também conscientes do fato de que toda informação que lhes diz respeito é muito procurada e, portanto, tem valor. Todas as *gangues* que estudei entenderam muito bem que a mídia está sempre disposta a fazer reportagens a respeito delas desde que tenham algo de novo a lhe propor. As *gangues* são, portanto, “vendedoras” mas controlam estreitamente os fluxos de informação tanto em volume quanto em teor. Os comentários, a seguir, de três jovens membros de *gangues* ilustram esta consciência da utilização estratégica que podem fazer da mídia.

23. Este filme suscitou muitas reações críticas. *The Warriors* foi criticado até por *gangues* que protestaram escrevendo para a revista trimestral *Youth at Large* (revista publicada em Los Angeles pela Inner City Roundtable of Youth, Inc./ ICRY organization). A sua observação se conclui com estas palavras: "No filme, parece que os jovens demônios fabricados peça por peça, exatamente como os jovens de ICRY, não têm nada de humano, nem sentimento, nem família, nem amigos, nem consciência, nem senso moral, nem ambições, nem alguma destas molas que associamos com os objetivos da existência. [...] É por esta razão que não gostamos de *Warriors*, já que *Warriors* somos nós (itálicos no original). Ver *Youth at Large*, nº 2, dezembro de 1979, p. 10 e 21. Aliás, os jovens que escreveram na revista defendem Sol Yurick, o autor do romance que inspirou o filme, ao assinalarem que o filme trai o livro.

24. Sobre a noção de "individualismo desafiante" que estrutura a visão do mundo dos jovens das *gangues*, ver SÁNCHEZ-JANKOWSKI, op.cit., p. 23-28.

Coal, 19 anos, pertence a uma gangue negra de New York City:

Era uma jornalista que queria fazer uma reportagem sobre nós. Dava para ver que precisava tremendamente fazê-la. Como se a carreira dela dependesse disso! Ela nos mandou um monte de mensagens pelo intermediário de M.G. (um animador social do bairro). Então, durante a reunião da gangue, falamos sobre o que íamos fazer com ela. Decidimos que a gente podia aproveitar para fazer um pouco de propaganda e, portanto, fixamos o que a gente ia passar para ela: sabe como é, quem ia falar, o que a gente ia dizer... Ela veio e interrogou os caras que a gente escalou. E depois respondemos o que quisemos. Ela nem entendeu o que estava acontecendo. A gente é ótima para este tipo de besteiras, os jornalistas ficam embasbacados! Ela ficou toda contente mas, antes de ir embora, a gente a fez babar um pouco; falamos dois-três negócios que podiam interessá-la para que voltasse ou falasse para outro jornalista para que voltassem.

Bird, 18 anos, que é membro de uma gangue irlandesa de Boston, conta:

Claro, tem um monte de jornalistas que já tinha tentado fazer reportagens sobre a comunidade e sobre nós; mas a gente não queria falar com eles. E depois, finalmente, a gente pensou: As suas reportagens, eles as farão de qualquer forma, então melhor dizer para eles o que a gente quer que eles digam. Entramos nesta e rolou mais vezes. Eles faziam todo tipo de perguntas: se a gente fazia tráfico de armas para a IRA, coisas assim, mas a gente só os enrolava. Era sempre preciso que voltassem, para saber mais e a gente só dizia o que queria. Não entendiam bulhufas. E depois, de qualquer forma, a reportagem se encaixava bem, era chamativa, então eu acho que eles também não estavam nem aí.

Jammer, 20 anos, é membro de uma gangue de Los Angeles. Ele acrescenta a este respeito:

Os jornalistas, precisam fazer boas matérias e depois, é bom dizê-lo, as *gangues* são um ótimo cavalo de batalha. Sabe, o lado suspeito de uma cidade, isso interessa as pessoas. Mas estar no noticiário pode ser muito útil para nós, para muitos de nós, e também para a organização. Então, a gente dá as informações aos jornalistas, mas só que são as nossas informações. Obtêm o que nós queremos que obtenham e nada mais. A gente dá um pouquinho, só para lhes dar água na boca, mas não tudo o que querem. Tudo é só armação, sabe, mas se funciona, todo mundo fica contente por que eles não entendem nada... A gente só procura fazer funcionar os nossos negócios.

Todas as *gangues* que estudei em Los Angeles, New York e Boston entenderam o interesse que elas podem ter em serem cobertas pela mídia. Mas nem todos são capazes de organizar e aplicar estratégias tão elaboradas quanto as descritas anteriormente. Muitas vezes, as *gangues* que encontram dificuldades para manipular a mídia explicam isto pelo fato de alguns membros se recusarem a qualquer contato com os jornalistas. A razão deste comportamento, dizem as *gangues*, é que esses indivíduos temem ser identificados pelas autoridades e presos ou, ainda, porque não querem cooperar com a mídia que sempre os apresenta de forma negativa. De fato, essas desculpas só servem para esconder a inaptidão delas em controlar suas relações com a mídia já que a sua organização e a sua estrutura estão definindo. Assim, um rapaz de 17 anos, pertencente a uma gangue de New York confessa:

Muitos jornalistas queriam entrar em contato conosco, mas a gente não dava mais entrevista para ninguém, já que muitos brothers (membros da gangue) não queriam que o fizéssemos. Diziam que não queriam a cara deles na televisão porque os policiais poderiam reconhecer e prendê-los. Na verdade, era tudo papo furado já que eles nem precisavam estar lá no momento das entrevistas. Outras gangues fazem muito bem isso... Quer saber de uma coisa, a verdadeira razão, você sabe, já que você estava lá, é que eles não queriam que o cara que é presidente agora aproveite da propaganda, porque tinham um outro cara em mente para substituí-lo. Mas a gente está se lixando para o motivo pois, de qualquer forma, eles conseguiram nos impedir de fazer os nossos negócios com os jornalistas.

Um outro membro de uma gangue de Los Angeles, com 20 anos, dá razões mais próximas:

Tinha um pessoal entre nós que queria aceitar a oferta dos jornalistas de nos levar para a mídia; mas muitos chegados dos outros kikas (ramificações da gangue) queriam opinar na escolha daqueles que iam ser escalados para as entrevistas... Finalmente, não pudemos tirar nada da mídia porque não conseguimos decidir o que fazer. A gente só ficava lá sentado, brigando uns com outros. Um verdadeiro bordel e não havia chefe com bastante autoridade para acabar com aquilo. (...) Todos aqueles que estavam a favor das entrevistas disseram que as gangues estavam realmente na moda naquele momento, mas que não seria sempre assim e que a gente ia perder uma p... oportunidade para fazer a nossa propaganda; mas não adiantou nada.

Ao longo de mais de dez anos de pesquisas de campo, nunca vi gangue nenhuma receber dinheiro da mídia como contrapartida da sua cooperação

nem nunca vi um único jornalista propor um negócio desta natureza. O que leva a fazer muitas perguntas: primeiro, se as *gangues* não recebem dinheiro, o que é que ganham cooperando? Segundo, por que lhes parece tão importante adotar uma estratégia coletiva nas suas relações com a mídia? Para responder à primeira destas perguntas, é óbvio que as *gangues* tiram muitas vantagens de uma passagem no noticiário. Uma *gange* que se beneficiou de uma “plataforma midiática” poderá sempre começar outra ramificação em outro bairro da cidade, pois o programa terá despertado interesse para esta *gange* entre os novatos. Tomemos como exemplo o testemunho de um membro de uma *gange* de Los Angeles (21 anos):

Sabe, se um pessoal de televisão faz uma reportagem sobre nós e a gente se mostra cooperativo, isso ajuda a recrutar mais membros. O que importa é saber como cooperar com eles, sabe, é legal, assim a gente passa mensagens úteis. (...) Por exemplo, eles (os jornalistas) vão nos fazer perguntas e nós vamos responder dizendo coisas que dão a impressão aos caras da vizinhança de que o que fazemos é o máximo. Sabe, é assim, a gente diz coisas que o resto do mundo escuta e para eles, parece até mesmo bobo. Mas para os caras da vizinhança isto quer dizer outra coisa. Isto quer dizer que nós temos possibilidades. É o poder das palavras, como quando a gente vê na tevê a propaganda do Exército, sabe, quando dizem: “para alguns, ser um recruta é o início de uma carreira” ou besteiras deste tipo. A mim, de fato, essa mensagem não me interessa. Parecia até bobo entrar no Exército para aprender alguma coisa e depois fazer carreira. Mas têm caras que acreditam nessas besteiras. Bem, é parecido com o nosso papo: têm caras que entendem e que vêem possibilidades para eles. É assim que a coisa acontece.

Um jovem de 18 anos que faz parte de uma *gange* de New York acrescenta:

Estava vendo o noticiário na tevê quando de repente falaram das *gangues*. Estes *brothers* eram realmente *bad* (no jargão deles: bons, fortes, duros) e tinham algo a dizer; então disse para mim mesmo: “Eh! Talvez eles tenham coisas interessantes para mim, estes aí”. Então decidi ir lá ver com meus próprios olhos e me juntei à *gange*. (...) Não, nunca entraria neste grupo em particular, poderia ter participado de outro grupo, mas não teria escolhido este se não tivesse ouvido o que falavam no programa. Bateram na tecla certa!

Segunda vantagem procurada pelas *gangues* nas suas relações com os jornalistas: uma passagem pela mídia serve para incrementar os negócios. Elas esperam de uma reportagem que as descreva como sendo mestres de um

território bem definido e dispostas a usar a força, se preciso, o que é muito útil para elas, notadamente para as suas atividades de trambique. Assim, quando entram em contato com novos clientes para propor-lhes a sua proteção, têm mais chances de fazer o negócio se já tiverem saído na televisão. Dos 53 pequenos comerciantes que entrevistei após terem aceito a proteção de uma gangue, 16 deles (ou seja 30%) me disseram ter sido influenciados (ou intimidados) por reportagens da mídia sobre as *gangues*. O testemunho de um proprietário de uma pequena mercearia de New York, é típico:

Vi um programa na tevê sobre uma gangue do bairro. Ouvi o que eles diziam, e depois a polícia falou dos crimes que esta gangue havia cometido. Então, tive um pouco de medo. E quando vieram me propor a proteção, claro que eu falei para eles que, 'tudo bem!' Você vê, não estou neste país há muito tempo, então, não quero aborrecimentos com ninguém. Depois que os contratei não tive mais problemas.

A mídia pode também oferecer outra forma de propaganda às *gangues* ao lhes servir "páginas amarelas" da economia ilegal. Acontece realmente que alguns traficantes encontram por meio da imprensa ou da televisão o nome de grupos que poderiam lhes ser útil na produção ou na distribuição de suas mercadorias. Nesse caso, traficantes de objetos roubados entraram em contato com determinada gangue para expandir o seu mercado ou para terceirizar algumas de suas atividades após ter sabido durante uma reportagem que esta gangue controlava o bairro. Uma manobra dessas permite aos traficantes evitar ou reduzir os gastos gerados pela organização e a formação de um novo grupo para uma atividade particular. Para as próprias *gangues* a mídia é também o meio de fazer chegar às outras *gangues* (ou a outros adversários eventuais) advertências contra possíveis invasões de território. É por esta razão que cada vez que uma gangue é objeto de reportagem, seus membros se esmeram em dar de si uma imagem particularmente impressionante. Em todas as *gangues* estudadas, os membros são persuadidos a se saírem bem, que a entrevista lhe trará no mínimo esta vantagem. Eis, por exemplo, o testemunho de um jovem membro de uma gangue irlandesa de New York (18 anos):

Quando a gente dá entrevista a um jornalista, a gente faz os caras superdelirantes, a gente tenta ser realmente durão; porque, dessa forma, a gente consegue passar a mensagem para todos aqueles que gostariam de vir tentar um golpe no nosso bairro: se os pegarmos, seremos impiedosos, sabem que serão massacrados.

Finalmente, alguns membros adotam um comportamento mais assustador ainda do que outros, durante as entrevistas, na esperança de fazer

reputação, de ganhar mais respeito e mais prestígio no seio da própria gangue ou, ainda, para assegurar melhor a segurança pessoal na rua²⁵:

Quando dei a entrevista para este jornalista, dei uma de doidão, saca. Disse coisas muito puxadas, mas o que eu havia planejado; porque eu queria ter uma aparência completamente pirada. Se as pessoas acreditarem que você é louco ninguém vem te encher o saco. Então eu procuro parecer o mais alucinado possível quando topo com algum jornalista, porque eu sei que ele dirá por tudo quanto é lugar para não me procurarem! (17 anos, membro de uma gangue de Los Angeles).

Para maximizar o seu proveito midiático, 9 das 37 *gangues* que eu estudei elaboraram uma estratégia coletiva destinada a influenciar o conteúdo das reportagens. Mesmo que nem sempre consigam, sempre têm mais sucesso do que as que não têm estratégia deste tipo. E. Man, 21 anos, chefe de gangue em Los Angeles, explica:

Durante anos, os jornalistas vieram nos fazer perguntas e tocar os negócios deles e a gente não lucrava nada com isto. Então decidimos ver se tinha jeito de tirar uma grana deles, mas eles disseram que não. Então decidimos passar mensagens úteis, sabe, como ofertas de recrutamento e para dizer às pessoas onde era o nosso território. Mas foi só quando começamos a refletir realmente no que a gente queria passar e tivemos um plano do que íamos dizer e fazer com os jornalistas que conseguimos obter o que a gente queria. Mas não posso dizer que tenha funcionado sempre porque, às vezes, dava certo e depois, às vezes, o jornalista, ou não sei mais quem, mudava a reportagem e nos enrolava. Mas, assim mesmo, a gente se saía melhor que estes filhos da p... (outras gangues) que só diziam o que lhes passava pela cabeça e que não tinham nenhum plano. E depois, a gente não tinha do que se queixar quando as coisas não davam sempre certo, porque de qualquer maneira, a gente ganhava uma propaganda gratuita em horários de grande audiência! Por enquanto, estamos com problemas de organização, então não é possível pensar numa estratégia midiática porque temos problemas mais urgentes. Mas assim que tivermos resolvido tudo isto, voltaremos a pensar nisso.

25. No documentário *Our Children: The Next Generation*, um jovem a quem foi perguntado por que a sua gangue e ele mesmo não serão atacados por outras gangues responde: "Temos 357 razões para não nos deixar chatear", trocadilho sobre o fato de que eles têm armas calibre 357. No programa de domingo à noite da CBS, *60 minutes*, produzido por Dan Rather, um membro de uma gangue de Chicago dá um tiro em seu próprio pé para provar a sua virilidade.

Em vista das múltiplas vantagens que a mídia pode lhes trazer, as *ganguês* desejam que ela continue a falar delas. Elaboraram, por esta razão, algumas táticas que procuram estimular ou entreter o interesse da mídia. A primeira consiste em criticar o que outros jornalistas disseram sobre elas alegando que suas proposições são inexatas. Na maioria dos casos todavia, elas não põem em causa o conjunto da reportagem já que isto significaria que elas mesmas mentiram para o jornalista. Elas só mantêm que a reportagem é só parcialmente condizente com a verdade, para passar a certeza de que elas não enganaram o jornalista mas que foi este último que não soube relatar as suas palavras. Assim, podem iscar outros jornalistas ou outros canais interessados em voltar para refazer uma reportagem mais exata. Cada vez que um novo jornalista se apresenta, a *ganguê* promete lhe dizer “toda a verdade” para aguçar o seu interesse. Mas, é claro, na maioria dos casos, a *ganguê* controla estreitamente o que é dito e o que o jornalista está autorizado a ver. Assim as *ganguês* conservam todo o seu mistério e poderão de novo responsabilizar o repórter pela inexatidão. O testemunho de Sonic, 18 anos, chefe de *ganguê* de New York ilustra bem esta situação:

A gente não pode dizer tudo para eles (os jornalistas). Só podemos dizer o suficiente para manter o interesse deles, mas guardando muito mais, escondendo o jogo. Assim, quando a gente diz que a última reportagem sobre nós contém monte de erros, é verdade. Ao fazer isto, a gente se arranja para que haja sempre um outro jornalista que venha nos ver, porque todo jornalista acredita que ele é que vai fazer a melhor reportagem sobre as *ganguês*.

De um ponto de vista de marketing, as *ganguês* possuem um grande trunfo sobre os jornalistas pelo fato da cultura das ruas se transformar continuamente. As *ganguês*, portanto, sempre têm novidades para oferecer aos jornalistas; estes poderão, então, vender a sua reportagem a seus diretores que, por sua vez, a venderão para um patrocinador e ao grande público.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES PARA CONCLUIR

Hoje como ontem, as *ganguês* são o objeto de intensa atenção por parte da mídia. Entretanto, no fim da análise, o que mais choca na maneira como esta última tratou e trata o fenômeno é a sua notável uniformidade. Dois fatores se combinam para produzir os invariantes observados na forma e no conteúdo das reportagens sobre as *ganguês*: de um lado, os interesses profissionais e os interesses comerciais dos diversos agentes do mundo da mídia, assim como as exigências técnicas que pesam sobre eles; por outro lado, a influência deliberada que as próprias *ganguês* exercem sobre estas reportagens para

tirar proveito delas. Gangue e mídia instauraram, portanto, uma com a outra, uma relação que permite a cada uma manter o seu estatuto no seu mundo social respectivo e na sociedade. Reforçaram juntas o mito popular das *gangues* na cultura americana.

Porém, é preciso salientar que esse mito é portador de uma imagem muito negativa com as conotações maléficas e perigosas. De fato, as *gangues* são invariavelmente apresentadas como ameaça física para o cidadão médio respeitador da lei e também como perigo para a moral e os valores da sociedade toda. É esta imagem, ancorada nos medos individuais e coletivos, que estimula e sustenta o interesse do público; e esta mesma imagem reforça continuamente o lugar e o estatuto das *gangues* na cultura e na sociedade urbanas americanas. Embora a mídia apresente as *gangues* como malfazejas e destruidoras, tanto uma como outra se aproveitam de uma relação que não contribui em nada, muito pelo contrário, para eliminar o tipo de delinquência que elas encarnam. As *gangues*, tais como aparecem na mídia, constituem um mito inesgotável, que se nutre de estereótipos culturais e de distorções comuns da realidade social. A mídia oferece uma imagem seletiva e sistematicamente deformada da atividade das *gangues*. Primeiro, insiste incessantemente sobre a violência das *gangues* e sobre a agressividade dos seus membros. Mas se é verdade que muitos membros de *gangues* se envolvem em incidentes graves, a violência não é um elemento tão fundamental da vida das *gangues* como a mídia faz crer. Depois, as *gangues* não são um fenômeno que concerne exclusivamente comunidades negra e latina, como o sugere a imagem difundida pela mídia. Embora a sua presença seja mais marcada nos bairros pobres de gente negra, os bairros brancos têm também, e sempre, produzido muitas *gangues*. Este artigo faz menção de *gangues* irlandesas, mas existem também *gangues* brancas ítalo-americanas e apalachianas. Em terceiro lugar, as comunidades pobres não são mais “desorganizadas” que as outras no plano social, nem seus membros menos capazes de instaurar por eles mesmos uma disciplina de vida individual e coletiva. Finalmente, a imagem da jovem negra de “vida fácil”, agarrando nas suas redes homens brancos e íntegros tem uma longa história no imaginário social americano; essa imagem é muito mais eloqüente a respeito das fantasias sexuais e raciais dos brancos do que sobre a realidade das *gangues*²⁶.

26. Sobre este tema da mulher negra que seduz um homem branco, ver WINTHRO D. J. *White over Black: American attitudes towards the Negro, 1550-1812*. Baltimore: Penguin Books, 1969. p.150-151.

O estudo aprofundado das relações entre *gângues* e mídia prova que as *gângues* são uma “produção” social em que os jornalistas desempenham papel não desprezível e encontram amplamente o seu interesse. Relatar casos de *gângues*, seja nas novelas, seja em forma de documentário, lhes provê dinheiro seguro, promoção, prestígio e poder no seio do mundo midiático por causa do gosto que o grande público tem por esse tipo de reportagem. É por essa razão que os jornalistas só tomam emprestado do saber dos “especialistas das *gângues*” as informações que se inscrevem no âmbito dos temas que interessam ao grande público, isto é, sexo, droga, crime e violência, e que são conformes à imagem que eles mesmos têm das *gângues*. Como no caso das primeiríssimas *gângues* americanas que foram os bandidos do *Far West*, o mito popular que eles contribuem para produzir e perpetuar é apenas uma imagem deformada e longínqua da realidade.

Paradoxalmente, se a imagem fabricada pela mídia diaboliza as *gângues*, também é mérito dela o fascínio ligado a estes outros personagens da cultura americana que são o *cowboy*, o *desperado* e o *tira-gângues*. Esses modelos de violência viril ocupam lugar de honra no panteão folclórico americano pois possuem, no grau mais elevado, as qualidades que a cultura nacional venera: individualismo resoluto, independência feroz, força física fora do comum (ou seja, a capacidade de lutar e ganhar) e temeridade a toda prova. O que não significa que a oposição entre o bem e o mal não figure na mesa dos valores americanos, mas antes, que bem e mal são dissociados das noções de legalidade e de ilegalidade. O único critério determinante na matéria é a exibição das qualidades enumeradas acima; quem as possui está do lado do bem; quem está desprovido delas é definitivamente relegado para o lado do mal. Os americanos preferem, portanto, a imagem deformada e romanesca que a mídia lhes propõe à própria realidade prosaica das *gângues*. Mas os membros das *gângues* têm as mesmas aspirações e são animados pelo mesmo desejo de sucesso material e social que todos os americanos e, neste plano pelo menos, seu comportamento coletivo não difere de jeito nenhum do de outras organizações de caráter mercantil. Esta realidade é, sem dúvida, demasiadamente difícil de ser aceita pelo público americano. Mostrar as *gângues* como elas são equivaleria a tirar todo o charme associado aos personagens violentos da mitologia nacional, o que os tornaria menos divertidos e abaixaria o seu valor midiático. Isto suporia, igualmente, fazer que o país tome consciência da estratificação rígida da sociedade e da pobreza persistente em que estas organizações encontram a sua fonte. Finalmente, mais incômodo ainda para

o conjunto da sociedade, reconhecer as *ganguês* pelo que elas são levaria os dirigentes do país a procurar para o pretenso “problema das *ganguês*” uma solução econômica em vez de se embrenhar em políticas penais que só fazem agravá-lo.

O JOVEM COMO SUJEITO SOCIAL*

Juarez Dayrell

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação

Neste artigo tratamos de jovens ligados a grupos musicais, especificamente de *rappers* e *funkeiros*. Mas a discussão não será em torno dos estilos *rap* e *funk*, o que de alguma forma já discuti em artigos anteriores.¹ Proponho um olhar sobre os jovens para além dos grupos musicais, buscando compreendê-los como sujeitos sociais que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem. Ou seja, a pergunta sobre quem são esses jovens que participam de grupos de *rap* e *funk*.

Ao analisar a produção teórica sobre os grupos musicais juvenis no Brasil, pelo menos aquelas a que tivemos acesso,² percebi uma tendência na descrição e análise dos grupos, possibilitando o conhecimento da sua realidade cotidiana, a forma como constroem o estilo, os significados que lhe atribuem e o que expressam no contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada. Esses estudos muito contribuíram para problematizar a cultura juvenil contemporânea, evidenciando, por meio dela, os anseios e os dilemas vividos pela juventude brasileira.

Contudo, apesar de suas contribuições, essa produção teórica apresenta uma lacuna. Ao construir o seu objeto, tais investigações recortam de tal forma a realidade dos jovens que dificultam a sua compreensão como sujeitos, na sua totalidade. Podemos até conhecer o jovem como um *rapper* ou um *funkeiro*, mas sabemos muito pouco a respeito do significado dessa

* Publicado na *Revista Brasileira de Educação* n.24, set./dez., 2003.

1. Ver DAYRELL (1999, 2001, 2002a, 2002b).

2. VIANNA, 1987; SPÓSITO, 1993; KEMP, 1993; COSTA, 1993; ABRAMO, 1994; GUERREIRO, 1994; GUIMARÃES, 1995; ANDRADE, 1996; CECHETTO, 1997; SILVA, 1998; ARCE, 1999; HERSCHMANN, 2000; TELLA, 2000.

identidade no conjunto que, efetivamente, faz que ele seja o que é naquele momento.

Por outro lado, nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens. Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, *o que ainda não chegou a ser* (SALEM, 1986), negando o presente vivido. Essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro.

Uma outra imagem presente é uma visão romântica da juventude que veio se cristalizando a partir de 1960, resultado, entre outros fatores, do florescimento da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens, que se traduziu, em modas, adornos, locais de lazer, músicas, revistas etc. (LECCARDI, 1991; ABRAMO, 1994; FEIXA, 1998). Nessa visão, a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos. A essa idéia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil. Mais recentemente, acrescenta-se outra tendência de perceber o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais.

Essas imagens convivem com outra: a juventude vista como momento de crise, fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade. Ligada a essa idéia, existe uma tendência em considerar a juventude como momento de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora. Alguns autores vêm ressaltando que a família, junto com o trabalho e a escola, estaria perdendo o seu papel central de orientação e de valores para as gerações mais novas (MORCELLINI, 1997; ZALUAR, 1997; ABROMAVAY *et al.*, 1999).

Torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes

faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências.

Com base nessas preocupações, pretendo evidenciar neste artigo como os jovens, na qualidade de sujeitos sociais, constroem um determinado modo de ser jovem, baseados em seu cotidiano. Para isso, tomaremos como foco jovens das camadas populares ligados a grupos musicais, no caso, *rapfunk*.³ Quem são esses jovens fora dos grupos dos quais participam? Como constroem um determinado modo de ser jovem no seu cotidiano?

Para desenvolver tais questões, torna-se necessário explicitar meu olhar sobre a juventude, bem como minha compreensão do jovem como sujeito social. Começemos por essa discussão.

JUVENTUDE? JUVENTUDES...

Construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. Uma série de autores já se debruçou sobre o tema, trazendo importantes contribuições, não sendo meu propósito aqui recuperar toda essa discussão.⁴ Neste artigo, me limitarei a explicitar a minha posição, ressaltando a dimensão da diversidade presente na mesma.

Entendemos, como Peralva (1997), que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, entre outros aspectos.

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas, sim,

3. Os dados empíricos utilizados são parte da pesquisa que resultou na tese de doutorado intitulada *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte* (DAYRELL, 2001).

4. Para uma discussão mais aprofundada a respeito da noção de juventude, ver (PAIS, 1993; SPÓSITO, 1993, 2000; PERALVA, 1999); FEIXA, 1998; DAYRELL, 1999, 2001), entre outros.

como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. Nessa direção, Melucci (*apud* MELUCCI;FABBRINI, 1992) nos propõe outra forma de compreender a adolescência e a juventude. Para ele, existe uma seqüência temporal no curso da vida, cuja maturação biológica faz emergir determinadas potencialidades. Nesse sentido, é possível marcar um início da juventude, quando fisicamente se adquire a capacidade de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de auto-suficiência, entre outros sinais corporais e psicológicos.

Mas, para o autor, uma seqüência temporal não implica necessariamente uma evolução linear, na qual ocorra uma complexidade crescente, com a substituição das fases primitivas pelas fases mais maduras, de tal forma a cancelar as experiências precedentes. Melucci, ao contrário, defende a idéia de que os fenômenos evolutivos presentes nas mudanças dos ciclos vitais são fatos que dizem respeito a cada momento da existência, fazendo das mudanças ou transformações uma característica estável da vida do indivíduo. Assim, a adolescência não pode ser entendida como um tempo que termina, como a fase da crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a última meta da maturidade. Mas representa o momento do início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida.

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser

jovem existentes. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social.

OS JOVENS COMO SUJEITOS SOCIAIS

Geralmente, a noção de sujeito social é tomada com um sentido em si mesma, sem a preocupação de defini-la, como se fosse consensual a compreensão do seu significado. Outras vezes é tomada como sinônimo de indivíduo, ou mesmo de ator social. Para alguns, falar em “sujeito” implica uma condição que se alcança, definindo-se alguns pré-requisitos para tal; para outros, é uma condição ontológica, própria do ser humano. Nos limites deste artigo não cabe uma discussão que recupere a construção do conceito, assim me limitarei a assumir determinada posição.

Para efeitos desta análise, assumi a definição de (CHARLOT, 2000, p. 33, 51), para quem o sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade; é portador de desejos e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.

Charlot relaciona a noção de sujeito às características que definem a própria condição antropológica que constitui o ser humano, ou seja, o ser que é igual a todos como espécie, igual a alguns como parte de determinado grupo social e diferente de todos como ser singular. Nessa perspectiva, o ser humano não é um dado, mas uma construção. A condição humana é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se constitui como sujeito à medida que se constitui como humano, com o desenvolvimento das potencialidades que o caracterizam como espécie.

Charlot (2000) lembra ainda que a essência originária do indivíduo humano não está dentro dele mesmo, mas sim fora, em uma posição excêntrica, no mundo das relações sociais. Trata-se da outra face da condição humana a ser desenvolvida: a sua natureza social. Dizer que a essência humana é antes

de tudo social é o mesmo que afirmar que o homem se constitui na relação com o outro.

Ao mesmo tempo, a alteridade, vista nessa perspectiva, mostra que o ser humano se coloca no limite entre a natureza e a cultura: a dimensão biológica e a social influenciam-se mutuamente na produção humana. A possibilidade de o ser humano se constituir como tal depende tanto do seu desenvolvimento biológico, em especial do sistema nervoso, quanto da qualidade das trocas que se dão entre os homens no meio no qual se insere. O homem se constitui como ser biológico, social e cultural, dimensões totalmente interligadas, que se desenvolvem com base nas relações que estabelece com o outro, no meio social concreto em que se insere.

Podemos concluir que o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere. Assim, concordo com Charlot, quando afirma que todo ser humano é sujeito. Mas temos de levar em consideração que existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é “proibido de ser”, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana, como foi possível constatar em grande parte dos jovens pesquisados. Não é que eles não se construam como sujeitos, ou o sejam pela metade, mas sim que eles se constroem como tais na especificidade dos recursos de que dispõem. É essa realidade que nos leva a perguntar se esses jovens não estariam nos mostrando um jeito próprio de viver.

Quando cada um desses jovens nasceu, a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele. Assim, o gênero, a raça, o fato de terem como pais trabalhadores desqualificados, grande parte deles com pouca escolaridade, entre outros aspectos, são dimensões que vão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independentemente da ação de cada um. Ao mesmo tempo, na vida cotidiana, entram em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentidos, que dizem quem ele é, quem é o mundo, quem são os outros. É o nível do grupo social, no qual os indivíduos se identificam pelas formas próprias de vivenciar e interpretar as relações e contradições, entre si e com a sociedade, o que produz uma cultura própria.

Meu contato com os jovens que pesquisei deixa muito claro o aparente óbvio: eles são seres humanos, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito

de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. Acreditamos que é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém.

Tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética, não apenas durante o processo de pesquisa, mas também em meu cotidiano como educador. A experiência da pesquisa mostrou-me que ver e lidar com o jovem como sujeito, capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige um esforço de auto-reflexão, distanciamento e autocrítica. A dificuldade ainda é maior quando o *outro* é “jovem, negro e pobre”, essa tríade que acompanha muitos dos jovens como uma maldição.

Da mesma forma, acredito que este artigo não apenas fala dos jovens, mas fala dos jovens na sua relação com o pesquisador e vice-versa. É resultado de um modo de observar centrado nas relações.

Significa dizer que os jovens não são apenas objeto da observação, mas pessoas em relação com aquele que observa. Tenho claro que construí um texto que se refere a fatos socialmente construídos, com a consciência da distância que separa a interpretação da “realidade”.

OS SUJEITOS DA PESQUISA

Para desenvolver essa reflexão, optei por privilegiar dois jovens que serão os fios condutores da análise:

João é *rapper*; Flavinho é *funkeiro*.⁵ Não tenho o propósito de tratá-los como modelos. Eles são sujeitos concretos, com experiências singulares, cujas trajetórias de vida podem fornecer elementos para melhor compreendê-los além da identidade como *rappers* ou *funkeiros*. Os dois jovens expressam experiências e momentos de vida diferenciados, revelando mundos próprios.

5. A escolha desses jovens se deu na última fase da pesquisa, depois de uma série de passos metodológicos, entre eles a realização de uma pesquisa telefônica com 146 grupos musicais juvenis, e a escolha de seis grupos de rap e funk. Com esses dois jovens mantivemos contatos intensos, além de densas entrevistas. Para maiores detalhes da metodologia ver (DAYRELL, 2001).

JOÃO EA “CORRERIA” DE UM RAPPER

João é um *rapper*, integrante do grupo *Máscara Negra*. Tem 22 anos, é negro e mora com sua mãe e um irmão. A mãe trabalhava como cozinheira em bares e casas de família, estando atualmente aposentada por motivos de saúde. A sobrevivência da família é garantida pela contribuição de todos no orçamento doméstico, sendo que João é o que menos contribui, numa estratégia de liberá-lo para investir na sua carreira musical. Isso mostra que sua família vê na música, no *rap*, uma carreira possível.

João considera que as relações familiares são muito importantes para a sua vida (*Eu gosto da minha mãe e do meu irmão pra caralho...*). Todas às vezes que ele se refere à mãe ou ao irmão, o faz com admiração, evidenciando a importância que lhes atribui na sua formação. João enfatiza a importância atual da prática do diálogo e das negociações no interior da família no seu amadurecimento, diferente do clima de conflitos constantes quando mais novo.

Agora lá em casa sempre rolou muita conversa. Sempre foi tudo aberto, assunto de sexo, assunto de música, tudo rola, até assunto de televisão. Acho que é isso que me ajudou muito a não ter um filho até hoje, essa história de não ter feito muita treta (malandragem). A gente sempre fala aberto...

João trabalha desde os 13 anos, nos mais diferentes “bicos”, sendo atualmente meio-oficial de serralheiro. No período em que o acompanhei não tinha um emprego fixo, gastando boa parte do seu tempo procurando trabalho, dirigindo-se às serralherias do bairro para ver se encontrava algum “bico” para fazer, ganhando R\$10,00 por dia. Ele não se sente um profissional na ocupação que exerce, muito menos gosta do que faz:

[A serralheria] é um trampo que eu mais detesto, cara! Se você soubesse o que que é queimar o olho na solda; o que que é ficar sem dormir por causa das vista queimada. Eu vou te falar, é brabo...

Nas suas experiências no mundo do trabalho não esteve e não está presente a dimensão da escolha, o trabalho sendo encarado como uma obrigação necessária. Convive com o conflito entre o tempo de trabalho e o tempo das atividades musicais, quando o primeiro restringe as possibilidades de investir na música, que é aquilo que gosta e que o faz se sentir produtivo. Comentando sobre um dos poucos empregos fixos que já teve, lembra:

Chegava dentro da firma e minha cabeça num era pra aquilo lá, trabalhei em muitos lugares, cara, mas minha cabeça num aceitava... era aquele

trauma, ficava nervoso porque eu pensava: Pô, eu tenho de fazer é música, o meu negócio é aquilo lá, é só com isso que eu me entretenho, é nisso que eu tenho uma vontade, cara!

O grande sonho de João é sobreviver da música, ou pelo menos de alguma atividade em torno do mundo da cultura.

Ele foi excluído da escola na 5ª série do ensino fundamental, não retomando os estudos desde então. A escola é lembrada como um espaço que não o envolvia, distante dos seus interesses e necessidades: *A escola não me cativava, não me despertava interesse, era um saco... aí eu fui desinteressando pelo estudo...* Lembra com mágoa das três reprovações; da imagem de mau aluno que tinha, envolvido em brigas e discussões com as professoras. Segundo ele, a única lembrança boa é de uma professora que mandou um bilhete para a sua mãe, dizendo [...] *que eu era carente e que eu precisava de carinho. Que eu não era tão moleque como minha mãe imaginava. Depois disso, né, fiquei na maior empolgação com ela, eu até me apaixonei por ela.* Além disso, havia a necessidade e o desejo de trabalhar, para atender às demandas mínimas de consumo e lazer. Atualmente reconhece que a falta de um diploma diminui suas possibilidades no mercado de trabalho e se diz arrependido de não ter concluído o ensino básico, o que contribui para minar a sua auto-estima.

No contexto em que João veio sendo socializado, o *hip hop*, e especificamente o *rap*,⁶ cumpriu e ainda cumpre um papel significativo na sua vida. Ele veio construindo a sua vida, a sua rede de relações e os seus projetos em torno desse estilo,⁷ o que muito interferiu na forma como ele se representa, na visão de mundo que possui e nos comportamentos e valores que expressa, constituindo um estilo de vida.

João aderiu ao *hip hop* desde a adolescência, inicialmente participando de *ganges* de *break*, com quem freqüentava os bailes, além de participar dos rachas e competições na região onde morava. Segundo ele, a adesão ao *hip*

6. *Rap*, palavra formada pelas iniciais da expressão *rhythm and poetry* (ritmo e poesia) é a linguagem musical do movimento *hip hop*, um estilo juvenil que agrega outras linguagens artísticas como as artes plásticas, o grafite, a dança, o *break* e a discotecagem, o DJ. Para maiores informações sobre o estilo, ver (SPÓSITO, 1993; ANDRADE, 1996; SILVA, 1998; TELLA, 2000, entre outros).

7. Estamos entendendo estilo como uma manifestação simbólica das culturas juvenis, que expressa um conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais que os jovens consideram representativos da sua identidade individual e coletiva (FEIXA, 1998).

hop contribuiu para o aprimoramento do seu gosto musical e para a descoberta de suas potencialidades artísticas como produtor musical e cantor. Ao mesmo tempo, possibilitou-lhe ampliação do domínio do espaço urbano além do bairro, pois passou a frequentar festas em diferentes regiões da cidade, aumentando, assim, a sua rede de relações.

Com o *hip hop* passei a andar pra tudo quanto é lado. Onde achava que tinha alguma coisa, a gente ia. Num tinha limite, não. Tem uma festa em tal lugar? Rola? Vamo embora: bairro São Paulo, bairro Nacional, Industrial, no Eldorado, tudo que é canto...

Em 1995 formou o Máscara Negra junto com três amigos, com os quais atua até hoje. Apresentam-se em festas de rua e eventos de *hip hop*, possuindo certa projeção no meio.

João se encontra com o grupo com muita regularidade, estando juntos praticamente todas as noites para ensaios, produção de músicas ou para saírem juntos. Ele admite que já tiveram e ainda têm muitos atritos entre si, mas vieram aprendendo a conviver com as diferenças, estreitando as relações. A amizade, junto com os interesses comuns, faz do grupo uma referência importante para cada um deles; João enfatiza as relações de confiança existentes: podem contar uns com os outros, trocando idéias sobre a vida pessoal e afetiva, construindo uma identidade coletiva, mas também individual. Outro esteio com o qual conta é a namorada, numa relação valorizada pelo que ela significa de afirmação e estímulo para enfrentar as dificuldades e implementar os seus projetos. Para João, o seu namoro é um dos fatores que o levam à transição para o mundo adulto, interferindo nas suas opções. Outra referência, mas menos intensa, são os *colegas*, quase todos ligados ao movimento *hip hop*, com os quais se encontra nos momentos de lazer.

João já se defronta com os dilemas típicos da passagem para a vida adulta, ele mesmo se considerando um *jovem adulto*. O aumento das responsabilidades em casa e o próprio noivado são sinalizações desse momento:

Hoje tô preocupado em arrumar outras coisas, tenho noiva, que vem coisa séria, vem o grupo, você passa a olhar mesmo a situação sua dentro de casa e tudo. Aí ocê passa a ficar um pouco mais sério, ocê entendeu? Hoje em dia meus amigos é pouco, porque assim meus amigos foi muito de zuera, né, e vai acabando esses tipo de amizade assim de zuera. Nem todo mundo tem esse processo, mas eu tive. Ocê fica mais sério, a gente vai ficando adulto, né, véio...

No momento das entrevistas, estava colocando em questão a sua opção pela música, questionando-se sobre as escolhas realizadas até então e as perspectivas de futuro. Nesse contexto, expressa uma certa representação socialmente construída do adulto, presente no meio popular, que apresenta algumas polaridades em relação ao jovem, como: sério x zoador; responsável x irresponsável. Diante dessas imagens, há a exigência de uma nova postura. Se antes o que o mobilizava era a diversão, agora exige de si mesmo maior *seriedade*. A própria turma de amigos torna-se mais reduzida, fruto de um processo de seleção. Essa postura se concretizava na divisão de tempo, na escolha dos programas com os quais ocupava as horas livres. Nessa época, os finais de semana eram dedicados principalmente ao namoro, com a noiva acompanhando-o aos *shows* nos quais o grupo se apresentava. Além disso, costumava freqüentar bares e festas de *hip hop*, sempre com os amigos mais próximos. Mas não deixava de “dar um rolé” em bares ou rodas de samba, dos quais gosta muito.

Podemos constatar que, no contexto no qual João veio se construindo, o *rap* foi e é um dos poucos espaços, além da família, em que encontra apoio, pode estabelecer trocas e elabora projetos que dão sentido à sua vida no presente. Naquele momento, ele elaborava um projeto de vida:

Meu trabalho é a música e o que trampo que ela gera... É isso que eu quero, ser respeitado dentro do campo musical... Quero conseguir um poder aquisitivo, um financeiro melhor, isso é lógico, quem viveu a vida inteira na pobreza é lógico que quer subir na vida... [pausa]. Resumindo, isso aí mesmo. Coisa simples. No mais, quero casar, é lógico... Sou noivo, é minha idade, né? E ver minha mãe melhor, esses trens assim. Dar à minha mãe o que ela não teve, coisas assim, que todo mundo pensa.

O que João expressa por intermédio do *rap* é o desejo de realizar-se. Implica ser artista profissional, ser respeitado como criador musical, ter uma vida digna para si e sua família, com um mínimo de condições financeiras, casar-se e ter sua própria família. Tudo muito simples, como ele diz, e ao mesmo tempo tão distante.

FLAVINHO: UM FUNKEIRO IMERSO NO PRESENTE

Flavinho é um *funkeiro*, participando de uma dupla com Leo. Ele tem 19 anos e é branco. É um exemplo do jovem que vive plenamente a sua condição juvenil, com tempo livre para dedicar-se ao *funk*, aos amigos e à namorada.

É o filho mais novo entre quatro irmãos, todos vivendo com a mãe, uma operária têxtil. Residem em casa própria, em um conjunto habitacional localizado em um bairro da periferia norte de Belo Horizonte. O pai saiu de casa há sete anos e ele nunca mais o viu.

Flavinho, a exemplo de outros jovens pesquisados, diz ter uma relação mais estreita com a mãe, com quem conversa mais. Mas quando compara a sua família com a de outros amigos, considera-a mais fechada:

Eu acho que aqui em casa o pessoal é mais fechado, né? Não sou de conversar com eles [os irmãos], sou de conversar mais com minha mãe... Mas a minha mãe não conversa, e nem eu procuro conversar com ela sobre sexo ou drogas, por exemplo... Eu acho que a família de outros amigos são mais, assim, relacionadas com eles... Eu acho isso legal... em certos pontos a família deles é mais legal do que a minha...

Para ele, a família não é o lugar no qual ele pode explicitar os dilemas da fase que vivencia, como a descoberta da sexualidade ou as drogas. Nem na família nem em outros espaços, como a escola, esses jovens têm canais de comunicação com o mundo adulto. A sua família assume uma postura permissiva em relação ao estilo. A mãe não interferia em sua escolha pela música *funk*, vendo nela a evidência de um momento que iria passar quando mais velho, mas sem acreditar muito nos seus resultados futuros. Apesar das críticas à sua família, Flavinho considera que ela constitui um núcleo de proteção e segurança, cumprindo importante papel na sua vida.

Flavinho nunca havia trabalhado até o momento da entrevista. A sua condição de “caçula” lhe permitiu essa “regalia”, sendo também uma estratégia familiar para garantir os seus estudos. Ele expressa uma realidade comum a milhares de jovens que se encontram na expectativa do primeiro emprego. Segundo ele, existe o acordo de sua mãe sustentá-lo enquanto permanecer na escola. Ele considera sua condição de vida melhor do que daqueles que trabalhavam, como seu colega de dupla:

Acho que minha situação é melhor que a de Leo, porque posso ver os amigos todos os dias, ficar em casa, almoçar em casa, me divertir, dormir a hora que for... Nessa hora eu estou melhor, mas se for olhar a situação depois eu acho que a minha é pior, ele pode comprar as coisas dele...

Apesar disso, vivia uma certa preocupação diante das possibilidades reais de encontrar algum emprego: “De vez em quando eu paro pra pensar: ‘Né, será que um dia eu vou trabalhar?’ É uma coisa que vem na cabeça assim, porque é foda, as coisas como estão aí fora...”.

Mas naquele momento, envolvido com a música, com tempo livre e disponível, sem um desejo mais definido em relação a alguma ocupação, além de não sofrer pressões da família, ele tinha todos os motivos para permanecer numa certa inércia, sem enfrentar, de fato, a labuta que é a procura de trabalho. Flavinho, por enquanto, pretende ser um cantor de *funk*, sonhando sobreviver da atividade artística e, nessa expectativa, não alimenta outro sonho profissional. Vive imerso no presente, não acreditando nas possibilidades de intervir no seu futuro, adiando as preocupações com a sua sobrevivência.

Flavinho cursa o 1º ano do ensino médio em uma escola estadual. A escola é a única atividade fixa que ele tem no seu cotidiano, além de ser a única instituição pública na qual pode ter acesso aos bens culturais e a um espaço de reflexão metódica sobre si mesmo e sobre o mundo. Mas a escola não consegue envolvê-lo, tornando-se uma obrigação necessária que ele apenas suporta. Além disso, a instituição não se mostra sensível à realidade vivenciada pelos alunos fora de seus muros. Flavinho lembra que

[...] a escola tem muito funkeiro, mas eu acho que os professores vão contra o *funk*... porque assim, eles nem sabem que todos os alunos lá gostam do *funk*... eu mesmo, nenhum professor sabe que eu escrevo letras, nem a de Português...

Para ele, a escola carrega poucos significados sob o aspecto de espaço de socialização. É uma experiência distante dos seus interesses, que pouco contribui para a sua construção como sujeito.

Flavinho está ligado ao *funk* desde os 15 anos, encontrando nesse estilo o som, as práticas de sociabilidade e os símbolos que se tornaram referência para estruturar uma condição juvenil que se inaugurava. A ligação com a galera do bairro, o sair à noite, o visual que passa a adotar e, principalmente, a frequência aos bailes, são sinais visíveis que funcionam como mecanismos simbólicos para demarcar a sua identidade como jovem.

O estilo *funk*⁸ tem como epicentro os bailes, em torno do qual se articula uma identidade própria. Esse é o programa preferido de Flavinho, quase uma obrigação nos finais de semana. É também no baile que ele pode expressar os outros elementos do estilo: o encontro com os amigos, o gosto pela música *funk*, um determinado jeito de dançar, ressaltando a festa, a fruição do prazer e a alegria de estarem juntos. Mas o baile é também a oportunidade de se

8. Para maiores informações sobre o *funk*, ver (VIANNA, 1987; CECHETTO, 1997; HERSCHMANN, 2000; DAYRELL, 2001) entre outros.

mostrar como MC.⁹ Para Flavinho, cantar em bailes é uma emoção muito grande, sendo uma forma de tornar-se conhecido, principalmente no bairro e pelas meninas, além de ampliar seu círculo de relações no meio *funk*.

Na dupla, é Flavinho quem escreve as letras, caracterizadas por temas que abordam as relações afetivas, a descrição dos próprios bailes e sua animação, sendo comum também a abordagem de temas jocosos de situações ocorridas na cidade, além da exaltação das diferentes “galeras”, resgatando o prazer e o humor que são tão negados no cotidiano desses jovens.¹⁰ Esses temas são coerentes com o sentido que atribui a si mesmo como MC: ser mensageiro da alegria, promovendo a “agitação da galera”.

No cotidiano de Flavinho, a música ocupa lugar central; é nela que ele investe a maior parte do seu tempo. Suas manhãs são curtas, pois geralmente acorda tarde. Além de uma ou outra obrigação doméstica, passa as tardes ouvindo os programas de *funk* de duas rádios comunitárias da região, nas quais é comum suas músicas serem tocadas a pedido de ouvintes. Fora isso, é encontrar com os amigos, uma outra referência central, principalmente os mais chegados:

Eles [os amigos] ocupam o lugar de irmão mesmo. Com eles posso conversar, se eu tô com raiva de alguma coisa posso conversar com eles, desabafar mesmo! Isso é legal. Eles ocupam o lugar de irmão, porque eu não tenho essa intimidade com os meus irmãos, aí eu procuro os meus amigos.

O ponto de encontro é quase sempre em uma praça no bairro vizinho, a única da região. É ali que acontecem os encontros, as paqueras, as brincadeiras ou simplesmente o passar o tempo. Os finais de semana são preenchidos com a música. Geralmente os ensaios da dupla são realizados aos domingos, porque Leo trabalha durante a semana. É nesse dia que escutam músicas, discutem letras, trocam idéias sobre as apresentações que pretendem realizar.

O *funk* é o eixo em torno do qual Flavinho estrutura suas relações, tanto com os amigos mais próximos quanto com os conhecidos. É a “galera”: reconhecem-se no *funk*, compartilham situações lúdicas, encontram-se nos bailes, principalmente no Vilarinho, sentindo-se parte de uma rede simbólica

9. MC ou mestre de cerimônia é a forma como os cantores de *funk* se autodenominam.

10. No período da realização da pesquisa (entre 1998 e 2000) ainda não havia surgido o chamado “funk coreografia”, que ganhou sucesso na mídia por intermédio de grupos como o Tigrão.

(Arce, 1999). O fato de ser um MC contribui para ampliar essa rede: “Com o *funk* hoje eu vivo pra fazer os outros mais felizes, e fiz mais amizades também, e isso é legal... você tá no *funk* e tá rodeado de amigos. É uma diversão, mas uma coisa divertida que a gente tenta levar pro futuro...”. Para Flavinho, o *funk* não é apenas um espaço de vivência de sociabilidades, mas também um espaço de produção de sociabilidades.

Nos finais de semana também namora, o que faz nas noites de sábado, antes de ir ao baile, e aos domingos; vem mantendo um namoro de mais de um ano, o que tem significado um aprendizado para ele. É interessante perceber o sentido do namoro nas diferentes fases da vida. Para João, numa fase de transição para a vida adulta, o namoro é parte integrante do projeto de futuro; para Flavinho, o namoro é um momento de experimentação e descoberta do outro.

Quando avalia o seu cotidiano, Flavinho o designa como um pouco vazio, monótono, dizendo que gostaria de ter mais coisas para fazer:

Meu dia-a-dia é muito repetitivo. Um dia é igual ao outro. Coisas que mudam é os bailes, as músicas que eu faço, mas quando não tem nada pra fazer o meu dia é igual ao outro... fica assim meio vazio, porque é repetitivo, você tem de fazer as mesmas coisas porque não tem nada pra fazer...

Naquele momento colocava para si duas alternativas: a realização por intermédio da música, ou viver como trabalhador pobre, em qualquer atividade que lhe garanta um salário com o qual possa sustentar sua família. Diante das incertezas próprias do nosso tempo e das reduzidas possibilidades de uma inserção social mais qualificada, sua opção é viver o presente, com o que este puder oferecer de prazer. No seu caso, o sonho relacionado à música é o que dá sentido ao seu cotidiano, mas também a esperança que sempre lhe aponta um rumo, de forma a não se perder nas malhas do presente.

OS MODOS DE SER JOVEM

As trajetórias de vida de João e Flavinho, bem como o nosso contato com os outros jovens pesquisados, nos levam a constatar que os estilos *rap* e *funk* constituem um espaço e um tempo nos quais esses jovens podem afirmar a experiência da condição juvenil. É por meio desses estilos que constroem determinados modos de ser jovem. E nessa construção colocam em questão as imagens, ou um certo “modelo” de juventude.

Uma primeira imagem que questionam é a juventude vista na sua dimensão de transitoriedade. Esses jovens mostram que viver a juventude não é preparar-se para o futuro, para um possível “vir-a-ser”, entre outras razões porque os horizontes do futuro estão fechados para eles. O tempo da juventude, para eles, localiza-se no aqui e agora, imersos que estão no presente. E um presente vivido no que ele pode oferecer de diversão, de prazer, de encontros e de trocas afetivas, mas também de angústias e incertezas diante da luta da sobrevivência, que se resolve a cada dia. Não significa que sejam alienados ou passivos, que não nutram sonhos e desejos. Eles os têm, mas com uma especificidade: quase sempre estão ligados a uma realização na esfera musical e à possibilidade de uma vida com mais conforto, principalmente para as mães. No entanto, esses sonhos e desejos não se concretizam necessariamente em projetos de vida, e quando o fazem, se mostram fluidos ou de curto alcance. Assim, eles se centram no presente e nele vão se construindo como jovens, não acreditando nas promessas de um futuro redentor.

Outra imagem que esses jovens colocam em questão é a juventude vista como um momento de crise e distanciamento da família. No nível de aproximação que conseguimos estabelecer com os *rappers* e *funkeiros*, foi possível constatar a existência de conflitos familiares, mas em nenhum momento esse quadro conflitivo colocou em questão a família como o espaço central de relações. Ao contrário: no caso desses jovens, o núcleo familiar significou um espaço de experiências estruturantes. As relações que estabelecem, a qualidade das trocas, os conflitos, os arranjos existentes para garantir a sobrevivência e os valores predominantes são dimensões que marcam a vida de cada um, constituindo um filtro por meio do qual traduzem o mundo social e onde inicialmente descobrem o lugar que nele ocupam (SARTI, 1996, 1999).

Essas experiências familiares vêm colocar em questão uma imagem muito difundida sobre as famílias das camadas populares, vistas no ângulo da estruturação x desestruturação, na qual o critério de definição é o modelo de família nuclear, constituída por pai, mãe e irmãos. Os dados coletados no mínimo problematizam essa imagem. Grande parte das famílias desses jovens não contam com a presença do pai, organizando-se em termos matrifocais, e nem por isso se mostram “desestruturadas”, garantindo, com esforço, a reprodução física e moral do núcleo doméstico. Mais do que a presença ou não do pai, o que parece definir o grau de estruturação familiar é a qualidade das relações que se estabelecem no núcleo doméstico e as redes sociais com as quais podem contar. E nisso a mãe desempenha papel fundamental. É ela a

referência de carinho, de autoridade e dos valores, para a qual é dirigida a obrigação moral da retribuição. Não é de se estranhar que ambos contemplem a mãe nos seus projetos, desejando dar-lhe uma vida mais confortável.

Outra imagem que os jovens colocam em questão é a da juventude como momento de crise. Naquilo que nos foi possível apreender, não evidenciamos a existência de uma crise na entrada da juventude, muito menos sinais de conflitos atribuídos tipicamente aos adolescentes. Se existe uma crise, esta foi constatada na passagem para a vida adulta. A imagem de adulto que eles constroem é muito negativa. Ser adulto é ser obrigado a trabalhar para sustentar a família, ganhar pouco, na lógica do trabalho subalterno. Mas é também assumir uma postura “séria”, diminuindo os espaços e tempos de encontro, com uma moral baseada em valores mais rígidos, abrindo mão da festa, da alegria e das emoções que vivenciam no estilo. Para muitos, ser adulto implica ter de abrir mão do estilo, fazendo dessa passagem um momento de dúvidas e angústias, vivida sempre como tensão. Não que recusem ou neguem essa passagem, mas a vivenciam como uma crise. Uma crise vivida não na entrada da juventude, mas na sua saída.

Finalmente, a trajetória desses jovens questiona a visão romântica da juventude. A realidade dos *rappers* e *funkeiros* pesquisados evidencia que a juventude para eles não corresponde a essa imagem. Ao contrário, é um momento duro, de dificuldades concretas de sobrevivência, de tensões com as instituições, como no caso do trabalho e da escola.

A realidade do trabalho aparece na sua precariedade, expressão da crise da sociedade assalariada, que atinge principalmente os jovens pobres. A relação desses jovens com o mercado expressa uma lógica presente na sociedade brasileira contemporânea, que, segundo Martins, cria uma massa de população à margem, com pouca chance de ser, de fato, reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Segundo ele, “o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um momento transitório” (MARTINS, 1997, p. 33).

Vivendo de “bicos”, a maioria deles vem investe na possibilidade de sobreviver da atividade artística, ou pelo menos de um trabalho autônomo ligado de alguma forma à área cultural. O trabalho aparece como obrigação necessária, vivido como empecilho às atividades musicais, por isso sonham com um trabalho expressivo, no qual possam realizar-se pessoalmente. Essa postura pode ser vista como expressão de uma recusa, mesmo que provisória, das

condições que a sociedade lhes oferece para a sua inserção social. Mesmo aqueles que vivem ainda as incertezas da expectativa do primeiro emprego, como Flavinho, mostram-se descrentes do que o mundo do trabalho possa lhes oferecer.

Podemos afirmar que o mundo do trabalho pouco contribuiu no processo de humanização desses jovens, não lhes abrindo perspectivas para que pudessem ampliar suas potencialidades, muito menos construir uma imagem positiva de si mesmos. É um dos espaços do mundo adulto que se mostra impermeável às necessidades dos jovens em construir-se como sujeitos.

Já as experiências escolares desses jovens evidenciam que a instituição se coloca distante dos seus interesses e necessidades, não conseguindo entender nem responder às demandas que lhe são colocadas, pouco contribuindo também em sua construção como sujeitos. Enfim, esses jovens expressam um contexto de uma nova desigualdade social, numa sociedade que apenas lhes abre perspectivas frágeis e insuficientes de inclusão (MARTINS, 1997).

Nesse contexto, os estilos *rap* ou *funk*, mesmo com abrangências diferenciadas, significaram forte referência na elaboração e na vivência da condição juvenil dos jovens pesquisados. Para todos, representaram uma ampliação dos circuitos e redes de trocas, sendo o meio privilegiado pelo qual se introduziram na esfera pública. Na gratuidade daquelas relações e nas atividades de lazer, vieram construindo formas de sociabilidade próprias, num exercício de convivência social, aprendendo a conviver com as diferenças. A vivência do estilo possibilitou a esses jovens práticas, relações e símbolos por meio dos quais se afirmaram com identidade própria, como jovens. Enfim, o estilo se coloca como mediador de um determinado modo de ser jovem.

Podemos dizer que, através do *rap* ou do *funk*, os jovens vivenciam a tentativa de alongar o período da juventude o máximo que podem, experienciando assim uma moratória. O sentido dessa tentativa não é tanto o de uma suspensão da vida social ou de irresponsabilidade, como geralmente é vista, mas de garantir espaços de fruição da vida, de não serem tão exigidos, de se permitirem uma relação mais frouxa com o trabalho, de investirem o tempo na sociabilidade e nas trocas afetivas que esta possibilita. É o envolvimento com o *rap* ou com o *funk* que cria, possibilita e legitima a moratória como uma experiência válida.

Ao mesmo tempo, o estilo de vida *rap* e *funk* possibilita a muitos desses jovens significativa ampliação das hipóteses de vida (GIDDENS, 1995), abrindo

espaços para sonharem com outras alternativas de vida que não aquelas restritas, oferecidas pela sociedade. Mas as perspectivas são muito reduzidas. Na prática, o estilo possui limites, não articulando uma resposta para as questões centrais, como profissionalização e sobrevivência, principalmente durante a passagem para a vida adulta. Vários deles, como João, mesmo com o passar da idade e assumindo compromissos familiares como o noivado, continuam a insistir. Mas a grande maioria desiste, vê-se obrigada a abandonar o sonho com a carreira musical, uma vez que não mais consegue conciliá-la com as necessidades de sobrevivência. Assim, o estilo torna-se uma opção provisória, mesmo que seja mais longa para alguns desses jovens. Para a maioria deles, a vivência da juventude é muito intensa, mas curta.

Podemos constatar que os *rappers* e os *funkeiros* parecem reelaborar as imagens correntes sobre a juventude, criando modos próprios de ser jovem, sempre mediados pelo estilo. No contexto de transformações socioculturais mais amplas pelo qual passa o Brasil, parecem surgir novos lugares no mundo juvenil, quase sempre articulados em torno da cultura. O mundo da cultura se apresenta mais democrático, possibilitando espaços, tempos e experiências que permitem que esses jovens se construam como sujeitos. Mas não podemos esquecer que, no Brasil, a modernização cultural que influencia tanto a vida desses jovens não é acompanhada de uma modernização social. Assim, se a cultura se apresenta como espaço mais aberto é porque os outros espaços sociais estão fechados para eles. Portanto, não podemos cair numa postura ingênua de supervalorização do mundo da cultura como apanágio para todos os problemas e desafios enfrentados pelos jovens pobres. No contexto em que vivem, qualquer instituição, por si só – seja a escola, o trabalho ou aquelas ligadas à cultura –, pouco pode fazer se não estiver acompanhada de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Escrita, 1994.
- ABROMAVAY, M. et al. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

- ANDRADE, E. N. *Movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre jovens rappers de São Bernardo do Campo*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da USP, 1996.
- ARCE, J. M. V. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CECHETTO, F. R. *Galeras funk cariocas: o baile e a rixa*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CHARLOT, B. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artemed, 2000.
- COSTA, M. R. *Os carecas de subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DAYRELL, J. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.
- _____. Juventude, produção cultural e a escola. *Caderno do Professor*. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação de MG, n. 9, abr. 2002b.
- _____. *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1996.
- _____. *A música entra em cena : o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- _____. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan.-jun. 2002a.
- FEIXA, C. *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel, 1998.
- GIDDENS, A. *Modernidad e identidad del yo: el yo y la sociedad en la época contemporânea*. Barcelona: Península, 1995.
- GUERREIRO, G. *Retratos de uma tribo urbana: rock brasileiro*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- GUIMARÃES, M. E. *Escola, galeras e narcotráfico*. 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- HERSCHMANN, M. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

KEMP, K. *Grupos de estilo jovens: o rock underground e as práticas (contra) culturais dos grupos "punk" e "trash" em São Paulo*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Campinas.

LECCARDI, C. *Orizzonte del tempo: esperienza del tempo e mutamento sociale*. Milano: Franco Angeli, 1991.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MELUCCI, A., FABBRINI, A. *L'età dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza*. Milano: Feltrinelli, 1992.

MORCELLINI, M. *Passagio al futuro: formazione e socializzazione tra vecchi e nuovi media*. Milão: Franco Angeli, 1997.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, n. 5/6, 1997.

SALEM, T. Filhos do milagre. *Ciência Hoje*. SBPC, v. 5, n. 25, p. 30-36, jul.-ago. 1986.

SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Família e jovens no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: n. 11, maio-ago. 1999.

SILVA, J. C. G. *Rap na cidade de São Paulo: música, etnicidade e experiência urbana*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

SPÓSITO, M. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: USP, v. 5, n. 1/2, p. 161-178. 1993.

_____. *Estado do conhecimento: juventude*. Brasília: INEP, 2000.

TELLA, M. A. P. *Atitude, arte, cultura e autoconhecimento; o rap como voz da periferia*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

VIANNA, H. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. (Org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). *Galeras cariocas, territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1997. p. 17-58

JUVENTUDE E
POLÍTICAS PÚBLICAS
NO BRASIL

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL*

Marília Pontes Spósito

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação e Ação Educativa

Paulo César Rodrigues Carrano

Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação

Observatório Jovem do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Traçar um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil torna-se particularmente oportuno se levarmos em conta, na atual conjuntura, o novo período político inaugurado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, cuja posse se deu em janeiro de 2003. Além das expectativas de mudança que sua eleição condensou, é preciso voltar o olhar para o que foi feito e considerar que já existiam no governo anterior um conjunto de iniciativas que merecem ser avaliadas para se evitar práticas que reiterem alguns dos descertos evidentes das orientações anteriores. Mas é preciso considerar que o país também convive com mudanças expressas nas políticas de juventude que nascem de iniciativas municipais diversificadas e poderão confluir para a construção de um novo paradigma em torno da questão. Mais do que nunca, orientações que integrem esses caminhos poderão contribuir para o nascimento de novas percepções em torno dos direitos de juventude. O presente artigo esboça um esforço de compreensão abrangente, de modo a situar, com base em uma concepção democrática de realização da política e de uma clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos,

* Artigo publicado simultaneamente em *Políticas públicas de juventud en America Latina*, organizado por Oscar Dávila León para *Ediciones CIDPA*, de Viña del Mar, Chile e na *Revista Brasileira de Educação* n.24, set./dez., 2003.

os caminhos percorridos nos últimos dez anos das iniciativas focalizadas nos segmentos juvenis da sociedade brasileira. Para tanto, a partir de algumas considerações em torno do tema “juventude e políticas públicas”, examinamos as ações federais observadas no período 1995-2002 e traçamos alguns dos caminhos percorridos no âmbito dos municípios em direção à constituição dessas políticas.

APROXIMAÇÕES EM TORNO DO TEMA

Embora recente, observa-se na sociedade brasileira um consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas públicas¹ destinadas à juventude.² Em instigante análise sobre as ações públicas destinadas à juventude, fazendo um balanço em meados da década de 1990, Rua (1998) opta por uma definição bastante sugestiva de políticas públicas. Diz a autora: “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731); e contrapõe à idéia de “problemas políticos”³ a expressão “estado de coisas”.

1. Em sua acepção mais genérica, a idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se, também, no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. Órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. De toda a forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias. Neste artigo serão privilegiadas as políticas governamentais em âmbito federal e municipal.
2. Não se objetiva percorrer todos os temas subjacentes à discussão dessa fase de vida. Tem sido recorrente a importância de se tomar a idéia de juventude em seu plural – juventudes –, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos. No entanto, parte dessa imprecisão parece decorrer da superposição indevida entre fase de vida e sujeitos concretos, aspectos que, por exemplo, para os estudiosos da infância não se superpõem, como afirma Attias-Donfut (1996). Infância e crianças são noções que exprimem estatutos teóricos diferentes, operação ainda não delimitada claramente pelos estudiosos da juventude, pois consideram jovens – sujeitos – e fase de vida – juventude – como categorias semelhantes. Abad (2002) propõe também uma distinção importante entre a condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil que traduz os diferentes percursos que esta condição experimenta (a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia).
3. Vale ressaltar que a expressão “os jovens como problema social” tem um estatuto diferente da noção de que políticas públicas ocorrem quando jovens deixam de ser “estado de coisas” para aparecerem como “problemas políticos”. Nesse último caso, tanto pode estar presente a idéia de “proteção” da sociedade diante do risco iminente provocado por seus segmentos jovens, como a percepção de que atores juvenis podem estar contemplados nas políticas como expressão de um campo ampliado de direitos reconhecidos pela democracia.

Assim, somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política e ocupam a agenda pública, alguns processos de natureza social abandonam o “estado de coisas”.

Essas observações são importantes para a compreensão da trajetória recente das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil, uma vez que, de modo diferente do conjunto da América Latina, elas tenderam a permanecer muito mais como estado de coisas do que como problemas de natureza política que demandam respostas. Por essas razões, ao examinar, sobretudo no nível federal, as políticas setoriais de *educação, saúde e trabalho*, Rua constata que nenhuma delas estava, naquela conjuntura, contemplando ações especialmente voltadas para os jovens: no Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

Esse cenário passa a se alterar no final dos anos de 1990 e no início da década atual. Iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do Poder Executivo – federal, estadual e municipal – são mobilizadas.

Mas o reconhecimento de consensos preliminares em torno de sua relevância na sociedade brasileira não obscurece a diversidade de orientações e pressupostos que alimentam projetos e programas destinados aos jovens. É também preciso considerar que as decisões envolvendo a implementação de políticas são amplamente produto de conflitos em torno do destino de recursos e de bens públicos limitados, ocupando um espectro amplo de negociações e de formação de consenso, mesmo que provisórios.

No caso das ações que envolvem a juventude, dois aspectos importantes precisam ser levados em conta. De um lado, a idéia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói; ou seja, as práticas exprimem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos, como afirma Lagree (1999). No entanto, é preciso reconhecer – e essa é uma idéia relevante para a compreensão das políticas públicas recentes destinadas aos jovens no Brasil – que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas. Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas

pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações.⁴

As representações normativas, embora focadas nos jovens, não incidem apenas sobre eles, isoladamente. Elas tratam sobretudo de universos relacionais: jovens e mundo adulto, este último marcado pelo poder exercido nas instituições, nas quais as possibilidades de interação, de conflito e de solidariedade também se destacam. É preciso considerar que a disputa em torno das concepções ocorre, ainda hoje, na arena pública, protagonizada pelos vários atores, tanto jovens como adultos, que desenvolvem ações nesse segmento, incluindo nessa diversidade não só a sociedade civil como a própria composição dos aparatos do Estado.

No Brasil, ainda se observa a ausência de estudos que reconstituam os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens no século XX, embora, de modo geral, sejam perceptíveis algumas imagens, reiterando algumas das orientações latino-americanas.

Segundo Abad (2002), em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

4. É importante recorrer a Durkheim (1970), quando afirma que as representações sociais não são a simples soma das representações dos indivíduos. Mas, neste artigo, o sentido dado à noção de representação apóia-se sobretudo em Henri Lefebvre, que recusa a dicotomia entre o que está fora, exterior (como coisa) e as representações que também vêm de dentro e são contemporâneas à constituição do sujeito, tanto na história de cada indivíduo quanto na gênese do individual na escala social. Desse modo, as representações “não são nem falsas nem verdadeiras mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas na medida em que dissimulam objetivos ‘reais’” (LEFEBVRE, 1980, p. 55).

Vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. No que pese o maior ou o menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção. Manter a paz social ou preservar a juventude? Controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas? (LAGREE, 1999).

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda (SPÓSITO, 1997, 2002). No artigo *De quoi parle-t-on quand on parle du ‘problème de la jeunesse?’*, Bourdieu (1986) examina as ambigüidades presentes nessa expressão. As representações correntes ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentuam a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do desvio. Assim, se nos anos 1960 a juventude era um “problema”, na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (PAIS, 1993; ABRAMO, 1997).

Por outro lado, é no âmbito de uma concepção ampliada de direitos que alguns setores da sociedade brasileira têm se voltado para a discussão da situação dos adolescentes e dos jovens, cuja expressão maior reside no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069), promulgado em 13 de julho de 1990.⁵ No entanto, parte das atenções tanto da sociedade civil como do poder público voltou-se, nos últimos anos, sobretudo para os *adolescentes* e aqueles que estão em *processo de exclusão* ou *privados de direitos* (a faixa etária compreendida pelo ECA). Esse duplo recorte – etário (adolescentes) e *econômico-social* – pode operar com seleções que acabam por impor modos

5. Ver p.166.

próprios de conceber as ações públicas. Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites da maioria legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingem a maioria mas permanecem no campo possível de ações, pois ainda vivem efetivamente a condição juvenil. De outra parte, no conjunto das imagens não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos (os denominados setores populares e segmentos oriundos de classes médias urbanas empobrecidas), que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que podem estar, ou não, no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos.

As orientações defendidas pelos movimentos voltados para os direitos da infância no final da década de 1980 procuraram superar uma concepção restritiva do que é ser criança e adolescente, caminhando para uma representação que reconhece direitos e demanda políticas dos que ainda não atingiram a maioria. O estatuto legal traz em seu bojo uma nova concepção de direitos que incide fortemente sobre conservadoras formas e conteúdos de conceber jurídica, institucional e socialmente crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Sob esse ponto de vista, as lutas sociais em torno dos direitos da infância e da adolescência ofereceram caminhos novos para a constituição de uma imagem positiva em torno de ações destinadas a esses segmentos.

O caráter inovador das representações, posto na defesa de direitos e produto dos movimentos sociais, entra em disputa com um campo dominante de significados constituídos, que imediatamente filtram, reinterpretem e

5. A Constituição federal de 1988 privilegiou a paridade de participação entre governo e sociedade civil em conselhos responsáveis por formular, gerir e estabelecer controle social sobre políticas públicas descentralizadas. A municipalização foi diretriz instituída com o intuito de estimular a participação cidadã no trato com a coisa pública. No contexto da referida ampliação da consciência dos direitos, a sociedade brasileira repensou a fragilidade histórica da situação das crianças e dos adolescentes, especialmente as oriundas das classes populares. O ECA é o marco legal de um processo prático-reflexivo que se dispôs a transformar o estatuto da menoridade brasileira, especialmente naquilo que se refere aos que estão em processo de exclusão social ou em conflito com a lei. O ECA, além de representar radical mudança de rumo ético-político perante o antigo ordenamento jurídico-institucional configurado no segundo Código de Menores (1979), gerou estruturas colegiadas nos âmbitos nacional – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) –, estadual e municipal (conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente).

restringem a percepção. Observa-se assim, nos últimos anos, uma reação conservadora às conquistas, expressando-se na pressão por mudanças na legislação ordinária e na Constituição federal – por exemplo, com propostas de diminuição da idade para se atribuir a responsabilidade penal e a demanda de providências coercitivas típicas do mundo adulto para adolescentes e crianças.⁶ De forma mais tênue, as resistências aparecem sob a égide de um certo temor diante do que estaria sendo considerado “excesso de direitos”, fixados pelo Estatuto, e poucos “deveres” de crianças e adolescentes nas instituições escolares que, por sua vocação, deveriam acolher a todos sem qualquer tipo de discriminação.

Ocorre uma convivência tensa entre a luta por uma nova concepção de direitos a essa fase de vida e a reiterada forma de separar a criança e o adolescente das elites do “outro”, não mais criança ou adolescente, mas delinquente, perigoso, virtual ameaça à ordem social.

Um segundo campo de disputas nas políticas públicas de juventude decorre das formas como são concebidas as relações entre Estado e sociedade civil na conformação da esfera pública. Tratar o tema apenas no eixo da juventude – se as políticas são para os jovens, com os jovens, por meio dos jovens com base neles –, embora importante para o debate público, do ponto de vista analítico, é insuficiente. As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública.

Mesmo no interior do aparelho de Estado, as políticas de juventude comportam diversidade de orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas. Podem estar

6. São frágeis as argumentações que defendem o rebaixamento da idade penal. Uma delas alega que se deveria imputar pena aos jovens a partir dos 16 anos, uma vez que com essa idade já se garante o direito ao voto. O argumento não considera, contudo, que esse direito não pode ser comparado ao ato infracional, por se tratar de um exercício de cidadania facultativo e que, além do mais, não permite ao adolescente ser votado. Tramitam hoje no Congresso Nacional 14 Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e 17 Projetos de Lei (PL) de redução da idade penal. Sobre o tema, ver Goiás (2002), Conanda – Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/conanda>> – e Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Adolescência – ABMP. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/>>.

mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidos com base no que, no Brasil, tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada, ou apenas como forma de assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social.

Se deslocarmos a discussão para a sociedade civil ou para os próprios segmentos jovens, o campo de disputas que opera com significados heterogêneos também ocorre. Em sua diversidade, a sociedade civil conforma, por meio de suas organizações, representações muitas vezes opostas sobre a juventude, como momento do ciclo de vida, e sobre as relações dos jovens com o mundo adulto. E, finalmente, os próprios jovens são protagonistas ativos dessas disputas em torno dos sentidos que emprestam ao tema da juventude, pois mesmo como atores impõem significados que traduzem modos diversos de pensar a si mesmos e a seus pares, perfilam diferentemente suas demandas e estabelecem projetos pessoais ou coletivos muitas vezes reproduzindo discursos adultos dominantes no âmbito social. Por essas razões, é preciso evitar o ardil que nega o caráter natural do ciclo de vida, incorporando recortes históricos, sociais e culturais que constituem a condição juvenil na contemporaneidade, mas reintroduz esse mesmo diapasão naturalista ao considerar que a condição juvenil produz intrinsecamente concepções semelhantes sobre sua fase de vida, em nítida oposição às representações dominantes advindas do mundo adulto.

Embora articuladas, as duas dimensões de conflito – as representações normativas sobre o ciclo de vida e os formatos que assumem as relações Estado e sociedade – aqui propostas não são necessariamente complementares. Governos e demais organizações da sociedade podem ter forte vocação democrática, serem propositivos de políticas públicas no estabelecimento de canais democráticos de interação com os cidadãos, mas podem não contemplar os sujeitos jovens como um dos focos possíveis das ações e considerá-los parceiros ou segmentos para os quais estariam abertos os canais participativos. Pode ocorrer também o inverso: a formulação de políticas de juventude, mesmo consideradas em sua especificidade, é definida em um quadro de distanciamento, tutela ou subordinação da sociedade diante do Estado, em virtude das orientações prevalentes nos governos que rebaterão diretamente sobre a forma como essas políticas vão equacionar suas relações com os segmentos juvenis.

PROGRAMAS FEDERAIS DESTINADOS À JUVENTUDE NO BRASIL: O QUE HERDA O GOVERNO LULA

No tratamento do tema da juventude, no plano das políticas federais, é preciso recompor um desenho de ações que emerge do reconhecimento de que alguns problemas afetam expressiva parcela da população jovem, sobretudo a partir da década de 1990, e a lançam numa condição que se tornou usual conceituar como sendo de *risco social*.

Problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.

De qualquer modo, mesmo que não se possa falar na esfera federal de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base na idéia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, num problema para a sociedade.

Ao se empreender qualquer análise sobre as iniciativas federais, é preciso evidenciar a baixa atividade coordenadora do governo federal no período 1995-2002, em relação a seus programas e projetos. Nenhum órgão da administração federal demonstrou capacidade de concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Nesse sentido, um dos primeiros diagnósticos se relaciona com a constatação da ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão demonstrou algum esforço na avaliação do desempenho de programas e projetos agrupados em torno dos macroobjetivos ministeriais do Plano Plurianual (2000-2003), mas o que foi divulgado não foi suficiente para a percepção do conjunto das ações realizadas e seus resultados na área da juventude.

A apresentação descritiva dos programas e projetos federais orientados para a juventude não tem o objetivo de avaliar a realidade da efetivação das

políticas, uma vez que isso fugiria aos objetivos analíticos deste artigo.⁷ Ainda que fosse este o propósito, tal empreitada seria dificultada pela completa ausência, na quase totalidade dos programas, de informações públicas e confiáveis sobre o desempenho das ações. Por essas razões, a meta foi a descrição das ações, buscando em seus objetivos e metodologias anunciados elementos de análise das principais tendências dos projetos e programas orientados para os jovens brasileiros nos dois últimos mandatos presidenciais.

PROGRAMAS E PROJETOS FEDERAIS: PERIODIZAÇÃO, FOCOS E OBJETIVOS

Foram identificados 30 programas/projetos governamentais, incidindo com maior ou menor focalização nas faixas etárias comumente consideradas como jovens (adolescentes de 15 a 19 anos e jovens de 20 a 25), e três ações sociais não-governamentais de abrangência nacional: *Programa de Capacitação Solidária*, *Projeto Rede Jovem* e *Programa Alfabetização Solidária*, que surgem por indução do Programa Comunidade Solidária.⁸

É preciso assinalar, desde já, que a quantidade de programas/projetos em um mesmo ministério não se apresentou como garantia de maior atenção e qualidade de ação na questão da juventude. O Ministério da Saúde, por exemplo, possui um único e longo programa no qual as ações se mostram institucionalmente orgânicas, racionalmente focalizadas, refletidas teoricamente e articuladas com redes governamentais e da sociedade civil. Entretanto, o Ministério dos Esportes, que contava com seis programas, demonstrou baixa capacidade de coordenação de suas ações, incipiente reflexão sobre a problemática juvenil e baixíssima sinergia com atores coletivos da sociedade civil.

7. Os autores deste artigo enviaram correspondência a todos os ministérios, solicitando informações sobre os programas. Dois foram os resultados alcançados: o total silêncio e ausência de respostas, ou a indicação de que deveria ser consultado o *site* do ministério que coordenava o programa. Assim, as informações que seguem sobre os projetos e programas federais focados na juventude foram recolhidas em diversas páginas governamentais da internet, entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003. Agradecemos a Ana Karina Brenner pelo trabalho de coleta dessas informações na internet.

8. Dos 30 programas estritamente governamentais, cinco se localizavam no Ministério da Educação, seis no Ministério de Esporte e Turismo, seis no Ministério da Justiça, um no Ministério de Desenvolvimento Agrário, um no Ministério da Saúde, dois no Ministério de Trabalho e Emprego, três no Ministério de Previdência e Assistência Social, dois no Ministério de Ciência e Tecnologia, dois no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, um no Gabinete do Presidente da República (Projeto Alvorada) e, por último, um de caráter interministerial especificamente voltado para a integração das ações de 11 projetos/ programas focados em jovens, localizado no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (Programa Brasil em Ação).

Em relação ao tempo de início das ações relacionadas com jovens em curso nos diferentes ministérios, no momento deste estudo, considerando o início do primeiro governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi estabelecida a seguinte classificação temporal: 1) antes de 1995; 2) entre 1995 e 1998; 3) entre 1999 e 2002; e 4) sem informações. Somente três programas são anteriores ao primeiro governo FHC.⁹

No período do primeiro mandato (1995-1998) foram criados seis programas.¹⁰ Entre 1999 e 2002 ocorreu ativação de 18 programas para o setor, número significativo para o período estudado, representando verdadeira explosão da temática juventude e adolescência no plano federal, ainda que esta tenha ocorrido num quadro de grande fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática.¹¹

A identificação dos referidos 33 programas que incidem sobre a juventude no âmbito federal é acompanhada também da constatação de que os mesmos não constituem uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem. Na análise do público a que se destinam, pode-se dizer que existem focos fortes, médios ou de fraca intensidade, sendo distribuídos da seguinte forma: a) o foco dirige-se explicitamente a adolescentes e/ou jovens (18 programas ou projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); e c) o foco dirige-se à população jovem apenas de modo incidental (cinco programas).

9. Programa Saúde do Adolescente e do Jovem (Ministério da Saúde), Programa Especial de Treinamento (PET – Ministério da Educação) e Prêmio Jovem Cientista (Ministério da Ciência e Tecnologia).

10. Jogos da Juventude; Esporte Solidário (ambos do Ministério dos Esportes e Turismo); Pronera (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Planfor (Ministério do Trabalho e Emprego), Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária (Presidência da República / Conselho Comunidade Solidária).

11. Projeto Escola Jovem, Financiamento Estudantil e Programa Recomeço (Ministério da Educação); Olimpíadas Colegiais, Projeto Navegar e Esporte na Escola (Ministério do Esporte e Turismo); Serviço Civil Voluntário, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Programa Paz nas Escolas (Ministério da Justiça); Jovem Empreendedor (Ministério do Trabalho e Emprego); Centros da Juventude e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Brasil Jovem – Ministério da Previdência e Assistência Social); Prêmio Jovem Cientista do Futuro (Ministério da Ciência e Tecnologia), Piaps e Cenafoco (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), Brasil em Ação (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Projeto Alvorada (Presidência da República). Cinco programas não ofereceram informações sobre a data do início de suas atividades: Programa de Apoio ao Aluno Estrangeiro (Ministério da Educação), Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei (Ministério da Justiça), Combate ao Abuso e Exploração Sexual (Ministério do Esporte e Turismo), Projeto Sentinela (Ministério da Previdência e Assistência Social) e Projeto Rede Jovem (Comunidade Solidária).

A classificação anterior permite intuir, também, a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude. O pouco acúmulo teórico sobre essa problemática se expressa na elaboração de significativo número de programas e projetos que se destinam indistintamente a crianças, adolescentes e jovens. Nesse quadro de heterogeneidade de parâmetros sobre a dimensão etária da juventude, a infância pode se alargar até aos 14 anos de idade e o jovem ser designado como maior de 10 anos de idade.¹²

A seguir será apresentada apenas a descrição dos 18 programas/projetos federais, divididos por pasta ministerial, e cujo foco do direcionamento das ações para adolescentes e/ou jovens pode ser considerado forte.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE ESTUDANTES EM CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G)

O programa é destinado a cidadãos estrangeiros, entre 18 e 25 anos de idade, com ensino médio completo, preferencialmente os que estejam inseridos em programas de desenvolvimento socioeconômico acordados pelo Brasil por via diplomática. Tais programas definem o compromisso do aluno de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou, sendo desenvolvido em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

PROJETO ESCOLA JOVEM

O objetivo geral incidia sobre a implementação da reforma e a ampliação da oferta de vagas para o ensino médio. O Projeto foi iniciado em março de 2001, apontando como um de seus desafios a construção de uma escola para jovens e jovens adultos que preservasse sua identidade com os jovens e superasse os baixos rendimentos escolares. Foram estabelecidos critérios de elegibilidade para os estados participarem do programa, tais como: “ser uma escola para jovens e jovens adultos”, apresentar práticas de correção de fluxo e demonstrar *sustentabilidade* para custos adicionais além daqueles financiados pelo programa. O Escola Jovem foi subdividido em dois subprogramas: a) projetos de investimentos nas unidades da federação que destinava recursos financeiros aos estados para a implementação da reforma, a melhoria da

12. O primeiro exemplo é o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cuja população alvo se estende até aos 14 anos. O segundo exemplo é o Programa Saúde do Adolescente e do Jovem, que circunscreve a juventude brasileira na ampla faixa que vai de 10 a 24 anos.

qualidade e a expansão da oferta de ensino médio e a realização de projetos juvenis; e b) políticas e programas nacionais com o objetivo de fomentar e apoiar a implementação da reforma do ensino médio nos estados e no Distrito Federal.

O governo federal teve baixa contribuição orçamentária no orçamento global desse projeto, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelos estados da Federação.¹³ Apesar de contemplar no seu título um aspecto inovador, ao trazer a categoria juventude para a análise da condição de aluno, o programa limitou-se na prática a distribuir alguns computadores, sendo ineficaz no seu conjunto. A própria reforma foi alvo de profundas críticas da comunidade acadêmica (KUENZER, 2000a, 2000b; FERRETTI, 2000).

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO

JOGOS DA JUVENTUDE

O programa Jogos da Juventude, criado no ano de 1995, sofreu uma interrupção em 1999, sendo retomado em 2001. Visa à promoção da prática de atividades esportivas entre os jovens na perspectiva do denominado esporte de rendimento. A competição é utilizada como meio de descoberta e aprimoramento de novos talentos para o desporto nacional. Os campeões dos jogos estaduais compõem as equipes dos jogos nacionais, momento em que os técnicos das diferentes seleções esportivas brasileiras podem observar e selecionar novos atletas.

OLIMPÍADAS COLEGIAIS

Criado no início de 2000, tem como público-alvo adolescentes de 12 a 14 anos e jovens de 15 a 17 anos. Seus objetivos são o fomento do desporto escolar, o intercâmbio sociodesportivo no país e o desenvolvimento do potencial esportivo brasileiro. Procura também demonstrar à comunidade esportiva internacional a capacidade de organização esportiva do Brasil com vistas à capacitação de grandes eventos internacionais. Os estados são estimulados a incrementar suas infra-estruturas para receber os eventos esportivos do programa. As Olimpíadas Colegiais são apresentadas como ação conjunta do Ministério do Esporte e Turismo com o Ministério da

13. De um total de 1 bilhão de dólares, 500 milhões são do BID, 450 milhões das unidades da Federação e 50 milhões da União, esses últimos destinados exclusivamente à gestão nacional do projeto.

Educação e o Comitê Olímpico Brasileiro. Ainda que no texto de sua apresentação sejam ressaltados o caráter lúdico e a idéia de congregação, as Olimpíadas Colegiais são pensadas também como espaço de revelação de talentos, o que confirma a hegemonia do esporte de rendimento sobre o denominado esporte-educação. Os objetivos do programa deixam transparecer que a preocupação principal é com o desenvolvimento esportivo do país. A juventude, também nesse caso, não se apresenta como categoria central da organização e do desenvolvimento da proposta.

PROJETO NAVEGAR

Destinado a adolescentes de 12 a 15 anos residentes em comunidades ribeirinhas, lacustres e costeiras, o Projeto Navegar teve início em 1999. Seu objetivo principal é difundir e democratizar o acesso a esportes náuticos, priorizando os adolescentes moradores em áreas de risco social e matriculados na rede pública de ensino. Em 2002, era registrada a existência de 37 núcleos do Projeto em 18 estados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO

Criado em dezembro de 1997, é destinado aos jovens de 18 anos que optaram por não se alistar no serviço militar obrigatório e também aos que foram dispensados. É concebido como “um rito de passagem para a maioria”, com ênfase em dois aspectos: a preparação do/a jovem para o trabalho e para a cidadania, entendida como participação social solidária em uma sociedade democrática. As atividades desenvolvidas organizam-se em torno dos direitos humanos, da qualificação profissional, da elevação da escolaridade e da prestação de serviços à comunidade.¹⁴ Participaram do programa 2.500 jovens beneficiados com recursos do Plano Nacional de Segurança Pública, somados a 22 mil jovens beneficiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados às secretarias estaduais de trabalho e emprego e a organizações não-governamentais.

14. O Serviço Civil Voluntário é definido como sendo de abrangência nacional, porém, as informações disponíveis davam conta de sua realização somente nos municípios das regiões metropolitanas de Recife, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Distrito Federal.

PROGRAMA DE REINserÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COMA LEI

Desenvolvido no Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, possui âmbito nacional, sendo dirigido a adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas judiciais socioeducativas não-privativas da liberdade. Sua missão é articular e estimular os esforços do sistema socioeducativo instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa iniciativa foi apresentada como resposta institucional a propostas de ações governamentais de proteção ao adolescente em situação de conflito com a lei consignadas no Programa Nacional de Direitos Humanos. É importante assinalar que um dos marcos desse programa foi a opção política de ênfase em medidas socioeducativas em meio aberto, implementando aquilo que é preconizado pelo ECA, em detrimento às medidas privativas de liberdade.

PROMOÇÃO DE DIREITOS DE MULHERES JOVENS VULNERÁVEIS AO ABUSO SEXUAL E À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL NO BRASIL

Essa ação, criada em 1999, integra o Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e tem como objetivo promover os direitos das jovens, especialmente daquelas em situação de risco, visando eliminar a violência cometida contra elas. O público-alvo compreende, assim, as jovens brasileiras violentadas sexualmente nos primeiros anos de vida e as meninas que trocam “favores” sexuais pela própria sobrevivência.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PROGRAMA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM

As iniciativas na área de saúde remontam a 1989, quando o Ministério da Saúde voltou-se para a saúde do adolescente com a criação do Programa Saúde do Adolescente (Prosad). Em 1999, foi criada a Área de Saúde do Adolescente e do Jovem (Asaj), no âmbito da Secretaria de Políticas de Saúde. Essa nova área, então, tornou-se responsável pela articulação dos diversos projetos e programas do Ministério da Saúde que lidam com questões relativas à adolescência e à juventude, em decorrência da percepção da necessidade de uma política nacional integrada de atenção específica aos indivíduos de 10 a 24 anos.¹⁵ É importante destacar, além do desenvolvimento de atividades rela-

15. São áreas de atuação: crescimento e desenvolvimento; sexualidade; saúde mental; saúde reprodutiva (gravidez na adolescência); saúde do escolar adolescente; prevenção de acidentes; violência e maus-tratos; família.

cionadas com a promoção da saúde dos adolescentes e dos estudos temáticos, a preocupação expressa pelo programa em contribuir com atividades intra e interinstitucional, nos âmbitos governamentais e não-governamentais, visando à formulação de uma política nacional para a adolescência e a juventude, a ser desenvolvida nos níveis federal, estadual e municipal. Reconhece-se que muitas das intervenções voltadas para a melhoria da saúde do adolescente falharam em virtude do foco estreito e da desarticulação das iniciativas governamentais. Também é digno de nota o crítico reconhecimento do programa sobre a pouca participação dos jovens no planejamento, na implementação e na avaliação das atividades oriundas de políticas públicas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

JOVEM EMPREENDEDOR

Esse programa foi criado no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, destinando-se à capacitação profissional e posterior financiamento de jovens de nível técnico, em fase de conclusão de curso ou recém-formados, com idade entre 18 e 29 anos, interessados em dirigir o próprio negócio. Teve focalização regional, limitando-se às áreas de atuação do Banco Nordeste (norte do Espírito Santo, Minas Gerais e estados do Nordeste), responsável por seu desenvolvimento. Segundo avaliação de macroobjetivos do Plano Plurianual (PPA) pelo Ministério do Planejamento, o programa teve desempenho nulo, pois não houve a execução financeira prevista, nem tampouco realização de metas físicas que dispensassem recursos. O público-alvo do programa Jovem Empreendedor foi abrangido pelo Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), apesar de este não promover nenhuma focalização especial para o jovem.¹⁶

MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Esse ministério lançou, no segundo mandato do governo FHC, o Programa Brasil Jovem, compreendendo ações de implantação dos Centros da Juventude e a capacitação de jovens de 15 a 17 anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, mediante a concessão de bolsa.

16. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstrou preocupações em desenvolver um sistema de acompanhamento que pudesse captar as informações relativas ao usuário do programa, em especial ao jovem.

As ações desse programa como um todo se voltaram para os jovens entre 14 e 25 anos em “condições de vulnerabilidade social”. A prioridade de implementação incidiu sobre municípios com as seguintes características: alto índice de jovens de famílias de baixa renda; alto índice de doenças sexualmente transmissíveis e Aids entre os jovens; exposição dos jovens ao uso e ao comércio de drogas; alto índice de mortalidade juvenil por causas externas; exploração sexual de meninas e jovens; alto índice de gravidez na adolescência; taxa elevada de desocupação juvenil, ou seja, jovens fora da escola e de qualquer forma de trabalho; taxa de analfabetismo e baixo índice de escolaridade.

CENTROS DA JUVENTUDE

Os centros deveriam funcionar como pólos de distribuição de informações sobre programas, projetos e serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, capacitação para o trabalho, esporte, proteção, justiça e assistência social. Teriam como objetivo estabelecer conexões entre a oferta e a demanda desses serviços, apoiando a juventude local na busca de soluções para os seus problemas. A informação, o esporte e a cultura são apontados como o tripé de sustentação da agenda das atividades. Os *Centros da Juventude* foram, assim, concebidos para serem de responsabilidade do governo local, dos jovens e da comunidade.

Em suas diretrizes recomenda-se que a gestão da programação e das atividades seja feita de forma participativa com a “comunidade” e que sejam estabelecidas parcerias com organizações não-governamentais. O projeto previa repasses financeiros decrescentes, ao longo de quatro anos, por parte da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) para determinado município ou estado, da ordem de 20 mil reais no primeiro ano, 15 mil no segundo, 10 mil no terceiro e 5 mil no quarto ano. Os repasses decrescentes foram concebidos como estratégia de indução da auto-sustentabilidade progressiva do programa no âmbito local, ou ainda retirada progressiva da presença federal ante os municípios que adotaram essa política para a juventude.¹⁷

17. Trata-se de uma iniciativa sem maiores informações sobre as ações que foram, de fato, efetivadas.

AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

Os jovens destinatários do programa deveriam ser *alfabetizados e carentes*, vivendo em famílias cuja renda *per capita* não ultrapassasse meio salário mínimo. Os municípios habilitados a participar do programa deveriam ser capitais dos estados – isso em função do diagnóstico da maior concentração de jovens e da maior prevalência de problemas envolvendo essa faixa etária – e possuir menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação à média regional. Em termos gerais, o programa objetiva preparar o jovem para a atuação intergerencial, procurando capacitá-lo para o mercado de trabalho e também para atuar em suas comunidades na área de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo. Entre os principais objetivos específicos destacam-se: a) estimular o jovem para o desenvolvimento do seu papel de protagonista na sociedade; b) mostrar a esse jovem que é possível planejar e construir seu próprio futuro; c) fazer que esse jovem se supere e se prepare para atuar de modo cooperativo na transformação da própria comunidade onde vive; d) resgatar vínculos familiares, comunitários e sociais; e) reverter indicadores sociais pela ação corretiva e preventiva; f) inserir e reinserir o jovem no sistema educacional. Os jovens participantes deveriam freqüentar um curso de capacitação durante seis meses, para depois começarem a atuar em sua comunidade. Durante esse período, receberiam uma bolsa mensal no valor de 65 reais.

O Programa Agente Jovem, em seu início, não contou com destinação orçamentária própria, uma vez que não foi previsto no PPA do período 2000-2003. Entretanto, segundo avaliação governamental, as parcerias realizadas entre a Secretaria Especial de Assistência Social com estados, municípios, organizações não-governamentais e com o empresariado teriam garantido o êxito do programa e superado as expectativas de seus formuladores.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CNPq)

PRÊMIO JOVEM CIENTISTA

Criado em 1981, o prêmio destina-se a graduados em curso superior que têm menos de 40 anos e estudantes de escolas técnicas e/ou curso superior com menos de 30 anos de idade. O objetivo é estimular a revelação de talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para problemas brasileiros. O prêmio tem vida longa, se comparado com as demais ações federais. Registrou-se somente breve interrupção por dois anos (1986

e 1987). Os temas do prêmio são sempre inéditos – ligados à saúde, à agricultura, à qualidade dos alimentos e da água, à energia, às telecomunicações, à indústria civil, à reciclagem de rejeitos industriais e aos recursos humanos. Naquilo que se refere ao segmento jovem, esse programa possui uma delimitação expressivamente elástica, uma vez que estende o conceito de juventude à faixa dos 40 anos de idade, afastando-se de qualquer outra classificação etária estabelecida nos demais programas e projetos governamentais.

PRÊMIO JOVEM CIENTISTA DO FUTURO

Criado em 1999, destina-se exclusivamente a alunos do ensino médio. Concebido nos moldes do Prêmio Jovem Cientista, apresenta a pesquisa como fonte de aprendizagem e produção de conhecimento. Seu objetivo é despertar o interesse dos jovens na carreira científica e tecnológica.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

COMUNIDADE SOLIDÁRIA¹⁸

O Programa Comunidade Solidária foi criado, em 1995, por decreto presidencial e coordenado durante dois mandatos consecutivos pela primeira-dama, Ruth Cardoso. Peça-chave da estratégia implantada para as políticas sociais do governo de Fernando Henrique Cardoso, suas prioridades foram: criação e geração de renda, apoio ao desenvolvimento do ensino básico e defesa dos direitos e promoção social das crianças e adolescentes no Brasil. Seu escopo principal foi o de se constituir em novo modelo de ação social utilizando o conceito-força de articulação solidária da sociedade na mobilização de recursos humanos, técnicos e financeiros para o combate à pobreza e à exclusão social. Para a realização da referida articulação foi criada uma secretaria executiva para integrar as administrações federal, estaduais e municipais e buscar tornar mais eficientes as políticas sociais do governo. Criou-se também o Conselho da Comunidade Solidária, órgão assessor não-governamental, desprovido de orçamento próprio e composto por 21 representantes da sociedade civil e 11 ministros de Estado. Esse conselho, concebido para favorecer a interação entre o governo e a sociedade, teve presença ativa nas decisões que envolveram as políticas sociais. Foi criada, ainda, a organização não-governamental Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), que ficou com a responsabilidade de captar recursos de pessoas

18. A análise do Programa Comunidade Solidária foge aos objetivos deste trabalho; para mais informações consultar: <<http://www.rededlis.org.br>>.

físicas ou jurídicas nacionais e internacionais para aplicá-los na gestão, implementação e desenvolvimento do Programa de Capacitação Solidária destinado a jovens de 16 a 21 anos. É preciso assinalar que o Programa Comunidade Solidária, ainda que não tenha tido a efetividade e o grau de consolidação institucional pretendidos, expressou determinada concepção de política pública de combate à pobreza que teorizou o compartilhamento democrático de ações entre Estado e sociedade civil, mas praticou a confusão de responsabilidades sociais públicas e privadas promovendo a transferência de prerrogativas governamentais e recursos orçamentários a entes privados assistenciais *stricto sensu* e empresariais que assumiram o discurso da responsabilidade social. Em 1999, o Conselho da Comunidade Solidária avaliou sua trajetória com vistas a reformular sua estrutura e a projetar sua continuidade. No novo desenho, figurou como uma das missões do conselho o apoio à promoção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

PROGRAMA CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA

Concebido como alternativa para enfrentar o problema de desemprego dos jovens de baixa escolaridade e implementado a partir de 1996, focaliza suas ações na capacitação profissional de jovens de 16 a 21 anos, provenientes de famílias de baixa renda residentes nas grandes regiões metropolitanas. Um de seus objetivos seria o fortalecimento das organizações da sociedade civil por meio de atividades e cursos voltados para o desenvolvimento de competências e aperfeiçoamento de gestores sociais. Os projetos de cursos promovidos por organizações sociais eram selecionados por concurso e financiados pelo programa.¹⁹

REDE JOVEM

O Projeto *Rede Jovem* foi uma iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de identificar o que seus formuladores definiram como “as condições propícias que subsidiem iniciativas do Estado e da sociedade civil para integrar jovens – especialmente aqueles em situação de risco social – de forma sustentada e permanente, como protagonistas, por meio da informática e da internet, valorizando e fortalecendo suas formas de expressão, criatividade e participação na sociedade” (disponível em <www.redejovem.org.br>). O objetivo

19. O edital do concurso incluía modelo para a formulação dos projetos e formato indicado para os cursos com um módulo básico (leitura, comunicação, cálculo e escrita) e um módulo específico, voltado para o aprendizado de uma habilidade de geração de renda.

específico foi o de “conectar jovens, dando-lhes um instrumento de integração e comunicação” como forma de lhes permitir a superação da atual condição de isolamento, especialmente os jovens das grandes metrópoles que estariam excluídos e desinformados. O público-alvo foi, então, o de jovens de baixa renda que não têm acesso à internet, mas que teriam condições de ampliar, pela via virtual, seus contatos e a troca de informações relevantes sobre saúde, direitos e formação profissional. O projeto concebeu o conceito de “espaço jovem”, local físico no qual se encontrariam disponíveis computadores conectados à internet com a função de oferecer aos jovens alternativas de lazer, aprendizado, conhecimento, perspectivas profissionais e estímulos à criatividade. O “espaço jovem” funcionaria, então, como uma espécie de tele-centro de informática necessariamente conectado à internet como forma de promover a integração virtual entre os jovens. O projeto foi formulado para ser executado em parceria com organizações sociais.

Assim como nas demais ações do consórcio público/privado do Programa Comunidade Solidária, torna-se difícil identificar a real presença do poder público nos relatos sobre a iniciativa, ainda que a formulação inicial propugne o subsídio a iniciativas de parcerias entre o Estado e a sociedade civil.²⁰

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

BRASIL EM AÇÃO/GRUPO JUVENTUDE

O Programa Brasil em Ação, criado em 2000, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, também denominado Grupo Juventude, foi um programa-piloto de coordenação de grupo de programas de atendimento à juventude (jovens na faixa etária de 15 a 29 anos), abrangendo seis ministérios, 11 programas²¹ e suas interações com governos estaduais. O Brasil em Ação foi desenvolvido no âmbito da estratégia do Programa Avança Brasil, destinado a promover a integração das ações governamentais com o mesmo público-alvo ou no mesmo espaço geográfico específico de atuação. A avali-

20. Na internet (disponível em: <http://www.redejovem.org.br>), o projeto Rede Jovem é anunciado como uma iniciativa da “Comunitas – Parcerias para o Desenvolvimento Solidário”, organização social responsável pela manutenção de 15 Espaços Jovens instalados em dez cidades de sete estados brasileiros (BA, CE, DF, ES, PE, RJ, SP).

21. Educação de Jovens e Adultos, Esporte Solidário, Paz nas Escolas, Qualificação Profissional do Trabalhador, Centros da Juventude, Reinserção do Adolescente em Conflito com a Lei, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Direitos Humanos, Direito de Todos, Saúde de Jovem, Desenvolvimento do Ensino Médio e Desenvolvimento da Educação Profissional.

ação do Ministério do Planejamento, após o primeiro ano de funcionamento desse programa, indicou, como resultado geral, que o trabalho permitiu que os gerentes dos programas do Avança Brasil conhecessem seus pares e os programas correlatos, o que teria possibilitado uma visão mais global da questão da juventude no conjunto da administração federal. Mesmo com essa positiva (ainda que genérica) avaliação, o Ministério do Planejamento alertou para a inadequação do tamanho do grupo e a qualificação da equipe responsável pelo gerenciamento e também para as dificuldades de participação no processo de programação financeira dos coordenadores, o que comprometia a execução do Programa Avança Brasil.

A constituição desse grupo de coordenadores de programas e projetos de juventude, ainda que não tenha apresentado produtos significativos, indica certo grau de consciência da administração federal sobre a fragmentação das ações na área da juventude. A continuidade desse tipo de ação poderia se constituir numa protopolítica facilitadora, talvez, de níveis superiores de instituição de políticas coordenadas.

UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DAS AÇÕES FEDERAIS

As primeiras ações de programas específicos destinados aos jovens, sobretudo adolescentes, aparecem no interior da área da saúde e são marcadas pelo foco na prevenção (DST/Aids), drogação, acidentes de trânsito e gravidez precoce), já ao final da década de 1980, com a criação do Programa Saúde do Adolescente (Prosad), no âmbito do Ministério da Saúde, antes mesmo do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A disseminação das mortes violentas de jovens ou por eles protagonizadas e o crescimento das redes de narcotráfico se associam ao tema do consumo de substâncias ilícitas/lícitas, a partir da década de 1990. Desse modo, o tema da criminalidade atravessa permanentemente o debate sobre as políticas públicas para os jovens. Na esteira dos indicadores sociais e no clamor público do combate à violência, no segundo mandato consecutivo de FHC, se desenham ações que teriam a pretensão de se constituírem em instâncias coordenadoras de políticas de juventude. Sob a égide da segurança pública foi criado o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob o controle de um general do Exército, num claro simbolismo da “guerra” que deveria se travar pela salvação da juventude das garras do crime, do tráfico e da violência.

A Constituição federal de 1988 instaurou novo ordenamento constitucional costurado com os fios de uma superior consciência de direitos e cidadania.

nia. Na esteira da mobilização democrática da sociedade brasileira, surgiram canais de participação da sociedade civil na formulação e na gestão das políticas públicas em áreas relacionadas com os sistemas de garantia de direitos e proteção de crianças e adolescentes – ECA e Plano Nacional dos Direitos Humanos. A promulgação do ECA, em 1990, foi o principal indutor de políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes, sobretudo na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Programas e ações foram criados, não mais com base na ideologia do menor em situação irregular, mas na doutrina cidadã de proteção integral aos adolescentes em conflito com a lei.

A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), aprovada em 1993, estabeleceu a criação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, do qual emergirão também ações na área da adolescência e da juventude. Por sua vez, o ano de 1997, data do assassinato do índio Galdino no Distrito Federal, traduz um marco importante que se expressa em respostas programáticas também à violência de jovens oriundos das classes médias.

No final da década, os indicadores sobre o desemprego juvenil e a acentuação dos processos de precarização social fomentam a necessidade de políticas de inclusão (tanto assistenciais como de promoção, para um patamar diferencial de integração na sociedade) em uma crise da ação de um Estado que durante toda a década de 1990 e o início do novo século viveu a hegemonia das políticas neoliberais.

Ainda que parcialmente, tais medidas oxigenam as políticas governamentais que incidem sobre a juventude com o arejamento promovido pela participação da sociedade civil. Entretanto, naquilo que se refere ao conjunto da população jovem, especialmente aqueles maiores de 18 anos que não mais estão sobre a proteção incondicional do ECA, inexistem formas democráticas e colegiadas de relacionamento participativo. Nacionalmente, no Brasil, ainda estão por se constituir conselhos e fóruns que canalizem a interlocução de jovens e demais atores com o estado na direção da definição política e da implementação prática de pautas ampliadas de garantia dos direitos universais à juventude.

Na análise do conjunto de programas e projetos classificados pela sua maior ou menor intensidade de foco na juventude, destacou-se o fato de esses programas serem recentes. É significativa a informação de que 60% dessas ações foram implantadas somente nos últimos cinco anos, o que denota a

recente trajetória na formulação de políticas de juventude, assim como explica, em parte, a sua incipiente institucionalização e fragmentação.

As ações desarticuladas e a superposição de projetos com objetivos, clientela e área geográfica de atuação comuns, exprimem a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude. As diferenças de concepções, longe de significarem a pluralidade dos que dialogam, revelam a incomunicabilidade no interior da máquina administrativa.

A depender do local de onde partem, os sentidos políticos e sociais das ações mudam, assim como o recorte etário do público-alvo; alguns ministérios se dedicam à assistência, alguns pretendem a inclusão dos “jovens carentes” e outros dão um caráter profilático às suas ações, implementando medidas saneadoras para evitar a violência. Mais recentemente emergem projetos e programas que pautam suas ações pela defesa da promoção da cidadania – noção evidente em muitos documentos oficiais, mas de pouca visibilidade nos desenhos e conteúdos teórico-metodológicos que guiam a implementação das ações nos municípios por equipes técnicas de organizações não-governamentais e prefeituras municipais, que se ressentem de acompanhamento político-pedagógico, suporte administrativo e avaliação de suas práticas.

Alguns programas assumiram sobremaneira o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho. O acesso à informação também se apresentou como uma panacéia capaz de superar o isolamento sociocultural dos jovens, tanto aqueles das periferias das grandes cidades quanto os do interior rural.

Dois conceitos vigoraram em documentos de órgãos do governo federal e organizações não-governamentais, principalmente quando referentes a projetos e programas fortemente focados na juventude: *protagonismo juvenil* e *jovens em situação de risco social*. Aliás, essas idéias foram marcadas mais por apelo social do que conceitos ancorados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude. Na grande maioria dos casos, representaram simplificações facilitadoras do entendimento de realidades sociais e culturais complexas e também códigos de acesso para financiamentos públicos orientados por uma tão nova quanto frágil conceituação de proteção social e cidadania participativa. *Estimular o protagonismo juvenil*, expressão tantas

vezes encontrada em textos de projetos variados, parece ser auto-explicativa até o momento em que nos perguntamos sobre o seu verdadeiro significado.

A busca por conceber e dirigir programas para jovens considerados carentes ou em situação de *risco social*, com a delimitação geográfica em municípios de baixo IDH, expressou políticas de focalização no combate à pobreza que predominaram nos governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso em detrimento de políticas de caráter universal.

Pelo que vimos, torna-se legítimo indagar: O que unifica as diferentes iniciativas federais nesse contexto de ampla diversidade de propósitos e práticas? O diagnóstico que emerge dos dados empíricos, ainda que preliminar, indica que o Brasil, do ponto de vista global, optou por um conjunto diversificado de ações – muitas delas efetivadas na base do ensaio e do erro –, na falta de concepções estratégicas que permitam delinear prioridades e formas orgânicas e duradouras de ação institucional que compatibilizem interesses e responsabilidades entre organismos do Estado e da sociedade civil. Nesse sentido, é possível afirmar que a herança deixada pelo governo incide mais sobre projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade que nos permita dizer que caminhamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão.

Projetos e programas são concebidos na esfera federal – por servidores públicos e agentes de organizações não-governamentais consorciadas – e executados por municípios que, ansiosos por verbas federais, não questionam diretrizes, métodos e metas pré-fabricadas. Por sua vez, as organizações não-governamentais e demais grupos da sociedade civil acabaram por se conformar ao modelo proposto perante o pacote federal de ações. Buscaram, muitas vezes, com base nas estreitas faixas de ação autônoma, imprimir contornos próprios mais próximos de seus objetivos institucionais. Por essas razões, como a realidade das cidades é mais complexa que as correias de transmissão da centralização política, há sempre a possibilidade de saídas locais, tanto envolvendo a gestão criativa e participativa dos recursos quanto a reprodução dos velhos clientelismos políticos no trato com jovens “participantes” das atividades propostas por programas induzidos pelo poder central.

Está ainda por ser feito o inventário dos relacionamentos entre as organizações não-governamentais e os poderes públicos, no sentido de diferenciar aquilo que efetivamente se configurou como parceria entre o Estado e a

sociedade civil organizada ou se consolidou simplesmente como forma mercantil de prestação de serviços no já denominado “mercado (do) social”.

Existe, portanto, em todo esse processo de relacionamento entre a esfera federal, os estados e os municípios, o paradoxo de que, mesmo no contexto de políticas de execução descentralizada, os órgãos federais se constituem num poderoso indutor não democrático de políticas que conformam os programas localmente, apesar da delegação de verbas e responsabilidades. O balanço geral sobre os 33 programas e projetos federais relacionados, especialmente naquilo que se refere às ações voltadas para os jovens maiores de 18 anos, permite afirmar que inexistem canais democráticos que assegurem espaços de debates e participação para a formulação, o acompanhamento e a avaliação dessas ações.

INICIATIVAS EMERGENTES DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE EM NÍVEL LOCAL

Outro movimento, nascido com base em instâncias do Poder Executivo local ou regional, também começa a ser delineado no final dos anos de 1990, no Brasil, quando tem início uma preocupação mais sistemática com a formulação e a implantação de algumas ações específicas voltadas para a juventude.

Não resta dúvida que, sob o ponto de vista dessas mudanças, o poder local – sobretudo a gestão municipal – oferece um campo significativo para a análise, em virtude de algumas características presentes no processo de democratização da sociedade brasileira a partir da década de 1980.

O município como foco de ações inovadoras decorre não só de um novo desenho da ação do Estado e de alguns dos mecanismos descentralizadores propostos na reforma dos aparatos estatais (PEREIRA; WILHEIM; SOLA, 1999; DRAIBE, 1998).²² O poder municipal aparece como campo privilegiado de análise porque nele as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública democrática, aparecem de forma mais clara.²³

22. Por outro lado, é preciso reconhecer que parte significativa das ações federais tende a ser implantada por meio de parceiras com organizações não-governamentais ou mediante sistemas de distribuição de recursos que encontram no Poder Executivo municipal um canal importante de execução de programas e ações.

23. Não se trata aqui de recuperar toda a discussão de sociedade civil e esfera pública observada nas ciências sociais no Brasil, mas de reconhecer que o conceito de sociedade civil adquire maior visibilidade sobretudo com o processo de democratização (AVRITZER, 1993; DAGNINO, 2002; REIS, 1995; COSTA, 1994, 1997). Lourdes Sola (1998) considera que, não obstante a diversidade de modos de abordagem, há pontos de forte convergência entre os autores quando examinam a cultura política, os valores e os desenhos institucionais como elementos importantes a conformar a sociedade civil em uma perspectiva democrática.

Os estudos de movimentos sociais, desde o início da década de 1980, têm procurado demonstrar as possibilidades de conflito e de interação negociada entre os vários atores sociais que têm como cenário a cidade (CASTELLS, 1980, 1983; KOWARICK, 1988).

Nessa arena conflitiva,²⁴ o poder municipal aparece como interlocutor próximo dos grupos organizados, sobretudo quando as demandas giram em torno de transformações da qualidade de vida e de novas apropriações do espaço citadino. Por outro lado, é exatamente nesse plano que as políticas públicas no Brasil têm mais ousado na inovação, sobretudo nas administrações de caráter progressista sob a responsabilidade de partidos de esquerda ou de centro-esquerda. Porém, não é possível desconhecer a permanência de alguns núcleos duros (LECHNER, 1990) da cultura política nacional, nos quais o poder local aparece como juventude e políticas públicas no Brasil (*Revista Brasileira de Educação*, n. 33) foco privilegiado para o estabelecimento do clientelismo. Por essas razões, alguns autores, como Abad (2002), tratam também do surgimento do neolocalismo como uma das práticas que afetam negativamente a constituição dos espaços democráticos e de políticas públicas de juventude.

Essas considerações remetem para um eixo importante de problemas na concepção, na implementação e na avaliação das políticas municipais, que é *o modo como são estabelecidas as relações com os próprios segmentos juvenis destinatários das políticas*. Serão estes parceiros e atores relevantes ou apenas usuários potenciais dos programas? Não sem razão, Sola procura distinguir políticas de feitiço corretivo ou compensatório daquelas que seriam *transformadoras*, pois as últimas permitiriam “a incorporação dos jovens também nos processos mais densos de socialização civil” (SOLA, 1998, p. 762). Abad (2002) também sugere outros aspectos importantes no exame das políticas que exprimiriam concepções em torno dos possíveis destinatários das ações – os jovens. Algumas políticas poderiam ter adquirido formato especialmente *inclusivo* ou *integrador* (sobretudo em situações de crise social e de mecanismos de exclusão), mas privilegiaram na sua aceção de juventude a preparação para a vida adulta (voltadas para o futuro). Outras poderiam ser situadas no recorte *afirmativo* de direitos que buscariam, sobretudo, a autonomia e a autodeterminação dos jovens no próprio momento do ciclo de vida (voltadas para o presente).

24. Os conflitos que nascem no tecido urbano incidem, em grande parte, sobre formas diversas de apropriação da cidade, que opõem relações mercantis dominadas pelo valor de troca e relações que têm como meta a fruição ou o valor de uso.

Observa-se, a partir de meados dos anos 1990, nos planos local e regional, o aparecimento de organismos públicos destinados a articular ações no âmbito do Poder Executivo e estabelecer parcerias com a sociedade civil, tendo em vista a implantação de projetos ou programas de ação para jovens, alguns financiados pela esfera federal.²⁵ Esse fato é bastante recente e decorre, sobretudo, de compromissos eleitorais de partidos, principalmente de esquerda e de centro-esquerda,²⁶ que, por meio de sua militância juvenil ou de setores organizados do movimento estudantil, incluíram na sua plataforma política demandas desses segmentos que aspiravam pela formulação de ações específicas destinadas aos jovens.²⁷

Constata-se que debates e programas desenvolvidos por organizações não-governamentais foram importantes como fomentadores de novas idéias para a ação do governo municipal. Tudo leva a crer que, antes de serem incorporados pela esfera governamental, programas e eventuais políticas destinados aos jovens já vinham sendo experimentados pela sociedade civil por meio das organizações não-governamentais e de fundações empresariais, recobertos de extrema diversidade quanto às orientações (RUA, 1998).

Ao que tudo indica, o ano 2001 exprime uma inflexão importante no processo de constituição de políticas públicas destinadas aos jovens. Trata-se do primeiro ano de novas gestões no âmbito municipal, período que marca uma ampliação desses novos organismos. Por outro lado, somente uma perspectiva longitudinal, incorporando uma série histórica maior, poderá

25. Durante o ano 2000, a Ação Educativa, organização não-governamental voltada para o trabalho com os segmentos juvenis, por meio de sua rede de parceiros e colaboradores, empenhou-se em identificar organismos públicos, nas esferas municipal e voltados especialmente para a implantação, a coordenação e a execução de ações destinadas aos jovens no Brasil. Nesse esforço, que não pretendeu ser exaustivo e nem ter o caráter de amostragem estatística, foi possível identificar, ao todo, 24 instâncias governamentais. Os comentários feitos têm por base algumas das informações obtidas em um levantamento realizado por Bruna Mantese de Souza, aluna do curso de Ciências Sociais da USP e estagiária da Ação Educativa, em cujos arquivos o referido levantamento está disponível.

26. Se considerarmos o ano de criação, verificamos que a maioria teve início nas gestões municipais concluídas em 2000. As iniciativas identificadas cobrem praticamente todos os grandes partidos brasileiros: cinco organismos criados em gestão do Partido dos Trabalhadores; cinco de partidos de centro-esquerda que realizaram alianças no segundo turno com o candidato Lula, para as eleições presidenciais de 2002 (um do PDT, dois do PPS e um do PSB); dois do PFL (partido à direita do espectro político); e, finalmente, dois do PSDB.

27. Metade dos organismos identificados afirmava ter contemplado a proposta em seus planos de governo. No entanto, percebe-se que não há um modelo claro de referência para a sua criação, uma vez que da carta de intenções à implantação das políticas cria-se um interregno que permite formatos diversos.

aferir tendências, descontinuidades e formas de consolidação de uma nova institucionalidade nas políticas de juventude no Brasil.²⁸

Verifica-se que são iniciativas nascidas sobretudo em capitais de estados ou em cidades pequenas e médias, indicando a existência de considerável diversidade de desafios diante das condições populacionais, do desenvolvimento urbano e de formas de gestão coletiva dos espaços e equipamentos públicos. Em contrapartida, torna-se evidente a lacuna diante dos jovens que vivem no campo, se considerarmos a amplitude dos problemas agrários que o Brasil vive e a existência de movimentos e organizações sociais bastante atuantes no campo. Assim, o tema das políticas públicas de juventude no Brasil está sendo delineado ainda sob uma perspectiva estritamente urbana.

Os novos organismos assumem predominantemente o caráter de assessorias, embora em algumas situações sejam criadas secretarias de estado ou coordenadorias. No elenco desse novo desenho institucional estão localizados também os Conselhos de Juventude, tanto municipais como estaduais, com formatos e funções diversos. Ação bastante inovadora constitui a abertura institucional para a presença jovem nas várias etapas que marcam a discussão e a implantação do Orçamento Participativo em alguns municípios. Essa experiência, iniciada em Porto Alegre na gestão do Partido dos Trabalhadores (SANTOS, 2002; AVRITZER, 2002), constitui referência importante de proposta de uma nova modalidade de relação entre governo e sociedade que tende a se disseminar em vários municípios do país. Nesse conjunto foram identificadas algumas cidades onde a presença e a participação da juventude foram intencionalmente defendidas pelos gestores públicos e traduzidas em mecanismos específicos que as assegurassem.²⁹

Observa-se, também, grande variedade de formas de alocação do órgão na estrutura administrativa do Estado, alguns vinculando-se diretamente ao chefe do executivo local ou regional. Diante do caráter emergente da ação e

28. Em novembro de 2002, em seminário sobre o tema das “Políticas Públicas de Juventude”, promovido pela Ação Educativa, foram identificados, entre os inscritos, quatro organismos estaduais e 22 municipais voltados para ações específicas de políticas de juventude.

29. Há uma diversidade de situações e de resultados inovadores que merecem ainda investigação. Nem todas as experiências vingaram e conseguiram imprimir certa continuidade, como é o caso da cidade de Santo André, na região metropolitana de São Paulo. Outras mostraram sua potencialidade organizativa, como é o caso de Betim, Uberlândia e Itabira, em Minas Gerais. A cidade de Belém construiu uma experiência pioneira bem-sucedida, que evoluiu para uma organização da presença do jovem na formulação das políticas para a cidade e tem constituído referência para outros municípios.

de sua institucionalidade, começa a ser criado um consenso inicial com base nessas experiências: que essa proximidade poderia proporcionar uma correlação de forças mais favorável do ponto de vista das decisões políticas, uma vez que a burocracia governamental tenderia a não incorporar de modo claro novos organismos que não estão suficientemente recobertos de legitimidade política e institucional.³⁰

De certa forma, o caminho a ser constituído parece ser o inverso da luta pelos direitos da infância e da adolescência. Nesse caso, um amplo movimento social lutou, inicialmente, por um desenho jurídico que assegurasse direitos e formas de execução e buscou, em seguida, sua implantação. No caso das políticas de juventude, na ausência de atores coletivos estruturados fortemente em nível nacional baseados na temática da juventude e de projetos políticos claros para esse segmento no âmbito federal, começa a emergir, a partir da base, um conjunto heterogêneo de práticas. Essa diversidade se, de um lado, recobre a possibilidade de experimentação e de inventividade social, elementos importantes para a constituição da democracia, de outro, poderá resultar em experiências fragmentadas, com fraco poder de impacto e de disseminação não favorável à criação de elementos consistentes de uma nova cultura política na formulação de ações para a juventude.

Quando se analisa o conjunto de motivações que as ações propõem, observa-se que, mesmo conformadas por gestões municipais de caráter progressista, as representações normativas correntes exprimem ainda a idéia básica de superação dos problemas vividos pelos jovens, sua situação de vulnerabilidade e, portanto, a meta fixada incide sobre o combate a esses problemas (desemprego, violência, drogas). Verifica-se que nas percepções há, também, um conjunto de referências ligadas às novas desigualdades e processos de exclusão decorrentes das conjunturas neoliberais que atingem sobretudo o segmento juvenil, e que, por essas razões, são demandadas ações específicas para esses segmentos. Convivem com essas orientações algumas práticas que exprimem o reconhecimento de direitos e a admissão de necessidades a serem satisfeitas por políticas (emprego, saúde, lazer, educação, cultura etc.). Observam-se práticas capazes de reconhecer os jovens como sujeitos capazes de participação – sobretudo nas experiências do Orçamento Participativo – e, em caráter minoritário, ações voltadas para os processos de

30. Uma das expressões da inexistência de legitimidade consolidada decorre da ausência de orçamento próprio para a maioria desses organismos.

construção de auto-estima e de identidade juvenis, com base no diálogo com as formas coletivas pelas quais esses segmentos se organizam.

Mesmo assim, deve-se reconhecer que as motivações exprimem algumas limitações como campo privilegiado para compreensão das políticas, pois entre a formulação dos princípios e as ações podem ocorrer filtros, correções e eventuais alterações que somente estudos qualitativos aprofundados das práticas podem elucidar.

No entanto, é preciso admitir que parte significativa de uma incipiente vontade política de construção das ações públicas decorre do reconhecimento dos problemas que afetam a juventude. Parte dessas percepções, de certa forma, pode passar a considerar que o próprio jovem se torna um problema para a sociedade, e é sob essa ótica que o poder público deve tratá-lo (Abramo, 1997). Outro conjunto pode transformar os problemas concretos vividos pelos jovens em necessidades que se inscrevem no campo dos direitos, alargando a pauta de ação e os compromissos da esfera pública – governamental e não-governamental – para com esses segmentos: direito ao trabalho, ao lazer, à cultura, à escola etc.

Certo consenso já é revelado em torno da necessidade de articulação e coordenação de programas e projetos já existentes, e não a mera ampliação das ações. Se os gestores municipais têm por função primordial essa articulação, torna-se evidente que não pretendem cultivar um isolamento no desenho da burocracia estatal, implicando certa recusa em centralizar todas as ações, o que poderia resultar, na melhor das hipóteses, em incapacidade de ação.

Torna-se importante considerar que desenhos institucionais novos no âmbito da máquina estatal lutam por espaços de reconhecimento, de interferência e de poder diante de estruturas pesadas, burocráticas e já enraizadas na administração pública. Por essas razões, é preciso tornar efetiva a capacidade de articular ações e parcerias e evitar que aos organismos reste apenas uma função decorativa e, de certa forma, apaziguadora de uma certa pressão de jovens e demais setores da sociedade civil, quando essa incipiente institucionalidade de forma geral é marcada pela ausência de poder nas relações de governabilidade no interior do Poder Executivo municipal.³¹

31. Como há o problema da ausência de recursos orçamentários próprios, de um status definido do gestor nessa inter-relação, parte do trabalho permanece no plano das intenções e decorre mais do voluntarismo político de alguns, que de um esforço coletivo da gestão em conviver com novos e emergentes desenhos institucionais.

Quanto ao público-alvo das ações, é possível depreender que a faixa etária de abrangência dos programas é ampla: dos 14 aos 24 – faixa estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU); embora alguns ampliem essa faixa até 29 anos, como define a Organização Internacional da Juventude (OIJ). Percebe-se que há uma prioridade para os jovens/adolescentes mais pobres ou aqueles considerados em “condição de risco pessoal e social”. Outros municípios trabalham com jovens integrados no sistema de ensino, e alguns mostram vocação para trabalho com os jovens em geral, sem definição de variáveis de natureza socioeconômica.

Por outro lado, mesmo reconhecendo a diversidade de ações presentes nos municípios, é preciso investigar em que medida elas *signalizam para a formulação de políticas*, implicando coordenação de esforços. Importa, também, verificar em que medida reiteram ou impõem rupturas com padrões tradicionais da cultura política administrativa brasileira, traduzidos por Rua (1998) em cinco regularidades: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações com base na oferta e não da demanda e, finalmente, a existência de clara clivagem entre a formulação/ decisão e a implantação.

As ações desenvolvidas por esses organismos recobrem inevitável heterogeneidade, pois não exprimem desenhos claros sobre projetos de desenvolvimento social e respectivo lugar da juventude no interior dessa proposta global. O mundo do trabalho e algumas ações consideradas de inclusão têm ocupado parte importante das ações, ao lado da criação de alguns equipamentos específicos para jovens (centros de juventude, por exemplo). Verifica-se, também, práticas que buscam afirmar direitos de jovens relativos à sua participação e à sua formação como atores sociais (cursos, seminários, oficinas) e menos voltados para a realização de eventos fragmentados sem proposta de continuidade. As ações são realizadas em parceria, envolvendo tanto outros órgãos governamentais quanto organizações da sociedade civil.

Uma das características desses organismos é a presença de jovens na função de gestores. Em geral são jovens oriundos de setores militantes, sobretudo do movimento estudantil e de partidos políticos. Essa situação conforma um conjunto de desafios que poderão proporcionar caminhos diversos na constituição das políticas de juventude.

O primeiro incide sobre problemas ocasionais derivados de eventual privilégio das ações e de interação com grupos juvenis com maior grau de institucionalidade, pois em geral esses quadros são provenientes de grupos organizados do movimento estudantil ou dos partidos que são responsáveis

pela administração. As formas menos orgânicas dos coletivos juvenis que se originam na cidade – sobretudo aquelas derivadas do mundo da cultura, do lazer e da ação voluntária – têm, em geral, ocupado menos espaço, não apenas como público destinatário das ações ou equipamentos, mas sobretudo como atores relevantes na formulação das ações. Isso remete a uma questão de natureza mais complexa do que aquelas que até então têm sido pautadas nas análises e nos estudos sobre políticas de juventude. Trata-se, de um lado, do reconhecimento, hoje consensual, de novos agenciamentos capazes de fomentar a ação coletiva juvenil para além dos espaços consagrados da política institucional partidária ou do movimento estudantil. Mas, por outro lado, quando o campo é relativo à disputa de posições de poder ou de capacidade de interferência, a arena pública ainda privilegia formas organizativas tradicionais como âmbito específico de possibilidade de ação e, sob esse ponto de vista, os novos agrupamentos juvenis são frágeis.

O caráter ainda precário de inserção administrativa no organismo no aparelho público faz que os gestores jovens devam dispender um esforço adicional. Além da busca de reconhecimento da necessidade das políticas de juventude e do organismo do qual participa – muitas vezes um setor estranho em estruturas pesadas –, é preciso percorrer um caminho de legitimidade que decorre de sua condição juvenil. No interior da burocracia, os recortes de idade e de geração também se fazem presentes, com as inevitáveis fontes de tensão no cotidiano das interações. Resta sempre a possível permanência de formas de dominação do mundo adulto sobre o jovem, não importando a fonte que eventualmente recobriria sua legitimidade: autoridade, maior experiência, melhor qualificação técnica, entre outras. Se as relações entre as idades são recobertas de hierarquias e de formas de exercício de poder, é importante que elas não sejam obscurecidas, pois podem encobrir processos de confinamento e isolamento dos gestores, que exprimiriam perdas consideráveis para a implantação das políticas destinadas aos jovens.

Finalmente, é preciso considerar que a existência do gestor jovem não significa, *a priori*, a condição para a formulação de políticas mais adequadas, sob pena de certa naturalização e homogeneização da condição juvenil, intensamente criticada no debate público. Por essas razões, outra questão importante diz respeito ao perfil técnico e às formas de qualificação dos gestores, tendo em vista ainda o caráter inovador das políticas. Há um longo caminho a ser percorrido, que permitirá definir melhor qual seria o conjunto de competências mínimas para o exercício do cargo, para além de um claro horizonte de premissas sobre o caráter das políticas a serem construídas.

Uma última indagação sobre gestores e funções dos organismos incide sobre a natureza da relação a ser mantida com os segmentos juvenis. Tendo em vista o caráter bastante inicial dessas ações, percebe-se que, quanto aos jovens, o diálogo se faz de modo individual ou nos programas desenvolvidos, mas sem, ainda, a existência de mecanismos que consagrem a presença juvenil de forma a constituir uma parceria articulada. Buscou-se em algumas cidades a criação de fóruns ou conselhos de juventude, tanto no nível estadual quanto no municipal, e a implantação de conselhos gestores de centros de juventude. Mesmo não havendo clareza do melhor caminho para que as ações sejam desenvolvidas com a juventude, percebe-se que o tema da participação dos jovens na formulação, implantação, execução e avaliação das políticas está, ao menos, no horizonte das ações.

Mais uma vez, percebe-se que a presença de atores coletivos juvenis diversificados asseguraria, em tese, o caráter plural e democrático da participação. O caráter emergente dessa nova agregação dos interesses e da sociabilidade juvenil no âmbito da cidade, muito mais ligada a formas expressivas, resistentes a certa racionalidade instrumental inerente ao mundo da política institucional, abre para um novo campo de conflitos e de ações que poderão, de certo modo, contribuir para uma reinvenção da esfera pública, na esteira dos movimentos sociais observados a partir dos anos de 1970 na sociedade brasileira.

FINALIZANDO?

O governo Lula, empossado em janeiro de 2003, herda alguns desafios importantes e de difícil equacionamento. Não só precisa contribuir efetivamente para a construção de um modo diverso de compreensão dos jovens na sociedade brasileira, a ser expresso tanto sob a forma de políticas públicas democráticas que reconhecem o não-cumprimento de direitos historicamente negados – educação, saúde e trabalho –, como capaz de se abrir para outras modalidades de ação que contemplem novos direitos da juventude.

Mas o atual governo federal se encontra, também, em um campo de disputa de orientações. Nesse terreno conflituoso existe a possibilidade da elaboração de políticas que contrariem as orientações dominantes e redutoras da complexidade dos fenômenos sociais. É preciso avançar para além das doutrinas de segurança pública e de assistência social no trato com as políticas públicas federais orientadas para os jovens. Sem negligenciar as inúmeras dificuldades de ampliação das dotações orçamentárias para as políticas públi-

cas sociais, admite-se que o desafio maior é, contudo, inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*. Viña del Mar: CIDPA, n. 16, p. 119-155, mar. 2002.

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, p. 25-36, número especial, maio-dez. 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS E PROMOTORES DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Disponível em: <www.abmp.org.br>. Acesso em: dez. 2002.

ATTIAS-DONFUT, C. Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et Sociétés*, v. 28, n. 1, p. 13-22, 1996

AVRITZER, L. Além da dicotomia Estado-mercado: Habermas, Coehn e Arato. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: n. 36, p. 213-222, 1993.

_____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, S. B. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 561-598.

BOURDIEU, P. De quoi parle-t-on quand on parle du "problème de la jeunesse"? In: PROUST, F. (Org.). *Les jeunes et les autres: contributions des sciences de l'homme à la question des jeunes*. Vaucresson: CRIV, 1986. p. 229-235.

BRASIL. Governo Federal. *Gabinete da Presidência*. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/gsi/piaps>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Ministério do Esporte e Turismo. Disponível em: <www.met.gov.br>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Ministério da Justiça. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em: <www.mpas.gov.br>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Ministério da Saúde. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: dez. 2002.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: dez. 2002.

CASTELLS, M. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *The city and the grassroots*. Berkeley: University of California, 1983.

CNPq. Disponível em: <www.cnpq.br>. Acesso em: dez. 2002.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. *Universidade solidária*. Disponível em: <www.universidadesolidaria.org.br>. Acesso em: dez. 2002.

COSTA, S. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*. São Paulo: n. 43, p. 3-26, 1997.

_____. Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: n. 38, p. 38-52, 1994.

DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DRAIBE, S. M. *Reforma do estado e descentralização: a experiência recente da política brasileira de ensino fundamental*. In: INTERNACIONAL SEMINAR RESTRYCTHYRUBG AND GOVERNMENT REFORM: BRAZIL AND LATIN AMERICA IN A GLOBALIZATION CONTEXT, maio. 1998. Anais... [S.l.]: [s.ed.], 1998. (mimeo).

DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970

FERRETI, C. J. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico. *Educação & Sociedade*, a. 21, n. 70, p. 80-99, abr. 2000.

JUVENTUDE e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 39, 1993.

GOIÁS, J. de. *As propostas do Congresso Nacional para crianças e adolescentes*. Brasília: INESC, 2002.

KOWARICK, L. *As lutas sociais na cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KUENZER, A. Z. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 70, p. 15-39, abr. 2000a.

_____. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000b

LAGREE, J. C. *Age, jeunesse et politiques publiques*. Paris: [s.l.], 1999. (mimeo).

LECHNER, N. *Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1990.

LEFEBVRE, H. *La présence et l'absence: contribution à la théorie des représentations*. Paris: Casterman, 1980.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial, ENAP, 1999.

REIS, E. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do "familismo amoral" de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: n. 29, p. 35-48, 1995.

RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: _____. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-752.

SANTOS, B. S. Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: _____. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 455-544.

SOLA, L. Juventude, comunidade política e sociedade civil. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p. 753-768.

SPOSITO, M. P. (Coord.). Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: n. 5/6, p. 37-52, número especial, maio-dez. 1997.

_____. *Juventude e escolarização, 1980/1998*. Brasília: MEC/INEP/Comped 2002. (Estado do Conhecimento; 7).

JUVENTUDE E PODER LOCAL: UM BALANÇO DE INICIATIVAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA JOVENS EM MUNICÍPIOS DE REGIÕES METROPOLITANA *

Marilia Pontes Spósito

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação

Hamilton Harley de Carvalho e Silva

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação

Bolsista de Capacitação Técnica/FAPESP

Nilson Alves de Souza

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação,

Bolsista de Iniciação Científica/CNPq

INTRODUÇÃO

Quando propusemos a investigação em torno das ações destinadas aos jovens em 74 prefeituras de cidades brasileiras, algumas inquietações ancoravam a pesquisa a ser empreendida.¹ Considerávamos que as políticas e ações destinadas aos jovens podem ser também investigadas a partir do modo peculiar como *constroem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos*. Inspirados em Lagree (1999), tomávamos como hipótese preliminar de investigação a idéia de que há uma *interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas na esfera pública*. Dito de outra forma, a conformação das políticas e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens.

* Publicado na Revista Brasileira de Educação n. 32 (maio-set. 2006).

1. Trata-se do Projeto Juventude, Escolarização e Poder Local, desenvolvido com o apoio da Fapesp e do CNPq (2003/2006).

A decisão de tomar como base empírica os executivos municipais decorreu da reconhecida importância da gestão municipal no processo de democratização da sociedade brasileira, a partir da década de 1980.² O poder municipal tornou-se campo privilegiado de análise porque nele as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública democrática, aparecem de forma mais clara e oferecem focos importantes para a realização de pesquisas.³ Tanto os aspectos inovadores e democráticos como as reiterações de práticas incrustadas em uma cultura política do mandonismo local estavam no universo de preocupações, pois a diversidade de modos de constituição da ação governamental e da esfera pública nas cidades é ampla e evidente.

Os 74 municípios pesquisados retratam um caleidoscópio rico de possibilidades de compreensão da dinâmica sociopolítica local, uma vez que estão situados em regiões metropolitanas diversas (Tabela 1). Na região Sul, investigamos a região metropolitana de Porto Alegre e Florianópolis; no Sudeste, privilegiamos oito municípios da região metropolitana de São Paulo e constituímos o ABC e seus municípios como uma unidade específica de análise. Incorporamos as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória; no Nordeste, a região metropolitana de Recife foi pesquisada, e no Centro-Oeste foi selecionada a recém-criada região metropolitana de Goiânia.

No universo de investigação estão compreendidos cerca de 8 milhões de jovens entre 15-24 anos, para uma população total de aproximadamente 40 milhões de habitantes. Os municípios escolhidos não responderam aos critérios de uma amostra probabilística, mas certamente o conjunto das informações não deixa de oferecer um quadro bastante representativo das ações municipais de regiões metropolitanas brasileiras que têm como alvo os segmentos juvenis.⁴

2. Não considerávamos apenas alguns efeitos inovadores no âmbito da descentralização e da reforma do Estado, já analisados por outros autores como Pereira, Wilhelm e Sola (1999) e Draibe (1998).

3. Foge do escopo deste artigo recuperar toda a discussão em torno dos conceitos de sociedade civil e esfera pública observada nas ciências sociais no Brasil. Para os efeitos da análise aqui empreendida, vale reiterar que o conceito de sociedade civil adquire maior visibilidade, sobretudo, com o processo de democratização (PEREIRA, WILHEIM; SOLA, 1999; DRAIBE, 1998). Lourdes Sola (1998) considera que, não obstante a diversidade dos modos de abordagem há pontos de forte convergência entre os autores, quando examinam a cultura política, os valores e os desenhos institucionais como elementos importantes a conformar a sociedade civil em uma perspectiva democrática.

4. Juventude rural e jovens residentes em pequenos municípios brasileiros são realidades pouco investigadas no âmbito dos estudos sobre juventude no Brasil e não estão contemplados nesta pesquisa.

O espectro foi amplo não só do ponto de vista sociodemográfico, compreendendo pequenos, médios e grandes municípios e todas as capitais, como sob a ótica do arco de alianças e partidos no poder, igualmente diversificado (Tabela 2). De modo geral, administrações do Partido dos Trabalhadores ou produtos de coalizão de frentes partidárias mais à esquerda têm constituído o campo mais intenso das ações para a juventude.⁵ No entanto, é preciso considerar que há diferenças substantivas no interior de prefeituras administradas por um mesmo partido, indicando que as práticas locais, as forças políticas e os principais atores envolvidos conformam significativa diversidade no delineamento e nos pressupostos das iniciativas. A heterogeneidade ocorre, também, no âmbito dos diferentes ritmos de consolidação ou implementação das ações voltadas para o segmento juvenil, mas em geral todas são muito recentes, tendo sido iniciadas em meados dos anos 1990.

Tabela 1 - Municípios estudados por região metropolitana

Estado	Município	População Total
SP (13)	Embu, Guarulhos, Jandira, Mogi das Cruzes, Osasco, São Paulo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo, São Caetano	15.143.995
SC (4)	Biguaçu, Florianópolis, Palhoça São José	666.675
ES (6)	Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória	1.425.587
RJ (20)	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá	10.894.156
GO (4)	Aparecida de Goiânia, Goiânia, Senador Canedo, Trindade	1.563.961
MG (12)	Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Sete Lagoas	4.163.654
RS (11)	Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Viamão	3.145.119
PE (4)	Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Olinda, Recife	2.072.486
Total (74)		39.075.633

Fonte: IBGE (2000).

5. Informalmente, muitos gestores declararam que o primeiro partido a empreender ações e a defender bandeiras junto aos jovens foi o PCdoB, sobretudo a Juventude Socialista. No entanto, gradativamente, essas orientações atingiram as hostes jovens do PT e, com menor intensidade, a juventude do PSDB.

Tabela 2. Distribuição dos Partidos nos municípios investigados

Partidos Políticos	Número de Prefeituras em 2001	Número de Prefeituras em 2005
PT	17	20
PSDB	14	10
PMDB	10	13
PFL	7	5
PDT	7	2
PTB	6	4
PSB	3	5
PPS	3	1
PL	2	5
PPB	2	0
PC do B	1	2
PHS	1	1
PSD	1	0
PP	0	2
PSC	0	2
PV	0	2

O instrumento que orientou a coleta de dados foi aplicado junto aos coordenadores das iniciativas⁶, e o número total registrado (796) constitui importante universo de dados empíricos a serem trabalhados. As informações sistematizadas decorrem do modo como o responsável pela ação vislumbra seus objetivos, suas características e impacto. Expressam, de algum modo, as suas concepções normativas sobre os jovens e as possibilidades de participação desses segmentos na definição de uma agenda pública no âmbito do município. Em geral, os informantes são gestores situados nos escalões intermediários, subordinados ao titulares das pastas. Alguns são coordenadores de órgãos especialmente criados para a implantação de ações – as assessorias e coordenadorias de juventude –, respondendo diretamente ao gabinete do prefeito ou a alguma secretaria de governo. As percepções e informações cruzam,

6. As ações referidas neste texto contemplam modalidades diversas de intervenção do executivo municipal. Elas tanto podem ser episódicas sob a forma de eventos ou campanhas, como podem derivar de projetos que definem de modo sistematizado os objetivos e as atividades propostas ou de programas que configuram atividades planejadas para atingir metas de caráter mais duradouro. No entanto, para efeitos de redação, não será feita distinção entre eles, que poderão ser utilizados como sinônimos. O formulário aplicado compreendia 58 questões e quatro perguntas de natureza qualitativa.

assim, diferentes idades, uma vez que os informantes podem ser eles mesmos jovens, alocados na máquina pública do executivo municipal. Embora o quadro apresentado reúna informações valiosas, é importante ressaltar que exprime o grau de conhecimento e a percepção que o informante detém do programa/projeto sob sua responsabilidade. Essa constatação é essencial, pois um estudo exaustivo das políticas envolveria, em cada um dos municípios, entrevistas com os vários escalões responsáveis, incluindo o acompanhamento das ações no seu cotidiano. As observações e análises aqui contempladas constituem um primeiro esforço em torno de alguns temas abordados pelo instrumento e não esgotam todo o universo temático compreendido pela pesquisa.

O EMERGENTE CAMPO DAS AÇÕES: ALGUMAS REITERAÇÕES E TENDÊNCIAS

Ao analisarmos as políticas federais voltadas para a juventude, verificamos em artigo anterior (SPÓSITO; CARRANO, 2003) que a emergência das ações federais se dá na segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, sobretudo a partir de 1997. Nesse momento, foi intensa a repercussão pública do assassinato do índio Galdino por jovens de camadas médias e a associação entre juventude e violência se fez mais forte. Mas é preciso considerar, também, que o clima decorrente das rebeliões de jovens em conflito com a lei nas dependências de várias unidades estaduais da Febem aparece largamente retratado pela imprensa a partir de meados da década de 1990, induzindo a uma visibilidade perversa de vários segmentos de adolescentes pobres (SALES, 2005).

Esse clima dominante de percepções em torno da articulação entre juventude pobre e violência, agravado pela disseminação de tais práticas nas classes médias, provavelmente influenciou os municípios de modo geral, pois a maioria das ações, conforme os dados da Tabela 3 indicam, têm início a partir de 1997. Em 1997-2000 verifica-se a expansão dos programas (21%), acentuada significativamente no último período (2001-2004), que reúne 64,8% das iniciativas. As duas últimas gestões municipais são, assim, responsáveis por quase 86% das ações. No momento do trabalho de campo, os programas, em sua maioria, encontravam-se em fase de implementação, representando um percentual de 72,4% contra somente 8,4% dos considerados encerrados, como pode ser observado na Tabela 4.⁷

7. O trabalho de levantamento dos dados foi realizado em durante o ano de 2003 e finalizado em fevereiro de 2004.

Chama atenção a pouca efetividade dos dispositivos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no âmbito do executivo municipal, logo após sua promulgação. Duas possibilidades podem ser aventadas para essa ausência de políticas no interior de governos municipais a partir da vigência do ECA: a primeira reside na hipótese de uma ausência de iniciativas, pois a luta efetiva pelos direitos não repercutiu na esfera municipal, que se volta para a questão apenas no final da década de 1990; a segunda, mais otimista, incide sobre a possibilidade de terem sido implantadas algumas ações de curta duração, sofrendo a descontinuidade habitual das políticas públicas no País.⁸

Tabela 3. Ano de início do projeto

Períodos	Qtde	%
Até 1980	5	0,6
1981-1984	3	0,4
1985-1988	6	0,8
1989-1992	18	2,3
1993-1996	39	4,9
1997-2000	166	20,9
2001-2004	516	64,8
Não informou	43	6,3
Total	796	100,0

Tabela 4. Fase atual do programa/projeto

Fase atual do programa	Frequência+	%
Concepção	43	5,4
Implementação	576	72,4
Avaliação	48	6,0
Programa encerrado	67	8,4
Não executado	9	1,1
Não respondeu	53	6,7
Total	796	100,0

8. Se o ECA abriu possibilidades para a constituição de uma nova concepção de infância ou de desenhos institucionais mais avançados por meio da constituição dos Conselhos, impulsionando ações no Judiciário (promotorias, varas da infância, medidas em relação a adolescentes em conflito com a lei) não há avaliações ou estudos disponíveis sob o ponto de vista de sua efetivação no interior nas políticas do Poder Executivo nos três níveis da federação brasileira.

De certo modo, obedecendo à trajetória das políticas públicas em nível federal para a juventude no Brasil, os dados obtidos revelam que os organismos responsáveis⁹ pelo maior número de programas levantados são as secretarias ligadas à assistência social/inclusão/ação social, com 23% de citações, seguidas pela secretarias de educação, que concentram 16,2 % das ações destinadas a essa faixa da população. Em terceiro aparecem as secretarias municipais de cultura (12,2%), com índices bem próximos à área de esportes. Por outro lado, podemos observar que outras secretarias municipais contemplam iniciativas sob a forma de projetos ou programas para a juventude de modo mais esparsos. Esses dados, apesar de não serem numericamente muito expressivos, revelam que ocorre crescente abertura da temática juventude na agenda política dos governos municipais, incluindo novas áreas como habitação, turismo, segurança pública e cidadania, somando 11,7% das iniciativas. Embora seja crescente o número de organismos envolvidos nas ações do executivo municipal, ainda não se observa com a mesma intensidade uma contrapartida institucional capaz de articular essas ações. As coordenadorias e secretarias municipais de juventude – produto de novos desenhos institucionais – agregam apenas 6,9% das ações destinadas a essa faixa da população, evidenciando seu caráter emergente no desenho das políticas (Tabela 5).

Tabela 5 - Número de ações por secretaria municipal

Secretarias Municipais*	Frequência Absoluta (F.A.)	%
Secretaria de Assistência Social/Inclusão/Ação Social	237	23,0
Secretaria de Educação	167	16,2
Secretaria de Saúde	56	5,4
Secretaria de Meio Ambiente	27	2,6
Secretaria de Esporte	114	11,0
Secretaria de Cultura	126	12,2
Secretaria de Trabalho	45	4,4
Secretaria de Governo	17	1,6
Secretaria de Habitação	21	2,0
Secretaria de Turismo	35	3,4
Secretaria de Juventude	71	6,9

continua

9. Os programas/projetos podem estar ligados a mais de uma secretaria, portanto, o total de respostas é maior do que o número de ações.

Tabela 5: conculsão

Secretarias Municipais*	Freqüência Absoluta (F.A.)	%
Secretaria de Segurança Pública	7	0,7
Secretaria de Participação/Cidadania	58	5,6
Outras	17	1,6
Não informou	34	3,3
Total	1.032	100,0

(* Múltipla escolha)

Mas é importante reconhecer que essa porosidade revelada pela pesquisa indica, também, um traço reiterativo das políticas públicas no País: dispersão, fragmentação e superposição, como afirmou Rua (1998).

Por outro lado, a predominância da área da assistência social nos leva a considerar que as políticas de juventude aparecem de forma subsidiária à questão social, sendo considerada um aspecto – por que não dizer menor – dessa grande problemática. Sales (2005), ao examinar o tema dos jovens em conflito com a lei e sua (in)visibilidade perversa, considera que as orientações e políticas derivadas do ECA sempre foram subtemas da questão social e, portanto, com escassa legitimidade para desencadear ações governamentais. No entanto, deve ser questionada não apenas a condição de serem subtemas, mas o próprio fato de se inscreverem as ações, de modo exclusivo, no âmbito da questão social, mesmo que alcancem em seu interior certa prioridade. Essa inscrição significa dar visibilidade e propor as políticas de juventude sempre subordinadas ao tema da questão social. Não é estranha, portanto, a reiteração das problemáticas da vulnerabilidade, do risco e da violência, como fatores que desencadeiam a ação tanto do executivo municipal quanto do federal, a partir de meados dos anos 1990. Ou seja, as políticas de juventude no País *não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade, e uma concepção ampliada de direitos – os novos regimes de cidadania* (LONCLE-MORICEAU, 2001) –, mas como um aspecto da questão social. Por essas razões, a inserção das ações de forma predominante no âmbito dos organismos da assistência traduz alguma coerência que dificulta, no entanto, a alteração de imagens que condensam estereótipos negativos em relação aos adolescentes pobres.

A questão social no País, durante a maior parte do século XX, foi tradicionalmente tratada como “questão de polícia”. De modo gradativo, a área da assistência social trouxe-a para a esfera dos direitos, lutando por estabelecer

um novo recorte e uma compreensão dos processos de exclusão como determinantes da questão social. No entanto, sob o ponto de vista das políticas de juventude, a visibilidade que ocorre se origina, sobretudo, dos adolescentes pobres, em situação de rua ou em conflito com a lei. Essa visibilidade, agravada por um clima de insegurança social, engendra demandas de controle e de disciplinamento de sua conduta. Talvez esta seja uma forte razão para a demora na constituição de um discurso público favorável às políticas de juventude, capaz de romper com a associação entre juventude, vulnerabilidade, risco e violência, inserindo-o na esfera dos direitos das múltiplas cidadanias.

Se considerarmos, como Rancière (1996), que a “política”, diferentemente da “polícia”, é produtora de certo dissenso, na medida em que introduz o litígio, ou seja, a possibilidade de produção de novos significados e de trazer à luz sujeitos que permanecem na sombra e, portanto, não são atingidos pelos pressupostos da igualdade, não podemos, estrito senso, falar de políticas de juventude¹⁰. O emergente espaço das ações ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante: as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares. Defensores dos novos direitos consagrados pelo ECA, atores que na vida pública dedicam-se aos adolescentes privados de direitos, ainda são identificados como parte do campo de significados recobertos pela idéia de violência e de vulnerabilidade. Não obstante a busca de criação de um dissenso, uma vez que parte dos atores que atuavam no campo tentou produzir novos significados, a prática limitou-se aos sujeitos que já estavam sendo considerados apenas na sua condição de vulnerabilidade ou de violência potencial. Deixando à sombra outros aspectos dos sujeitos jovens – para além de sua vulnerabilidade –, a lógica dominante prevaleceu, reiterando, mesmo que sob outras designações, a dissociação, outrora recoberta pela idéia do “menor”. Verifica-se agora a cisão entre adolescentes “vulneráveis ou em situação de risco” e os jovens. Estes últimos começam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos – plenos e legitimados pela sociedade –, e os “outros”, até recentemente cunhados como “menores”, seriam objeto de ações reparadoras ou preventivas de sua provável delinqüência.

Nem mesmo a recente discussão em torno do emprego/desemprego juvenil consegue romper com essa lógica, uma vez que o tema do desemprego

10. Para Rancière, a polícia designa a lógica de quantificar e assinalar a população em lugares diferentes enquanto a política alude à subversão dessa lógica diferencial por meio da constituição de um discurso igualitário que põe em julgamento identidades já estabelecidas (Rancière, 1996). Se o debate ficou circunscrito ao eixo da violência e os jovens – mesmo que se denuncie a sua condição de vítimas – torna-se muito difícil subverter associações estabelecidas.

aparece associado ao combate ao crime e ao tráfico que “arrebanha” jovens desocupados. O tempo livre juvenil aparece como sintoma de perigo, sobretudo quando está pressuposta a imagem do ócio de sujeitos do sexo masculino, pobres e de origem negra¹¹.

A Tabela 6 ilustra algumas dessas hipóteses acima enunciadas, pois verifica-se que a principal área de atividade dos programas está voltada para o acompanhamento e reinserção social, com 20,9% de respostas apontadas como primeira prioridade em uma hierarquia de citações. Em segundo lugar aparecem os programas vinculados à área de cultura, e nela são majoritárias as propostas de cunho artístico como a dança, teatro, música e artes plásticas, perfazendo um total de 19,2% das respostas em primeira prioridade. O estímulo à participação juvenil como primeira prioridade aparece em apenas 12,9% das atividades e, se considerarmos três possibilidades, as áreas mais citadas são cultura, inserção social e esportes.

Tabela 6 - Área de atividades dos programas/projetos

Área de atividade	Três áreas mais importantes		1ª opção	
	F.A.	%	F.A.	%
Cultura	489	23,4	153	19,2
Estímulo à participação e Protagonismo juvenil	227	10,9	103	12,9
Esporte e Lazer	346	16,6	114	14,3
Saúde	196	9,4	80	10,1
Mundo do Trabalho	174	8,3	68	8,5
Acompanhamento e Reinserção Social	445	21,3	166	20,9
Educação Ambiental	39	1,9	9	1,1
Escolarização	34	1,6	24	3,0
Produção Literária	12	0,6	7	0,9
Pesquisa	8	0,4	6	0,8
Atividades Religiosas	9	0,4	0	0,0
Outros	92	4,4	49	6,2
Não respondeu	17	0,8	17	2,1
Total	2088	100,0	796	100,0

11. Essas questões são importantes porque constituem políticas que não consideram o fato do desemprego afetar mais as jovens do que os jovens (SPÓSITO, 2005). Provavelmente as mulheres jovens, em função das formas de socialização predominantes, não constituem ameaça social.

Se agruparmos alguns dos objetivos das ações, identificados pelos entrevistados, verificamos o seguinte quadro: 13,7% apresentam metas culturais estrito senso, 9,6% articulam-se à inserção e inclusão sociais, sem considerarmos ações semelhantes no âmbito do trabalho ou da escola, tendo em vista sua especificidade. São significativos os objetivos voltados para os temas da escola – por que não dizer inclusão escolar? –, reunindo 13,5% das respostas, e os objetivos ligados ao esporte, incluindo 7.9% das menções (Tabela 7).

Como a frequência de respostas em torno de alguns objetivos é maior do que o número de ações envolvidas na mesma modalidade, depreende-se que, para cada modalidade de ação, mais de um objetivo está previsto. No entanto, o número de citações em torno dos objetivos não poderia ser menor do que as modalidades respectivas. Curiosamente, se tomarmos como exemplo a prática esportiva, verificamos que há maior número de citações nas modalidades oferecidas (em torno de 14% das ações) do que nos objetivos (em torno de 8%). Essa discrepância pode indicar que a prática esportiva aparece como estratégia para a consecução de outros objetivos que não incluem a própria prática do esporte¹². As diferenças mais expressivas situam-se no domínio da cultura, incluindo as expressões artísticas. Como primeira opção, as expressões culturais e artísticas são a modalidade principal em quase 20% dos programas nacionais, ao passo que 13% dos objetivos pretendidos situam-se no domínio da cultura. Por outro lado, cerca de 21% das ações estão no campo da inserção social, mas os objetivos dessa área limitam-se a 9%, aproximadamente. Alguns desencontros são importantes de serem assinalados. Parte das ações voltadas para a cultura não apresenta objetivos nessa área, talvez caracterizando a ação cultural, como já observado no esporte, como estratégia para outros fins. Do mesmo modo, muitas ações desenvolvidas na área da inserção social/assistência social contemplam objetivos diversificados.

Um aprofundamento dessas questões incidiria para o reforço de uma hipótese que recai sobre o caráter *instrumental* das práticas – artísticas e esportivas –, que passam a se constituir como porta de entrada para objetivos estranhos ao mundo cultural e dos esportes. Não se trata de negar que práticas culturais e esportivas produzem benefícios amplos para aqueles que a praticam (auto-estima, construção de identidades, possibilidades de agre-

12. Por outro lado, no âmbito do esporte há uma clara clivagem entre a prática esportiva que tem como objetivos identificar e promover talentos, mais freqüente nos grandes programas apoiados por empresas, e as práticas de usufruto coletivo e democrático que têm como meta a possibilidade de acesso ao esporte (MARTINS, 2004).

gação e de participação, entre outras).¹³ Outra lógica ocorre quando o objetivo é conter a violência, agressividade, comportamentos ameaçadores e, portanto, utiliza-se a arte ou o esporte para a obtenção de algum benefício de outra ordem, esvaziando-se as metas inerentes à atividade. Quando a prática cultural ou esportiva aparece apenas como instrumento para outros objetivos, em geral ela pouco agrega em termos de competências específicas, técnicas e materiais necessários. Sempre pode ocorrer verdadeiro simulacro da expressão artística ou esportiva, disseminando-se projetos com poucos materiais ou recursos, sendo empreendidos por pessoas pouco capacitadas.

Por outro lado, se de fato as metas de inclusão são menos frequentes do que as ações consideradas desse tipo, outro tema para a análise pode ser identificado: atividades declaradas como de inclusão social têm objetivos diversos, o que sinaliza escopo amplo e difuso de metas abrangidas pelas expressões inclusão ou inserção social. Se o discurso da exclusão, como afirma Martins (1997) é impreciso e pode levar a incorreções conceituais com conseqüências políticas perversas, o discurso da inclusão, provavelmente, inscreve-se na mesma chave¹⁴.

No tema do estímulo à participação juvenil ou protagonismo, há um índice ligeiramente maior de citações nos objetivos do que no de modalidades, o que leva a imaginar que outras práticas (esportivas, culturais, de lazer, de acompanhamento e inserção, complemento escolar etc.) estariam também cumprindo esse tipo de meta. Resta apenas indagar se todas as possibilitam e se, de fato, a participação e o protagonismo estão se disseminando para outras práticas. Chama a atenção, também, a frequência de objetivos voltados para a melhoria das condições escolares dos jovens e, de modo concomitante, a pouca presença de atividades de complementação à escolaridade. Ao que tudo indica, parte das ações opera com o pressuposto de que um leque grande de atividades desenvolvidas no campo não-escolar – culturais, esportivas, de participação – agiria positivamente na relação dos jovens com a própria escola. Contudo, se grande parte das dificuldades escolares dos jovens decorre das características das práticas educativas oferecidas pelas unidades de ensino, o paralelismo das ações provavelmente teria pouco a oferecer no sentido da alteração dessa relação conflituosa.

13. Basta recorrer a Elias (ELIAS; DUNNING, 1995) quando analisa os efeitos pacificadores das práticas esportivas.

14. É muito comum em ações consideradas de inserção social ter como meta central o desenvolvimento da auto-estima. Sem menosprezar a importância dessa característica na vida dos jovens resta a pergunta: a promoção da auto-estima de fato favorece o acesso dos jovens ao mundo da educação, da cultura, do trabalho e do lazer? Se tratarmos de um conjunto de direitos negados não seria o fomento da auto-estima daqueles que são privados do acesso a esses bens o mecanismo básico de sua inserção.

Tabela 7 – Objetivos das iniciativas

Objetivos*	FA	%
Melhoria das condições de frequência/Permanência escolar	55	4,8
Proporcionar atividades extra-escolares/cursos alternativos a escola	68	5,9
Oferecer curso pré-vestibular	6	0,5
Favorecer a inclusão escolar	24	2,1
Trabalhar com diversidade sociocultural	18	1,6
Ampliar/Desenvolver universo cultural/artístico dos jovens	139	12,1
Complementar renda	16	1,4
Erradicar o trabalho infantil	22	1,9
Inserir/Qualificar no/para o mercado de trabalho. Preparar para o mercado de trabalho	91	7,9
Desenvolver consciência ambiental/Trabalhar com meio ambiente	28	2,4
Oferecer atividades esportivas	91	7,9
Prevenir a violência/Oferecer atendimento psicossocial e educacional às vítimas de violência e familiares	41	3,6
Diminuir abuso da polícia - atuação na escola	2	0,2
Prevenir em relação ao consumo de drogas	27	2,4
Prevenir DST/HIV (dar cursos/palestras/clínica)	34	3,0
Prevenir gravidez na adolescência (dar cursos/palestras/clínica)	22	1,9
Elevar auto-estima	46	4,0
Promover o protagonismo juvenil	88	7,7
Criar/Manter espaços/Fóruns de debates sobre jovens	44	3,8
Propiciar inclusão digital	7	0,6
Reintegrar crianças e jovens em processo de exclusão	110	9,6
Formular Políticas Municipais de apoio a criança e ao jovem	8	0,7
Realizar pesquisa	4	0,3
Desmarginalizar a cultura hip-hop	4	0,3
Outros	142	12,4
Não informou	11	1,0
Total	1148	100,0

* Múltipla escolha

No tocante aos recursos, verifica-se que a área pública ainda é majoritária na manutenção financeira das ações. Pouco mais de 80% dos programas contam com recursos públicos de diferentes esferas. Entretanto, o município aparece como parceiro na maioria dos projetos (60,3%), seguido pelo poder federal (14,2%) e estadual (6,4%) (Tabela 8)¹⁵. Cerca de 70% dos projetos declararam a existência de parcerias, que podem ser de natureza variada, além da financeira. Vale lembrar que a prefeitura, além de sempre figurar como responsável pelos recursos financeiros, também oferece espaços e, muitas vezes, apoio técnico (Tabela 9).

Tabela 8 - Origem dos recursos

Origem*	Frequência	%
Recursos federais	160	14,2
Recursos estaduais	72	6,4
Recursos municipais	680	60,3
Sociedade civil organizada	65	5,8
Empresas privadas	65	5,8
Recursos internacionais	11	1,0
Cobrança de Ingresso	2	0,2
Cobrança de taxa dos usuários	2	0,2
Não informou	32	2,8
Outras fontes	39	3,5
Total	1128	100,0

(*Múltipla Escolha)

Tabela 9 - Parcerias

Parceria	Frequência	%
Sim	549	69,0
Não	247	31,0
Total	796	100,0

Os programas, de acordo com os dados disponíveis, são híbridos quanto às faixas etárias. Uma primeira classificação evidencia que há um grande número que congrega crianças e adolescentes (30%), e outros que não esta-

15. Vale a pena assinalar a importância do poder federal na constituição de um discurso capaz de sustentar as ações que é, em grande parte, reiterado pelos municípios, mesmo que sob o ponto de vista material a sua participação não seja majoritária.

belecem recortes, reunindo crianças, adolescentes e jovens (26%). Uma parcela dedica-se apenas aos adolescentes (13%). Poderíamos então considerar que cerca de 40% trabalham com a faixa etária prescrita pelo ECA. As ações que atendem de modo específico a adolescentes e jovens, sem aglutinação com outras faixas etárias (25%), começam a se fazer presentes, embora apenas 3,9% dos programas ofereçam atendimento específico para jovens entre 18 e 29 anos. Observa-se, assim, predominância de ações voltadas para adolescentes, quando as crianças não estão envolvidas (Tabela 10).

Tabela 10 - Faixa etária do público alvo dos programas

Faixa Etária	F.A.	%
7 a 17	241	30,3
7 a 29	212	26,6
14 a 17	106	13,3
14 a 29	198	24,9
18 a 29	31	3,9
Não respondeu	8	1,0
Total	796	100,0

Esta é uma situação observada na maioria das regiões metropolitanas investigadas. A frequência maior de ações destinadas à faixa etária prevista pelo ECA, reunindo crianças e adolescentes em um mesmo projeto, promove, ao menos inicialmente, certa indiferenciação das especificidades do ciclo de vida, ou seja, está pressuposta a idéia de que crianças e adolescentes são o público alvo porque estariam, a princípio, dentro dos marcos estabelecidos pela legislação. Ocorre que houve, nos contatos com as prefeituras e respectivos gestores de programas, pouca percepção das implicações das significativas diferenças existentes entre demandas, experiências e necessidades de crianças com 9 anos de idade e adolescentes na faixa dos 17. Por outro lado, alguns técnicos voltados para a implantação dos direitos previstos na lei ressentem-se da descontinuidade e da exclusão de muitos jovens da frequência a programas apenas porque atingiram a maioridade legal.

Mas a disseminação de ações, reunindo adolescentes (14-17 anos) e jovens (15-29 anos), implica não só alargamento da temporalidade do ciclo de vida que merece a ação do poder público, mas também a verificação de que as possíveis divisões etárias desse contingente não impedem o reconhecimento de maior número de afinidades do que dissonâncias. Ou seja, é possível

reunir adolescentes e jovens em um mesmo programa, o que seria, provavelmente, uma ação mais adequada do que trazer os adolescentes para o universo da infância, o que acabaria por descaracterizar não só a infância, tal qual foi concebida pela modernidade, como a própria adolescência e juventude como momentos diversos construídos historicamente na sociedade moderna a partir do século XIX. No entanto, outras implicações existem, porque os marcos legais da maioridade são arbitrários, produto de consensos provisórios, e não deveriam implicar em restrição da ação do Estado, pois deixam à sombra categorias significativas de jovens sobre as quais o poder público no Brasil não assume qualquer responsabilidade.

Se relacionarmos a área de atividade por faixa etária, um quadro mais preciso pode ser delineado (Tabela 11). Na faixa dos 7 aos 17 anos, as áreas mais significativas são as de reinserção social (30,8%), esporte e lazer (23,3%). Isso nos permite relacionar esses projetos com preocupações relativas ao cuidado e à ocupação do tempo livre com atividades de integração e lazer, limitando-se à faixa etária prevista pelo ECA.

Já nos projetos que consideraram a faixa dos 14 aos 29 anos, cuja atuação aparece orientada mais claramente para a juventude, a modalidade de ação mais freqüente é o protagonismo juvenil, com 24,7% das citações. Essas ações podem indicar um possível alargamento do discurso em torno da participação do jovem, embora não possam ser identificados os pressupostos dessa orientação. Não cabe neste momento distinguir conceitualmente, mas assinalar que há substantivas diferenças entre o termo protagonismo e a expressão participação, sinalizando práticas e orientações diversas. A expressão protagonismo juvenil se difundiu nos anos 1990 e já vem sendo objeto de várias críticas (CASTRO, 2002; FERRETTI *et al.*, 2004). Em geral, o protagonismo tem aparecido como princípio educativo a partir do qual os jovens deixam de ser vistos como meros aprendizes e passam a ser concebidos como sujeitos que podem agir no ambiente em que vivem, alcançando autonomia na suas ações (CORTI; SOUZA, 2005). Esta noção, ao operar como princípio educativo no interior de uma ação pode levar ao deslocamento do sentido sociopolítico, voltado para os mecanismos de participação que incidem sobre a capacidade dos atores partilharem, coletivamente, das decisões que dizem respeito aos seus interesses no âmbito da esfera pública.

Outra área a registrar ações para essa faixa etária é o mundo do trabalho (14,6%), abrangendo desde propostas que visem o adiamento da entrada do jovem no mercado de trabalho até a sua profissionalização. Podemos aferir

que o desemprego começa a tomar conta da pauta política do poder municipal, embora as iniciativas e os pressupostos sejam variados, conforme observamos anteriormente. Na faixa dos 7 aos 29 anos, a mais indiferenciada, a oferta maior incide sobre as áreas de cultura (26,4%), saúde (15,6%), esporte e lazer (14,6%).

Tabela 11 - Área de atividade por faixa etária

Área de Atividade	7 a 17		7 a 29		14 a 17		14 a 29		18 a 29		NR	
	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%	FA	%
Esporte e Lazer	56,0	23,3	31,0	14,6	8,0	7,5	14,0	7,1	3,0	9,7	2,0	22,2
Cultura	39,0	16,3	56,0	26,4	7,0	6,6	47,0	23,7	4,0	12,9	0,0	0,0
Saúde	17,0	7,1	33,0	15,6	7,0	6,6	20,0	10,1	2,0	6,5	1,0	11,1
Mundo do Trabalho	7,0	2,9	7,0	3,3	21,0	19,8	29,0	14,6	4,0	12,9	0,0	0,0
Reinserção Social	74,0	30,8	29,0	13,7	37,0	34,9	20,0	10,1	6,0	19,4	0,0	0,0
Protagonismo Juvenil	11,0	4,6	19,0	9,0	18,0	17,0	49,0	24,7	6,0	19,4	0,0	0,0
Escolarização	12,0	5,0	5,0	2,4	0,0	0,0	2,0	1,0	1,0	3,2	4,0	44,4
Educação Ambiental	1,0	0,4	7,0	3,3	1,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pesquisa	1,0	0,4	4,0	1,9	0,0	0,0	1,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Produção Literária	1,0	0,4	4,0	1,9	0,0	0,0	2,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atividades Religiosas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	14,0	5,8	14,0	6,6	5,0	4,7	12,0	6,1	4,0	12,9	0,0	0,0
Não Respondeu	7,0	2,9	3,0	1,4	2,0	1,9	2,0	1,0	1,0	3,2	2,0	22,2
Total	240	100,0	212	100,0	106	100,0	198	100,0	31	100,0	9	100,0

De acordo com declarações dos entrevistados, grande parte das atividades prevê formas de avaliação, conforme se verifica nos dados contidos nas tabelas 12 e 13. Uma vez que a maioria está em fase de execução, a previsão de práticas de avaliação no fim da ação aparece muito mais como elemento de vontade política do que como orientação já consolidada.

Tabela 12 – Prática de avaliação

Faixa Etária	F.A.	%
Sim	715	89
Não	81	11
Total	796	100,0

Tabela 13 - Mecanismos de avaliação dos usuários ao final do programa

Mecanismos de avaliação	Frequência	%
Sim	478	60,1
Não	313	39,3
Não informou	5	0,6
Total	796	100,0

O tema da participação pode ser mais um indicador do caráter das práticas, ainda distantes de um universo mais democrático na constituição das ações do poder municipal. Na concepção do programa, a maioria declara que o público alvo não participa, ou seja, de um total de 796 projetos, 60% declararam que não houve participação (Tabela 14). A participação, de modo predominante, é entendida como “dar sugestões”.

Tabela 14 - Participação do público alvo na elaboração do programa

Participação	Frequência	%
Sim	321	40,3
Não	475	59,7
Total	796	100,0

Se os usuários não estão presentes na elaboração, essa situação poderia ser atenuada com o tema mais amplo da participação da sociedade civil. Se for considerada a concepção dos programas (Tabela 15), existe muito pouca presença de atores externos ao executivo municipal: somente 34% responderam afirmativamente. No entanto, quando há esse grau de abertura, verifica-se significativa presença de coletivos juvenis como atores importantes para essa interação, sendo mais frequentes os jovens organizados em torno do movimento estudantil, ao lado de igrejas e associações de moradores (Tabela 16).

Tabela 15 - Participação da sociedade civil na concepção/elaboração das ações

Participam	FA	%
Sim	273	34,3
Não	502	63,1
Não Respondeu	21	2,6
Total	796	100,0

Tabela 16 - Tipos de atores da sociedade civil*

Atores	N°	%
Associações de moradores	65	22,81
Movimento estudantil	43	15,09
Associações empresarias	27	9,47
Grupos juvenis	32	11,23
Movimentos sindicais	1	0,35
Igrejas	26	9,12
Partidos	6	2,11
Organizações não-govenamentais	8	2,81
Conselhos Locais	5	1,75
Escolas/universidades	6	2,11
Associações/sociedade civil organizada	5	1,75
Grupos culturais/artísticos	5	1,75
Grupos esportistas	5	1,75
Coletivo de mulheres	2	0,70
Voluntários	1	0,35
Não respondeu	22	7,72
Outros	26	9,12
Total	285	100,0

*Múltipla escolha

Os índices melhoram na execução dos projetos, uma vez que 66% afirmam ter algum tipo de participação, conforme pode ser observado nos dados da Tabela 17. No entanto, a participação dos grupos juvenis neste momento é menos freqüente, sendo mais significativas as associações de moradores, igrejas e entidades empresariais (Tabela 18).

Tabela 17 – Participação da sociedade civil na implementação

Participam	FA	%
Sim	396	66,0
Não	377	31,8
Não Respondeu	23	2,1
Total	796	100,0

Tabela 18 – Tipo de atores*

Atores	Nº	%
Associações de moradores	144	18,53
Movimento estudantil	85	10,94
Associações empresarias	93	11,97
Grupos juvenis	101	13,00
Movimentos sindicais	26	3,35
Igrejas	136	17,50
Partidos	31	3,99
Organizações não-governamentais	24	3,09
Conselhos Locais	7	0,90
Escolas/Universidades	19	2,45
Associações/Sociedade Civil Organizada	8	1,03
Grupos culturais/Artísticos	9	1,16
Grupos Esportistas	7	0,90
Coletivo de mulheres	3	0,39
Voluntários	2	0,26
Não respondeu	25	3,22
Outros	57	7,34
Total	777	100,0

*Múltipla escolha

A TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA JOVENS

Um aspecto inovador das ações destinadas aos jovens reside em um conjunto de projetos ou programas que envolvem algum tipo de renda. Em vez de considerá-las assistenciais, compensatórias, inclusivas, preferimos, ao menos provisoriamente, denominá-las de mecanismos de transferência de renda.

Dos 796 programas de juventude levantados pela pesquisa, cerca de 37,1% contam com a presença de estagiários ou bolsistas (Tabela 19). Entre aqueles que declararam afirmativamente, 91,5% pressupõem alguma forma de remuneração (Tabela 20).

Tabela 19 - Existência de estagiários

Conta com Estagiários	Frequência	%
Sim	295	37,1
Não	442	55,5
Não respondeu	59	7,4
Total	796	100,0

Tabela 20 - Existência de remuneração

Remuneração	Frequência	%
Sim	270	91,5
Não	24	8,1
Não Informou	1	0,3
Total	295	100,0

Os benefícios oferecidos pelos 270 projetos diferem quanto à sua forma: 67,8% transferem renda sob a forma de salário mensal, 18,9% por meio de bolsas e 7,0% mediante prestação de serviços (Tabela 21). Os recursos financeiros para o pagamento dos estagiários ou para execução dos programas são, em sua maioria, oriundos, respectivamente, dos governos municipais (61,3%) e do governo federal (28,2%) (Tabela 22).

Tabela 21 - Tipo de remuneração

Tipo de remuneração	Frequência	%
Salário Mensal	183	67,8
Bolsa	51	18,9
Prestação de Serviços	19	7,0
Outros	1	0,4
Não Informou	16	5,9
Total	270	100,0

Tabela 22 - Origem dos recursos*

Origem	Frequência	%
Federal	81	28,2
Estadual	26	9,1
Municipal	176	61,3
Sociedade civil	1	0,3
Outras fontes	3	1,0
Total	287	100,0

* Resposta múltipla

Como se pode observar na Tabela 23, as regiões metropolitanas de Florianópolis, São Paulo e Porto Alegre apresentam maior número de programas nessa modalidade.

Tabela 23 - Concentração de programas com transferência de renda por região metropolitana

Região Metropolitana	Frequência	%
SP	57	21,1
ES	45	16,7
RS	45	16,7
GO	38	14,1
RJ	28	10,4
PE	27	10,0
SC	15	5,6
SP/ABC	9	3,3
MG	6	2,2
Total	270	100,0

Se for considerado o momento da execução, verifica-se que a gestão 2001/2004 aparece como o período mais expressivo desse tipo de iniciativa, que teve início nos anos 1990 (Tabela 24).

Tabela 24 - Data de início dos programas

Data de início dos programas	Frequência	%
Entre 1987 e 1996	58	21,5
1997	12	4,4
1998	21	7,8
1999	11	4,1
2000	20	7,4
2001	57	21,1
2002	40	14,8
2003	48	17,8
2004*	3	1,1
Total	270	100,0

*O trabalho de campo se encerrou em fevereiro de 2004.

As ações que contemplam algum tipo de remuneração têm algumas características bem marcantes: mais da metade dos projetos levantados pela pesquisa, cerca de 60%, funcionam diariamente e o restante oscila entre encontros semanais, mensais ou sem periodicidade. Ao investigar o principal tipo de atividade desenvolvida por programas de transferência de renda, foi possível observar que a grande concentração dessas atividades encontra-se nas seguintes modalidades: oficinas (23,3%), cursos (16,7%) e palestras (14,4%). Esse conjunto compõe um tipo de estratégia bastante formal, apresentando fortes feições educativas (Tabelas 25 e 26).

Tabela 25 - Funcionamento dos programas

Funcionamento	Frequência	%
Diário	162	60,0
Semanal	46	17,0
Mensal	9	3,3
Por encontros	29	10,7
Outros	19	7,0
Não informou	5	1,9
Total	270	100,0

Tabela 26 - Atividades desenvolvidas pelo programa

Atividade	Freqüência	%
Palestras	39	14,4
Cursos	45	16,7
Oficinas	63	23,3
Atividade psicoterapêutica	20	7,4
Shows	16	5,9
Exposições	5	1,9
Mostras	4	1,5
Concursos	2	0,7
Campeonatos	20	7,4
Viagens	3	1,1
Outras	40	14,8
Não informou	13	4,8
Total	270	100,0

A natureza das atividades previstas contempla um número expressivo de ações voltadas para a reinserção social (25,9% das ações), seguidas pelas práticas artísticas (18,2%) e esportivas (10%), como pode ser observado na Tabela 27.

Tabela 27 - Modalidades de atividades

Atividade	Freqüência	%
Esportes	27	10,0
Teatro	13	4,8
Música	14	5,2
Dança	5	1,9
Artes plásticas	17	6,3
Saúde	22	8,1
Qualificação profissional	25	9,3
Lazer	9	3,3
Acompanhamento e reinserção	70	25,9
Estímulo à participação	26	9,6
Assistência e Acompanhamento psicoterapêutico	4	1,5

continua

Tab. 27: conclusão

Atividade	Frequência	%
Outros	29	10,7
Não informou	9	3,3
Total	270	100,0

Poderíamos considerar dois tipos de situação: o primeiro diz respeito a um conjunto importante de programas que contratam estagiários ou bolsistas, em sua grande maioria jovem, para trabalharem como animadores culturais, monitores ou educadores sociais. Essa modalidade tanto pode encontrar na prefeitura o próprio agente recrutador, como pode ser empreendida por associações ou organizações não-governamentais parceiras na execução de projetos. Trata-se de um tipo de ocupação voltada para jovens das classes médias, mas também de origem popular, muitas vezes universitários que ainda não completaram sua formação profissional¹⁶. Este é um aspecto pouco estudado, pois cria alternativas de ocupação para setores mais escolarizados em ações cujo foco seria aqueles mais penalizados pelos processos de exclusão. Cidades como Recife, com os animadores culturais, e São Paulo, com os monitores do Programa Trabalho, constituem exemplos importantes que demandam novas investigações (gestão 2001/2004).

Mas algumas questões podem ser examinadas sob um outro ponto de vista, ou seja, os programas que assegurem algum tipo de auxílio pecuniário aos jovens ou adolescentes usuários. São insuficientemente avaliados, seus impactos ainda são desconhecidos em meio à diversidade de orientações, tanto na sua concepção quanto no momento de sua implantação.

As iniciativas mais visíveis tiveram início no segundo mandato do governo FHC e se disseminaram em várias cidades. Outras nasceram no executivo municipal, como é o caso do Programa Bolsa Trabalho da Prefeitura Municipal de São Paulo. No entanto, a ação mais disseminada é o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Criado em 2000, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), vinculou-se ao Plano Nacional de Segurança Pública, mais especificamente a um dos seus compromissos, relacionado à intensificação das ações de prevenção ao fenômeno da violência no interior do Programa Nacional de Direitos Humanos.

16. Muitos foram usuários de programas anteriores, tendo uma trajetória pessoal de envolvimento com esse tipo de ação.

O Agente Jovem foi mantido no governo Lula e atinge cerca de 50 mil jovens no Brasil (BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, 2001a, 2001b).

Em sua implementação são envolvidas as três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, com atribuições diferentes. Enquanto aos dois primeiros cabe a concepção, monitoramento, assessoria, avaliação e definição dos municípios a serem atendidos, os municípios se responsabilizam pela execução direta ou por meio de parcerias com universidades ou organizações não-governamentais. A garantia dos recursos é de responsabilidade do governo federal, mas conta com a participação das duas outras esferas e parcerias com a iniciativa privada.

Seu “público alvo” é constituído por “adolescentes carentes” de 15 a 17 anos, em situação de risco social, vivendo em famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, moradores de todas as capitais e vários municípios do País que apresentam menores índices de desenvolvimento humano. A prioridade desenhava um tipo de adolescente fora da escola e/ou em liberdade assistida ou egresso de programas sociais.

No momento da sua formulação, o Programa estabelecia como desafio a construção de uma proposta dirigida a determinado segmento juvenil que, não tendo idade adequada para ingressar no mercado de trabalho e para o qual era reconhecida escassez de programas, estaria, conseqüentemente, mais exposto à marginalidade:

Os jovens de 15 a 17 anos, em localidades empobrecidas (municípios/comunidades), não dispõem de grandes alternativas. Além disso, os diversos programas e projetos de atendimento ofertados não suprem as necessidades dessa faixa, que ainda não tem idade suficiente para entrar no mercado de trabalho ficando à margem, sujeito à ociosidade e à marginalidade. (BRASIL, MPAS, 2001b)

Depreende-se dessa formulação a necessidade de construir um programa que pudesse “ocupar” esses jovens, retirando-os da situação de “risco” em que se encontravam. Resumidamente, o Programa estabelece como objetivos específicos: apoiar os jovens no planejamento e construção de seu futuro; resgatar seus vínculos familiares, comunitários e sociais; oferecer-lhes instrumentos para que possam desenvolver ações comunitárias; prepará-los para o ingresso no mundo do trabalho; contribuir para a melhoria dos indicadores sociais na comunidade, por meio de sua atuação; garantir sua inserção ou reinserção no sistema educacional (BRASIL, MPAS, 2001a).

Ao longo de um período de 12 meses os jovens, além de se manterem na escola, devem freqüentar cursos de capacitação (6 meses) e implantar projetos de intervenção em suas comunidades (6 meses), prioritariamente nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo. Durante todo o período, recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00¹⁷ e são acompanhados por “facilitadores” – profissionais de diferentes áreas que ministram aulas e “orientadores sociais” –, preferencialmente estudantes universitários que deveriam possuir experiência de trabalho com jovens, responsabilizando-se por facilitar a ação social juvenil.

Seguindo esta breve descrição, é claramente perceptível a imagem do jovem como fonte e vítima de problemas sociais e, ao mesmo tempo, como protagonista do desenvolvimento de sua “comunidade”. Quanto à primeira imagem, trata-se de pensar projetos para jovens considerados pouco integrados socialmente, sobretudo nas instituições mais tradicionais e, por isto, fortemente sujeitos ao risco social.

Mas também é preciso não esquecer da tarefa que o Projeto impõe ao adolescente. Uma vez adequadamente preparado e formado, aquele jovem carente, pouco escolarizado, sem trabalho, fragilmente vinculado à sua família e à sociedade, sujeito à marginalidade e vivendo em situação de risco social, pode e deve ser estimulado a contribuir para a melhoria das condições de vida de sua comunidade a partir de uma determinada intervenção social para a qual será orientado:

O jovem, como segmento específico da sociedade, possui características comportamentais peculiares, podendo ser importante agente de transformação, sendo, portanto, dever da sociedade em geral reconhecer e incorporar o jovem como elemento ativo de seu desenvolvimento. (BRASIL, MPAS, 2001b)

No ano de 2001, a reformulação de alguns aspectos do Programa deixa ainda mais clara a importância do protagonismo juvenil e o papel do mundo adulto:

O protagonismo é uma forma de estimular que o jovem possa construir sua autonomia, por intermédio da criação de espaços e de situações propiciadoras da sua participação criativa construtiva e solidária. Trata-se de oportunizar vivências concretas ao adolescente, como etapa imprescindível para o seu desenvolvimento pessoal e social plenos. (BRASIL, MPAS, 2001b)

17. Esse valor continua inalterado.

Embora nesses trechos reconheça-se certo potencial juvenil, o que poderia ser considerado avanço no campo das políticas públicas, são visíveis seus limites: primeiramente, a ênfase em certos aspectos comportamentais – como se todo e qualquer jovem em qualquer momento histórico e social fosse naturalmente predisposto a provocar mudanças; em segundo lugar, não explicitar que o jovem será agente de mudança se o mundo adulto reconhecer e criar condições para isso; por fim, atribuir ao jovem tarefa difícilíssima – a de transformar a sua “comunidade”, deixando de reconhecê-lo ao mesmo tempo como sujeito de direitos. Ou seja, as ações em sua direção parecem ser mais importantes pelo que podem trazer de benefícios à sociedade do que em relação à garantia de seus direitos como cidadãos.

Assim, como contrapartida ao recebimento da bolsa, é preciso, além da continuidade da trajetória escolar, o envolvimento em ações e capacitações voltadas para a “comunidade”. De certo modo, espera-se que as capacitações também permitam ao jovem algum tipo de inserção futura no mercado de trabalho. Ora, nem o número de horas destinadas a elas, nem o perfil dos profissionais que atuam junto aos jovens, parecem garantir essa possibilidade.

Avaliação realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 300 municípios, em 2004, aponta como um dos aspectos bastante frágil do Agente Jovem o perfil dos facilitadores e orientadores sociais: em apenas 19% dos casos a equipe técnica tinha perfil adequado. (BRASIL, TCU, 2004)

Além disso, ainda segundo essa avaliação, em muitos municípios os “agentes jovens” estavam desempenhando tarefas que em pouco ou em nada condiziam com os objetivos do Programa, como serviços de limpeza, datilografia, entre outros. A despeito dos benefícios percebidos em termos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário dos usuários, a falta de continuidade é apontada como uma das dificuldades para que a ação cumpra seus objetivos de inclusão social.

Em estudo realizado em Vitória, Camacho (2004) verificava forte tensão entre equipes técnicas e adolescentes relacionada à situação e condição juvenis. Ora as equipes técnicas viam os jovens quase como crianças, incapazes de assumir responsabilidades, como declara uma das adolescentes usuárias, instalando entre eles uma certa “moratória social”, ora como adultos, quando lhes eram demandadas “condutas adequadas como agente jovem” pela equipe técnica.

Embora com todas essas limitações, o Programa Agente Jovem atendeu 57 mil jovens no País, e o novo governo parece ter mantido seus objetivos básicos, como podemos observar no trecho a seguir:

Mais de 55 mil jovens que viviam em situação de pobreza e risco, passando os dias fora da escola ou fazendo pequenos trabalhos nas ruas, agora estão ajudando a melhorar a vida da comunidade onde moram. São os adolescentes beneficiados pelo programa Agente Jovem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, 2004)

No levantamento realizado, o Agente Jovem esteve presente em todas as regiões metropolitanas investigadas.

Tabela 28 – Programa Agente Jovem por região metropolitana

Região Metropolitana	FA
Recife	5
Goiânia	1
Porto Alegre	6
Florianópolis	1
Vitória	6
Belo Horizonte	9
São Paulo	5
ABC	1
Rio de Janeiro	6
Total	40

O tipo de ação desenvolvida pelo Programa Agente Jovem assenta-se sobre um tripé que tende a se generalizar em diversos programas públicos, ou mesmo aqueles empreendidos por organismos da sociedade civil: em todos há uma previsão de transferência de recursos que aparece como distribuição de renda, com a necessária contrapartida¹⁸ dividida em dois aspectos: a frequência obrigatória à escola e a exigência de participação em atividades de cunho socioeducativo, em geral oferecidas por organizações não-governamentais parceiras.

18. A idéia de contrapartida restitui uma das questões fundamentais pouco analisadas nos programas que envolvem distribuição de renda. Trata-se de promoção de justiça e, portanto, direito incondicional de renda mínima (presente na acepção de Eduardo Suplicy), ou se trata de uma transferência, sob condições, configurada na idéia de uma restituição obrigatória em serviços e práticas por parte do cidadão ou dos grupos beneficiados? (SPÓSITO; CORROCHANO, 2005). No âmbito europeu, essa discussão tem sido feita há algumas décadas; a esse respeito, consultar Benarroch (1998).

Todos os gestores reconhecem e as avaliações iniciais identificam, que as atividades em geral são realizadas a partir de uma base material precária e com um corpo de responsáveis de baixa formação técnica ou mesmo escolar. Trata-se daquilo que Leão (2004) denomina “pedagogia da precariedade”, reunindo um conjunto de propostas no campo da “educação não-convencional” (CAMACHO, 2004), que sempre envolve palestras, cursos e oficinas. Às vezes os programas pressupõem uma formação geral, voltada para a cidadania, e outra voltada para o aprendizado de habilidades articuladas ao mundo do trabalho. Mas nesse conjunto inscreve-se, também, a obrigatoriedade da prestação de serviços à comunidade, ou o desenvolvimento de atividades comunitárias tidas como úteis e importantes para os bairros onde esses jovens residem.

Algumas tensões precisam ser apontadas, de modo a configurar um campo amplo de questões a partir da nova realidade gestada por essas ações:

- Grupo alvo e escolaridade

Os programas pressupõem a simples obrigatoriedade da matrícula na escola pública como fator de inclusão, o que não deixa de ser, ao menos, curioso. Os usuários são definidos a partir das condições de maior vulnerabilidade e pobreza. Nesses grupos situam-se, também, os jovens precocemente excluídos da escola com significativa distorção série/idade. A mera exigência de retorno à mesma escola que não é capaz de lidar com essas situações apenas sinaliza a permanência dos processos de exclusão. Dessa constatação duas conseqüências podem ser derivadas: uma é o paralelismo das atividades não-convencionais de caráter socioeducativo que não se articulam com a rede pública de ensino; outra é a total ausência das políticas educacionais articuladas a esses programas, pois elas deveriam ser capazes de redefinir o tipo e a proposta de escolaridade adequada a esses jovens.

- Por que educação não-escolar?¹⁹

A imensa maioria dos programas e projetos destinados aos jovens admite e valoriza uma ação de natureza socioeducativa, mas não declara os pressupostos que induzem a essa adesão. Ao que tudo indica, as deficiências que são inscritas nos sistemas de ensino estariam radicadas não só nos aspectos pedagógicos, mas também na missão socializadora da escola, que não estaria formando para a cidadania.

19. CAMACHO (2004) utiliza o termo educação não-convencional, pois considera que recobre melhor o sentido dessas práticas sócio-educativas, pois são bastante formalizadas e institucionalizadas, não sendo adequada a idéia de educação não-formal.

A disseminação dessas propostas estaria praticamente criando uma via paralela de educação não-escolar para adolescentes e jovens pobres, que mereceria ser objeto de debate. Essa via, de fato, estaria proporcionando algo melhor que a escola pública não oferece? Se sim, resta a questão: por que não se articula com o sistema de ensino para, de certo modo, transformá-lo? Se a resposta for negativa, resta a impressão de que uma disseminação de ações educativas em regime de precariedade atenderia ao que tudo indica apenas ao propósito de ocupar o tempo livre de jovens e adolescentes nos bairros pobres das grandes cidades. Em geral são atividades realizadas em espaços restritos, pouco aparelhados, reproduzindo práticas muito semelhantes ao universo escolar das escolas de periferia e, em algumas situações, mais empobrecidas.

- **Concepções distintas de cidadania**

A ênfase na dimensão da cidadania acaba por fazer emergir um conceito de cidadania muito mais ligado a uma idéia de atividade socializadora, marcada pelo civismo e pelo aprendizado de certos valores caros a ele, ou, em uma versão mais amena, importantes para a civilidade. Ao que tudo indica, acabam por ser esvaziados – ou ao menos atenuados – os conteúdos da cidadania ligados à idéia de direitos, prevalecendo a pressuposição de que jovens e adolescentes – pobres – precisam ser atingidos por alguma ação que lhes ensine algo. Permanece submerso o conteúdo da cidadania como direito que privilegiaria a ação pública para a promoção da igualdade. Nesse caso, adolescentes e jovens seriam alvos da ação pública para a promoção da igualdade, porque, em sua maioria, esses jovens foram destituídos de direitos básicos nos domínios da educação, da cultura, do lazer e do esporte, entre outros.

- **A obrigatoriedade da ação voluntária: os jovens com o dever de promover o desenvolvimento de sua comunidade**

Os programas, por serem focalizados, atingem principalmente jovens desprovidos de direitos, que vivem em territórios destituídos de serviços básicos, predominando uma quase absoluta ausência do poder público. Espera-se que essa população volte à escola pública para concluir seus estudos (sabemos que não são poucas as dificuldades inscritas nessa meta), para participar, quase de modo diário, de atividades educativas, e para promover o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizeram. Por que esse conjunto de exigências e tais expectativas apenas com jovens pobres? Por que alunos de escolas técnicas federais ou de universidades públicas, usufruindo serviços gratuitos mantidos pelos impostos, não estão

também submetidos a qualquer contrapartida comunitária, sabendo-se que teriam melhor capital cultural e social para essa ação? Como é possível promover as identidades locais e solidariedades em programas que, ao focalizarem o usuário a partir de critérios rígidos de renda, desconhecem as redes nas quais os jovens estão mergulhados?

...

Ao se esboçar uma compreensão das grandes linhas que ancoram as iniciativas sobre juventude nos municípios investigados, tornam-se mais evidentes os mecanismos que ressaltam imagens diversas sobre categorias sociais difusamente consideradas como juventude. Essas imagens expressam duas grandes orientações: uma primeira estigmatizada em torno da noção adolescente pobre, e outra em torno do jovem. Se antes da promulgação do ECA a clivagem existente se dava entre as crianças e os menores, após 15 anos de organização da sociedade civil é evidente o avanço nas concepções em torno dos direitos da infância. De certo modo, há forte reconhecimento social do direito de qualquer criança, independentemente de sua condição social, a ter uma família, escola, condições de saúde, enfim, direito à proteção e ao cuidado por parte do Estado. O mesmo não ocorre com a figura do adolescente pobre, sobretudo o homem negro e morador das periferias urbanas de grandes metrópoles brasileiras. Desloca-se para esse sujeito a constituição de uma imagem que impede o reconhecimento social de seus direitos decorrentes de seu momento no ciclo de vida. O modo com são considerados pela opinião pública os adolescentes em conflito com a lei, recolhidos nos sistemas de internação, espalha-se para todos aqueles que estão submersos nos bairros pobres e nas favelas. Nega-se a sua condição de indivíduos em formação e desenvolvimento, com múltiplas possibilidades abertas ao crescimento pessoal ao lado de necessidades amplas no domínio do lazer, da cultura, do esporte, da participação, entre outros. Para esse setor, tratado como vulnerável ou produtor de risco, são reservadas as ações de inserção social, compensatórias e de forte teor socioeducativo. Aos outros, aqueles que podem minimamente usufruir alguns direitos, o termo jovem passa a ser fortemente aplicado. De modo perverso, a idéia de adolescência carrega não só estigmas de natureza psicológica ou patológica, tradicionais em algumas teorias facilmente absorvidas pelo senso comum, como incorpora o estereótipo que designa aqueles que ameaçam a sociedade. A maioria dos programas investigados nesses 74 municípios estabelece essa clivagem, muitas vezes cristalizadas em organismos, atores e discursos diferentes que raramente se comunicam entre si: as

ações que cuidam dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e de risco social²⁰ e as iniciativas destinadas aos jovens.

É importante considerar que parcelas dos que empreendem programas para adolescentes lutam por imprimir uma imagem mais positiva, calcada na idéia de direitos. Mas os atores responsáveis pelas ações, além do tipo de inscrição que recebem na esfera governamental – em geral na área da assistência ou da inclusão social – não conseguem, apesar dos esforços, romper com um perverso consenso. Desse modo os adolescentes pobres ainda continuam a ocupar um não-lugar social que só se torna visível pela “ameaça” ou pelo “risco” provocados na sociedade.

As ações que nascem em outras esferas e se autodenominam como políticas de juventude tentam constituir um novo discurso e, certamente, buscam construir acepções capazes de propor uma maior positividade na imagem dos segmentos juvenis, mas restam dissociadas das práticas destinadas aos “vulneráveis”. No interior dessa dissociação, alguns caminhos podem ser observados em algumas cidades para estabelecer possíveis pontes: um deles reside na gradativa absorção pelas políticas de juventude das temáticas relativas aos adolescentes em processos de exclusão, constituindo outras imagens sociais, capazes de romper com o estigma dominante; o outro se identifica nos setores mais progressistas, que coordenam programas voltados para adolescentes na área da inserção ou assistência social que tendem a tornar mais complexa sua percepção das demandas desses sujeitos, diferenciando-as das práticas das crianças, observando-se uma aproximação em relação aos atores que estão na luta pelas políticas de juventude. Nesse caso trata-se de não inscrever esses adolescentes apenas no âmbito da questão social, mas em um conjunto diversificado de direitos comuns a todos os jovens da sociedade brasileira. Busca-se, assim, constituir um dissenso capaz de produzir outra imagem social, inevitavelmente normativa, dos sujeitos – jovens e adolescentes – aos quais se destinam suas ações.

Os esforços emergentes ainda não configuram organicidade e coerência de pressupostos no âmbito do mesmo executivo municipal, que, no seu interior, produz, assim, práticas e discursos muitas vezes conflitantes.

20. Apesar das lutas sociais em torno dos direitos dos adolescentes, empreendidas por educadores, assistentes sociais e psicólogos, ainda prevalece no âmbito público e social uma imagem negativa, expressa nas tentativas cotidianas de alterar os limites da maioria penal, entre outras ações. Há grupos sérios comprometidos com a idéia de direitos dos adolescentes, em várias das secretarias municipais, mas o tom predominante nos municípios ainda é a reiteração de percepções cristalizadas pré-estatuto, mesmo que a retórica dominante tenha absorvido novas linguagens.

Do mesmo modo, a participação e a democratização das ações sob o ponto de vista sociopolítico ainda são metas a serem atingidas. As iniciativas não configuram um quadro forte de orientações que criem na interação dos jovens com o governo local mecanismos plurais de participação que fortaleçam a constituição de espaços públicos democráticos. No entanto, nas ações em que esses pressupostos, embora minoritários no amplo espectro investigado, estão presentes, observa-se efetivo espaço de interlocução com coletivos juvenis que tende a ser promissor. De modo geral, o novo ainda permanece, em grande parte, submerso, adquirindo visibilidade somente em iniciativas pontuais, frágeis e, muitas vezes, descontínuas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENARROSCH, Y. Pour ou contre un revenu minimum inconditionnel. In: SEMINAIRE DE RECHERCHE POUR LES PERSONNELS ET ADMINISTRATEURS DE L'ASSOCIATION VERS LA LA VIE POUR L'ÉDUCATION DE JEUNES, set. 1998. *Anais...* [S.l.]: [s.n.], 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br>.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*. Brasília: MPAS, 2001a. Disponível em: <www.mds.gov.br/legislação/portarias/>.

_____. _____. *Guia de capacitação do Núcleo Básico do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*. Brasília: MPAS, s.d.

_____. _____. *Guia de gestores do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*. Brasília: MPAS, 2001b.

_____. Tribunal de Contas da União. *Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem: avaliação de programas de governo*. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Governo, 2004. Disponível em: <www.tcu.gov.br>.

CAMACHO, L. Projeto Agente Jovem: ação, programa ou política pública de juventude? In: XXVII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, 2004. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2004.

CASTRO, M. G. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES; PORTO; HENRIQUES. (Orgs.). *Juventude, cultura e cidadania*. Rio de Janeiro, ISER, 2002.

CORTI, A. P. ; SOUZA, R. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

DRAIBE, S. *Reforma do Estado e descentralização: a experiência recente da política brasileira de ensino fundamental*. In: INTERNATIONAL SEMINAR RESTRYCTHYRUBG ABD GOVERNMENT REFORM: BRAZIL AND LATIN AMERICA IN A GLOBALIZATION CONTEXT, mai. 1998. Anais... [S.l.]: [s.n.], 1998.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *Deporte y ocio en el proceso de la civilizacion*. 2.ed. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

FERRETI, C.; ZIBAS; TARTUCE, G. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, mai./ago, p. 411- 423, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*. Brasília: IBGE, 2000.

LAGREE, J. C. *Age, jeunesse et politiques publiques*. Paris: [s.n.], 1999. (mimeo).

LEÃO, G. A Gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. In: XXVII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, 2004. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2004.

LONCLE-MORICEAU, P. La jeunesse: ambivalences et ambiguïtés autour d'une catégorie d'intervention publique. In: VULBEAU, A. (Dir.). *La jeunesse comme ressource*. Toulouse: Érès, 2001.

MARTINS, C. H. dos S. Políticas públicas de esportes para juventude na baixada fluminense: uma discussão introdutória. In: XXVII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, 2004. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2004.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

PEREIRA; WILHEIM; SOLA. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial, ENAP, 1999.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998. 2 v. p.731-752.

SALES, M. (In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

SOLA, L. Juventude, comunidade política e sociedade civil. In: *CNPd. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. 2 v. p. 753-768.

SPÓSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas públicas de juventude. juventude em pauta*. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p. 57-74.

_____; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./dez. 2003, p. 16-39, 2003.

_____; CORROCHANO, M C. A face oculta dos programas de transferência de renda para jovens no Brasil. *Revista Tempo Social*. São Paulo: Departamento de Sociologia/ USP, 2005. p. 141-172.

POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL: CONTINUIDADES E RUPTURAS.

Regina Novaes

Conselho Nacional de Juventude

Secretaria Nacional de Juventude

Compreender a juventude atual é desvendar o mundo de hoje. Os dilemas e as perspectivas da juventude contemporânea estão inscritos em um tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e crescentes desigualdades sociais. Pelo mundo afora, são os jovens os mais atingidos: tanto pelas transformações sociais, que tornam o mercado de trabalho restritivo e mutante, quanto pelas distintas formas de violência física e simbólica, que caracterizaram o final do século XX e persistem neste início do século XXI. Não por acaso, ao mesmo tempo em que se diagnosticavam tais vulnerabilidades da condição juvenil contemporânea, a expressão “políticas públicas de juventude” ganhou significado e um lugar no vocabulário das demandas e conquistas sociais.

De fato, a partir dos anos 80, em vários países do mundo proliferaram iniciativas governamentais e não-governamentais voltadas para a inclusão econômica, societária e cultural de segmentos juvenis.

No Brasil, o debate ganhou força nos anos 90. Nesta época, pesquisadores, organismos internacionais, movimentos sociais, gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar aspectos singulares da experiência social dessa geração, identificando suas vulnerabilidades, demandas e potencialidades.

No decorrer deste processo de conhecimento e reconhecimento da juventude brasileira, registraram-se várias iniciativas da sociedade civil, de partidos políticos, da UNESCO, de ONGs, como a precursora Ação Educativa, dos bancos de desenvolvimento, de centros de pesquisa e laboratórios ligados

a universidades que produziram sobre o tema. No ano de 2003 destacou-se o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania, que realizou ampla pesquisa nacional, promoveu interlocuções com movimentos juvenis, especialistas e organizações não-governamentais e realizou vários seminários regionais e um de âmbito internacional.

Concomitantemente, no Poder Legislativo, em 2003, constituiu-se uma inédita Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude. Esta Comissão fez audiências públicas por todo o Brasil, realizou uma Conferência Nacional em Brasília e também promoveu visitas a experiências internacionais. Neste percurso, elaborou-se uma proposta de emenda constitucional, um Plano Nacional de Juventude e uma proposta de Estatuto da Juventude.

Junto ao Poder Executivo, no ano de 2004, por solicitação do Presidente Lula, o Ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência, criou o Grupo Interministerial para examinar as políticas dirigidas à juventude. Coordenado por Iraneth Monteiro (atual Secretaria Executiva) e Beto Cury (atual Secretário Nacional da Juventude), o GT reuniu 19 ministérios e, com significativa participação de técnicos do IPEA, produziu um diagnóstico e fez recomendações para maior integração e complementaridade entre programas e ações governamentais voltadas para a juventude.

Entre junho e setembro de 2004, os resultados dessas e de outras iniciativas chegaram à Presidência da República. Todas convergiam em um ponto: a necessidade de criação de um espaço institucional específico, “de Juventude”. Este foi próximo passo. Dialogando com os subsídios locais e, também, levando em conta a experiência internacional, desenhou-se a Política Nacional de Juventude do governo Lula.

Uma medida provisória, anunciada no dia 1º de fevereiro de 2005, foi mandada ao Congresso. Para ser aprovada contou com o apoio de parlamentares de diferentes partidos¹ e, finalmente, foi sancionada pelo presidente da República em junho do mesmo ano.

Todos os jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, são potencialmente beneficiários da Política Nacional de Juventude. A Lei 11.129, vigente desde 30.6.2005, cria: a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secre-

1. No âmbito parlamentar, destaco a participação dos deputados Benjamim Maranhão (PMDB/Paraíba), Reginaldo Lopes (PT/MG), Claudio Vignatti (PT Santa Catarina); Lobbe Neto (PSDB/SP) e André Figueredo (PDT/Ceará)

taria-Geral da Presidência da República (SNJUV), cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens; b) o Conselho Nacional da Juventude (Conjuv), com caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes para a referida política; c) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o ProJovem), um amplo programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho.

Esta legislação – e a formulação que a justifica – diferenciam o governo passado do governo atual. Como afirmaram Spósito e Carrano (2003), no governo anterior dois conceitos vigoravam em documentos de órgãos do governo federal e de organizações não-governamentais: *jovens em situação de risco* e *protagonismo juvenil*. Certamente a disseminação dessas duas expressões foi importante para a sensibilização da sociedade, para convocação para a imediata ação social. Daí resultaram importantes iniciativas de combate à pobreza e de prevenção (ou mesmo de reversão) de situações de violência nas quais os jovens estão envolvidos, sobretudo nas grandes cidades. Além disto, a idéia de “protagonismo” também trouxe consigo valorização do jovem como parte integrante do “capital social”, celebrada novidade conceitual dos anos 90² que, por sua vez, remete às idéias de voluntariado e desenvolvimento local.

No entanto, tais idéias e as ações por elas motivadas não estavam vinculadas a nenhum esforço em direção da conformação de Política Nacional de Juventude. Isto é, não pressupunham ações públicas articuladas e ancoradas em um específico diagnóstico sobre a condição juvenil atual e particular situação dos jovens brasileiros.

No governo atual, anuncia-se uma política que tem tanto o objetivo de garantir aos jovens o exercício de direitos universais da cidadania quanto atender demandas específicas dessa geração, considerada em suas desigualdades e diversidades. Reafirmam-se, assim, os direitos do jovem brasileiro de acesso à saúde, à educação de qualidade, à moradia, ao lazer, à segurança. Assim como abre-se espaço para a incorporação de direitos específicos voltados para sua inserção (produtiva e societária) nos moldes do século XXI. Espera-se que novos direitos produzam mecanismos que sejam capazes de

2. Sobre o assunto ver as formulações de Augusto de Franco, que ao lado da antropóloga Ruth Cardoso, foi um dos idealizadores do Comunidade Solidária, espaço de formulação e implementação de políticas públicas nos governos de Fernando Henrique Cardoso. O artigo de Helena Abramo, incluído nesta coletânea, faz referências aos programas de juventude dessa mesma época.

reverter processos geradores de desigualdades e discriminação social. Desta maneira, programas e ações devem contribuir, também, para reforçar identidades juvenis associadas a gênero, raça e orientação sexual e, ainda, considerar as demandas específicas dos jovens com deficiência. Ou seja, além de reafirmar direitos universais, pela inscrição social de direitos da juventude, trata-se de multiplicar oportunidades de inserção social dos jovens.

Direitos e Oportunidades são duas palavras-chave para a nova linguagem que caracteriza a atual Política Nacional de Juventude. Qual será sua eficácia, perguntarão alguns? Certamente, restrições de ordem econômica e preconceitos cristalizados são obstáculos reais a serem enfrentados. Entretanto, como se sabe, a linguagem não é apenas um veículo, mas é também construtora da realidade social³. Concepções e palavras-chave desempenharão papel ativo para o nascimento de novas percepções em torno dos direitos da juventude.

Como todo processo social, este também é feito de fluxos e refluxos, continuidades e rupturas. O objetivo deste artigo é iniciar uma reflexão sobre diferentes dimensões da Política Nacional de Juventude, apontando para obstáculos, conquistas e perspectivas.

Não tenho a pretensão de apresentar um relato “verdadeiro” sobre o processo da composição do Primeiro Conselho Nacional de Juventude do Brasil, sobre a dinâmica de implantação da Secretaria Nacional de Juventude e do ProJovem. A história é sempre feita de diferentes versões. Outras versões já existem e outras tantas surgirão. Assim sendo, sem negar o viés produzido pelo lugar institucional de onde observo e falo – isto é, sem pretender minimizar os efeitos produzidos pelo meu envolvimento como secretária-adjunta e como presidente do Conjuv –, gostaria de partilhar algumas reflexões que pude fazer até agora.

3. Sobre o papel ativo da linguagem, ver artigo de Rosana Reguilo publicado nesta mesma coletânea.

CONJUV: ESTADO E SOCIEDADE INSCREVEM A JUVENTUDE NA ESFERA PÚBLICA

A razão de ser do Conselho Nacional de Juventude é a implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas de juventude⁴. Sua ação deve se dar em espaços de confluência entre sociedade civil e poder público. Designá-lo Conselho Nacional de Políticas Públicas de Juventude, talvez, ajudasse evitar equívocos entre aqueles que o vêem como um órgão de representação juvenil.

Com efeito, o Conjuv não pode e nem deve substituir organizações, redes, setores e movimentos juvenis, ainda que tal presença seja um pressuposto para sua existência. Ou seja, este Conselho desempenhará melhor o seu papel se – através de conselheiros e conselheiras – estiver em conexão permanente com tais organizações, redes, setores e movimentos exclusivamente juvenis. Mas não somente estas organizações devem estar no Conselho. A colaboração intergeracional é fundamental para a consecução dos seus objetivos. Por isto mesmo, este Conselho envolve também adultos de organizações que trabalham com jovens e especialistas na temática juventude.

A PERSPECTIVA DE GERAÇÃO

Podemos dizer que o Conjuv é um dos espaços de construção contemporânea da “perspectiva de geração”. Seu objetivo é assegurar vias de emancipação dos jovens ampliando espaços de *participação social*.

Assim como a “perspectiva de gênero” não está restrita às mulheres, e diz respeito à equidade nas relações entre homens e mulheres, a “perspectiva de geração” necessariamente aponta para novas relações inter e intrageracionais e pressupõe políticas para/com/de juventude .

a) O diálogo intergeracional produz novas escutas e aprendizados mútuos.

Tratando-se de um órgão voltado para a implantação e aperfeiçoamento de políticas públicas de juventude, as ações do Conjuv devem incidir necessariamente sobre as relações entre os jovens e os adultos que se encontram nas famílias, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos de cultura e

4. Compreende-se aqui "políticas públicas" como ações cujo traço definidor é a presença do aparelho público estatal em sua definição, acompanhamento e avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram parcerias. Sobre a definição de políticas públicas de juventude ver artigo de Carrano e Spósito publicado neste livro, ver também (RUA, 1998; CASTRO; ABRAMOVAY, 2003).

de lazer, nas instituições de abrigo e carcerárias etc... Enfim, em todos os lugares sociais onde existem relações (simétricas ou assimétricas) entre jovens e adultos. Certamente, escutar os jovens é imprescindível porque toda a experiência geracional é inédita (só sabe o que é “ser jovem hoje”, quem é jovem no mundo de hoje). Deste ângulo, os adultos tem muito a aprender. Mas, em uma situação dialógica, os adultos também tem o que dizer. Isto por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a conquista dos “direitos dos jovens” não pode ser desvinculada de outras conquistas históricas das quais participaram muitos daqueles que são hoje adultos. Em segundo lugar, porque o diálogo intergeracional visa uma aliança ancorada em valores de justiça social. Uma aliança que se faz em contraposição à sociedade do espetáculo e do consumo que, cotidianamente, disputa o coração e as mentes dos adultos e, sobretudo, dos jovens de hoje. Em resumo, os adultos que trabalham com jovens são portadores de valores e experiências que, cotejadas e atualizadas, serão importantes para a consolidação da Política Nacional de Juventude.

b) O diálogo intrageracional reconhece a diversidade e amplia as possibilidades de participação dos jovens

Os brasileiros nascidos há 15 ou há 29 anos, próximos quanto a data de nascimento, estão socialmente muito distantes entre si. Afastados pela origem de classe; pelas relações subordinadas entre campo e cidade; pelas disparidades regionais; pela geografia das grandes cidades que criminaliza suas favelas e periferias; por múltiplos preconceitos e discriminações, os jovens brasileiros precisam se encontrar e se ouvir mais.

Além disto, mesmo considerando apenas os “jovens que participam”⁵ há um enorme caminho a percorrer. Jovens que participam do movimento estudantil, das ONGs, dos projetos sociais de fundações empresariais, das pastorais católica e evangélica, das organizações de empreendedorismo, das chamadas “minorias” de gênero, raça, orientação sexual, de grupos de jovens com deficiência, de redes regionais e movimentos culturais demarcam fronteiras simbólicas para construir suas identidades contrastivas (nós x eles)

5. Na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, realizada pelo Instituto Cidadania, em 2003, com representatividade nacional, foram 15% dos jovens que afirmaram participar de atividades de grupos. Ao especificar os grupos destacaram-se os religiosos e os culturais. Na pesquisa do Ibase/Polis, realizada em 2005, que se restringiu a regiões metropolitanas, as respostas positivas sobre a participação em grupos chegou a 28,1%. Entre estes, destacaram-se grupos religiosos (42,5%), esportivos (32,5%) e culturais 26,9%).

no interior da própria juventude. Não se trata de produzir um “todo” homogêneo e insípido, desconhecendo disputas de valores e concorrências organizacionais que fazem parte de nossa história recente. Trata-se, antes, de buscar pontos de convergência que façam positiva diferença para concepção e implantação de políticas públicas voltadas para a juventude.

Neste sentido, aproximações inéditas precisam ser experimentadas. Para viabilizar o diálogo intrageracional entre “os jovens que participam”, fronteiras ideológicas e preconceitos mútuos precisam ser relativizados e, por este caminho, pode-se chegar a outros tantos que “não participam” por falta de interesse ou de oportunidades.

c) Para/com/de juventude?

Ao Estado compete assumir a responsabilidade de desenvolver ações para a grande maioria da juventude excluída econômica e politicamente. Esta responsabilidade deve ser assumida com a efetiva participação dos jovens e adultos ganhos para a “causa”. Na intercessão entre o “para” e “com” surge o “de juventude”, que melhor se realizará quanto mais o tema estiver no primeiro plano da agenda nacional e quanto mais se ampliem os canais de participação dos distintos segmentos juvenis.

No interior do Conjuv o diálogo inter e intrageracional tem o objetivo de produzir encontros entre os que nunca se encontraram. A partir daí, produzir intercâmbios e alianças que visem a consolidação das políticas públicas de juventude. A eficácia da ação do Conjuv, em grande medida, depende da capacidade dos governos e das distintas organizações, redes, movimentos e especialistas para encontrar pontos de confluência que resultem em aperfeiçoamento da Política Nacional de Juventude.

CRITÉRIOS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONJUV

Comparando o processo de constituição do Conjuv, do Conselho Nacional de Mulheres e do Conanda pode-se perceber semelhanças e significativas diferenças. O primeiro foi fruto de movimentos e conquista das mulheres que, a partir da década de 1970, visavam igualdade de direitos e a plena participação nas atividades políticas, econômicas e sociais. O segundo, voltado para os direitos das crianças e adolescentes, foi resultado de uma ampla mobilização social de entidades que cobravam prioridade absoluta para este público em relação a proteção integral do Estado, com convergência de todas as políticas públicas. Ambos fazem parte da história da transição

do regime militar para a democracia. A Constituição de 1988 – pressionada pelo chamado “lobby dos batons” e pelos abaixo-assinados orquestrados pelas organizações voltadas para a infância e juventude – absorveu ambas demandas de direitos. O Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA) foi promulgado em 1990 e a partir daí criaram-se o Conselho Nacional e os Conselhos locais. As mulheres, reforçadas pelas Conferências Internacionais, sobretudo a de Beijing em 1995, mudaram a gramática da cidadania e em 2003 conquistaram uma Secretaria Nacional com status de ministério.

A “juventude” não entrou na Constituição de 1988. O fato de a ONU ter declarado o ano de 1985 como Ano Internacional da Juventude teve pouca repercussão entre nós. Como informa Abramo (1997), apenas cerca de dez anos depois da referida Conferência da ONU foi criada, pela primeira vez, no Brasil uma Assessoria Especial para Assuntos da Juventude, vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação. Nesta época, também surgiram dois programas do Comunidade Solidária destinados a jovens: o Universidade Solidária e um concurso de estímulo e financiamento a programas de capacitação profissional de jovens.

Além de diferenças de conjuntura e de suporte de movimentos sociais, há outras especificidades que devem ser consideradas. Os conselhos citados reafirmam direitos de segmentos populacionais específicos, combinando busca de *proteção* e de *participação*. Enquanto para crianças e adolescentes prevalece a face “proteção”, para mulheres e jovens a ênfase maior está na participação. No entanto, a participação nas causas de gênero têm maiores possibilidades de acúmulo e de estabelecer continuidades no decorrer do tempo pois pode legitimamente envolver diferentes gerações. A questão da equidade nas relações de gênero se coloca para mulheres de diferentes idades. E “ser jovem” passa, sempre há “transições para a vida adulta”. Mas não é apenas uma questão de identidade. A “perspectiva de geração” traz em si um dilema constitutivo: deve envolver jovens e adultos, mas seu objetivo é a emancipação e a participação de jovens. Assim sendo, há sempre uma tensão na distribuição de responsabilidades e compromissos. Quem pode falar pela/para a(s) juventude(s)?

Estas comparações nos ajudam a entender a diferença de acúmulos e a necessidade de construir caminhos adequados para diferentes casos. Ainda assim, as conferências nacionais que se organizam em tornos dos direitos das mulheres e das crianças e adolescentes são importante ponto de referência. Este também poderia ser o caminho ideal para a composição do

Conjув: conferências municipais e estaduais, nacionalmente coroadas. No entanto, este tipo de processo não se institui por decreto. O chamado modelo piramidal pressupõe certo acúmulo de discussões e de organização.

Certamente não estamos partindo do zero. É verdade que existem muitas iniciativas municipais e estaduais e que elas foram importantes para a conformação da política nacional de Juventude. Afinal, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais, as Redes (mais ou menos formalizadas) que reúnem gestores municipais de políticas públicas de Juventude, assim como alguns conselhos e organizações juvenis voltadas para demandas de políticas públicas são anteriores ao Conjув. No entanto, estas experiências são muito variadas. Apresentam diferentes objetivos, tipos e graus de participação, proximidade e distância dos diferentes segmentos juvenis que vivem em uma mesma cidade, continuidade e descontinuidades em termos institucionais. Isto sem falar dos estados e municípios que sequer colocaram as políticas públicas de juventude em pauta. Neste quadro tão heterogêneo⁶, desencadear imediatamente um processo único, homogeneizante, com caráter nacional, poderia ser artificial e não significaria necessariamente garantia de um resultado mais “representativo”.

Reconhecendo a “falta de acúmulo” organizativo e a necessidade de maior reflexão sobre as especificidades da categoria “juventude”, houve quem quisesse adiar a instalação do Conjув. Nesta visão, o adiamento poderia garantir um processo mais participativo e resultados mais representativos. No entanto, as decisões políticas sempre implicam em apostas e riscos. O governo brasileiro resolveu assumir o risco de convidar (“de cima para baixo”, como se costuma dizer) os conselheiros e conselheiras para compor o Conjув, reconhecendo seu caráter experimental e apostando no seu aperfeiçoamento processual.

Para a composição do Conselho, levou-se em conta levantamentos existentes, pesquisas quantitativas e qualitativas, conteúdo de relatórios, documentos políticos, relatos de experiências e metodologias de trabalho com jovens.

No primeiro Conselho Nacional de Juventude da República Brasileira, concebido como espaço suprapartidário e instância privilegiada para interlocução e cooperação entre Estado e sociedade civil, 20 lugares foram

6. Sobre o assunto ver nesta coletânea o texto inédito de Marília Spósito e outros, intitulado Juventude e Poder Local.

reservados para o poder público e 40 para as organizações da sociedade civil. Muitos observadores acharam este número (60) muito grande para um Conselho que quer funcionar.

No entanto, o número se justifica tanto pela importância de introduzir e fortalecer a “perspectiva de geração” nos diferentes ministérios e órgãos governamentais, quanto pela diversidade das organizações concernidas ao tema. Apesar do número generoso, esta composição representou um grande desafio.

Sobre os representantes governamentais não havia muitas dúvidas. O Conjuv não teria sentido sem a presença de todos os 17 ministérios⁷ que possuem programas e ações voltadas para juventude. As primeiras conversas foram feitas entre as secretarias executivas dos diferentes ministérios. Após avaliações feitas em reuniões com a presença do Ministro Luis Dulci, Iraneth Monteiro, secretária executiva da Secretaria-Geral da Presidência e Beto Cury, nesta altura já designado secretário nacional de juventude, solicitaram a designação dos representantes governamentais enfatizando a importância da questão juvenil. Todas as respostas foram positivas. Porém, hoje, podemos dizer que a participação tem sido bastante desigual, o que indica que há muito ainda a fazer dentro da máquina pública visando adesões à “perspectiva de geração”.

Além destes, três outros convites foram feitos no sentido de ampliar a noção de “poder público”. Vejamos. Incorporando o do Poder Legislativo, por meio da *Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude*, valorizou-se o papel específico do Congresso na implementação de dispositivos legais específicos para a juventude. Convidando representantes do *Fórum de Gestores Estaduais de Políticas Públicas de Juventude* e das entidades *Municipalistas* valorizou-se o pacto federativo, sem o qual as políticas públicas não chegariam nos jovens em seus territórios.

Nos convites feitos para a sociedade civil enfatizou-se o *pluralismo* e a *diversidade* a partir da combinação de quatro critérios: presença de diferentes tipos de organização, presença de distintos segmentos juvenis,

7. Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Defesa; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Turismo; Ministério do Esporte, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Justiça, Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.

presença de temas relevantes para a juventude e presença das diferentes regiões do país.

Tratava-se de uma equação exigente. E a realidade quase nunca viabiliza equações matemáticas. Afinal, como levar em conta as desigualdades sociais, diferenças culturais, disparidades regionais, especificidades do campo e das cidades? Como reconhecer no espaço do Conselho as demandas específicas dos jovens a partir de recortes de gênero, raça, etnia, orientação sexual e dos jovens com deficiência? Como reconhecer e valorizar as distintas formas de organização e expressão juvenil com seus variados pesos numéricos e com desigual enraizamento social? Como trazer a questão da violência, do tráfico de drogas, da relação juventude e polícia sem reproduzir preconceitos e estigmas? Ao mesmo tempo, como incorporar o conhecimento acumulado por pesquisadores e por organizações sociais que desenvolveram experiências e metodologias de trabalho com jovens? Como garantir a pluralidade de idéias e a unidade no compromisso? Vejamos o resultado.

Educação e Trabalho: reconhecimento de diferentes organizações no campo e na cidade

No que diz respeito à educação formal, foram convidadas organizações estudantis como União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Associação Nacional de Estudantes de Pós-Graduação (ANPG).

Do ponto de vista do trabalho, considerado em sua dimensão rural e urbana, convites foram feitos aos departamentos de juventude dos organismos sindicais das duas maiores centrais, a saber: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical. Já no que diz respeito ao campo, os convites foram dirigidos à Confederação Nacional da Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf)⁸.

Além do movimento estudantil e dos espaços sindicais, lugares clássicos da participação social em torno da educação e do trabalho, buscamos outras organizações mais recentes voltadas para a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Assim foram convidados a participar representantes da Confederação dos Jovens Empresários (Conaje) e da Brasil Junior ambos voltados para o fomento do empreendedorismo juvenil.

8. Os convites feitos, no geral, foram aceitos. Na verdade, a bem do registro histórico, é importante assinalar que – por motivos diversos – somente as sondagens feitas junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), à Via Campesina e à OAB Jovem não tiveram respostas positivas.

Redes religiosas: agregação social e ação cidadã

Considerando as redes religiosas em sua dimensão societária, buscou-se católicos e evangélicos. Por intermédio da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) foram incorporados jovens da Pastoral da Juventude. Por intermédio do Movimento Evangélico Progressista (MEP) e do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic) foram nomeados jovens evangélicos (membro efetivo e suplente).

Novas presenças atuantes no campo das políticas públicas de juventude

Na literatura especializada, as *redes* tem sido vistas como novo lugar para a “reinvenção da política”, um expediente organizacional fundamental nos dias de hoje. Ao mesmo tempo, os movimentos culturais ganharam visibilidade nas articulações emergentes. Redes e movimentos culturais tem interferido positivamente na configuração de um campo de debate e de ação sobre políticas públicas de juventude. Neste âmbito, existem tanto atores voltados diretamente para questões juvenis, em organizações/redes exclusivas, quanto setores juvenis que se afirmam no âmbito de organizações mais abrangentes. Com características diversas cada qual encontrou meios de fazer suas consultas e designar conselheiros e conselheiras.

Entre as especializadas destaca-se a Organização Brasileira de Juventude (OBJ) que é uma associação que se tem dedicado à formação de jovens parlamentares e gestores. Já a Rede Nacional de Organizações de Juventude (Renaju) é bem mais recente, mas também é voltada exclusivamente para o tema juventude. Outras redes combinam critérios de identidades regionais, temas e ações afirmativas, a saber: Rede de Jovens do Nordeste; o Setor Juventude do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma); a Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos em seu segmento jovem.

Não podemos dizer que a “juventude indígena” esteja “representada”, até mesmo porque há grande diversidade entre os jovens pertencentes às diversas nações e etnias. Contudo, ao convidar João Felipe Terena, do *Grupo de Jovens Estudantes Indígenas do Mato Grosso*, coloca-se a questão indígena na pauta do Conjuv. Da mesma forma que a presença de uma jovem quilombola, mesmo na suplência, representa uma forma de reconhecimento desta identidade social. Na mesma linha de buscar identidades que reafirmam a equidade racial, foi convidado o Ceafro, importante centro de pesquisa e ação ligado à Universidade Federal da Bahia com histórica relação com os movimentos afro-brasileiros (em composição com a ONG Bagunçaço que trabalha com jovens e cultura afro).

Para dar conta das demandas que dizem respeito às conquistas de livre orientação sexual convidamos, para membros efetivo e suplente, jovens militantes do grupo Arco Íris (do Rio de Janeiro) e Astra (de Sergipe). Posteriormente estas representações foram corroboradas pela Associação Nacional de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

O associativismo foi reconhecido tanto pelo interesse em participar expresso pelos setor jovem da União dos Escoteiros, que este ano completa 100 anos no Brasil, quanto por meio dos recentes esforços de organização nacional de vários grupos do emergente movimento hip hop. Para o Movimento Hip Hop foram reservadas duas cadeiras e o convite suscitou negociações entre várias organizações, ficando: Frente Brasileira de Hip Hop, Movimento Organizado Hip Hop do Brasil (MOHHB) e a Nação Hip Hop na condição de suplente.

As ONGs e o Terceiro Setor: competências, metodologias e temas

O chamado mundo “não-governamental” também foi considerado em sua diversidade. No Conjuv convivem organizações com vínculos e histórias bem diversificadas: algumas são bem próximas aos movimentos sociais, outras surgiram mais próximas do berço do “terceiro setor”, fruto de voluntárias iniciativas de grupos, indivíduos ou empresas.

A consulta à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) reafirmou a importância de incorporar o Ibase (Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica) e a Ação Educativa, ambas com reconhecida atuação nacional. Na condição de suplência do Ibase, incorporou-se também a ONG Criola, com larga experiência de trabalho com jovens mulheres afrodescendentes.

Também, por seu reconhecido trabalho com processos de educação de jovens em escala nacional, foram convidadas fundações empresariais como Abrinq, Fundação Ayrton Senna e o Grupo de Afinidade de Juventude do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). Pelas experiências e desenvolvimento de sugestivas metodologias de trabalho com jovens, foram convidadas a Fundação Gol de Letra e Projeto Cidade Escola Aprendiz.

Ao mesmo tempo, buscou-se incorporar a experiência de ONGs com escopo de ação mais localizadas no território, como é o caso da Contato (Belo Horizonte) e sua suplente a Adesc com sede no interior mineiro.

Outras foram convidadas por seus acúmulos em temas específicos. A saber. Cultura: Centro de Cultura Popular (SP), que tem o Cuca como

suplente. Violência e Paz: o Movimento Viva Rio (RJ) e o Instituto Sou da Paz (São Paulo), instituições particularmente voltados para a questão da violência urbana pela ótica dos direitos humanos, aceitaram o convite e ainda enriqueceram o Conselho trazendo para a suplência ONGs com sede na favela carioca e na periferia de São Paulo: Rocinha XXI e Projeto Casulo. Jovens com deficiência: reconhecendo a importância das demandas específicas dos jovens com deficiência incorporou-se a Escola de Gente Comunicação, que tem feito importante trabalho com os Oficineiros da Inclusão.

Observatórios e especialistas

Convites para integrar também o Conselho foram feitos para os Observatórios da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal Fluminense. Os professores Juarez Dayrel e Paulo Carrano, como representantes dos citados observatórios, se revezam na titularidade e suplência.

Para especialistas no tema foram reservadas quatro cadeiras, assim distribuídas entre titulares e suplentes: 1) pela reflexão sobre a juventude brasileira combinada com ativismo cultural, Marcelo Yuca/Garnizé; 2) pelo trabalho de pesquisa e atuação junto às organizações juvenis: Helena Abramo/Lívia de Tomassi; 3) pelo conjunto pesquisas e atuação junto à UNESCO: Myriam Abramovay/Mary Castro; 4) pelas pesquisas e atuação na questão de violência e junto à mídia: Marcos Rolim/Veet Vivarta.

Enfim, as indicações foram feitas visando a mais ampla combinação de múltiplos critérios. Como vimos acima, algumas organizações propuseram ou aceitaram partilhar a condição de membro titular e suplente. Este foi um expediente criativo e generoso que ampliou o escopo do Conselho.

Entretanto, se é verdade que a atual composição combina diversidade e reconhecimento social, é preciso reconhecer que o desenho final poderia não ter sido exatamente este. Sabemos que existem, pelo Brasil afora, muitos outros grupos, entidades e pessoas com experiências significativas que deveriam ser incluídas. Trata-se agora de encontrar formas para incorporá-las nas atividades do Conselho. Hoje há um grupo de trabalho que analisa o processo e a configuração atual e tem por objetivo recomendar expedientes para o aperfeiçoamento do Conjuv.

1.3 PRIMEIROS APRENDIZADOS

Os conselheiros e conselheiras foram designados pelo presidente da República, em agosto de 2005, com um mandato de dois anos. Segundo a legislação, a presidência e a vice-presidência cabem alternadamente ao poder público e à sociedade civil. Como a presidência no primeiro ano cabe ao governo, fui previamente indicada pelos conselheiros e conselheiras do poder público e eleita na primeira reunião ordinária do Conjuv. Nesta mesma reunião, Beto Cury, em nome da Secretaria Nacional de Juventude, indicou, também como estabelece a lei, o jovem assessor Danilo Moreira para Secretário Executivo do Conjuv. Em seguida, ainda nesta primeira reunião, foram aprovadas as regras para a eleição da vice-presidência.

O momento da eleição da vice-presidência pode ser visto como ocasião reveladora das possibilidades de diálogo inter e intrageracional⁹ no interior do Conjuv. Para o cargo de vice-presidente se apresentaram sete candidaturas jovens e bem diferenciadas entre si, a saber: Elisa Campos (Associação Nacional de Pós-Graduandos); Severine Macedo (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), Maria Elenice Anastácio (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura); Isac Cardoso (Confederação Única dos Trabalhadores); João Felipe Terena (Associação dos Estudantes Indígenas); Marcelo Yuka (músico e ativista social) e Daniel Cara (Instituto Sou da Paz). Sem dúvida, uma boa amostra da diversidade do Conjuv. O processo foi rico, com apresentação de candidaturas, discussões de conteúdo, negociações, aproximações, votação aberta.

O fato de a primeira presidente, eu mesma, não ser jovem pode ter inibido candidaturas de outros adultos e, ao mesmo tempo, incentivado candidaturas predominantemente jovens. Eleito, Daniel Cara constitui comigo uma dupla intergeracional na presidência e vice-presidência do Conselho.

Porém, há ocasiões em que o recorte geracional perde sua importância frente a outras semelhanças e diferenças. Por exemplo, quando o jovem vice-presidente se reúne com as conselheiras e os conselheiros da sociedade civil, com o objetivo de qualificar a participação nas reuniões extraordinárias e extraordinárias do Conselho, o recorte que predomina é sociedade civil/poder público. Este mesmo recorte justifica as reuniões preparatórias entre conselheiros e conselheiras do poder público para preparar pautas.

9. Considerações sobre a perspectiva de geração que pressupõe diálogos inter e intrageracionais ver item 1.1 do presente trabalho.

No entanto, nas discussões e deliberações entre conselheiros e conselheiras da sociedade civil e dos diferentes ministérios e órgãos, revelam-se outras alianças e contraposições baseadas em diferenças geracionais, de concepções, de causas, de visões sobre prioridades, meios e fins.

Sem poder aqui aprofundar a análise, devo dizer que, para os pesquisadores interessados em antropologia política, o Conjuv poderia ser visto como interessante campo de estudo. Seria muito interessante pesquisar as alianças e contraposições que ora cristalizam e ora se dissolvem, dependendo das questões em jogo. Vejamos quatro pares das muitas configurações possíveis:

- sociedade civil x poder público;
- organizações juvenis e organizações da sociedade civil x movimento estudantil;
- organizações da sociedade civil do campo da Abong x Organizações e fundações do campo “terceiro setor”;
- organizações da sociedade civil e representantes de ministérios que priorizam a juventude como “sujeito de direitos” universais x organizações da sociedade civil e representantes de ministério que priorizam ações afirmativas de segmentos juvenis mais vulneráveis.

Trata-se de um caleidoscópio de muitas faces compostas por identidades, princípios e valores. Na primeira figura está a óbvia oposição entre sociedade civil ao governo (que quase sempre significa cobrança ao governo, principal responsável pelas políticas públicas). Mas, logo em seguida, aparecem as muitas diferenças que operam no âmbito da chamada sociedade civil. Neste contexto, aparece um questionamento generalizado ao “movimento estudantil”, que outrora teve o monopólio da representação juvenil. Afinal, movimento estudantil e movimento juvenil já foram tomados como sinônimos. Hoje, o movimento estudantil está sendo chamado a partilhar espaços e a se renovar por meio da incorporação de novos temas e demandas de outras juventudes. Daí o questionamento ao possível aparelhismo do “movimento estudantil” (por extensão às juventudes partidárias¹⁰) – e, às vezes, também certa desconfiança em relação aos representantes jovens de organizações sindicais. Este questionamento e esta desconfiança, muitas vezes, une muitas organi-

10.ver p. 253.

zações da sociedade civil com diferentes escopos e históricos. No entanto, quando não estão em jogo tais oposições, diferenças de concepções entre ONGs (do campo da Abong) e as outras – sobretudo fundações empresarias ou voltadas para o empreendedorismo juvenil – também podem se explicitar. Por outro lado, tomando só o grupo mais voltado para a “participação social”, ênfase maior ou menor na ação pastoral, na cultura ou na política também produzem, por vezes, grupos e subgrupos “corporativos”. Na outra ponta, no entanto, uma outra configuração não respeita a primeira contraposição entre governo e sociedade civil: conselheiros/as do poder público e da sociedade civil que enfatizam a “juventude como sujeito de direitos” x conselheiros/as com prioridade para ações afirmativas para os segmentos juvenis mais vulneráveis do poder público e da sociedade civil.

Enfim, a despeito de todos os esforços para não transferir disputas políticas e concorrências institucionais para o Conjuv, não se pode neutralizar pertencimentos, negar a existência de disputas ou apagar experiências. Com efeito, ao fim e ao cabo, é justamente esta diversidade e a capacidade de negociar as diferenças que alicerçam a construção da legitimidade social do Conjuv. Em um jogo dialético que reconhece as diferenças mas, também, busca as semelhanças, ali se produzem novas oportunidades para novas interlocuções, para o exercício de práticas democráticas. Vejamos alguns exemplos.

- Vale registrar o instigante diálogo entre representantes do Movimento Hip Hop, da União dos Escoteiros, da UNE e das ONGs Viva Rio e Sou da Paz sobre a questão do desarmamento. Vivências diferentes, do morro e do asfalto, do Sul maravilha e do Nordeste, do associativismo clássico, do trabalho voluntário e da militância estudantil se expressaram por meio de um diálogo duro, mas muito produtivo para o posicionamento do Conjuv.
- Instigante também tem sido a convivência dos representantes da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), da Fetraf (Federação

10. Cabe informar no processo de formação do Conselho havia uma demanda (formulada mais enfaticamente pelo PC do B) de incorporação das juventudes partidárias. A demanda não vingou, com a justificativa de que o Conselho deveria ser suprapartidário. No entanto, o fato de militantes do PC do B estarem na direção dos três níveis do movimento estudantil não é sem conseqüências. Em alguns momentos se sobrepõem duas críticas: a das organizações que questionam o representatividade do "movimento estudantil" e a das concorrentes juventudes partidárias (sobretudo do PT, PSB e PSDB) que mesmo não estando representadas no Conjuv têm lá suas áreas de influência.

dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical que – mesmo sendo correntes sindicais que se opõem – defendem “trabalhadores” no campo e na cidade e que, no Conjuv, encontram-se com entidades voltadas a formação um “empresariado jovem”. Ora as entidades sindicais comungam a partir da clássica oposição capital x trabalho, outras vezes o empreendedorismo mostra sua face de “economia solidária” tão importante para a sustentabilidade socioambiental no meio rural.

- No mesmo sentido, a mobilização para a regulamentação da Lei do Aprendiz, em novembro de 2005, também foi reveladora: representantes do poder público e do Terceiro Setor travaram um rico debate com representantes das Centrais Sindicais, aqui unidas na preocupação com a possível perda de conquistas trabalhistas. Conclusão: o Conselho reconhecendo que a referida lei que favorecerá a criação de imediatas oportunidades de inserção produtiva para jovens brasileiros, aprovou uma moção de apoio. Mas – ao mesmo tempo – fez um pacto de prosseguir acompanhando o processo para interferir na normatização da lei de maneira a encontrar parâmetros para melhor proteger o jovem em seu percurso emancipatório e os direitos conquistados dos trabalhadores em geral ou de segmentos específicos, como por exemplo, os jovens com deficiência.
- O Conjuv também tem se apresentado como espaço promissor para a promoção do diálogo entre jovens de diferentes concepções religiosas. A interlocução está em andamento, mas cabe perguntar ainda quais serão as recomendações sobre políticas públicas que atendam as demandas dos jovens indígenas (com suas etnias e cosmologias religiosas). Ou como se negociarão questões morais em um espaço de trabalho que reúne jovens de diferentes religiões.
- Último exemplo. Na última reunião de 2005, com base no trabalho de um de seus grupos de trabalho¹¹, o Conjuv aprovou uma recomendação sobre o descontingenciamento de verbas para os programas do governo federal para a juventude. Neste momento, evidenciou-se uma aliança entre representantes de alguns ministérios e de organizações do terceiro

11. Além do já citado Grupo de Trabalho dedicado ao e aperfeiçoamento do próprio Conjuv, foi instituído outro GT dedicado a examinar a questão específica do orçamento para os programas voltados à juventude. Em funcionamento também está uma comissão que se dedica a acompanhar os trâmites do Plano Nacional de Juventude no Parlamento.

setor cujo trabalho estava sendo prejudicado pela retenção de específicas verbas¹² levando outras ONGs a questionar a ênfase em determinados programas e ações.

Neste ano de 2006, o Conselho tem a tarefa de produzir um documento analítico e propositivo sobre as políticas públicas de juventude no Brasil. Três câmaras temáticas estão trabalhando para isto, a saber: Câmara 1) *Desenvolvimento integral*: educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação; Câmara 2) *Qualidade de Vida*: saúde, meio ambiente, esporte e lazer; Câmara 3) *Direitos Humanos*: vida segura e valorização da diversidade. As questões são complexas e a abordagem nova. Mas não há a pretensão de economizar polêmicas. A idéia é que o documento resultante deste trabalho aponte para os consensos e também explicitamente divergências. Ao apresentá-lo ao poder público e à sociedade em agosto desse ano, espera-se que esse documento se torne ponto de referência obrigatório para todos os envolvidos com este segmento da população brasileira. Por seu intermédio se pretende contribuir para a efetivação de uma política de estado para a juventude, que se inscreva no espaço público, para além dos governos.

Resta informar ainda que, como em uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que se aperfeiçoa, o Conselho Nacional de Juventude tem tido um papel indutor de processos participativos e orgânicos em nível estadual e municipal.

Em resumo, o Conjuv está criando espaços e oportunidades para a renovação e ampliação das possibilidades de diálogo social.

PROJOVEM: UMA OPORTUNIDADE PARA “VIRAR O JOGO” DA EXCLUSÃO

O casamento que parecia indissolúvel entre escola e trabalho está em crise e precisa ser repactuado. A concepção moderna de juventude – surgida de profundas transformações a partir do século XVIII e consolidada após a Segunda Guerra Mundial – tornou a escolaridade uma etapa intrínseca da passagem para a maturidade. Idealmente, o retardamento da entrada dos

12. Não é possível ainda traduzir em números o que foi conseguido, nem seria correto atribuir somente ao Conselho e à Secretaria Nacional de Juventude as liberações que ocorreram naquela ocasião. Porém, aqui é preciso registrar o entusiasmado trabalho conjunto de conselheiros e conselheiras da sociedade civil e do poder público. Juntos cumpriram seu papel e fizeram positivamente diferença para o aperfeiçoamento da execução de programas voltados para a juventude.

jovens no mundo do trabalho garantiria melhor passagem para a vida adulta. Na prática, esta “passagem” não aconteceu em ritmo e modalidades homogêneas nos diferentes países e no interior das juventudes de um mesmo país. Amplos contingentes juvenis de famílias pobres deixaram e deixam a escola para se incorporar prematura e precariamente no mercado de trabalho informal e/ou experimentar desocupação prolongada.

Mas, até aqui não há novidade. O que há então de novo? Há hoje uma urgência de vincular a escola ao mundo do trabalho. Jovens de todas as classes e situações sociais estão submetidos às transformações recentes no mercado de trabalho onde o diploma não é mais garantia de inserção produtiva condizente com os diferentes níveis de escolaridade atingida. Certamente, os jovens sabem que os certificados escolares são imprescindíveis. Mas sabem também que as rápidas transformações econômicas e tecnológicas se refletem no mercado de trabalho precarizando relações, provocando mutações, modificando especializações e sepultando carreiras profissionais.

Ao sistema educacional está posto, portanto, o desafio de oferecer respostas diferenciadas para possibilitar distintos modos de acesso e continuidade na formação escolar. Neste cenário, necessita-se não só de novos equipamentos e recursos humanos, mas também de novo casamento entre educação e qualificação profissional. O que está em jogo é uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com o século XXI. Assim como frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho e se constrói uma *nova cultura da trabalhabilidade* que permita ao jovem tanto se adequar às demandas do mercado de trabalho quanto buscar formas de empreendedorismo individual, cooperativo e associativo.

Se estas observações estão corretas, no Brasil os jovens mais vulneráveis nos dias de hoje são aqueles que já fizeram 18 anos, estão fora da escola e também não estão trabalhando. Portanto, para romper com o ciclo vicioso da exclusão social, são necessárias ações específicas dirigidas para segmentos juvenis com maior grau de vulnerabilidade social.

Pesquisa do Ibase/Polis destaca que 27% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos nem trabalham nem estudam. Este assustador resultado corrobora pesquisa anterior, concluída em 2005, pelo Instituto Cidadania que, não por acaso, orientou o desenho do Programa Nacional de Inclusão de Jovens,

o ProJovem. Voltado para este segmento da população jovem, este Programa é informalmente chamado de “carro chefe” da atual política nacional de Juventude. O ProJovem visa garantir o retorno à sala de aula de jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série e não chegaram à oitava série do ensino fundamental e não tem carteira de trabalho assinada. Como estímulo, o programa oferece auxílio financeiro de R\$100,00 por mês para garantir que aqueles que tenham 75% de frequência (e apresentem os trabalhos escolares exigidos) se dêem uma segunda chance de terminar o ensino fundamental em um ano. Ao final de 12 meses, os participantes do ProJovem recebem certificados de conclusão do ensino fundamental e de formação profissional inicial.

Contudo, as duas grandes novidades do ProJovem são: promover gestão compartilhada e apresentar um currículo inovador.

Sua gestão é compartilhada entre o Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social, com a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência. Esta experiência tem sido desafiadora e tem por objetivo estimular também que, em nível local, a gestão do ProJovem se faça de maneira integrada. O objetivo é minimizar a fragmentação e competição intersetoriais que tem caracterizado a implantação de políticas públicas.

O ProJovem também inova quando busca integrar em um mesmo currículo: educação básica, qualificação profissional e ação comunitária.

- No que diz respeito particularmente ao ensino, cabe destacar a escolha dos quatro eixos temáticos que articulam os conteúdos interdisciplinares, a saber: *o jovem e a cidade; o jovem e o trabalho; o jovem e os meios de comunicação; o jovem e a cidadania*. Estes conteúdos se expressam nos bem cuidados livros que, de maneira realmente interdisciplinar, buscam aproximar-se do universo desses jovens que, por motivos diversos, interromperam suas trajetórias escolares. Porém, cabe destacar, ainda, a informática como meio de conhecimento e instrumento de comunicação e o material preparado para o curso de inglês. Em uma palavra: trata-se de um programa emergencial que não quer abrir mão da qualidade.
- No que diz respeito à *qualificação profissional*, vale destacar a intenção de fazê-la de maneira adequada às oportunidades de trabalho local. Ou seja, as profissões oferecidas foram escolhidas pelas prefeituras a partir do perfil produtivo e das necessidades emergentes no mercado local. Devem ser

oferecidas quatro alternativas em cada capital, definidas a partir de um elenco proposto pelo governo federal, de 23 áreas/famílias de ocupações que possuem a mesma base técnica. Esta idéia se contrapõe à fragmentação presente na oferta de rápidos cursos de qualificação profissional (“por ocupação”) que oferecem pouca margem de adaptação e flexibilidade frente às oportunidades que surgem no mundo do trabalho. A idéia é preparar o jovem para a chamada “nova cultura da trabalhabilidade” que inclui tanto o trabalho assalariado quanto novas formas de empreendedorismo (individual e em grupos) e práticas de economia solidária. O material produzido especialmente para ProJovem tem esta perspectiva. Neste material, vale destacar o Plano de Orientação (POP) no qual os alunos e alunas do ProJovem são convidados, logo de início, a descrever suas experiências anteriores no mundo do trabalho e, posteriormente, a escrever suas estratégias para buscar e aproveitar oportunidades na área em que se capacitou.

- Finalmente, no que diz respeito à *ação comunitária*, os/as jovens, com orientação de assistentes sociais, elaboram um projeto de ação (PLA). O objetivo é promover a inserção dos jovens no processo de participação social e criar oportunidades de utilização de conhecimentos adquiridos. Pode incluir o desenvolvimento de campanhas cidadãs de utilidade pública (doação de sangue, vacinação, preservação do meio ambiente etc...) ou a prestação de serviços à comunidade e, sempre que possível, em atividades ligados à área de capacitação profissional a que teve acesso. Espera-se também que por meio destas atividades os jovens incorporem as noções de direitos dos cidadãos e dos jovens

Para implantar o ProJovem, foram feitos convênios entre o governo federal e todas as prefeituras das 27 capitais brasileiras e do Distrito Federal. O número de vagas varia de cidade para cidade, pois a oferta se configurou a partir da demanda de cada cidade, calculada por meio de dados censitários e de pesquisas por amostragem domiciliar (Pnad). Hoje, em fevereiro de 2006, segundo a professora Maria José Feres, coordenadora nacional do ProJovem, já são mais de 90 mil os jovens matriculados e, com as novas inscrições a serem abertas neste mês de março de 2006, brevemente este número deverá dobrar.

Contudo, nesta empreitada, que busca inserção social de jovens tão desprovidos de proteção e direitos sociais, reconhecer as dificuldades – que são muitas – é muito importante.

- Do ponto de vista dos jovens, nem sempre é fácil fazer que jovens com tantas experiências de exclusão e preconceitos voltem a confiar em si, nas instituições escolares, na sociedade. Como se sabe, entre o público potencial dos programas voltados para a juventude registram-se inúmeras situações de violência relacionadas ao tráfico de drogas, uso de armas de fogo e falta de preparo das polícias para lidar com a juventude. Por outro lado, não há como negar que uma parcela da juventude está hoje bastante desestimulada. É muito difícil vencer o “realismo” advindo das experiências já vivenciadas. Um jovem que parou de estudar e não consegue estabelecer vínculos estáveis no mundo do trabalho não é uma folha de papel em branco. Observa e já conhece a atual dinâmica do mercado de trabalho mutante e restritivo. Muitas vezes também, os jovens já são refratários a iniciativas do poder público. Muitos partilham da desconfiança em relação a programas e ações governamentais, conhecidos pela descontinuidade administrativa, fragmentação e grandes distâncias entre o que é prometido e o que é realizado. Por estes e outros motivos, muitas vezes, além das dificuldades de acesso às informações e do medo de deixar precárias fontes de renda (lícitas ou ilícitas), há também resistência emocional a se entregar a esta segunda chance.
- Do ponto de vista dos professores e coordenadores do Programa, é preciso muita criatividade, energia e habilidade. Isto não só para acreditar no potencial destes jovens tão desacreditados (e para fazê-los acreditar que vale a pena buscar alternativas de inserção social). Mas também energia e habilidade para lidar com as novidades curriculares. Afinal, conteúdos estanques e fronteiras disciplinares estão cristalizadas nos livros didáticos e nas trajetórias pessoais dos profissionais de educação.
- Do ponto de vista da parceria governo federal e governos municipais (principais responsáveis pelo ensino fundamental), os desafios também não são poucos. De início, em todos os níveis de governo, há obstáculos da burocracia e vícios das máquinas públicas, sempre tão resistentes a novos modos de gestão, e há ainda as circunstâncias decorrentes das relações de afinidade ou de oposição política entre os governantes.

Enfim, certamente, há uma conjugação de fatores que determina graus de proximidade ou distanciamento entre o que foi pensado e o que é executado. Ainda é cedo para avaliar. Espera-se que o sistema de monitoramento e avaliação, montado em colaboração com uma rede de universidades federais, possa brevemente nos oferecer elementos para analisar os primeiros resultados do Projovem.

Contudo, é importante lembrar, o ProJovem foi pensado como um programa emergencial. Isto quer dizer: não veio para ficar. Ao contrário. O que se espera é que os jovens que terminem o ensino fundamental pelo do ProJovem possam cursar o ensino médio em escolas públicas de maneira regular, ou mesmo em salas de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Ao mesmo tempo, há muita esperança de que a ousadia da integração curricular e da interdisciplinaridade deste programa influencie transformações curriculares de maneira mais ampla, contribuindo para o estabelecimento de novas relações que superem os dualismos entre ensino técnico e prope-dêutico, a teoria e a prática, o pensar e o agir.

Neste sentido, o que se espera é que, agindo sobre representações correntes e naturalizadas sobre educação juvenil e contribuindo ativamente na produção de novas relações entre escolaridade e mundo do trabalho, o ProJovem também seja um indutor de novas concepções de políticas públicas de juventude.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE: EM DIREÇÃO À MAIOR INTEGRAÇÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

As políticas públicas de juventude devem combinar projetos e ações que assegurem igualdade de direitos e fortalecimento de segmentos juvenis socialmente vulneráveis. Mas a política nacional de juventude não pode ser pensada apenas como somatório do que já existe (ou venha a existir) para jovens em cada ministério e nas diferentes esferas de governo. A integração e transversalidade das políticas públicas de juventude exigem um novo amálgama: a “perspectiva de geração” construída, como já foi dito, na intercessão entre a ótica dos direitos e na lógica da ampliação de oportunidades para os jovens brasileiros.

Com efeito, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, governo e sociedade estão sendo chamados a assimilar tal perspectiva, enfrentando desafios identificados em vários diagnósticos nacionais.

Para a Secretaria Nacional de Juventude, são nove os principais desafios, a saber:

1. ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade;
2. erradicar o analfabetismo entre jovens;
3. preparar para o mundo do trabalho;

4. gerar trabalho e renda;
5. promover vida segura e saudável;
6. democratizar acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação;
7. melhorar a qualidade de vida dos jovens do meio rural e nas comunidades tradicionais;
8. promover direitos humanos e políticas afirmativas;
9. estimular a cidadania e participação social.

Ao desempenhar as atividades de Secretaria Executiva do Conjuv e ao coordenar a gestão compartilhada do ProJovem, a Secretaria Nacional de Juventude está, na prática, tanto atualizando formulações condizentes com a “perspectiva de geração”, quanto enfrentando alguns destes desafios. Mas isto não é tudo. Para a consolidação da Política Nacional de Juventude há muito a ser feito no interior do governo federal, em relação a outros níveis de governo e no que diz respeito às nossas relações com organizações de juventude que atuam no âmbito internacional.

Vejam, primeiramente, da ótica do governo federal. Em seu artigo intitulado *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*, publicado nesta mesma coletânea, Marília Spósito e Paulo Carrano afirmam que os programas de juventude podem ser classificados como de caráter exclusivo, prioritário ou incidental. Exclusivos são os programas/ações de enfoque alto, destinados apenas aos jovens. Prioritários são os programas/ações de enfoque médio, destinados a um público-alvo mais amplo (crianças, jovens e adultos), mas que, por seu próprio conteúdo e desenho, atraem prioritariamente aos jovens. E incidentais são as políticas de enfoque baixo, ou seja, atendem ao público em geral, inclusive os jovens.

Pois bem, o que podemos dizer do momento atual? Programas e ações do governo federal destinados à juventude foram identificados após consulta ao Plano Plurianual, por meio de dados do Ministério do Planejamento e dos ministérios setoriais. As informações foram sistematizadas recentemente por representantes da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Assim, segundo uma lista mais ampla montada a partir de todos os programas e ações que têm jovem/juventude/adolescente em seu título e/ou em seu público-alvo, optou-se por desconsiderar os programas/ações incidentais, mantendo apenas as

políticas de enfoque exclusivo ou prioritário. Assim, foram selecionados 22 programas nos quais jovens são o público principal. No momento atual, os dados estão sendo consolidados. Tendo por base essa seleção, de início propositalmente restrita, esta Secretaria dedica-se a consolidar um sistema de informações¹³ que será disponibilizado no *Portal Juventude.gov*, ainda em construção. Desta forma, espera desempenhar sua função de articular e encontrar formas de integrar as políticas públicas de juventude.

Ao mesmo tempo, com o objetivo de disseminar a “perspectiva de geração” e enfrentar os desafios acima citados, a Secretaria Nacional de Juventude tem buscado também outras parcerias no interior do governo. Neste âmbito, em parceria com o MEC/SECAD, estamos envolvidos na mobilização de jovens para a etapa atual do Programa Brasil Alfabetizado. E, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, foi lançado o *Primeiro Prêmio Juventude*, o tema de 2006 será Juventude e Políticas Públicas e seu público são estudantes, técnicos e pesquisadores do ensino médio, graduação e pós-graduação¹⁴. Com o Núcleo de Estudos (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, estamos preparando um seminário sobre a *Juventude Rural em Perspectiva*. Com o Ministério da Cultura estamos organizando apresentações e debates sobre juventude e cultura no *Espaço Preto Góes* (em homenagem a um dos líderes do movimento hip hop, morto em acidente de carro) no âmbito de um grande evento denominado Teia, que terá lugar em abril, no Anhembi, em São Paulo. A idéia nesses e noutros eventos é construir e disseminar a “perspectiva de geração” para criar linguagem e meios para a melhor integração dos programas de juventude.

Além desses e de outros esforços realizados no âmbito intra governamental, a Secretaria Nacional de Juventude também está preparando uma atividade (com momentos presenciais e à distância) de formação de gestores de políticas públicas de juventude e, também, está em curso o processo de filiação do Brasil à Organização Iberoamericana (OIJ). Estas duas frentes

13. A Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência está recebendo apoio do Banco Mundial para consolidar este sistema de informações que, além das informações do governo federal, deverá oferecer também informações sobre iniciativas – governamentais e não-governamentais – em nível estadual e municipal. No interior da Secretaria são responsáveis por este trabalho os assessores Edson Pistori e José Almir Silva.

14. No interior da Secretaria o assessor Rodrigo Abel é responsável pela mobilização de jovens para o Programa Brasil Alfabetizado e o assessor Ismênio Bezerra dedica-se ao Prêmio Juventude.

pressupõem o intercâmbio de conceitos e práticas, por isto mesmo se complementam¹⁵. Por meio delas poderemos sistematizar e dar a conhecer as experiências nacionais, conhecer experiências de outros países e, sobretudo, participar ativamente do processo de consolidação dos direitos da juventude em nível internacional.

PARA CONCLUIR

Ao discorrer sobre os efeitos de nossa cultura política sobre as políticas públicas de juventude, Rua (1998) apontou cinco regularidades, a saber: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações com base na oferta e não na demanda e, finalmente, a existência de clara clivagem entre formulação/decisão e a implementação. A despeito de todos os esforços explicitados acima, é preciso reconhecer a persistência de tais “regularidades”.

Nem a existência do Conjuv, nem a articulação feita pela Secretaria podem abolir de vez a histórica fragmentação e a competição interburocrática entre os programas e ações do governo federal voltados para a juventude. Isto não só porque persistem velhas concepções, mas também porque questões que dizem respeito aos orçamentos, empenhos e desempenhos setoriais alimentam “corporativismos ministeriais”. No entanto, na medida em que estas novas instâncias rompem com a incomunicabilidade no interior da máquina administrativa, nada será (exatamente) como antes. Com o anúncio da política nacional criou-se novo critério de transversalidade e integração no interior da máquina pública. E isso cria novas exigências para programas e ações que envolvem o público jovem e, também, maior margem para a disseminação da “perspectiva de geração”.

Por outro lado, sendo o Conjuv um dos espaços de atuação de pessoas, entidades e organizações, delas recebe pressão no sentido de aperfeiçoamento e melhores resultados. Esta pressão é fundamental para a mudança nos padrões de execução das políticas públicas de juventude.

Quanto ao ProJovem, muitos esforços tem sido feitos para evitar a clivagem entre formulação/decisão e a implementação. No entanto, a dinâmica social que conjuga diferentes fatores locais faz que – na prática – a implantação

15. No interior da Secretaria Nacional de Juventude, o assessor Carlos Odas dedica-se a estas duas frentes. Para maiores informações sobre esta organização ver <<http://www.oij.org>>.

do programa englobe diversas e heterogêneas situações. O ProJovem pode ser visto como uma bem cuidada e promissora semente cujos frutos depende do terreno onde caia. Este reconhecimento é um bom começo para sua avaliação. Avaliação esta que deve encontrar indicadores qualitativos que possam levar em conta as trajetórias, as experiências e os sentimentos dos jovens que agarraram esta chance para virar o jogo da exclusão a que estavam submetidos.

Certamente ainda há muito que caminhar em direção da construção de um novo paradigma em torno da questão juvenil. Também persiste a necessidade de estabelecer concepções estratégicas que permitam delinear prioridades e formas orgânicas que consolidem a política nacional de juventude. Estamos também bastante distantes de um patamar razoável de assimilação da presença de organizações de jovens na formulação das políticas. Enfim, seria ingênuo não reconhecer a persistência de efeitos negativos de nossa cultura política sobre as políticas públicas de juventude.

Entretanto, podemos hoje dizer que certos elementos constitutivos dessa cultura foram desnaturalizados. E isto não é pouco. Afinal, a continuidade de qualquer cultura depende de seu nível de naturalização. Hoje está em curso um processo que vem provocando questionamentos e modulações nas imagens dominantes que governo e sociedade constroem sobre os “sujeitos jovens”. Disputar concepções de juventude é também disputar caminhos de intervenção social na realidade juvenil. Neste momento, que já existe um aparato legal e institucional, disseminar palavras e concepções é fundamental para negociar entendimentos e construir a legitimidade da atual política nacional de juventude.

No encontro entre legalidade institucional já existente e na gradativa conquista de legitimidade social, o Conjuv e a Secretaria Nacional de Juventude poderão ganhar efetividade e a eficácia necessária para interferir no curso da vida da juventude brasileira assegurando direitos, criando oportunidades e respondendo seus anseios de participação. Aqui reside o novo. Esta é a ação de um governo apostando em construir uma política de Estado. Sua continuidade e consolidação dependem do desempenho dos vários atores envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, edição especial, 1997.

CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. *Por um novo paradigma do fazer políticas del' para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.

REGUILO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio, breve agenda para la discusión. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, mai./ago. 2003

RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude nos anos 90. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

SPÓSITO, M.; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./dez. 2003.

Coleção Educação para Todos

- Volume 01: Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004
- Volume 02: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03
- Volume 03: Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos
- Volume 04: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas
- Volume 05: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas
- Volume 06: História da Educação do Negro e Outras Histórias
- Volume 07: Educação como Exercício de Diversidade
- Volume 08: Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias
- Volume 09: Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola
- Volume 10: Olhares Feministas
- Volume 11: Trajetória e Políticas para o Ensino das Artes no Brasil: anais da XV CONFAEB
- Volume 12: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Série Vias dos Saberes n. 1
- Volume 13: A Presença Indígena na Formação do Brasil. Série Vias dos Saberes n. 2
- Volume 14: Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Série Vias dos Saberes n. 3
- Volume 15: Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Série Vias dos Saberes n. 4
- Volume 16: Juventude e Contemporaneidade
- Volume 17: Católicos Radicais no Brasil
- Volume 18: Brasil Alfabetizado: caminhos da avaliação. Série Avaliação n. 1
- Volume 19: Brasil Alfabetizado: a experiência de campo de 2004. Série Avaliação n. 2
- Volume 20: Brasil Alfabetizado: marco referencial para avaliação cognitiva. Série Avaliação n. 3
- Volume 21: Brasil Alfabetizado: como entrevistamos em 2006. Série Avaliação n. 4
- Volume 22: Brasil Alfabetizado: experiências de avaliação dos parceiros. Série Avaliação n. 5
- Volume 23: O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental? Série Avaliação n. 6
- Volume 24: Diversidade na Educação: experiências de formação continuada de professores. Série Avaliação n. 7
- Volume 25: Diversidade na Educação: como indicar as diferenças? Série Avaliação n. 8
- Volume 26: Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental
- Volume 27: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade
- Volume 28: Educação na Diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilingüe
- Volume 29: O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-racista
- Volume 30: Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior
- Volume 31: Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes
- Volume 32: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas

Este livro foi composto em
Adobe Garamond, Helvetica e Gillsans,
para o MEC/UNESCO, em 2008.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Secretaria-Geral da
Presidência da República

Secretaria Nacional
de Juventude

Ministério
da Educação



para Todos é duplamente importante. Por um lado, o livro certamente contribuirá para aprofundar o debate sobre processos educativos no Brasil e no mundo. Por outro lado, sua publicação certamente contribuirá, também, para a melhor formulação de políticas públicas de juventude.

Reconhecendo a especial importância de algumas contribuições originalmente publicadas na *Revista Brasileira de Educação* e a elas adicionando dois outros artigos inéditos, este livro está dividido em três partes: *Juventudes no mundo contemporâneo*, *Modos de ser jovem* e *Juventude e políticas públicas no Brasil*.

Acreditamos que neste momento histórico, em que o governo e a sociedade brasileira estão sendo insistentemente chamados a aprofundar a reflexão sobre as vulnerabilidades e as potencialidades da sua juventude, este livro será muito útil para educadores, pesquisadores e gestores dedicados ao trabalho com jovens.